

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social

DAVI HENRIQUE XAVIER BRANCO CARIONI RODRIGUES

**SISTEMATIZAÇÃO CRÍTICA DA PRÁXIS DA PAPESCA ENTRE 2012 E 2018 NO
CANTO DE ITAIPU SOB A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE PODER**

RIO DE JANEIRO, RJ
JULHO DE 2018

DAVI HENRIQUE XAVIER BRANCO CARIONI RODRIGUES

**SISTEMATIZAÇÃO CRÍTICA DA PRÁXIS DA PAPESCA ENTRE 2012 E 2018 NO
CANTO DE ITAIPU SOB A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE PODER**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Gestão Participativa

Orientador: Prof. Dr. Sidney Lianza

RIO DE JANEIRO, RJ
JULHO DE 2018

CIP - Catalogação na Publicação

R696s

Rodrigues, Davi Henrique Xavier Branco Carioni
SISTEMATIZAÇÃO CRÍTICA DA PRÁXIS DA PAPESCA
ENTRE 2012 E 2018 NO CANTO DE ITAIPU SOB A
PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE PODER / Davi Henrique
Xavier Branco Carioni Rodrigues. -- Rio de Janeiro,
2018.

171 f.

Orientador: Sidney Lianza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2018.

1. Práxis. 2. Pesquisa-ação. 3. Empoderamento. 4.
Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. 5. Gestão
participativa. I. Lianza, Sidney, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Davi Henrique Xavier Branco Carioni Rodrigues

**SISTEMATIZAÇÃO CRÍTICA DA PRÁXIS DA PAPESCA ENTRE 2012 E 2018 NO
CANTO DE ITAIPU SOB A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE PODER**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Gestão Participativa

Apresentado em: 09/07/2018

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sidney Lanza (Orientador) UFRJ

Dr^a. Marcia Ferreira Mendes Rosa – SEE/RJ

Prof. Dr. Ricardo Ferreira de Mello - UFRJ

Prof. Dr. Celso Alexandre de Souza Alvear - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha companheira de todas as horas, Irene Mello. Sem palavras, foi a lanterna na escuridão.

A família: Helena, Luciana, Iago, Clara, Alcyr, Celso, Luciane, tios, tias, primos, primas.

Ao meu sogro Paulo e minha sogra Leda: vocês me acolheram! Obrigado!

A Cabo Frio, suas águas transparentes e azuis são sangue em minhas veias e ao Rio de Janeiro, que me sufoca e me encanta com suas duras contradições.

Aos amigos de antes da dissertação que são feras: Carlinha, Gus, Andrezeira e João.

Aos amigos de aventura no mestrado e que aguentaram por dois anos minhas fantasias de um mundo melhor: NeUson, Thaís, Thiago, Layssa e Oscar.

Aos queridos professores-AMIGOS-orientadores de mestrado: Felipe, Flávio e Celso.

Aos parceiros de PAPESCA: Rodrigão, Maycon, Vítinho, Milena, Marina, Vinícius e Ricardo.

Ao meu orientador que tem me proporcionado um “encontro de seres”: Sidney Lanza

Aos pescadores e pescadora do Canto de Itaipu: Jairo, Robinho, Tripa, Nicinho, Cambuci, Júlio, Jabu, Maurinho, Dielle e Chico que representam um povo lutador e que confiaram no nosso trabalho e nos abriram as portas de seu belo território.

Aos moradores e trabalhadores que fazem do Canto de Itaipu um lugar ainda mais especial: Rose, Eliane, Eunice (MAI), Aníbal e Lívia.

Aos músicos brasileiros que encheram meu coração de alegria por altas madrugadas.

Aos Olmecas que começaram uma invenção que mudou o meu mundo: o chocolate; e aos etíopes que descobriram outra maravilha do mundo: o café!

Aos trabalhadores do mundo!

A minha filha que no momento em que estava finalizando esta dissertação estava sendo gerada! Mas ela já me enche de amor <3.

RESUMO

RODRIGUES, Davi H. X. B. C. Sistematização crítica da práxis da PAPESCA entre 2012 e 2018 no Canto de Itaipu sob a perspectiva das relações de poder. Dissertação (Mestrado) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 161p. 2018

O Programa de extensão Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal (PAPESCA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro tem contribuído para o empoderamento de pescadores artesanais e da população tradicional e não tradicional estabelecida no Canto de Itaipu, Niterói, visando fortalecer a gestão participativa possibilitada com a criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. A presente dissertação buscou compreender a práxis da PAPESCA, problematizando suas ações e suas reflexões ao longo de um período de aproximadamente 5 anos (nov. 2012 a jan. 2018). Adotamos como principal método de pesquisa a sistematização crítica proposta por Oscar Jara Holliday (2006). Como resultado, percebemos que o empoderamento para fortalecer a gestão participativa foi alcançado perifericamente em relação aos avanços observados na organização social local e na construção de laços de confiança e compromissos mútuos entre a PAPESCA e os atores sociais locais. Neste sentido, entendemos que a práxis da PAPESCA contribuiu para o fortalecimento de uma base social que já estava presente no Canto de Itaipu, mas cuja força coletiva sempre enfrentou muitas dificuldades para se expressar e determinar os seus próprios rumos perante os desafios sociais com que se depara, incluindo a gestão participativa da RESEX. Destacamos que a prática da PAPESCA também foi marcada por uma coerência interna de funcionamento na qual as relações de poder hegemonicamente colocadas no ambiente universitário também foram problematizadas. A PAPESCA, portanto, uma posição contra hegemônica na produção de conhecimento e no ensino da engenharia, que adota como princípios solidariedade, alteridade, cidadania, transparência, do respeito à diversidade cultural e ao meio ambiente e tem como pressuposto uma visão crítica da ciência e da tecnologia.

Palavras-chave: Práxis; Pesquisa-ação; Empoderamento; Reserva Extrativista Marinha de Itaipu; Gestão participativa

ABSTRACT

The Program of Extension Research-Action in the Artisanal Fishery Production Chain (PAPESCA) of the Federal University of Rio de Janeiro has contributed to the empowerment of artisanal fishermen and the traditional and non-traditional population established in the Citer of Itaipu, Niterói, aiming to strengthen management with the creation of the Itaipu Marine Extractive Reserve. The present dissertation sought to understand the praxis of PAPESCA, problematizing its actions and its reflections over a period of approximately 5 years (November 2012 to January 2018). We adopted as main research method the critical systematization proposed by Oscar Jara Holliday (2006). As a result, we realized that empowerment to strengthen participatory management was achieved peripherally in relation to the progress observed in local social organization and in the building of bonds of trust and mutual commitments between PAPESCA and local social actors. In this sense, we understand that the PAPESCA praxis contributed to the strengthening of a social base that was already present in the Itaipu Corner, but whose collective force has always faced many difficulties in expressing itself and determining its own direction in the face of the social challenges with which it including the participatory management of RESEX. We emphasize that the practice of PAPESCA was also marked by an internal coherence of functioning in which the power relations hegemonically placed in the university environment were also problematized. PAPESCA, therefore, has a counter-hegemonic position in the production of knowledge and in the teaching of engineering, which adopts principles of solidarity, alterity, citizenship, transparency, respect for cultural diversity and the environment, and presupposes a critical view of science and of technology.

Keywords: Praxis; Action research; Empowerment; Itaipu Marine Extractive Reserve; Participative management

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	21
3	REFERENCIAL TEÓRICO	26
3.1	Pesquisa-ação e o campo da pesquisa militante	27
3.2	Práxis	30
3.3	Autonomia	32
3.4	Empoderamento	34
3.5	Protagonismo	36
3.6	Participação	38
4	CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DE INSERÇÃO DA PAPESCA	40
4.1	Contexto geral	40
4.2	Canto de Itaipu	44
4.2.1	Direito à vez, patrões e mestres	47
4.2.2	A via institucional	50
4.3	Reserva Extrativista Marinha de Itaipu	54
4.3.1	Localização	57
4.3.2	O processo de criação da RESEX de Itaipu	60
4.3.2.1	Chegada: 1ª tentativa de criação (1989-1999)	60
4.3.2.2	Persistência: 2ª tentativa (2000-2004)	63
4.3.2.3	Conquista: 3ª tentativa (2007-2013)	67
4.3.3	O processo de implementação da RESEX de Itaipu	73
4.3.3.1	1º chefe da RESEX Itaipu	73
4.3.3.2	2º Chefe da RESEX Itaipu	74
4.3.3.3	Criação do Conselho Deliberativo	76
4.3.3.4	Regimento interno	79
4.3.3.5	Acordo de gestão	79
4.3.3.5.1	GT-Fiscalização	79
4.3.3.5.2	GT-Monitoramento	81
4.3.3.5.3	GT-Cadastro	85
4.3.3.5.4	GT-Identificação	90
4.3.3.5.5	GT-Acordo de Gestão	93
5	A PRÁXIS DA PAPESCA NO CANTO DE ITAIPU	96
5.1	O Coordenador da PAPESCA	97

5.2 Aproximação: “Ir lá para ver, para viver, ir lá para ver com os olhos dos outros”	99
5.2.1 Reunião sobre resíduos sólidos (Nov, 2012)	99
5.2.2 Observações, conversas informais e entrevistas (Jan-Dez, 2013)	100
5.2.3 Acompanhamento da RESEX Itaipu (Jan-Dez, 2013)	102
5.2.4 Esboço de um termo de colaboração (Mai, 2013)	102
5.2.5 Oficina com pescadores e moradores (Out, 2013)	103
5.3 Construção: “arrasto de empoderamento”	108
5.3.1 Moradia no Canto de Itaipu (Fev-Dez, 2014)	108
5.3.2 Acompanhamento da RESEX Itaipu (Jan, 2014 - Set, 2015)	110
5.3.3 Gestão de Projetos Solidários - GPS (Mar-Set, 2014)	114
5.3.3.1 Intercâmbio para RESEX de Arraial do Cabo (2014)	116
5.3.4 Intercâmbio para Teia de Redes em Brasília (Mar, 2014)	117
5.3.5 Intercâmbio para “Projeto Corredor Cultural” da Costa Verde (Mai, 2014)	119
5.3.6 Intercâmbio para VIII UFRJMar Paraty (Ago, 2014)	119
5.3.7 Intercâmbio para CONFREM (Out, 2014)	120
5.3.8 Intercâmbio para seminário do Projeto Pesca Solidária em Cajueiro da Praia (Nov, 2014)	121
5.3.9 Seminário PAPESQUINHA II (Dez, 2014)	122
5.3.10 Intercâmbio para RESEX do Mandira (Abr, 2015)	123
5.3.11 Curso de formação de gestores socioambientais (Abr-Jun, 2015)	125
5.3.12 Intercâmbio para Teia de Redes na Prainha do Canto Verde (Ago, 2015)	127
5.3.13 Intercâmbio para IX UFRJMar em Paraty (Ago, 2015)	127
5.3.14 Coletivo arrasto de empoderamento (Jan-Set, 2015)	128
5.4 Retração: conflitos e crise com a comunidade	130
5.5 Retomada: 1ª sistematização crítica	135
5.5.1 Eixo “História de vida” e relacionamento com o MAI	136
5.5.2 Disciplina gestão compartilhada de recursos naturais	137
5.5.3 Sistematização crítica	138
5.5.4 Acompanhamento da RESEX	141
5.6 (Re)construção: Novos referenciais	143
5.6.1 Acompanhamento da Marejada Cultural	143
5.6.2 Espaço Itaipu de Economia Solidária	145
5.6.3 Pesquisa-ação, educação popular e engenharia	146
5.6.4 Projetos diversos e dispersos	148
5.7 Retração: A PAPESCA sob nova coordenação	149
5.7.1 Planejamento e execução do PROFAEx 2017/2018	149

5.7.2	Planejamento do PROFAEx 2018/2019	153
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

LISTA DE SIGLAS

ACODUNA.....	Associação da Comunidade Tradicional da Duna Grande
ACOMPI.....	Associação Comercial da Praia de Itaipu
ACOTEM	Associação de Comunidades Tradicionais do Engenho do Mato
ACOTMA	Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas
ALPAGOA	Associação Livre dos Pescadores da Lagoa de Piratininga
ALPAPI.....	Associação Livre dos Pescadores e Amigos de Itaipu
AMAITA	Associação de Moradores e Amigos de Itaipu
AMORBELA.....	Associação de Moradores e Amigos da Beira da Lagoa
APA.....	Área de Proteção Ambiental
Aterpesca	Rede de Extensão Pesqueira Costa Sul-Sudeste
BG	British Gas
BIOMAR.....	Laboratório de Biologia Marinha
CCRON.....	Conselho de Comunidades da Região Oceânica de Niterói
CD RESEX Itaipu	Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu
CEASA	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA-RJ)
CICCA	Coordenadoria Integrada de Controle de Crimes Ambientais
CIT	Centro de Informações Toxicológicas
CNPT.....	Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
Colônia de Pescadores Z-7	Colônia de Pescadores de Itaipu e Maricá Z-7
Colônia Z-7	Colônia de Pescadores de Itaipu e Maricá Z-7
Colônia Z-8	Colônia de Pescadores de Niterói e São Gonçalo Z-8
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
Cooperostra.....	Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananeia
COOPETEC	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos

COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia
CPP.....	Comissão Pastoral da Pesca
CRAC.....	Conselho de Representantes de Alunos da COPPE
DOI-CODI.....	Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna
EMBRABIL.....	Empresa Brasileira de Biotecnologia S/A
ENEDS	Encontro Nacional de Engenharia para o Desenvolvimento Social
FEPERJ	Federação Estadual de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
FIPERJ.....	Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro
FURNAS	Furnas Centrais Elétricas S/A
GPS	Curso Gestão de Projetos Solidários
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
LAFAE	Laboratório de Fontes Alternativas de Energia (Departamento de Engenharia Elétrica)
MAI	Museu de Arqueologia de Itaipu
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPP.....	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
NEPAM.....	Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas
NIDES.....	Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social
NUFEP.....	Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas
NUPIJ	Núcleo de Pesquisa sobre Práticas e Instituições Jurídicas
ONG	Organização não Governamental
PAPESCA	Programa de Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal no Litoral Fluminense
PESET	Parque Estadual da Serra da Tiririca

Petrobras.....	Petróleo Brasileiro S/A
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PRO-EXT	Programa de Extensão Universitária
PROFAEx.....	Programa de Fomento Único de Ações de Extensão
PT	Partido dos Trabalhadores
RESEX	Reserva Extrativista
RESEX de Arraial do Cabo....	Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
RESEX do Mandira.....	Reserva Extrativista do Mandira
RESEX Itaipu.....	Reserva Extrativista Marinha de Itaipu
Rio-92.....	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
RIPeR.....	Rede de Informação e Pesquisa em Resíduos
RSP.....	Rede Solidária da Pesca
SAPERJ	Sindicato de Armadores da Pesca do Rio de Janeiro
SEA	Secretaria do Estado do Ambiente
SEDRAP	Secretaria de Abastecimento, Agricultura e Pecuária do estado do Rio de Janeiro
SENAES.....	Secretaria Nacional de Economia Solidária
Shell.....	Royal Dutch Shel S/A
SINDIPI.....	Sindicato da Pesca Industrial de Itajaí e Adjacências
SNUC.....	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOLTEC.....	Núcleo de Solidariedade Técnica
SPU.....	Secretaria do Patrimônio da União
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCA.....	Termo de Compromisso Ambiental
UEPA.....	União das Entidades de Pesca Artesanal
UERJ.....	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJMar	Programa UFRJMar
Vale.....	Vale S/A

1 INTRODUÇÃO

A Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal no Litoral Fluminense (PAPESCA) é um programa de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criado no ano de 2004 pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC). A PAPESCA representou uma “saída do casulo”, ou da “torre de marfim”, pois foi a primeira ação de extensão realizada pelo SOLTEC (MELLO *et al.* 2015; LIANZA *et al.* 2015a).

Historicamente as atividades realizadas através da PAPESCA foram orientadas pelos referenciais teórico-metodológicos da pesquisa-ação, tendo como principais referências teóricas autores como Michel Thiolent e Andre Morin. A dialogicidade estava no cerne das ações e a experiência acumulada através da PAPESCA favoreceu a criação de outros projetos no SOLTEC envolvendo públicos muito diversos: agricultores familiares, moradores de favelas, trabalhadores de fábricas recuperadas, catadores e cooperativas de coleta de resíduos sólidos, entre outros (LIANZA *et al.* 2015b).

Em seu início, o objetivo geral da PAPESCA “consistia na sustentabilidade da atividade pesqueira tradicional articulada ao desenvolvimento social e solidário” (LIANZA *et al.* 2009a:2). As atividades foram desenvolvidas no município de Macaé, junto aos pescadores artesanais e outros componentes da cadeia produtiva local. A atuação da PAPESCA em Macaé ocorreu entre 2003 e 2008. Em 2009, a PAPESCA decidiu reorientar seu objetivo geral para o tema da gestão compartilhada dos recursos naturais (LIANZA *et al.* 2009a; LIANZA *et al.* 2009b):

*O processo de análise e reflexão desenvolvida nos dois últimos anos propiciou que a equipe da PAPESCA/UFRJ convergisse para reformulação do seu objetivo geral. A conclusão a que se chegou é que a sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal [...] só poderá obter êxitos se os esforços da academia, dos poderes públicos, dos atores sociais e económicos voltarem-se para implantar processos de gestão compartilhada (LIANZA *et al.* 2009a:11).*

Dando um salto na história deste programa de extensão¹, em novembro de 2012, o coordenador da PAPESCA foi convidado por Antônio Oscar² para participar de uma reunião com pescadores e moradores do Canto de Itaipu, lugar localizado no município de Niterói. A reunião foi motivada pela ocorrência de um impacto ambiental de uma atividade de dragagem, que segundo os

¹ Iremos apresentar mais adiante uma caracterização mais detalhada da atuação da PAPESCA entre os anos de 2004 e 2012.

² Antônio Oscar é técnico e extensionista da UFRJ. Atua como coordenador da Rede de Informação e Pesquisa em Resíduos (RIPeR), que também se constitui em um projeto de extensão do SOLTEC. Oscar, como é mais conhecido, milita no movimento de economia solidária e é morador de Niterói.

pescadores, destruía redes de pesca, degradava ecossistemas e reduzia a oferta de pescado. Além do coordenador da PAPESCA, professor Sidney Lianza, esta atividade envolveu a participação do técnico da UFRJ Vinícius Silva.

Este primeiro contato já foi decisivo para que o PAPESCA elegesse o Canto de Itaipu como território prioritário para o desenvolvimento de suas atividades de extensão (SOUZA *et al.* 2015). De acordo com Lianza e Silva (2016), os motivos que levaram à decisão tão rápida pautaram-se por vários motivos: a presença de fortes laços comunitários, a politização e a articulação de ideias apresentada por alguns dos membros da comunidade, o acolhimento e, não menos importante, o fato de estar, então, em andamento o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu³ (RESEX Itaipu), concluído em outubro de 2013.

O contexto sociocultural do Canto de Itaipu é muito instigante. Itaipu denomina um bairro do município de Niterói. Itaipu também denomina a praia deste bairro, praia que se estende entre o Morro das Andorinhas e o Canal de Itaipu. É na praia de Itaipu que se desenvolve importante atividade pesqueira artesanal. Canto de Itaipu, por sua vez, denomina uma vila situada em uma porção territorial mais próxima à praia e também o local específico da praia onde vemos diariamente o subir e descer dos barcos de pesca, os leilões de pescado, o trabalho de revenda e de limpeza dos peixes, o concerto das redes, etc. (MIBIELI, 2014; OLIVEIRA, 2017).

A praia de Itaipu e o Canto de Itaipu são lugares de grandes conflitos e disputas relacionadas com o uso e com a ocupação do solo. Historicamente são lugares criados pela ação dos pescadores artesanais, mas isto mudou muito, sobretudo a partir da década de 1970. Na praia, redes de pesca e embarcações disputam espaço com cadeiras e mesas dos bares que servem ao turismo. Ainda em terra, incorporadoras e especuladores continuam avançando sobre terrenos ocupados por pescadores e seus familiares há muitos anos. A remoção “branca” também já afastou muitos pescadores do Canto para bairros bem distantes dali. Em relação à representação política, a Colônia de Pescadores Z-07 e Associação Livre dos Pescadores e Amigos de Itaipu (ALPAPI) disputam a legitimidade e dividem a opinião dos pescadores. No mar, a pesca artesanal disputa espaço com outros tipos de pesca e com as atividades de lazer e continua sendo pressionada pela pesca industrial predatória (COSTA, 2011).

Neste contexto, a possibilidade de criação da RESEX marinha de Itaipu ofereceu à comunidade a possibilidade de respaldar a manutenção de presença e de seus costumes no Canto de Itaipu. Muito

³ A criação da RESEX Itaipu se deu através de decreto estadual após 17 anos de reivindicação por parte de pescadores do Canto de Itaipu. Mais adiante iremos situar o processo de criação e de implantação da RESEX.

embora a RESEX não tenha incluído em suas delimitações áreas terrestres, de moradia e de prática das fainas relacionadas com a pesca e demais elos da cadeia produtiva local, este sempre foi o desejo dos pescadores artesanais, conforme podemos observar na fala de uma das lideranças mais ativas do Canto de Itaipu, seu Chico:

e o entorno da Resex? Como fica a regulamentação fundiária os pescadores? (Fala de seu Chico durante atividade realizada pela RESEX obtida de MENEZES, 2014:35)

Ao se deparar com este cenário, Sidney e os demais membros da PAPESCA perceberam uma grande oportunidade para desenvolver projetos alinhados com o seu objetivo geral, de fortalecer processos de gestão compartilhada de recursos naturais. Neste sentido, foi estabelecido o desafio de construir um processo de formação que visasse o empoderamento de pescadores e moradores do Canto de Itaipu de modo que obtivessem maior protagonismo na gestão da RESEX Itaipu (LIANZA e SILVA, 2016).

Em 2015 eu entrei na PAPESCA e desde então tenho contribuído com o programa. Tive a oportunidade de visitar o Canto de Itaipu pela primeira vez no mês de abril de 2015 para participar de uma reunião com moradores e pescadores. A reunião era organizada pela PAPESCA e fazia parte de uma rotina de encontros de periodicidade semanal estabelecida entre extensionistas e atores locais. A reunião foi realizada no Museu de Arqueologia de Itaipu⁴. O professor Sidney Lianza, então coordenador do programa foi o principal mobilizador dos participantes e também mediou a reunião.

Naquela reunião, a principal questão para os pescadores consistia na ausência do chefe da Reserva Extrativista Marinha, que havia sido criada há dois anos. Para os moradores era a indecisão em relação à organização da 1ª Marejada Cultural. Para a PAPESCA o interesse gravitava em torno do curso de formação de gestores e de uma viagem de intercâmbio que estava sendo planejada.

A reunião ocorreu durante umas três horas, em clima amistoso e com muito debate. Participavam homens e mulheres e todos falavam, alguns mais, outros menos. Algumas vezes, parecia que a reunião fugia de controle, com pessoas falando em paralelo, monopolizando a fala por muito tempo ou fugindo do tema. Também notei que era uma reunião que não se secretariava, não se sistematizava.

⁴ A PAPESCA teve no MAI um importante parceiro na realização das atividades conduzidas no território. Inúmeras atividades foram realizadas no MAI, que sedia uma infraestrutura fundamental para a realização das atividades. Os servidores do MAI também participavam das atividades, assumindo, por vezes, responsabilidades na cogestão das ações e na mobilização dos atores locais.

Um segundo aspecto que chamou a atenção foi a empatia que Sidney Lanza conseguia transmitir. Havia um carinho mútuo, uma cumplicidade de quem seguramente já tinha logrado um lugar naquela comunidade. Sidney fazia piadas, ria, chamava a atenção dos participantes de um lugar conhecido por todos. Sidney era querido ali no Canto de Itaipu e isto estava claro.

Os participantes da reunião apresentavam uma qualidade argumentativa muito interessante, além de um forte sentimento de pertencimento ao lugar onde viviam e se reproduziam socialmente. Havia estudado outros pescadores da baía de Guanabara, mas o que percebi e senti entre aqueles que se reuniam com o Sidney, era diferente. Havia sentimento de pertencimento em relação ao território onde viviam, esperança para melhorar a situação vivida por todos, perspectiva crítica sobre a própria realidade.

Achei toda aquela situação surpreendente. Depois de passar um tempo longe do mundo acadêmico, voltei daquela reunião com a cabeça mexida por inúmeras questões: como a pesquisa-ação lida com a relação entre pesquisadores e atores locais? A pesquisa-ação rompe com formalismos de um trabalho acadêmico? Laços afetivos são variáveis importantes em um trabalho de extensão? O pesquisador pode expressar seus valores de forma tão clara em um trabalho de extensão? Quais são os limites e possibilidades na relação entre indivíduo e instituição no que tange à questão da representação? A palavra empoderamento era utilizada como retórica ou consistia efetivamente em uma prática que poderia colocar a universidade em uma condição de contribuir efetivamente para a construção de um poder popular local?

Em junho 2018, permaneço na PAPESCA, programa que me comprometi até março de 2019⁵. Destaco que a PAPESCA continua atuando no território do Canto de Itaipu, mas não com a mesma intensidade e nem com a mesma relação de confiança com os pescadores e moradores. Contribui para esta situação o fato do professor Sidney Lanza ter se afastado da coordenação do programa em agosto de 2017, ao se aposentar. Esta mudança acarretou no aprofundamento de uma crise de gestão do programa, que já vinha fragilizado pela perda de recursos financeiros⁶, pela descontinuidade nos trabalhos dos estudantes de graduação envolvidos e por conflitos com a própria comunidade do Canto de Itaipu. Diante de um cenário pouco otimista, discute-se no SOLTEC a possibilidade de iniciar um processo de gestão de término para o programa, de modo

⁵ Mês em que se encerra o ciclo iniciado pelo edital Profaex 2018/2019.

⁶ Suspensão do edital do programa ProExt do Ministério da Educação (Programa de Extensão Universitária) e redução do orçamento universitário disponível para editais de extensão (Pibex e Profaex).

que se concluam as atividades da PAPESCA no Canto de Itaipu de forma correta e transparente, quiçá da PAPESCA como um todo.

Neste sentido, como um dos últimos participantes do programa, como mestrando do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social e em pleno acordo com meu orientador, professor Sidney Lanza, coloco esta dissertação à serviço da sistematização e análise crítica do percurso da PAPESCA realizado no Canto de Itaipu. Nos propomos a analisar todo o período de atuação da PAPESCA no Canto de Itaipu, transcorrido entre novembro de 2012 e abril de 2018⁷.

Não será a primeira vez que a práxis da PAPESCA será sistematizada e analisada criticamente. Há diversos trabalhos acadêmicos e relatórios técnicos que contribuíram para esta prática, tais como, os trabalhos de Addor (2006), Carvalho (2006), Lanza *et al.* (2009a), Lanza *et al.* (2009b), Lanza *et al.* (2015a; b), Joventino (2013), Addor *et al.* (2015) e Souza *et al.* (2015). Especificamente sobre a inserção no Canto de Itaipu identificamos os seguintes trabalhos: Lanza e Branco (2015), Lanza (2016), Silva *et al.* (2016), Rodrigues *et al.* (2017), Waltenberg *et al.* (2017), Silva *et al.* (2017) e Rodrigues *et al.* (2018).

Tomando como referência as definições apresentadas por Holliday (2006) podemos situar a experiência acumulada pela PAPESCA como um programa cujas ações variam entre processos de educação popular, organização e promoção social de setores sociais marginalizados ou desfavorecidos economicamente, culturalmente e socialmente. Neste sentido, a PAPESCA emerge como uma ação social complexa em que se relacionam de forma contraditória fatores objetivos e subjetivos, tais como: as condições do contexto de onde parte e onde se insere, as situações particulares enfrentadas, as ações dirigidas, as percepções, interpretações e intenções de todos os envolvidos, os resultados esperados e as relações e reações estabelecidas entre os participantes.

Neste sentido, a sistematização crítica da práxis da PAPESCA se mostra uma oportunidade para aprofundar a compreensão das experiências vitais obtidas através de processos inéditos e irrepetíveis dos quais o programa fez parte. O adjetivo crítico procura, neste caso, qualificar a sistematização como um processo dialético e inserido em um contexto histórico-social que condiciona, mas não determina o modo de agir humano (FREIRE, 1996; HOLLIDAY, 2006). Utilizando as palavras de Holliday (2006:22), pretendemos nos apropriar “da experiência vivida e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido”.

⁷ Mês em que a proposta da PAPESCA foi aprovada pelo edital Profaex 2018/2019.

Mas a experiência vital da PAPESCA no Canto de Itaipu é demasiado ampla e complexa para ser abordada como um todo nesta dissertação. Neste sentido, decidimos realizar um recorte temático no qual pretendemos sistematizar e analisar criticamente a práxis da PAPESCA em duas camadas distintas: a primeira é um olhar para dentro, onde tentamos desvelar as relações estabelecidas entre professores, técnicos e estudantes na produção de uma ação de extensão na UFRJ. Este olhar para dentro busca identificar elementos que nos permitem avaliar o que ocorreu e quais são os desdobramentos que influem sobre a transmissão do legado institucional da PAPESCA na UFRJ. A segunda camada é para fora e mergulha na compreensão da relação com os pescadores artesanais, população tradicional e moradores do Canto de Itaipu com os quais a PAPESCA se relacionou ao longo de sua inserção no território em questão. Nas duas camadas, nos preocuparemos em perceber as relações de poder que atravessaram ou que foram produzidas a partir desta experiência.

Justificamos este recorte com base no objetivo geral apresentado pela PAPESCA para sua atuação no Canto de Itaipu que, como já mencionamos anteriormente, consistiu no estabelecimento de processos que proporcionassem o empoderamento de pescadores artesanais e da população tradicional para que estes se tornassem protagonistas na gestão compartilhada dos recursos naturais possibilitada pela RESEX Itaipu. Mas será possível alcançar um objetivo desta natureza sem que as condições institucionais sejam favoráveis, ou sejam, elas mesmas uma experiência de gestão compartilhada?

O objetivo geral definido para a PAPESCA problematiza relações de poder nas quais os pescadores artesanais e as populações tradicionais, de um modo em geral, se situam como coadjuvantes na promoção de políticas públicas, subrepresentados politicamente nas esferas de poder governamental, subordinados juridicamente, vítimas de inúmeras injustiças socioambientais e sujeitos a uma violação de seus direitos pelos próprios agentes do Estado (NASCIMENTO, 2016; CPP, 2016; SIMÕES e ROSA, 2018).

A escolha por realizar o recorte em torno do tema poder também se relaciona com um fato importante da experiência vivida pela PAPESCA no Canto de Itaipu. Em setembro de 2015, o programa entra em uma profunda crise produzida por um confronto com uma liderança local. Aquele acontecimento fez a PAPESCA iniciar um processo de reflexão crítica que resultou em uma redução do volume de atividades junto à comunidade e em uma busca por novos referenciais teórico-metodológicos. O trecho a seguir foi extraído do blog PAPESCA e consiste no editorial da PAPESCA sobre o fato que acabamos de relatar:

Qual o papel das Universidades Públcas, como entes do Estado? Não temos dúvida de que devem contribuir. Mas o como? A princípio em dialogar saberes científicos e tradicionais, para, NO MINIMO,

tentar produzir sistematizações que expliquem os sistemas complexos socioecológicos, e, ISTO É FUNDAMENTAL, contribuir para a compreensão sobre os caminhos de pesquisa, dos processos educativos e formativos, para a construção de novas institucionalidades de sorte fortalecer a tenra democracia participativa, longe da tutela do Estado, Capital e de Pelegos. (LIANZA, 2015, destiques do original)

Nesta citação, a reflexão apresentada é dada sobre um contexto geral, mas que também se aplicaria a realidade do Canto de Itaipu. As relações de poder descritas denunciam três formas de dominação que seriam produzidas pelo Estado (e a universidade seria incluída aqui), pelo Capital (que seria o principal agente responsável pela tragédia socioambiental vivida pelos pescadores artesanais) e por Pelegos (que seriam agentes locais que atuariam aparelhando instituições locais ou agindo de forma centralizadora e autoritária).

Esta é uma questão clássica que se coloca, sobretudo, para programas de pesquisa, ensino e extensão que se dispõem a enfrentar o desafio de transformar relações de desigualdade social e que operam a partir de uma lógica emancipatória da sociedade. Portanto, nossa contribuição dialoga com um debate mais amplo no qual iremos abordar as possibilidades e limites da PAPESCA inserida no campo das pesquisas militantes que, conforme destacam Bringel e Varela (2016:475), pautam-se:

por metodologias de pesquisa e de ação capazes de orientar e produzir, de maneira responsável e ética, conhecimentos, atuações e interações que contribuam para a mudança social, política e econômica.

Faremos isto cientes de que a PAPESCA se insere em relações de poder prévias e específicas à sua condição de um programa de extensão de uma universidade pública e que o mesmo ocorre no Canto de Itaipu, que trouxe para a experiência vivida junto à PAPESCA suas próprias relações de poder.

Neste sentido, organizamos esta dissertação com a seguinte estrutura: (1) apresentação da metodologia utilizada; (2) apresentação do referencial teórico; (3) apresentação do contexto socioambiental no qual se situam os pescadores artesanais e moradores do Canto de Itaipu, incluindo uma análise da conjuntura brasileira que afeta percepções, práticas e utopias dos atores locais; (4) sistematização e interpretação da práxis da PAPESCA no Canto de Itaipu sob a perspectiva das relações de poder; (5) considerações finais, nas quais buscamos retomar alguns pontos que nos chamam mais a atenção e que entendemos que podem contribuir para o melhor entendimento da práxis da PAPESCA e das possibilidades que se apresentam em relação à sua continuidade ou término.

2 METODOLOGIA

Adotamos nesta dissertação uma abordagem qualitativa, que conforme assinala Pedro Demo (2013), busca compreender o conteúdo da vida humana, seja através da relação que os seres humanos estabelecem com a natureza através do trabalho e da tecnologia e entre os próprios seres humanos através do fenômeno do poder. Neste sentido, nos afastamos de uma ciência preocupada em operar através de uma busca pela perfeição dos métodos e das técnicas, bem como pela capacidade de ser reaplicada indefinidamente sem que sejam questionadas as finalidades da pesquisa.

Adicionalmente, buscamos não subordinar a compreensão da realidade investigada a modelos teóricos ou a rígidos procedimentos metodológicos, de modo que corrêssemos o risco de restringir o campo de observação da dinâmica social em busca de evidências que corroborem hipótese e teorias pré-estabelecidas (FLICK, 2004).

Conforme destaca Demo (2013:9) “na qualidade não vale o maior, mas o melhor, não o extenso, mas o intenso”. Nossa matéria prima é a linguagem; o diálogo foi o nosso principal instrumento de trabalho, através do qual buscamos apreender aspectos do universo de significações dos pescadores artesanais do Canto de Itaipu.

Como dito na introdução desta dissertação, entendemos a PAPESCA como um programa cujas ações variam entre processos de educação popular, organização e promoção social de setores sociais marginalizados ou desfavorecidos economicamente, culturalmente e socialmente. Neste sentido, mesmo como parte de uma ação institucional acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a PAPESCA se apresenta como uma ação social complexa em que se relacionam de forma contraditória fatores objetivos e subjetivos, tais como: as condições do contexto de onde parte e onde se insere, as situações particulares enfrentadas, as ações dirigidas, as percepções, interpretações e intenções de todos os envolvidos, os resultados esperados e as relações e reações estabelecidas entre os participantes.

Neste sentido, a sistematização crítica da práxis de um período de vida da PAPESCA (2012-18) mostra-se como uma oportunidade para aprofundar a compreensão das experiências vitais obtidas através de processos inéditos e irrepetíveis do qual o programa fez parte. O adjetivo crítico procura, neste caso qualificar a sistematização como um processo dialético e inserido em um contexto histórico-social que condiciona, mas não determina o modo de agir humano (FREIRE, 1996;

HOLLIDAY, 2006). Utilizando as palavras de Holliday (2006:22), pretendemos nos apropriar “da experiência vivida e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido”.

Holliday (2006) destaca a importância de se perceber a experiência a ser sistematizada como um processo social complexo que inter-relacionam fatores objetivos e subjetivos de forma bem contraditória. Dentre os fatores o estudioso indica:

- *As condições do contexto em que se desenvolvem;*
- *Situações particulares a enfrentar-se;*
- *Ações dirigidas para se conseguir determinado fim;*
- *Percepções, interpretações e intenções dos diferentes sujeitos que intervêm no processo;*
- *Resultados esperados e inesperados que vão surgindo;*
- *Relações e reações entre os participantes. (HOLLIDAY, 2006:21)*

Para Holliday (2006:24) sistematizar uma experiência é realizar uma interpretação crítica a partir do ordenamento e reconstrução da própria experiência e a partir da qual busca-se compreender a “lógica do processo vivido os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo”. Não se trata, portanto, de uma mera descrição, classificação, ordenação de fatos, processos e experiências. A sistematização busca produzir novos conhecimentos a partir da prática, um primeiro nível de conceitualização, buscando ir além da prática.

Para Holliday (2006) também é importante tomar distanciamento para realizar uma interpretação realmente crítica da experiência. Distanciar, não significa, contudo, objetivar a experiência, não significa, conforme destaca Holliday (2006) isolar fatos sociais e retirar deles toda subjetividade, juízo de valor, sensibilidade e emoção. O distanciamento é realizado como uma forma de ampliar as conexões entre os fatos. Dialeticamente, para Freire (1996:18), o ““distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo” (FREIRE, 1996:18, aspas do autor).

Esta tarefa não será fácil na medida em que me encontro implicado na experiência que pretendo sistematizar. Desde 2015 tenho “vivido” a PAPESCA, tanto nas atividades que são realizadas a partir do programa, como pelas relações sociais que a atravessam. Em 2017, fui contemplado com uma bolsa de extensão, fato que me levou a um envolvimento ainda maior com a PAPESCA.

A presente sistematização da práxis da PAPESCA percorre um período compreendido entre novembro de 2012, primeira chegada ao Canto de Itaipu e abril de 2018, período no qual se iniciou um novo ciclo de atividades no Canto de Itaipu, mas que não iremos trabalhar nesta dissertação.

Uma vez que minha entrada ocorreu em abril de 2015, as informações sobre a práxis da PAPESCA foram obtidas através de levantamento bibliográfico e documental, no qual consideramos uma grande diversidade de documentos: publicações científicas/acadêmicas; memórias de reuniões em que a PAPESCA esteve presente; relatórios de atividades de campo; vídeos; entre outros.

Para complementar as informações obtidas pelo levantamento bibliográfico, foram realizadas inúmeras conversas com os integrantes da PAPESCA, dentre eles, Sidney Lianza, Vinícius Branco e Rodrigo Erdmann. Algumas destas conversas ajudaram a compreender detalhes de determinados eventos ou situações vividas pela PAPESCA.

Uma fonte de informações fundamental consistiu no vídeo-depoimento realizado por Sidney Lianza e Vinícius Branco ao professor José Cubero. O depoimento narra e interpreta os primeiros anos de atividades da PAPESCA no Canto de Itaipu. Ao longo do texto citamos este material como “Lianza e Silva (2006)”.

Em 2017, eu facilitei uma dinâmica em uma das atividades periódicas de orientação dialógica⁸ da PAPESCA. Esta atividade envolveu os membros da PAPESCA que tinha como objetivo descrever e analisar a linha do tempo da PAPESCA até aquele momento. Partindo do vídeo, buscamos aprofundá-lo, identificando as principais atividades realizadas, os atores que participaram e os objetivos propostos e alcançados. Buscamos, quando possível, entender os desdobramentos de cada evento e os impactos do contexto local sobre as ações realizadas.

Em relação ao contexto socioambiental na qual se inseriu a PAPESCA utilizei dados secundários, principalmente o acervo acadêmico produzido pela equipe do NUFEP/UFF. Publicações de outros núcleos e departamento da UFF, bem como de outras instituições de ensino superior também constam entre os materiais bibliográficos consultados por nós.

Também está presente a observação de campo realizada com a minha participação em eventos realizados pela PAPESCA, pela RESEX Itaipu e pelos pescadores artesanais do Canto de Itaipu. Desde 2015 tenho frequentado a comunidade e interagido com alguns de seus moradores. As

⁸ A orientação dialógica é um espaço coletivo de gestão da PAPESCA e que envolve todos os seus membros. São encontros regulares nos quais se abordam diferentes aspectos relacionados com as atividades da PAPESCA: discussões teórico-metodológicas, informes de atividades, análises de interações durante trabalhos de campo, planejamento de atividades, gestão institucional do programa, elaboração de propostas para editais internos e externos à universidade, etc. A orientação dialógica compõe, na visão de Sidney Lianza, uma concepção metodológica da PAPESCA de estabelecer uma comunidade de aprendizagem ao longo de todo o processo de gestão do programa.

observações encontram-se registradas em cadernos de campo e em mensagens eletrônicas enviadas por mim para o grupo da PAPESCA, como forma de relatar prontamente uma situação vivida.

Também consultamos o acervo iconográfico da PAPESCA, que tem sido disponibilizado à comunidade digitalmente, através de uma nuvem de dados que é ainda viabilizada por Sidney Lanza. Nesta dissertação procurei acessar e utilizar este material o que pode ter me levado a não produzir novos registros desta natureza. Em termos de devolutiva, pretendemos indicar ao longo da dissertação os enlaces destes materiais de modo que a dissertação se torne também um guia de acesso às informações geradas e que são públicas.

Finalmente, além de incontáveis conversas informais, realizei sete entrevistas com seis pescadores(as) e um(a) morador(a) tradicional do Canto de Itaipu como forma de complementar nosso campo de visão sobre o contexto socioambiental no qual se inseriu a PAPESCA.

As entrevistas foram baseadas em um roteiro semiestruturado, construído a partir das observações de campo, das conversas informais, das leituras do material bibliográfico e da participação na PAPESCA.

Conforme assinala Bourdieu (1999), entendemos que as entrevistas estabelecem um tipo particular de relação social, promovem uma espécie de intrusão na vida dos sujeitos pesquisados, e inevitavelmente é capaz de produzir distorções na realidade observada. Os sujeitos entrevistados não são passivos diante do entrevistado, de sua postura, linguagem, etc. e a entrevista, vista como esta relação social específica, exercerá efeitos sobre os resultados obtidos.

Sendo assim, compreendemos que o diálogo entre nós, pesquisadores universitários, e os moradores e pescadores do Canto de Itaipu poderá produzir, conforme destaca Bourdieu (1999), uma violência simbólica instaurada pela dissimetria existente entre o capital cultural dos pesquisadores e dos pesquisados e a percepção, por parte dos pesquisados, dos pesquisadores como socialmente superiores. Como caminho para superar as dificuldades assinaladas, buscaremos seguir as recomendações do próprio Bourdieu (1999).

Avalio é que a confiança de alguns entrevistados foi obtida pela forma como a entrevista foi conduzida e pelo ambiente criado. Mesmo com as censuras que um gravador pode produzir em um entrevistado, obtivemos relatos intensos e que retratam uma realidade bastante conflituosa e contraditória do Canto de Itaipu. Alguns(mas) dos(as) entrevistados(as) pediram para que eu editasse a transcrição, apagando alguns trechos. Outros pediram para interromper a gravação. Curiosamente, um(a) entrevistado(a), ao final, questionou:

Entrevistado(a): Fechou?

Davi: Fechou. Muito obrigado...

Entrevistado(a): Nada. Não sei se você tira alguma coisa de proveito disso aí, não.

Davi: Muito, muito bacana isso. Foi uma boa essa entrevista, eu acho.

Entrevistado(a): Mas se não tá legal, não há problema, não, a gente pode sentar e...

A preocupação do(a) entrevistado(a) era a falta de um roteiro de perguntas. Para ele, a entrevista tinha parecido um bate-papo, no qual ele acabou não de dando conta da profundidade das informações que ele compartilhava. A reação deste entrevistado pode ser ainda relacionada com o fato dele estar habituado a participar de pesquisas acadêmicas que, talvez, utilizem roteiros ou questionários.

Ressaltamos que todos(as) os(as) entrevistados(as) receberão uma cópia digital da transcrição das entrevistas, junto com uma cópia da dissertação.

Sobre a devolutiva da dissertação, em especial, neste caso, achamos por bem definir que ela será negociada com os participantes diretos das atividades da PAPESCA, além dos entrevistados(as). Assim, garantimos que a forma de devolutiva contenha também uma forma de participação dos atores locais.

A seguir destacamos, como referencial teórico, conceitos que vêm sendo amplamente utilizados para descrever a prática da PAPESCA, não só no Canto de Itaipu, mas ao longo de toda a sua história.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nós procuramos fazer algo que os fortaleça como protagonistas. E aí vem a grande questão: qual é o nosso limite? Como é que nós estabelecemos laços de confiança com eles e não nos confundimos? Corremos riscos de ser populistas, ao fazer o que eles mandam, ou autoritários. Temos que ter uma relação dialética, entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, para que eles possam, de fato, serem protagonistas. Desafio que causa muita divergência, seja com colegas acadêmicos, seja com a população tradicional, que se sente agredida pela sua autonomia. (LLANZA e SILVA, 2016)

A atuação da PAPESCA encontra-se cercada por uma série de questionamentos éticos relacionados com a postura que professores, extensionistas, pesquisadores e técnicos devem ter no exercício de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Orientados por Paulo Freire (1996), entendemos que somos seres históricos-sociais e éticos, pois nossa experiência no mundo não é fruto de um mecanicismo ou de leis universais que determinam nossas escolhas, comparações, valores, decisões e rupturas. Logo, estes questionamentos fazem parte de uma conduta ética perante a posição que a PAPESCA se coloca de transformação social:

Quer dizer, já não foi possível existir sem assumir o direito e o dever de optar, de decidir, de lutar, de fazer política. E tudo isso nos traz de novo à imperiosidade da prática formadora, de natureza eminentemente ética. E tudo isso nos traz de novo à radicalidade da esperança. Sei que as coisas podem até piorar, mas sei também que é possível intervir para melhorá-las. FREIRE, 1996:22

As escolhas teórico-metodológicas da PAPESCA buscam privilegiar conceitos, métodos, instrumentos que favoreçam o permanente questionamento sobre estas próprias escolhas, servindo como um mecanismo de reflexão sobre a própria reflexão, tal como também nos orienta Paulo Freire (1996).

Diante disso, trazemos para o referencial teórico desta dissertação algumas reflexões sobre os conceitos que fazem parte da práxis da PAPESCA. Não temos a intenção de realizar um debate profundo sobre cada conceito, buscando problematizá-los à luz de diferentes pontos de vista teóricos. Ao contrário, pretendemos enfatizar a forma como foram apropriados pela PAPESCA buscando entender como cada conceito contribui para o entendimento da ideia de poder, sobretudo na forma de dominação.

Iniciamos com uma discussão sobre a pesquisa-ação, que foi adotado como referencial teórico-metodológico ao longo de todo o período de atividade da PAPESCA. Tentamos mostrar também como este referencial se relaciona com o campo da pesquisa militante, que por sua vez enquadra a pesquisa-ação como uma forma anticolonialista de produção do conhecimento.

Seguimos para a apresentação do conceito de práxis, que propõe a união entre reflexão e ação voltado para a transformação social das classes sociais oprimidas socialmente, culturalmente e

economicamente. Trata-se de um paradigma de ação inserido dentro da perspectiva crítica das ciências sociais e na qual pesquisadores devem se comprometer ideologicamente.

O conceito seguinte é o de empoderamento. Neologismo que chegou ao Brasil pelo trabalho de Paulo Freire. Podemos empoderar alguém ou nos empoderamos juntos?

Protagonismo é um conceito muito frequentemente utilizado pela PAPESCA para evocar um de seus principais objetivos específicos. É possível que haja protagonistas em um sistema não concorrencial de organização social?

Por fim trataremos do conceito participação, que se apresenta como uma exigência moral e metodológica dos trabalhos da PAPESCA. Participar é um fim, um meio ou ambos?

3.1 Pesquisa-ação e o campo da pesquisa militante

Na Idade Média quem ousasse pensar diferente da doutrina católica poderia ser condenado à fogueira. Assim era o controle sobre as perguntas inconvenientes. Felizmente, a “fogueira” mudou, mas infelizmente ela persiste. Hoje, fazer perguntas inconvenientes leva a restrições orçamentárias, complicações burocráticas, constantes assédios morais, judicialização, entre outros mecanismos institucionais que sufocam o exercício do livre pensamento da aventura da ciência, ou da universidade. Conforme destacam Bringel e Varela (2016):

O processo de valorização do saber científico como cânones exclusivo da produção de conhecimento, incluindo a necessidade de crescente tecnificação e profissionalização do saber, bem como a simultânea subordinação e invisibilização de outras formas de entendimento e de produção de conhecimento, exercem papel central e constitutivo na sistemática do capitalismo e na perpetuação de suas enormes desigualdades. (BRINGEL e VARELA, 2016:481-482)

Entendemos, conforme destacam Bringel e Varela (2016) que a produção de conhecimento científico está condicionada historicamente por fatores econômicos e sociopolíticos. Sendo o capitalismo a forma hegemônica de poder entendemos que a produção do conhecimento científico tende a estar vinculada aos interesses deste sistema, bem como a reproduzir a estruturação desigual promovida por esta ordem na relação entre os países centrais e periféricos. Os cientistas podem estar conscientes ou não em relação à esta situação, conforme nos alertam os autores supracitados:

todos os teóricos e cientistas sociais servem a interesses sociais e políticos específicos, consciente ou inconscientemente, sendo que, muitas vezes, o silêncio ou a forçada neutralidade revelam na realidade um compromisso com as desiguais condições sociais existentes. Deste modo, qualquer projeto de pesquisa que aborde as desigualdades e se comprometa a buscar vias para sua superação supõe uma postura política do pesquisador. (BRINGEL e VARELA, 2016:476)

A adoção da pesquisa-ação⁹ emergiu exatamente pelo descontentamento de um grupo de professores e estudantes com as abordagens metodológicas convencionalmente ensinadas aos estudantes da área tecnológica da UFRJ, abordagens estas que dificultavam e até mesmo inviabilizavam a proposição de uma engenharia comprometida com o desenvolvimento social. Seguindo críticas e orientações como aquelas feitas por autores como Miguel de Simoni, Farid Eid e Roberto Dagnino, buscou-se com a pesquisa-ação um método que permitisse abrir a “caixa-preta” da engenharia de duas formas: reconhecendo outras formas de saber e de produção tecnológica e transformando a própria prática da engenharia “acadêmica” através da crítica à neutralidade da ciência e da tecnologia.

Addor e Alvear (2015) destacam que a pesquisa-ação, historicamente, seguiu por duas trajetórias de desenvolvimento distintas: a primeira, desenvolvida e aplicada principalmente nos países capitalistas centrais, relacionada com uma proposta de construção de uma democracia industrial, também conhecida como organização sociotécnica do trabalho e que acabou também sendo apropriada pela indústria como uma forma de atingir uma produção mais eficiente. A segunda trajetória teve seu desenvolvimento mais proeminente nos países capitalistas periféricos, sobretudo na América Latina. Recebeu influências de pensadores como Paulo Freire e Orlando Fals Borda, bem como de ideologias como a teoria da libertação. A pesquisa-ação desenvolvida na América Latina foi apropriada por movimentos sociais e por acadêmicos interessados em contribuir para a redemocratização do Brasil e a emancipação popular.

No caso específico da PAPESCA, nota-se que sua práxis foi pautada pelos princípios estabelecidos por autores como Michel Thiolent, Andre Morin e Henri Desroche. O próprio Michel Thiolent participou ativamente da PAPESCA em seus primeiros anos (LIANZA *et al.* 2015a). Nas palavras de Thiolent (1986) a pesquisa-ação pode ser definida como:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (Thiolent, 1986:14)

A pesquisa-ação propõe uma ruptura com as formas convencionais de produção de conhecimento sobre a realidade na medida em que propõe responsabilidades recíprocas entre pesquisadores e atores sociais de um dado contexto social. Esta ruptura se dá através da não hierarquização entre

⁹ Não pretendemos realizar uma extensiva revisão bibliográfica sobre a pesquisa-ação por acreditar que ela não seria útil para este trabalho e que se encontra facilmente acessível na literatura científica extensivas revisões bibliográficas sobre o tema, tais como a produzida por Addor (2006) e Addor e Alvear (2015).

diferentes tipos de conhecimento e da introdução, na ação do pesquisador, de uma dimensão valorativamente inserida em uma política de transformação. Thiollent (1986) destaca:

Em geral, os agentes sociais cujas práticas são marcadas de imoralidade (corrupção, por exemplo) não precisam de pesquisa-ação. Esta é associada a escolhas valorativas tais como o reconhecimento de causas populares, a prática da democracia ao nível local a busca da autonomia, a negação da dominação, etc. (THIOLLENT, 1986:44)

Autores da pesquisa-ação indicam uma supressão da relação entre sujeito e objeto na medida em que o pesquisador buscaria implicar-se na realidade estudada e o ator social buscaria empoderar-se para agir como pesquisador (LIANZA *et al.* 2015a). Mas conforme destaca Morin (2004, p. 83):

"para o pesquisador que se faz ator, não se trata de trazer ao seu laboratório o ator que se torna pesquisador, mas de ajudá-lo a construir suas próprias teorias ou lições de prática". (MORIN, 2004: 83)

Podemos dizer que a pesquisa-ação busca romper com os paradigmas da ciência moderna de caráter colonialista na qual está presente:

a necessidade de distanciamento entre o sujeito e o objeto da pesquisa, a partir do posicionamento do pesquisador em uma plataforma totalmente neutra de observação da realidade. (BRINGEL e VARELA, 2016:478)

Diante disto, situamos a prática da pesquisa-ação realizada pela PAPESCA no campo da pesquisa militante, na qual se consideram indissociáveis reflexão e ação, bem como o científico e o político. A palavra militante assume para nós a definição dada por Bringel e Varela (2016) que a situa como o compromisso ético e político que os pesquisadores assumem com a mudança social.

Mas nem sempre uma intenção de pesquisa-ação irá encontrar uma intenção de mudança na sociedade. Tal como destaca Freire (1983), muitas vezes encontramos em uma comunidade silêncio e apatia em face de uma intenção dialógica. Neste sentido, Morin (2004:117) destaca que uma etapa fundamental da pesquisa-ação consistirá em:

utilizar táticas de persuasão para que as pessoas identifiquem o problema antes de assumirem compromisso. Este período de sensibilização ou de conscientização pode durar vários meses: é preciso estabelecer contatos pessoais com os líderes naturais do grupo, descobrir as redes de influência, comunicar com as autoridades e assim por diante. (MORIN, 2004:117)

O termo “persuasão” nos parece inadequado considerando o que vimos discutindo até o momento. Nos parece um caminho de uma direção apenas, na qual o pesquisador ilumina o caminho dos atores sociais com que interage sob um dado problema ou situação social. Faremos uma crítica ao termo utilizado, mas daremos a ele, neste momento, uma compreensão dilatada, na qual o tomaremos como parte de um processo no qual pesquisadores e atores locais dialogam e constroem em diálogo o entendimento sobre os condicionantes histórico-sociais que produzem o próprio

silenciamento e apatia, assim como recomenda Freire (1983). Destacamos que a pesquisa-ação pode contribuir para modificações na ideologia das pessoas.

3.2 Práxis

O conceito de práxis tem apresentado diversos significados, conforme podemos observar no trabalho de Orlando Fals Borda “Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla” (FALS-BORDA, 1985). Aristóteles, destaca o autor, utiliza práxis para definir a ação ou o processo que contribui para a formação de um caráter bom e justo. A visão positivista, emergente também na Europa no século XIX, comprehende práxis como simples manipulação tecnológica e controle racional dos processos naturais e social.

Fals-Borda (1985) entende, contudo, práxis a partir de outro viés, o marxista, na qual a práxis é uma ação política que visa mudar estruturalmente a sociedade. No âmbito da produção de conhecimento, Fals-Borda (1985) destaca a práxis como uma unidade dialética entre teoria e prática, partindo da premissa que o “critério de correção do pensamento é a realidade”. A partir desta compreensão de práxis emerge o campo da ciência social crítica que se contrapõe à separação entre sujeito e objeto e a neutralidade científica, princípios que são fundamentais à ciência positivista.

Na história do SOLTEC e da PAPESCA, o conceito de práxis se aproxima bastante da perspectiva de Fals-Borda (1985), muito embora o autor não tenha sido encontrado entre as referências das principais obras que sistematizam e interpretam a prática da PAPESCA. Percebemos uma grande preocupação com a necessidade de considerar outras formas de conhecer a realidade, distintas daquela proveniente do meio acadêmico, conforme destaca Addor (2015:8):

Faz-se necessário estabelecer uma nova práxis metodológica baseada em um percurso mais dialógico, rompendo com o paradigma que estabelece que o profissional universitário possui conhecimentos, técnicas, teorias, enquanto o trabalhador é desprovido de qualquer forma de conhecimento e de capacidade de raciocínio lógico. (ADDOR, 2015:8)

A práxis emerge também como prática interdisciplinar e de diálogo entre diferentes saberes acadêmicos:

a partir do entendimento de que a atuação do engenheiro na sociedade demanda uma compreensão complexa da mesma, GPS¹⁰ possui uma ementa que propõe uma práxis interdisciplinar, combinando autores de diferentes áreas: engenharia, economia, administração, planejamento urbano, serviço social, geografia, história, sociologia. Vários conceitos são desenvolvidos: economia social e solidária, trabalho,

¹⁰ GPS consistem na abreviatura de Gestão de Projetos Solidários, que consistiu em uma disciplina de extensão criada na UFRJ pelos membros do SOLTEC e da PAPESCA. Esta disciplina será apresentada em maior destaque mais adiante nesta dissertação.

tecnologias sociais, desenvolvimento local, gerência de projetos, assessoria a empreendimentos, metodologias participativas. (LLANZA et al. 2015b:21)

Podemos encontrar em Fals-Borda (1985) uma preocupação compatível com a interdisciplinaridade quando o estudioso destaca que os fenômenos sociais e econômicos não são explicáveis através de relações de causalidade simples, contudo, requerem uma análise das redes causais e dos efeitos obtida através de uma compreensão estrutural dos sistemas sociais e econômicos. Para Fals-Borda (1985) as ciências sociais críticas devem ser interdisciplinares, princípio também compartilhado por Paulo Freire (1983).

Outro significado encontrado para o conceito de práxis adotado pela PAPESCA consiste na participação democrática:

Enriquecidos pela troca de saberes cunhados pela abordagem participativa e com os “óculos dialógicos” do cuidado e da sensibilidade humana, percebe-se que, para a gestão de projetos solidários ser concreta, é necessário que todos os participantes se sintam em condições iguais de refletir, argumentar e discutir o assunto. Em relações coletivas, deve-se prezar pela horizontalidade e evitar os “donos da verdade”. (LLANZA et al. 2015b:27)

Esta perspectiva também está presente em Fals-Borda (1985) sendo uma preocupação para o autor tanto a subordinação do povo aos acadêmicos quanto dos acadêmicos ao povo. Para o autor, esta segunda forma de subordinação tem encontrado muita dificuldade para proporcionar a produção de novos conhecimentos e de inovações sociais e econômicas, se convertendo, muitas vezes em populismo ou em uma visão conservadora de pesquisa social.

Freire (1987) destaca que nenhuma realidade irá se transformar por ela mesma, neste sentido a práxis para a transformação social, que para Paulo Freire é uma práxis educativa, será estabelecida centralmente através do diálogo e não de explicações dadas a partir de um modelo bancário de educação.

Outra perspectiva que aparece associada ao conceito de práxis nos trabalhos desenvolvidos pela PAPESCA consiste na compreensão de que a academia deve cumprir um papel na transformação social, sobretudo da classe trabalhadora. Esta transformação, contudo, identificamos condicionada à ideia de economia solidária:

Assim, a ES¹¹ deve ser entendida como uma práxis pedagógica, no sentido de que serve a uma transformação cultural pretendida. (ADDOR et al. 2015:101)

O projeto educacional da RSP¹² parte de sua identificação com o movimento da economia solidária, portanto ré-se engajado no processo de construção de uma nova sociedade... (LLANZA et al. 2015c:137)

¹¹ Economia Solidária.

¹² RPS consiste na sigla para Rede Solidária da Pesca.

A compreensão de práxis como processo de transformação social é coincidente, como já apresentamos, com a perspectiva de Fals-Borda (1985), contudo, o autor alerta que a rigidez em relação ao uso de uma teoria ou conceito podem convertê-lo em dogmas ou em “fetiches”. Isto leva a uma visão distorcida da realidade. Para Fals-Borda (1985), não se trata de abandonar os conceitos e teorias, mas trata-las como provisórias e cujo intercâmbio com o meio social é fundamental. De acordo com FALS-BORDA (1985:13):

Pero la idea central alrededor de la cual cristalizó lo que pudiera considerarse como base del paradigma alternativo, fue la posibilidad de crear y poseer conocimiento científico en la propia acción de las masas trabajadoras: que la investigación social y la acción política con ellas, pueden sintetizarse e influir mutuamente para aumentar tanto el nivel de eficacia de la acción como el entendimiento de la realidad. (FALS-BORDA, 1985:13)¹³

A perspectiva de Fals-Borda (1985) questionaria, portanto, em que medida a economia solidária é produzida e refletida pela própria ação das bases sociais com a qual a PAPESCA interagiu.

Também destacamos na definição da práxis da PAPESCA uma relação de aproximação e afastamento da base social, como forma de viabilizar o intercâmbio de conhecimento. Addor (2006) destaca que em Macaé, as entrevistas eram problematizadas coletivamente na universidade e as diferentes interpretações que emergiam das conversas eram colocadas “a prova” em novos contatos com os entrevistados. Fals-Borda (1985) tem uma compreensão semelhante sobre a práxis como processo de construção de novos conhecimentos:

el investigador consecuente puede ser al mismo tiempo sujeto y objeto de su propia investigación y experimentar directamente el efecto de sus trabajo (véase la parte final de este estudio); pero tiene que enfatizar uno u otro papel dentro del proceso, en una secuencia de ritmos en el tiempo y el espacio que incluyen acercarse y distanciarse de las bases, acción y reflexión por turnos. (FALS-BORDA, 1985:7)¹⁴

3.3 Autonomia

O conceito de autonomia tem aparecido com frequência nos textos acadêmicos produzidos a partir das experiências da PAPESCA. Adotamos como referência para esta dissertação o trabalho realizado por Araújo (2009) relacionado com o detalhamento e a discussão acerca da complexidade do conceito de autonomia.

¹³ Tradução livre do autor: Mas a ideia central sobre a qual se cristalizou o que se poderia considerar a base do paradigma alternativo foi a possibilidade da própria ação das massas trabalhadoras criar e possuir conhecimento científico: que a investigação social e a ação política com elas, podem sintetizar e influir mutuamente para aumentar tanto o nível de eficácia, quanto a ação como entendimento da realidade.

¹⁴ Tradução livre do autor: o investigador pode, ao mesmo tempo, ser sujeito e objeto de sua própria investigação, experimentando os efeitos do seu trabalho. Deve, contudo, tomar o cuidado para enfatizar um ou outro papel dentro do processo, bem como se aproximar e se afastar da base social em turnos de ação e de reflexão.

De acordo com Araújo (2009)¹⁵ o termo autonomia vem sendo adotado com diferentes usos, contribuindo para a definição das relações entre indivíduos e uma sociedade. A autora destaca que uma diferenciação importante deve ser feita em relação à sua dimensão individual e sua dimensão coletiva.

Enfatizando nesta dissertação a dimensão social do termo autonomia, encontramos em Araújo (2009) uma definição criada a partir da relação dialética entre autonomia coletiva e individual, na qual estabelece-se uma relação onde a autonomia individual só é possível quando a desejamos para todos os indivíduos. Autonomia representaria um processo, um tipo de democracia radical, como a autogestão. Esta radicalidade estaria posta pela compreensão de que os fins estariam inseridos nos meios, de que a própria busca pela autonomia representa a autonomia possível. Logo, a autonomia deve ser considerada como um processo de consciência sobre o inacabado da vida humana.

Visão de inacabamento que nos remete a Paulo Freire (1996) que o observa como parte da experiência vital dos seres vivos. Por sua vez, a consciência sobre este inacabamento seria um aspecto distintivo dos seres humanos em relação aos seres vivos. Ser inacabado significa fazer parte de um processo no qual a existência move-se por escolhas, comparações e decisões. Esta consciência sobre nosso inacabamento não corresponde unicamente a uma condição psicológica do ser humano, tomado como indivíduo. A tomada de consciência sobre nossa incompletude é um processo social e historicamente situado. Nós, como seres humanos, tomamos consciência juntos, através da comunicação, da linguagem e da cultura, que nós mesmos produzimos.

A autonomia traria para a sociedade uma exigência de distribuição igualitária de poder. Não o poder abstrato, subjetivo, mas o poder concreto de decidir sobre assuntos importantes para todas as esferas da vida. Significa dar-se conta de que nós temos condição de gerir os problemas da sociedade sem recorrer a especialistas políticos, que deseducam o povo e os alijam da consciência crítica sobre a extensão, a complexidade e a determinação histórico-social dos problemas sociais que enfrentamos cotidianamente (ARAÚJO, 2009).

Como destacamos na citação no início deste capítulo, a PAPESCA se preocupa com a possibilidade de bloquear a busca pela autonomia em relação aos grupos sociais com quem trabalha. Isto pode ocorrer, sobretudo, ao se reforçar a relação de dominação hegemonicamente estabelecida na nossa sociedade entre as diferentes formas de saber, entre Estado e sociedade civil e entre diferentes

¹⁵ A autora discute o conceito de autonomia principalmente com base, sobretudo, nos escritos do filósofo, economista e psicanalista grego Cornelius Castoriadis.

classes sociais. Esta situação se agrava ao percebermos que entre os pescadores e pescadoras artesanais ainda há um discurso que delega ao Estado a responsabilidade pela resolução dos dilemas sociais enfrentados em suas comunidades.

Em outro nível de análise, a PAPESCA tem buscado problematizar a hierarquia que existe entre professores, técnicos e estudantes que afeta a autonomia, principalmente de técnicos e estudantes, em relação à participação nos processos de planejamento e execução de atividades.

3.4 Empoderamento

Empoderamento é um conceito que tem sido empregado em diferentes espaços de ação social e por diferentes campos do conhecimento. De forma ampla, seu uso tem sido utilizado para caracterizar processos e resultados que buscam transformar as relações de poder estabelecidas em determinado contexto social, seja em âmbito individual, em âmbito organizacional ou comunitário. Entende-se que as relações assimétricas de poder na sociedade impedem a melhoria de padrões em diferentes âmbitos da vida, bem como o desenvolvimento de capacidades de intervenção e transformação da realidade (BAQUEIRO, 2012).

De acordo com Baqueiro (2012), o termo empoderamento tem uma origem remota, que poderia estar associada com a Reforma Protestante iniciada por Lutero. Nos arriscando por linhas tortas, nos perguntamos se a tradução da bíblia para a língua alemã de modo que todos os alemães pudessem chegar as suas próprias interpretações sobre o texto sagrado não representaria um gesto de empoderamento?

Dando um salto na história do uso do termo, Baqueiro (2012) destaca que este foi intensificado na década de 1960, a partir das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos. Nas décadas seguintes o termo foi apropriado por áreas da psicologia, sendo na década de 1970 por profissionais dedicados à área de autoajuda e na década de 1980 da psicologia de comunidades.

O termo, contudo, foi sendo cooptado pelo individualismo fortemente arraigado na cultura estadunidense, conforme destacam Freire e Shor (1986) no livro “Medo e Ousadia”¹⁶. Este processo levou o termo empoderamento a assumir uma perspectiva individual de progresso, ou

¹⁶ Este livro apresenta uma entrevista realizada por Paulo Freire ao educador estadunidense Ira Shor. Os dois estudiosos constroem uma compreensão conjunta das questões relativas à educação. Nas citações diretas, indico o nome do responsável pela fala.

seja, de que cada indivíduo pode se realizar sozinho, se aperfeiçoar sozinho, subir na vida através do seu próprio esforço.

Refletindo sobre o uso do empoderamento em uma relação de ensino-aprendizagem, Freire e Shor (1986) assinalam que o uso pedagógico do termo, quando apropriado pelo individualismo, desponta em uma proposta pedagógica que busca desenvolver a ideia de alunos auto-dirigidos, na qual:

o professor é a “pessoa-recurso”, o “monitor à disposição”, quando o aluno pede alguma coisa. Espera-se que o professor surja com idéias brilhantes e desfaça os nós quando os alunos se atrapalham. Espera-se que os alunos projetem seus próprios contratos de aprendizagem, e que sejam suficientemente responsáveis para obedecer-lhos e pedir ajuda. Em muitos casos, nos EUA, os educadores indicarão o aluno auto-dirigido como sendo um estudante dotado de potencialidade criativa, uma pessoa que não tem que ser vigiada, supervisionada ou analisada. Agora, isto é uma espécie de autonomia em relação à dependência da autoridade. É uma forma de educação para pessoas que não concordam com o autoritarismo, que vêm a autonomia do aprendiz individual como a medida da democracia e do empowerment. (RA SHOR, FREIRE e SHOR, 1986:)

A perspectiva anterior, mascara, segundo Freire e Shor (1986), uma questão importante para a educação: ela é um processo dirigido. A educação não é neutra, tampouco o é o educador. A questão é descortinar em que direção e com quem a educação é diretiva. Ademais, Para Freire e Shor (1986) a saída para o autoritarismo não é necessariamente o *laissez-faire*.

Aprofundando na noção de Paulo Freire sobre empoderamento (FREIRE e SHOR, 1986:72), o educador brasileiro destaca a vinculação de empoderamento como atividade social, e propõe um tipo de empoderamento que não é “individual, nem comunitário, nem meramente social”, mas um conceito relacionado à classe social. Nas palavras de Freire e Shor (1986:72):

A questão do empowerment da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta. (PAULO FREIRE, FREIRE e SHOR, 1986:72)

Retomando a perspectiva de empoderamento cooptada temos a noção de “dar poder a alguém”, na qual se estabelece uma relação entre sujeito e objeto em que os “os indivíduos ou grupos relativamente desempoderados permanecem [...] como os receptores da ação externa, numa atitude passiva”. Este caminho pode carregar perspectivas totalitárias sobre poder, pode produzir novas formas de dominação ou ocultar formas subjacentes (BAQUEIRO, 2012: 179)

É o sentido atribuído no parágrafo anterior ao conceito empoderamento que tem sido adotado pelas elites econômicas, que passaram a disputar o uso do termo como forma de fortalecer o projeto neoliberal de “redução da despesa pública, dos impostos e da regulação estatal sobre as

relações econômicas”. Neste sentido, a aplicação do termo serviria para fortalecer a esfera privada “deixando-se às associações e comunidades a resolução de seus problemas” (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007:492).

O projeto neoliberal das elites econômicas se projeta através das ações financiadas por agências como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, além de inúmeras ONGs transnacionais cujas “práticas pasteurizam o empoderamento ao retirar-lhe seu componente de conflito, mediante a despolitização da mudança e o controle desta pelo *status quo*” (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007:493).

O uso do termo empoderamento se mostra pela sua característica polissêmica arriscada, sobretudo se não for qualificada a forma como o empoderamento é promovido e com quais objetivos este processo se apresenta.

O termo empoderamento foi utilizado pela PAPESCA em sua atuação em Itaipu. Foi, talvez, ao longo de toda a história do programa, o momento em que este termo tenha sido empregado de forma mais veemente. Considerando a trajetória da PAPESCA e os objetivos que tínhamos para as atividades de extensão planejadas para o Canto de Itaipu, compreendo que, no discurso, o uso do termo pela PAPESCA estava em consonância com o sentido freireano, ou seja, o empoderamento para emancipação. Se este sentido foi realizado na prática, como a comunidade do Canto de Itaipu compreendeu este conceito e os efeitos que o empoderamento praticado pela PAPESCA trouxe para o processo de ampliação da participação comunitária na gestão da RESEX Itaipu é o que pretendemos examinar nesta dissertação.

Antes, contudo, daremos sequência na discussão conceitual a que nos propomos apresentando em seguida uma breve discussão sobre o conceito de protagonismo.

3.5 Protagonismo

A etimologia da palavra protagonismo nos apresenta os seguintes significados: o primeiro (proto) ator/lutador (agonistes) a agir (ismo). O protagonista era o primeiro ator nos dramas gregos e atualmente se utiliza para designar o lugar principal ocupado por uma personagem em uma narrativa, seja ela literária, teatral ou cinematográfica, por exemplo. Em sentido figurado, protagonista é utilizado para definir uma pessoa que desempenha ou ocupa o lugar principal em um acontecimento (FERREIRA, 1986; CERQUEIRA, 2017).

Além de uma ação de um indivíduo frente a um acontecimento, o uso do termo também tem ocorrido para referenciar a ação de grupos sociais que, embora sejam muito heterogêneos internamente, se mostram de modo geral como subalternos em uma relação de poder com outros grupos, tais como do jovem em relação ao adulto (FERRETTI *et al.* 2004), da mulher rural em relação ao homem (FISCHER, 2006; PEDRO e GUEDES, 2010), do estudante em relação ao professor (LACERDA, 2014), entre outros. Neste sentido, o termo protagonismo visa enfatizar uma mudança na posição de poder entre estes grupos.

Ferretti *et al.* (2004) destaca que a utilização do conceito de protagonismo, quando se relaciona à descrição de um comportamento da ação social, pode acentuar a ideia de um protagonista singular. Os autores destacam que o termo protagonismo também é utilizado para caracterizar processos de formação para a cidadania e que, muitas vezes, o termo protagonismo é utilizado como sinônimo de participação.

O conceito de protagonismo também tem sido adotado com diferentes sentidos em pesquisas relacionadas com o pescador artesanal. Ribeiro e Callou (2015) relacionam o protagonismo dos pescadores artesanais na gestão da RESEX com o capital social presente na comunidade, sendo o capital social influenciado pela presença de relações de confiança e de cooperação produzindo redes de conexão entre grupos e pessoas capazes de influírem em decisões públicas.

Miranda (2016) usa o termo protagonista para definir uma qualidade ou competência inerente ao pescador artesanal, visão que pode ser exemplificada pela expressão utilizada pela autora em que destaca que o pescador é “senhor do seu ofício”. Este protagonismo, contudo, não tem sido reconhecido pelos agentes governamentais.

Queiroz (2015) traz o conceito de protagonismo buscando antagonizá-lo com o de submissão em uma discussão na qual a autora destaca a importância de se resgatar os trabalhos de base junto a este setor, visando emancipação social e o protagonismo na proposição de políticas públicas adequadas.

O termo protagonismo, quando se refere a um conjunto de atores, apresenta um risco de tratar um grupo heterogêneo, cheio de disputas, contradições, conflitos e relações assimétricas de poder, em um grupo homogêneo. Em uma comunidade de pescadores artesanais, a posição ocupada pelas mulheres, em geral, é de subordinação e invisibilidade, como mostram, por exemplo, Rodrigues *et al.* (2018) e De Lima *et al.* (2007). Neste sentido, ao informar que uma comunidade de pescadores artesanais está sendo protagonista em um determinado processo significa que dentro deste grupo

e em relação à este processo em particular há uma distribuição igualitária de poder de decisão entre os membros? Podemos falar que um grupo é protagonista quando apenas uma fração dele efetivamente atua ou é autorizado para atuar?

3.6 Participação

A participação consiste em um dos princípios que têm norteado a PAPESCA desde seu início (LIANZA *et al.* 2015a). O conceito vem sendo associado a uma ideia de cidadania, supondo níveis de envolvimento de indivíduos e de coletividades em processos de tomada de decisão sobre aspectos relevantes para a vida em sociedade, ou em políticas públicas (ADDOR, 2006). A participação tem sido adotada como um meio e um fim pela PAPESCA, ou seja, o programa tem buscado ampliar a participação das pessoas em políticas públicas através da participação destas pessoas no planejamento e execução da PAPESCA.

Etimologicamente falando, participar pode ser compreendido como receber de outro alguma coisa, porém trata-se de receber apenas uma parte e não a totalidade daquilo que é participado (DOS SANTOS, 1964). Neste sentido, podemos dizer que a participação no âmbito político das relações sociais se dá através do recebimento, por parte dos participantes, do poder para decidir sobre assuntos vitais para a reprodução social da vida. Duas questões podemos levantar: qual é a qualidade do poder que é concedido à participação? Como os participantes se encontram diante do poder que lhes é oferecido?

Para Tenório (1990) participar é mais um conceito que vem sendo empregado largamente o que tem levado a um desgaste. Para o autor, participar é um ato político que depende da percepção das relações de poder estabelecidas.

Tenório (1990) destaca que uma destas fontes de poder estabelecidas decorre da forma como se distribuiu o acesso ao conhecimento científico e de como ele é legitimado em detrimento a outras formas de saber. Para o autor, a superação desta relação de dominação só ocorrerá na medida em que participação for efetivamente uma conquista social de uma sociedade mais democrática. Neste sentido, estaria implicado na participação o compartilhamento do conhecimento e a não hierarquização entre diferentes formas de saber. Nas palavras do pesquisador:

“Ninguém é dono do conhecimento numa dinâmica na qual se busca a participação; o conhecimento deve ser instrumento de poder coletivo e não recurso autárquico de decisão. (TENÓRIO, 1990:164)

As reflexões de Tenório (1990) contribuíram para delimitar a participação pretendida pela PAPESCA. É comum encontrarmos reflexões que indicam, por exemplo, a preocupação da

PAPESCA em fazer “com” e não “para”. O desejo por ampliar a participação cidadã levou à escolha da pesquisa-ação como referencial teórico-metodológico de pesquisa. Este desejo também orientou a mudança do objetivo da PAPESCA em 2009 quando decidiu que a centralidade de sua ação deveria repousar na promoção de processos de gestão compartilhada de recursos naturais.

4 CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DE INSERÇÃO DA PAPESCA

Passamos por um momento histórico no Brasil em que as condições para a redução das desigualdades sociais estruturais de nossa sociedade e as possibilidades de aprofundamento de nossa experiência democrática se contraem severamente. Isto decorre de inúmeros fatores, mas podemos elencar que contribuem para isso as mudanças institucionais transcorridas desde o impedimento do governo Dilma Rousseff, a escalada crescente de repressão aos movimentos sociais e às manifestações populares e a ampliação de um discurso conservador e elitista, que criminaliza pobres e penaliza os trabalhadores, mas que vem ganhando apoio de setores populares.

As transformações em larga escala, na política, na economia, influenciam na microescala. Não monitoramos objetivamente pela PAPESCA esta influência, mas ainda assim nos sentimos impelidos a apresentar algumas palavras sobre este momento histórico, posto que também somos atingidos por este cenário. Diante disso, iniciamos a apresentação do contexto socioambiental chamando a atenção para alguns eventos que nos abalam como cidadãos, como democratas, como estudante, pesquisadores e extensionistas integrantes da PAPESCA e, evidente, como brasileiros e que definem a natureza e o objetivo do nosso trabalho: lutar pela transformação social profunda.

4.1 Contexto geral

Para começar não podemos nos furtar em identificar que no Brasil vivemos uma das maiores desigualdades sociais do mundo. A elite brasileira exerce uma dominação econômica que podemos exemplificar, simploriamente, através da esdrúxula equivalência existente entre a riqueza que concentram os seis brasileiros¹⁷ mais ricos e aquela pertencente aos 100 milhões mais pobres.

Uma *elite do atraso* e que se manifesta pela continuidade da escravidão, conforme destaca Jessé de Souza (SOUZA, 2017). Mas esta dominação material não seria possível sem que esta elite controlasse também o poder político e o poder simbólico. Os efeitos são devastadores.

De acordo com o Atlas da Violência no Brasil (CERQUEIRA *et al.* 2017), no ano de 2015 foram quase 60 mil homicídios registrados. A publicação destaca que o perfil das vítimas permanece o mesmo: homens, jovens, negros e com baixa escolaridade, sendo que, na última década, o viés de violência contra jovens e negros aumentou (FIGURA 1). Entre 2005 e 2015 foram assassinados

¹⁷ Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermírio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim).

318 mil jovens, uma sangria que marca este país e compromete nosso desenvolvimento. Perguntamos que efeitos são produzidos na massa trabalhadora das periferias ao se depararem com esta realidade?



FIGURA 1 – Policial dispara spray de pimenta contra mulheres e crianças que protestavam em Manguinhos pela morte de uma criança de 8 anos durante um tiroteio.

Crédito da foto: Ernesto Carriço/Agência O Dia

A violência também atinge quem luta contra as injustiças socioambientais de nosso país. De acordo com a Anistia Internacional o Brasil é um dos países mais perigosos para ativistas de direitos humanos e de causas ambientais. No ano de 2016, foram 66 lideranças assassinadas e em 2017, 58 morreram.

Grupos de esquerda tem sido criminalizados e manifestações populares nas ruas tem sido duramente reprimida pela polícia. Neste sentido, a violência contra ativistas e militantes de esquerda talvez tenha atingido seu ápice com a execução da vereadora Marielle Franco – mulher, negra, homossexual e socialista (FIGURA 2) –, em 2018. Este crime desumano e contra a democracia ocorreu em plena intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro. Evento de repercussão mundial que, parafraseando a Federação Anarquista do Rio de Janeiro, consiste em mais uma experiência do “laboratório do inferno neoliberal” que se transformou o Rio de Janeiro.



FIGURA 2 – Marielle Franco durante protesto na Cinelândia, RJ.

Fonte: <https://psolcarioca.com.br/2017/01/09/marielle-logica-irracional/>

As vias institucionais se mostram cada vez mais congestionadas. O governo de conciliação de classes, erigido pelo Partido dos Trabalhadores, já não serve mais aos interesses das classes

dominantes, perdendo a sustentação que possuía entre diversos componentes da burguesia nacional. Movimentos conservadores, liberais e de direita, com apoio da mídia corporativa, forja um sentimento de rejeição ao Partido dos Trabalhadores, mais especificamente, e a esquerda, de um modo mais amplo. O antipetismo forjado é um importante componente simbólico que, juntamente com a narrativa da corrupção como o grande problema da nação, cria condições para a autorização popular das medidas transformam a Constituição Federal e o Estado Democrático de Direito em favor do neoliberalismo e do conservadorismo.

Seguindo a reflexão do parágrafo anterior, empilham-se desde 2013 eventos que vem sufocando os movimentos sociais, movimentos políticos de esquerda e a própria esquerda institucional. Destacamos aqui que as manifestações de trabalhadores e demais movimentos sociais têm sido duramente reprimidas. Neste sentido, a sanção da Lei nº 13.260/16, que tipifica o terrorismo, se coloca como mais uma ameaça à democracia na medida em que suas definições imprecisas possibilitam enquadrar manifestantes como terroristas (FIGURA 3).

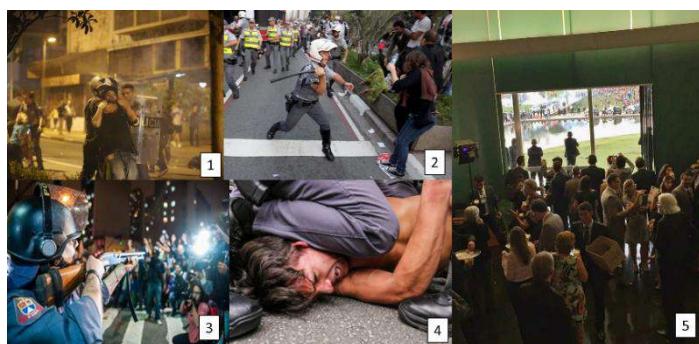


FIGURA 3 – Repressão crescente aos movimentos sociais e ao direito de livre manifestação.

Fontes: 1- <https://goo.gl/images/5LvT93>; 2- <https://goo.gl/images/B37Kzg>; 3- <https://goo.gl/images/rNWHZ2>; 4- <https://goo.gl/images/TyodY9>; 5- <https://goo.gl/images/v56BEj>

A esquerda institucional, a constituição federal e o Estado Democrático de Direito são sacudidos por um duro golpe aplicado através do impedimento do mandato de Dilma Rousseff, em 2016. É um golpe que também atinge a esperança de trabalhadoras e trabalhadores que depositavam no governo petista a expectativa de um Estado mais justo. O impedimento foi fruto de um grande acordo “da elite” nacional, uma grande concertação envolvendo as três esferas de poder, a mídia burguesa e os “manifantoches¹⁸” (FIGURA 4).

¹⁸ Fantasia de carnaval elabora pela Escola de Samba Paraíso do Tuiuti, do Rio de Janeiro, que satiriza os manifestantes pró-impedimento que foram às ruas manipulados pela narrativa anticorrupção criada pela mídia burguesa.



FIGURA 4 – Os “manifantoches” e trecho do áudio de Romero Jucá.

Fonte: <https://goo.gl/images/Cqqm2e>

A votação do impedimento na Câmara dos Deputados representou uma declaração do desprezo dos políticos brasileiros pela democracia. A votação foi transmitida em um canal de televisão aberta, em cadeia nacional durante praticamente toda a tarde de domingo. As declarações dos deputados apresentaram um repertório grotesco que misturava ultraconservadorismo com falas esdrúxulas, sem sentido para a importância do tema que estava em pauta. O impedimento de uma presidenta, por tudo que representa para a democracia, foi feito em clima de festa, com direito a chuva de papel picado. Destacamos, a seguir, algumas falas dos deputados:

“Pela memória do Col. Carlos Alberto Brilhante Ustra¹⁹, o pavor de Dilma Rousseff... pelas Forças Armadas... por Deus acima de tudo, meu voto é sim!” Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ)

“Eu, junto com meus filhos e minha esposa que formamos a família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que crianças troquem de sexo e aprendam sexo nas escolas com seis anos de idade, meu voto é sim!” Delegado Éder Mauro (PSD-PA)

Estes discursos mal fundamentados, contraditórios e antidemocráticos legitimam e favorecem a amplificação de posições ultraconservadoras e antidemocráticas na sociedade, como pudemos observar em diferentes manifestações pró-impedimento e anti-PT (FIGURA 5).



FIGURA 5 – Tríptico fascista.

Fontes: 1- <https://goo.gl/images/YNG7Wh>; 2- <https://goo.gl/images/ISJy6r>; 3- <https://goo.gl/images/qVVNRJ>

Em termos legislativos, a crise democrática e o ataque aos direitos sociais são marcados por um conjunto de leis muito nocivas aos trabalhadores, dentre as quais destaco: a Emenda Constitucional nº 95/16, que congela gastos e investimentos públicos por 20 anos, a Lei 13.429/17, amplia as

¹⁹ Ustra foi condenado em primeira instância em 2008. Em 2012 a sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e também neste ano, foi condenado a indenizar por danos morais a esposa e a irmã do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino, morto em 1971.

possibilidades de terceirização, e da Lei nº 13.467/17, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho.

A arbitrariedade e parcialidade com que o processo da Operação Lava-Jato foi conduzido e que alcançou seu ápice político com a condenação do ex-presidente Lula significa outra dura pena à democracia. É mais um marco de acirramento da perseguição, repressão e judicialização da política. Se Lula, político e líder carismático, é condenado, o que não passará com as lideranças pobres das periferias do campo e da cidade? Lula foi condenado sem provas, no que o professor e advogado Juarez Cirino dos Santos chamou de “loucura jurídica contrária à ciência penal” construída pela mente do Juiz Sergio Moro.

O Exército também saiu do subterrâneo onde vinha operando sua política. A declaração do General Villas Boás relacionada com o julgamento do pedido de *Habeas Corpus* pelo Superior Tribunal Federal em favor do ex-presidente Lula é uma mostra. Um pouco antes, outro General, Sérgio Etchegoyen, banaliza as operações militares contra civis brasileiros com a máxima “missão dada é missão cumprida” (CASTANHO, 2018). Entre 1992 e 2018, foram 37 operações militares realizadas nas ruas do Rio de Janeiro, aponta a jornalista Laura Castanho.

Cientes desta conjuntura política, econômica e social, e conscientes de que não conseguimos demonstrar a trama complexa que nos leva a situação tão adversa em nosso país, seguimos para uma compreensão do contexto local, onde a PAPESCA, em seu ímpeto de contribuir para a transformação das relações de injustiça socioambiental promoveu a sua inserção nos últimos anos.

4.2 Canto de Itaipu

A comunidade Canto de Itaipu²⁰ está situada no bairro denominado por Itaipu, que por sua vez compõe a região oceânica do município de Niterói, localizado no estado do Rio de Janeiro. Os limites geográficos da comunidade são: a oeste pelo Morro das Andorinhas, ao sul pelo Oceano Atlântico e a oeste pelo Canal de Itaipu e ao norte pela lagoa de Itaipu (FIGURA 6).

O Canto de Itaipu constitui-se em um dos últimos redutos de Niterói onde se pode observar a manutenção de práticas de pesca artesanal tradicional. Esta prática se dá principalmente através da

²⁰ A comunidade do Canto de Itaipu existe há pelo menos 120 anos, porém antes da década de 1970 se chamava apenas Itaipu. Itaipu também era o nome dado à praia que hoje é denominada por Camboinhas, por isso é comum ouvirmos em campo que “Itaipu era uma praia só”. A divisão que criou Camboinhas e o Canto de Itaipu ocorreu em 1979 quando foi construído um canal ligando permanentemente o mar e a lagoa de Itaipu.

pesca conhecida como “arrastão”²¹, que ainda guarda inúmeras semelhanças com a forma como era organizada décadas atrás. Pela importância desta tradição as atividades de pesca artesanal no Canto de Itaipu foram tombadas como patrimônio cultural imaterial do município.



FIGURA 6 – Mapa de localização do Canto de Itaipu.

Fonte: Produzido pelo autor com base em imagens obtidas no Google Earth Pro®

Além da pesca de arrastão, há outras modalidades em vigor no Canto de Itaipu, são elas: rede de emalhe²², linha de mão, coleta de mexilhão²³, espinhel e caça submarina.

A praia do Canto de Itaipu é local onde se concentra a maior parte das fainas de pesca. É onde se guarda as embarcações e os materiais de pesca, onde se realiza a venda do peixe aos atravessadores locais e é onde os atravessadores beneficiam e revendem a produção para os visitantes da praia de

²¹ A pesca de arrastão é uma arte de pesca ativa, ou seja, que vai à procura do peixe. Ela é realizada atualmente apenas na modalidade denominada “lanço à sorte”. Nesta modalidade, os pescadores lançam a rede ao mar a partir de canoas de madeira movidas a remo. A rede é lançada de modo a formar um semicírculo com a concavidade direcionada para a praia. Feito o semicírculo se inicia a puxada da rede, feita manualmente por um grupo de pescadores e de apoiadores eventuais. Participam desta pescaria aproximadamente de cinco a seis pessoas, muitas das quais não são remuneradas, recebem peixes pelo seu trabalho. Nesta pesca utilizam-se as tradicionais canoas a remo de Itaipu. (OLIVEIRA, 2017; SEA, 2013; LIMA e PEREIRA, 1997)

²² A rede de emalhe teve um crescimento no uso a partir da década de 1970, juntamente com o declínio da pesca de arrasto de praia (cerco). A rede de emalhe é feita de nylon, sendo um equipamento relativamente barato e leve, sendo fácil de manusear. A pesca de emalhe captura peixes de diversos extratos marinhos, mas destaca-se a corvina como principal espécie alvo. Para pescar com rede de emalhe é necessário a utilização de embarcações motorizadas, quando esta ocorre em mar aberto. Na lagoa de Itaipu utiliza-se canoas a remo (SEA, 2013; LIMA e PEREIRA, 1997). Participam desta pescaria de 2 a 3 pescadores por embarque.

²³ Esta atividade possui como um dos principais elementos distintivos o fato de que é protagonizado por uma mulher. A coleta de mexilhões é realizada 4 vezes por semana nos costões rochosos distribuídos na região continental e insular. A pescadora é assistida por outro pescador e em terra mais duas mulheres trabalham com o beneficiamento e a comercialização da produção (RODRIGUES, et al. 2018; SEA, 2013).

Itaipu. É também na praia que se realiza boa parte da manutenção das embarcações e dos petrechos de pesca.

A praia é também o lugar que sofreu as maiores transformações. Com o aumento do turismo nos fins de semana e no verão, a praia foi ocupada por uma profusão de bares, que espalham suas mesas e cadeiras entre as embarcações dos pescadores. Em dias de muito movimento de turista, pescador que chegar tarde na praia em geral não consegue subir a sua embarcação até um local mais distante do mar e, logo, mais protegido.

Outra mudança também se percebe na ocupação dos imóveis. Além de uma construção voltada para atender ao crescimento vegetativo da comunidade, houve um aumento da demanda por casas de veraneio. Há moradores no Canto de Itaipu que não são pescadores artesanais e nem parte da população tradicional. Não chega a produzir os efeitos da gentrificação.

Em relação ao número de pescadores, de acordo com SEA (2013), na década de 1990 haviam sido estimados 400 pescadores no Canto de Itaipu, já em 2013 este número teria reduzido para 120. Além de morarem no Canto de Itaipu, há pescadores tradicionais que moram em outros bairros e localidades, tais como Mar-à-Vista, Engenho do Mato e Morro das Andorinhas.

A pesca na praia de Itaipu também sofre com a falta de infraestrutura, como por exemplo, falta de estruturas de armazenamento do pescado, dificuldades para escoar a produção quando esta atinge grandes volumes, pouca concorrência de atravessadores e de consumidores de pescado na praia, infraestrutura de beneficiamento inexistente, entre outras.

Além das dificuldades citadas anteriormente, destacamos que o trabalho realizado por Paula Costa (2011) relaciona inúmeros fatores que ameaçam os modos de produção e reprodução dos pescadores artesanais tradicionais do Canto de Itaipu. Destacamos os seguintes:

- A intensificação da especulação imobiliária na região oceânica de Niterói, que tem provocado expulsões de pescadores de seus locais tradicionais de moradia;
- O aumento das atividades portuárias e industriais relacionadas com a cadeia de petróleo e gás, restringindo as áreas possíveis para a prática da pesca;
- O aumento da poluição da baía de Guanabara, que reduz a capacidade produtiva da baía, diminuindo os estoques pesqueiros;
- A sobrepesca ocasionada pela atuação de embarcações de pesca industrial em águas costeiras, competindo de forma desleal com os pescadores artesanais pelos mesmos recursos.

Apresentado este panorama geral sobre o contexto social do Canto de Itaipu, iremos aprofundar nas questões políticas que permeiam esta comunidade. Nossa análise irá abordar as relações informais e formais (institucionais) estabelecidas entre os próprios pescadores, população tradicional e moradores do Canto de Itaipu.

4.2.1 Direito à vez, patrões e mestres

Até a década de 1920 no lugar hoje conhecido como Canto de Itaipu, a comunidade vivia relativamente fora do eixo das grandes transformações urbanas que ocorriam na então Capital Federal e na própria capital do Estado do Rio de Janeiro (Niterói). De acordo com Pessanha (2003), apenas em 1923 foi inaugurada a primeira estrada que conectava a região oceânica de Niterói com seu centro político e administrativo.

O contato com os valores da modernidade e da urbanização, com o “progresso”, conforme assinala frequentemente um dos pescadores mais antigos de Itaipu, decorria de três aspectos: a atuação da Colônia de Pescadores, fundada em 1923 pela Marinha, no uso moderado do rádio como meio de informação e do esparsão contato que alguns pescadores tinham com a Capital Federal quando estes navegavam até o mercado de peixe estabelecido na Praça XV para vender sua produção pesqueira (COSTA, 2011).

A organização social na pesca era estruturada através de relações familiares e de vizinhança. De acordo com Lima e Pereira (1997), esta organização social contribui para o estabelecimento de um conjunto de regras locais destinadas a regular o uso do espaço marítimo durante a pesca da tainha, que era realizada no inverno pelas companhias de arrasto de praia. Ao conjunto de regras de apropriação dava-se o nome de “direito à vez”. Este conjunto de regras foi concebido experimentalmente, no ano de 1932, com apoio da Colônia de Pescadores como um contrato informal entre os pescadores, sendo submetidos a diversas transformações até alcançar seu formato final em 1945 (LIMA e PEREIRA, 1997).

De acordo com Carvalhido (2012), em linhas gerais, o “direito à vez” estabelecia a ordem de saída das canoas, uma espécie de fila. Ao detalhar o ritual envolvido com o “direito à vez”, Pessanha (2003) descreve que o pescador interessado em obter o direito de pesca deveria, no dia anterior ao que pretendesse pescar, navegar com sua canoa até o porto pesqueiro²⁴ que lhe interessasse, e nele

²⁴ No caso de Itaipu, portos pesqueiros não são estruturas físicas onde se realizam atividades de embarque e desembarque de pescador, por exemplo. Marcações na praia realizadas pelos pescadores de Itaipu, considerando características físicas e históricas do lugar. Pessanha (2003) e Lima e Pereira (1997) apresentam como eram os nomes dos portos pesqueiros na década de 1970.

fundear a canoa. As canoas eram fundeadas no sentido sul para o norte quando as tainhas viesssem de sua migração do sul (tainha gorda, início do inverno) ou do norte para o sul (tainha magra, final do inverno). O primeiro pescador poderia abrir mão do seu direito à vez no dia da pescaria, passando a oportunidade para o pescador seguinte.

Para Lima e Pereira (1997), o espaço socialmente demarcado da praia foi fundamental como um quadro de referências utilizado pelos pescadores para definirem as regras de apropriação, resolvendo problemas de alocação de poder na comunidade. Pessanha (2003) destaca que em Itaipu existia um controle informal da praia fundamentado em uma crença, por parte dos pescadores, de que possuíam algum tipo de direito adquirido sobre este espaço. Uma das implicações desta situação, segundo a pesquisadora, consistia na limitação de acesso aos recursos pesqueiros disponíveis naquele território somente aos integrantes da comunidade de Itaipu, fossem eles nativos ou devidamente apresentados e avalizados por parte de alguns membros da comunidade de origem.

O cumprimento das regras comunitárias era garantido por um mecanismo de controle social envolvendo um sistema graduado de sanções. Pescadores que burlassem o “direito à vez” estariam sujeitos a agressões físicas e verbais, poderiam ser excluídos de atividades comunitárias e, em último caso, estariam sujeitos à expulsão da própria comunidade. A realidade observada em Itaipu muito se assemelha com os mecanismos de controle social descritos por Berger (1986) para grupos compactos, nos quais os indivíduos se encontram em uma relação de lealdade uns com os outros, conforme podemos observar na seguinte declaração de uma liderança local:

“[direito à vez] é respeitado por que ele é passado pela tradição. É um acordo de cavalheiros, e quem não respeita entra na porrada, porque é safado” (Seu Chico citado por Carvalhido, 2012:26).

Visto por outro ângulo, todo processo de criação e realização do “direito à vez” no Canto de Itaipu também contribuiu com um papel importante na formação de identidades coletivas na comunidade. Inicialmente, as regras comunitárias do “direito à vez” se aplicavam, sobretudo, a um grupo particular de pescadores do Canto de Itaipu, os pescadores de arrasto. Mas estes não eram os únicos a pescar no mar de Itaipu, havia os pescadores de rede de emalhar, de linha de mão, de tarrafa, etc.

Mas a pesca de arrasto se consolida como a mais importante da comunidade, por reunir os mestres mais antigos, o maior número de pescadores, por explorar o recurso pesqueiro mais valioso, a tainha em uma época de escassez (o inverno), logo produzindo a maior fonte de renda na

comunidade, os mestres desta modalidade passam a definir regras de uso do mar e da praia, influenciando também a rotina das demais modalidades de pesca local.

Para Lima e Pereira (1997), o “direito à vez” acentua as diferenças entre três grupos no Canto de Itaipu: os pescadores de arrasto; os pescadores “de dentro” que vivem na comunidade, mas que pescam de outra forma e os pescadores “de fora”, sejam eles pescadores artesanais de outras comunidades ou os pescadores do setor industrial.

Em certa medida, os pescadores de arrasto e os pescadores “de dentro” convergem para uma luta comum contra a atuação dos pescadores “de fora”, sobretudo com o avanço da pesca industrial. Contudo, internamente, os mestres das embarcações de arrasto submetem os demais pescadores à uma relação de dominância que repercute na priorização do uso do mar e da praia pela pesca de arrasto (LIMA e PEREIRA, 1997).

A dominação exercida pelos mestres da pesca de arrasto sobre os demais pescadores também se exerceu no controle simbólico da identidade social da comunidade do Canto de Itaipu. A pesca de arrasto consistiria, para os mestres, a própria identidade da comunidade, posto que estaria nela encarnada as tradições, os costumes e as histórias das pessoas que estiveram envolvidas com o surgimento e consolidação do lugar (LIMA e PEREIRA, 1997).

Costa (2011), destaca que até o final da década de 1970 as festas tradicionais importantes de Itaipu seguiam a regra costumeira da patronagem, via de regra atribuída a um tradicional mestre e dono de pescaria, e que a exercia responsabilizando-se pelo patrocínio e organização dos festejos. Esta situação dá mais um elemento para respaldar a perspectiva da força social e política exercida pelos mestres na comunidade do Canto de Itaipu.

Os patrões de pesca, ou os grandes mestres do passado são lembrados frequentemente pelos pescadores do Canto de Itaipu de forma saudosista. Para alguns, os mestres eram pessoas que se preocupavam com o coletivo, “em ajudar o outro”, conforme podemos observar a seguir:

É, tinha umas famílias boas aqui. Tinha a família de seu Caboclo, de seu Neneco, tinha a nossa família, a família de Chico... correndo atrás, sabe? Um para ajudar o outro. Mas hoje em dia não tem mais aquelas famílias. Todo mundo saiu, muitos morreram. Mas antigamente era mais colado, assim. Tinha um pescadô bom aqui, que era Natalino... o finado Bila... durido que tinha essa bagunça que está hoje aqui. (Entrevistado(a) 3, entrevista realizada em 14 de novembro de 2017)

O(a) mesmo(a) entrevistado(a) ressalta uma importante característica destes atores locais; a capacidade de intervir em situações de conflito com agentes externos produzindo um resultado favorável para a comunidade:

Uma vez eu e meu pai fizemos um bar ali, porque estava ruim na pescaria, fizemos uma biroquinha ali – portanto, a Marinha veio tirar, e o falecido Natalino foi com a gente na Marinha para ajudar. Hoje em dia tem uma porção de bar, mas antigamente não tinha nada e o falecido Natalino foi lá com a gente para ajudar. Deu um apoio para a gente. Foi testemunha. Eles ajudaram. (Entrevistado(a) 3, entrevista realizada em 14 de novembro de 2017)

Os mestres também cumpriam a importante função de transmitir o conhecimento para as gerações seguintes. Cada um a seu jeito, alguns com mais paciência e outros com mais rigor. Mas aprender com um mestre, ter dele uma opinião favorável era aumentar as possibilidades de ser incluídos nas companhias daquele que ora lhe instruirá. O que era exigido do aprendiz: paciência, atenção, persistência. Outro(a) entrevistado(a) nos apresenta este panorama:

Pra fazer o traço, e ele me chamou: quero te ensinar. Aí eu falei: mas tem seus filhos, que são mais velhos do que eu e tem mais pressa. Ele falou: não. Eu quero ensinar a você, que meus filhos não tão interessados por isso. Aí ali tinha a calçada daquela pousada ali, não era pousada, tinha uma sombra boa, ele falou “vou te ensinar. Você vai ser um profissional”. E foi nesse exemplo que eu me agarrei na pesca, sabe? Porque ele foi me explicando, eu fui com ele, fui com ele, ele foi me ensinando, ele chegou até o ponto de falar: “aí, meu exemplo tá aí. (Entrevistado(a) 5, entrevista realizada em 18 de janeiro de 2018)

A relação de dependência com determinado mestre de pesca é ressaltada por outro(a) entrevistado(a) que considera o seguinte:

E: você pegava afinidade, você já conhecia o trabalho do mestre, já conhecia o método de trabalho dele, e hoje não, hoje é praticamente tudo igual. Tinham uns mestres que eram mais ignorantes, outros menos severos, mas quanto mais severo, mais você aprendia. A gente já pegou casca dura aí, rapaz... casca grossa já, já sofremos um bocado. Ganhamos esporro, não era fácil não.

Davi: D: No passado, pessoal baixava a cabeça?

E: Baixava a cabeça. Baixava a cabeça porque você só pescava com determinado mestre se você fosse mesmo competente pra isso, se não, você não trabalhava não. (Entrevistado(a) 6, entrevista realizada em 1º de fevereiro de 2018)

O direito à vez, a patronagem e a mestrança compõem uma trama de relações sociais presentes no Canto de Itaipu que estabelecem hierarquias, posições de comando e de subordinação, relações paternalistas e de lealdade. Para Pessanha (2003) representariam também ideologias criadas com o intuito de garantir a produtividade do trabalho nos moldes desejados:

Tal visão ideológica faz com que os pescadores se vejam ligados entre si e com o objeto e produto do seu trabalho, embora estejam na verdade, inversamente, todos separados e se reúnem apenas pela mediação dos instrumentos de produção que possibilitam sua combinação com a finalidade de produzir. (PESSANHA, 2003:128)

O direito à vez já não é mais praticado no Canto de Itaipu em virtude da escassez da tainha. A patronagem e a mestrança, por sua vez, estão presentes, mas de forma bem menos expressiva.

4.2.2 A via institucional

A primeira instituição de classe fundada em Itaipu pelos próprios pescadores foi a Associação Livre dos Pescadores e Amigos de Itaipu (ALPAPI), em 1989. Esta entidade foi organizada pelo

movimento nacional de mobilização dos pescadores artesanais promovido pela Comissão Pastoral da Pesca (CPP), entidade ligada à Igreja Católica e cuja aproximação com Itaipu foi realizada com a participação do professor Roberto Kant de Lima²⁵ e com a liderança local conhecida como Seu Chico²⁶.

O movimento da Pastoral da Pesca tinha inserção nacional, caráter “basista” e com atuação marcante em comunidades pesqueiras desde a década de 1970. Um dos objetivos da Pastoral do Pescadores era contribuir para a emancipação dos pescadores em busca a uma condição mais digna de vida (COSTA, 2011). A estratégia de articular os pescadores em uma associação independente também fez parte do processo de abertura política do país e da redação da nova Constituição Federal, da qual os pescadores também fizeram parte através da Constituinte da Pesca²⁷.

Em Itaipu, o representante da Pastoral era conhecido como Frei Alfredo. Este foi responsável pela organização dos pescadores em diversas cidades do país, vindo a ser assassinado no Nordeste em uma emboscada. Nas palavras de Seu Chico:

²⁵ O antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense, Roberto Kant de Lima, possui uma relação com os pescadores artesanais e familiares do Canto de Itaipu que remonta, pelo menos, ao ano de 1974. Sua relação neste território se inicia, quando, ainda como aluno de mestrado do Museu Nacional, participa do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCAT) promovido pelo governo federal para promover o desenvolvimento da pesca artesanal. Na sequência, realiza sua pesquisa de mestrado sobre Itaipu cujo objetivo consistiu na realização de uma etnografia sobre o modo de vida dos pescadores artesanais deste lugar. A sua dissertação foi defendida em 1978. Roberto Kant de Lima criou laços e vínculos afetivos com diversos membros da comunidade e desde então trabalhou em inúmeros projetos que, como ele mesmo destaca, tinham como objetivo contribuir para a emancipação e a ampliação da cidadania entre os pescadores artesanais. Neste sentido a presença de Kant no Canto de Itaipu intersecciona projetos relacionados com associativismo, transferência de tecnologia e o acesso a políticas públicas (LIMA e PEREIRA, 1997). Em 2015, Roberto Kant de Lima é homenageado pelos pescadores como personagem ilustre daquela comunidade em uma cerimônia realizada no evento denominado I Marejada Cultural (MADEIRA-FILHO e SIMON, 2015). Nosso contato com Roberto Kant de Lima foi muito limitado. Nos encontramos em Itaipu, posto que nossa presença no território se inicia alguns anos após sua retirada, pelo menos fisicamente, da vida cotidiana deste território.

²⁶ Seu Chico, chama-se Jorge Nunes de Souza. Foi pescador de arrastão em Itaipu até se tornar mergulhador profissional e passar a trabalhar para empresas de petróleo e gás. Atualmente, trabalha como coordenador de equipes de mergulhadores profissionais. Seu Chico também atua profissionalmente como proprietário e gestor de um restaurante, estabelecido na beira da praia de Itaipu e foi inaugurado em dezembro de 2017. Apesar da pescaria não ser a sua principal atividade produtiva, seguramente é a partir desta que Seu Chico construiu e mantém um vasto capital social e político que o coloca como referência política tanto para outras lideranças comunitárias quanto para políticos de diferentes esferas governamentais. Cabe destacar que quando era pescador Seu Chico atuava com o mestre Natalino, que além de dono de pescaria, era patrono das festas realizadas em Itaipu e cumpria um papel de “relações públicas” (LIMA e PEREIRA, 1997:37) da comunidade. Natalino é lembrado por alguns moradores do Canto de Itaipu como uma das lideranças mais importantes do Canto de Itaipu nas décadas de 1970. Não sabemos o quanto Seu Chico é herdeiro desta posição ocupada por Natalino, mas é muito plausível que o convívio entre os dois tenha deixando em Seu Chico profundas marcas e referências. Natalino foi um dos principais interlocutores de Roberto Kant de Lima e foi assim que Seu Chico e Kant se conheceram (MIBIELI, 2014).

²⁷ De acordo com Cardoso (2005) a Constituinte da Pesca foi um marco na organização social dos pescadores. Sua criação se deu como resultado da IV Assembleia Nacional dos Pescadores, realizada em 1984. A Constituinte da Pesca tinha como objetivo transformar o sistema de representação dos pescadores e conseguiu mobilizar pescadores de todo o Brasil com o apoio da CPP e do Centro Josué de Castro.

Em 88 foi criada uma associação chamada ALPAPI. Foi criada pelo frei Alfredo. Não foi criada pelo frei Alfredo, foi criada pelos pescadores, mas o frei Alfredo tava fazendo a Pastoral da Pesca. Ele sofreu vários atentados porque ele tava fazendo esse tipo de coisa... Ele trabalhou no nordeste, andou pelo Brasil criando associações livres, associação dos pescadores livres porque as Colônias estavam tutelando os pescadores..., aí criamos a ALPAPI aqui em Itaipu em 88 (presidente da ALPAPI, em COSTA, 2011:68-69)

Destaca-se que além da influência da Pastoral, havia, nas palavras de Seu Chico “um grupo muito bom” em torno do processo de fundação da ALPAPI. Dentre eles, destaca-se o professor Roberto Kant de Lima, que já apresentamos.

A criação da ALPAPI traz uma questão importante em relação à inserção do pescador de Itaipu como cidadão portador de direitos. As instituições se mostravam como as melhores vias para encaminhar as necessidades e desejos da população, mas representam, elas mesmas, uma forma externa de reclassificação da prática política da comunidade. A instituição passa a ser um recurso “profissional” de representação, legitimado pelo Estado mediante atendimento dos regulamentos que definem a sua organização independentemente do contexto onde é realizada. De forma muito instigante Carvalhido (2012) lança em sua dissertação a reflexão sobre as transformações no Canto de Itaipu que estariam passando do direito à vez (regras informais, consuetudinárias, baseadas em tramas sociais singulares, localizadas e em conhecimento empírico) à vez dos direitos (regras formais, legitimadas pelo Estado, baseadas na mediação e na racionalidade do pensamento, entram em cena aspectos jurídicos e contábeis).

Mas a criação da ALPAPI não necessariamente representou um ganho para todos os pescadores do Canto de Itaipu. Há uma crítica em relação à uma centralização excessiva no comando da entidade, como podemos ver no relato a seguir:

a ALPAPI, ela ficou um reduto de Chico. Então ela sai de Chico pra Nico, de Nico pra Chico... Chico acho que paga o burro pra Zé Grandão, então a presidência da ALPAPI fica muito em família. (Entrevistado(a) 7, entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2018)

A Constituição de 1988 também traz ao Canto de Itaipu, assim como às demais comunidades pesqueiras, a desvinculação das Colônias de Pescadores do Estado. Este era um pleito antigo de diferentes comunidades pesqueiras no Brasil que queriam ter garantidas nestas entidades a representação do setor da pesca artesanal. Enquanto órgãos do Estado, criados pela Marinha do Brasil na primeira metade do século XX, as Colônias atuavam oferecendo assistência básica aos pescadores artesanais, sendo um instrumento de tutela do Estado em relação à estes atores sociais.

A Colônia de Itaipu foi fundada em 1923, tendo sido gerida por interventores indicados pelo governo federal, que apesar de morarem em Itaipu, não eram pescadores. Há histórias de interventores mais ou menos integrados à comunidade e que mantinham diálogo mais ou menos

aberto com os patrões de pesca locais. O(a) entrevistado(a) 5 apresenta uma história sobre a atuação de um interventor em favor dos pescadores artesanais:

Porque quando esse barco delta surgiu, aqui tinha um presidente da colônia chamado Ildo, ele ligava. Ele ia em cima. Pescadores iam em cima. Porque atrapalhava. (Entrevistado(a) 5, entrevista realizada em 18 de janeiro de 2018)

Com a abertura oferecida a partir da Constituição de 1988 a Colônia de Itaipu passou a ser gerida pela primeira vez por um pescador nativo de Itaipu, Seu Chico, que, toda via, não havia sido eleito, mas empossado com ordem judicial. Seu Chico permaneceu a frente da Colônia por quase uma década, entre 1992 e 1999.

A saída de Seu Chico se deu também por via judicial, desta vez impetrada pela Federação das Colônias de Pesca do Rio de Janeiro – FEPERJ. Destaca-se que os dirigentes que compõem a atual gestão da Colônia²⁸ não são nativos de Itaipu (COSTA, 2011). Um dos entrevistados da pesquisa mostra sua perspectiva sobre a atual gestão:

Primeiro presidente foi o Barbudo, depois foi o "Ilque", depois voltou ao Barbudo. Agora tá a mulher de "Ilque", que nem pescador é. Nada contra ela, nem há com isso, não tenho nem intimidade. Na verdade, assim, eu conheço e que é a fulana de tal. Mas ter bagagem pra exercer o cargo de presidente... entendeu. Eu acho que deveria ser atuante, deveria estar na cadeira de praia, mas enfim, ela tá ali porque alguém colocou. Então eu deveria questionar quem colocou. (Entrevistado(a) 7, entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2018)

Com a saída de Seu Chico, cria-se uma polarização política no Canto de Itaipu entre ALPAPI e Colônia Z-07. Há um grande conflito de interesse, trocas de acusações de ambas as partes sobre condutas ilícitas, orientadas para interesse próprio e uma disputa por legitimidade (COSTA, 2011; SEA, 2013).

Para muitos pescadores do Canto de Itaipu, o conflito de interesses entre ALPAPI e Colônia produz uma divisão incômoda que dificultaria a melhoria das condições de vida da população:

Ah, devia ser uma unificação. Unificação. Não teria essa de Alpapi, Colônia sim, podia até ter, porque é um órgão paralelo, que funciona pra ajudar os pescadores, teoricamente seria, pra ajudar o pescador, orientar o pescador. Acho que não deveria ter essa guerra de poder, não. Isso atrapalha tudo. Atrapalha o bem maior, que é o pescador [...] Não tem benefício pro pescador. Por causa dessa guerra aí, dessa guerra de poder aí. Não é guerra, na verdade, é uma guerra de poder mesmo. Todo mundo quer ficar bem, sabe? (Entrevistado(a) 6, entrevista realizada em 1º de fevereiro de 2018)

²⁸ Quando nos referimos à atual gestão, queremos destacar um grupo de pescadores que conseguiu o controle político da Colônia Z-07 no ano de 1999 através de uma intervenção realizada pela Federação Estadual de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ) juridicamente. Este grupo permanece no poder, revezando os integrantes nos cargos executivos disponíveis. Entre 2000 e 2018, a Colônia teve 3 presidentes: Barbudo (2 mandatos), Ilke (2 mandatos) e Lidiane (1 mandato, que é o atual). De acordo com SEA (2013) a gestão iniciada em 1999 estava alinhada com os interesses da FEPERJ em minar quaisquer iniciativas de fortalecimento de estruturas políticas alternativas às Colônias, fosse elas associações livres ou reservas extrativistas.

O relato anterior demonstra a angustia do(a) entrevistado(a) em relação à polarização existente entre estas duas entidades, que paralisa as ações que poderiam ser feitas em prol da comunidade como um todo. Outro(a) entrevistado(a) mostra que esta polarização influencia em quem é a favor e quem é contra a RESEX Itaipu, por exemplo:

a Reserva ficou ótima para a gente, mas tem muito que... [acenou negativamente com a cabeça]... por isso que não tem união. Tem muitos pescadores aqui que é contra a Reserva. Tem muitos pescador. Porque tem essa briga da associação, da Alpapi, com a Colônia. Então eles ficam brigando. Fica um do lado de cá, outro do lado de lá. (Entrevistado(a)3, entrevista realizada em 14 de novembro).

Esta disputa vem aparecendo em outras pesquisas, como no caso da pesquisa realizada por Paula Costa (2011) e ficou muito evidente no processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu que veremos a seguir.

4.3 Reserva Extrativista Marinha de Itaipu

As águas da baía de Guanabara, na medida em que foram se transformando em “águas urbanas e industriais” passaram a privilegiar determinados usos em detrimento de outros. Neste cenário a pesca artesanal se tornou uma atividade improvável. A título de exemplo, a matéria publicada no Jornal O Globo “Produtiva, apesar da poluição”, pelo jornalista Cláudio Motta se inicia sua reportagem com a seguinte pergunta: “Você comeria um peixe da baía de Guanabara?” (MOTTA, 2013). Parece, de fato, improvável que haja atividade pesqueira no interior da baía de Guanabara, mas não é o caso.

Em 2009, eu fiz esta mesma pergunta a um grupo de amigos antes de decidir pesquisar os pescadores da baía de Guanabara. De alguns recebi como resposta outra pergunta: “- ainda há pescadores na baía de Guanabara?”. Esta invisibilidade me chamou a atenção e aguçou meu interesse em conhecer este grupo social. Visitei quatro comunidades e aprendi com os pescadores que há, pelo menos, 32 comunidades pesqueiras nas quais diariamente se desembarcam pescados. Há quatro Colônia de Pesca e inúmeras associações de pescadores. A atividade pesqueira, do ponto de vista dos pescadores artesanais, é essencial para garantir a soberania alimentar de centenas de famílias e é ainda capaz de abastecer mercados locais e regionais, como é o caso do Gradim, onde boa parte do desembarque é transportado para a CEASA em Irajá (RODRIGUES, 2009). Também escutei muito sobre as transformações que estavam se sucedendo no território onde costumeiramente realizam sua atividade produtiva e reprodutiva e que levavam à invisibilidade por eles também percebida e lamentada.

A poluição da baía de Guanabara era o maior problema. Ainda há lugares limpos na baía e os peixes não vivem o tempo todo dentro dela. Há problemas, mas para os pescadores a poluição, além de

diminuir a abundância de pescado criava uma péssima imagem para o que está sendo produzido neste momento. Além do esgoto recebido diariamente sem tratamento, acidentes industriais, como o vazamento de petróleo de um oleoduto da Petrobras, ocorrido em 2000, são um problema a mais. Mas além da poluição, outro problema marcava a fala dos pescadores artesanais. Consistia na redução de áreas disponíveis para a pesca no interior da baía de Guanabara.

Dentre os fatores apontados como responsáveis pela redução de áreas disponíveis para a pesca estavam diferentes vetores de desenvolvimento econômico, a instalação de infraestrutura militar e aplicação de políticas ambientais conservacionistas. Em certa medida, as limitações impostas à pesca promoveram um “cercamento das águas” na baía de Guanabara, posto que a apropriação do espelho d’água mudou de uma condição que era de fato de livre acesso para uma apropriação privada ou estatal. Como consequência, os pescadores artesanais foram deslocados para uma situação ainda mais profunda de marginalidade e invisibilidade social. Como se não fosse suficiente para ter suas áreas de pesca restrinvidas, muitos pescadores artesanais foram feridos por disparos de armas de fogo feitos por militares e seguranças privados (RODRIGUES, 2009).

A geógrafa Carla Ramôa Chaves (CHAVES, 2011) fez uma análise aprofundada sobre esta situação. Segundo a pesquisadora são inúmeras as causas que geram restrições à pesca artesanal, sendo a principal delas relacionada com as instalações da Petrobras (terminais e dutos). Também criam restrições ou proibições à pesca: portos, aeroportos, as rotas de navegação das barcas, os pilares da Ponte Rio-Niterói, áreas de fundo, áreas militares, a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e a Estação Ecológica da Guanabara. A pesquisadora estimou que aproximadamente 75% se encontrava comprometido com alguma restrição à pesca. De acordo com Alexandre Anderson, liderança entre pescadores artesanais de Magé, a perda de áreas para realizar a atividade pesqueira se acentuou entre os anos de 2000 e 2010 (MOTTA, 2013).

Esta situação demonstra os efeitos de coexistência entre setores populares que exercem atividades econômicas periféricas dentro do capitalismo e os setores industriais e Estatais (que em grande medida são dirigidos pelos interesses dos setores industriais). Produz-se uma situação de injustiça socioambiental (LOPES, 2015; ACSELRAD *et al.* 2009) que leva, em extremo, a uma tragédia socioambiental (ESTADES, 2015).

A realidade vivenciada pelos pescadores artesanais da baía de Guanabara parece, contudo, ter recebido alguma ação concreta do poder público. Em 2013, a Reserva Extrativista Marinha de

Itaipu²⁹ (RESEX Itaipu) foi criada. As reservas extrativistas são uma política pública que, quando criada, visava atender às necessidades de povos tradicionais cujo uso dos recursos naturais era realizado de forma compatível com a sustentabilidade dos mesmos. As RESEXs visavam reconhecer e legitimar as práticas comunitárias fundadas em um saber naturalístico. Logo, quando falamos de que houve um novo “cercamento” queremos destacar que a RESEX também atua com uma lógica de restrição de acesso e de uso dos recursos naturais, deixando de dentro populações tradicionais que, com seu saber naturalístico, promovem o uso sustentável dos recursos naturais.

Uma Reserva Extrativista, ao criar territórios cujo uso é restrito, traz questões de poder. Na época em que foi criada, a disputa ocorria entre seringueiros tradicionais e fazendeiros do agronegócio. Havia uma disputa sobre o uso das florestas: seria derrubada para virar pasto ou dar lugar à produção de grãos ou se manteria de pé para continuar servindo com seus recursos naturais e serviços ecossistêmicos?

No caso da baía de Guanabara, a criação da RESEX Itaipu também coloca uma importante questão de disputa de poder. Em entrevista concedida para o Jornal O Globo em 2012, o ex-presidente da Colônia de Pescadores de Itaipu e Maricá Z-7, Otto Sobral, destaca que “a reserva extrativista criaria uma área de exclusão” que beneficiaria um grupo em detrimento do outro (NEDER e SOUZA, 2012). Não sabemos se por omissão dos jornalistas ou do próprio entrevistado, não se define qual grupo seria beneficiado e qual seria excluído.

De fato, o ex-presidente da Colônia de Pescadores Z-7 tem razão. A RESEX Itaipu exclui alguns grupos e privilegia outros. Em relação aos grupos excluídos destacam-se aqueles representativos da pesca industrial e da pesca predatória, como os atuneiros de Santa Catarina e do Espírito Santo e as traineiras e arrastões motorizados de Jurujuba. A exclusão destes grupos pode ser observada com clareza no Artigo 4º do Decreto de criação da RESEX Itaipu:

Será expressamente proibida a pesca industrial, a pesca predatória [...] nos limites da RESEX Itaipu.

²⁹ A Reserva Extrativista Marinha de Itaipu foi criada através do Decreto Estadual nº44.417 de 30 de setembro de 2013. Esta consiste em uma unidade de conservação estadual categorizada como de uso sustentável. Possui uma área total aproximada 3.943,28 hectares. Assim como a baía de Guanabara, faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, uma das mais populosas do mundo. A RESEX Itaipu situa-se em área marítima contígua ao município de Niterói. Uma descrição grosseira dos limites da RESEX Itaipu indicaria que ela se estende ao longo da costa entre Piratinha e Itacoatiara e em direção ao mar por aproximadamente 3 milhas náuticas. Também faz parte dos limites da RESEX o espelho d’água da Lagoa de Itaipu. A RESEX Itaipu compõe um mosaico de unidades de conservação do qual fazem parte o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) e a Área de Proteção Ambiental das Lagunas e Florestas de Niterói.

Por outro lado, também nos parece que está claro quais grupos serão beneficiados pela RESEX Itaipu. Além dos próprios pescadores artesanais de Itaipu, Sossego e Piratininga, Artigo 3º do decreto de criação da RESEX prevê que:

Ficam asseguradas, em conformidade com os regulamentos específicos estabelecidos pelo Conselho Deliberativo da Resex Itaipu, a pesca amadora e a artesanal praticada por pescadores de outras localidades, que pesquem de forma tradicional nos limites da Resex.

Portanto há grupos beneficiados e excluídos, mas diferentemente da tendência observada no interior da baía de Guanabara os grupos excluídos fazem parte da ordem econômica preponderante nas últimas décadas em relação ao uso dos recursos naturais marinhos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conforme podemos compreender da observação feita por Simon (2015:15):

A estipulação da RESEX atingiu ainda o cerne da ordem econômica da pesca uma vez que o mar é também espaço de lucro dos demais pescadores que o vislumbram recurso de todos e não um espaço de determinados coletivos. A criação da RESEX possibilita uma inversão da ordem econômica liberal ao criar uma “reserva de mercado para a tradicionalidade”.

Uma unidade de conservação que atende um setor econômico popular em uma área extremamente urbanizada e cujo uso recente vinha sendo praticamente todo direcionado para atender a indústria do petróleo e gás marca a RESEX Itaipu. Ademais, a presença da unidade de conservação reforça a presença de um grupo tradicional alvo de políticas públicas voltadas para sua proteção e fortalecimento. Neste sentido, a RESEX Itaipu também pode contribuir para reduzir a pressão que os pescadores artesanais de Itaipu, Sossego e Piratininga sofrem em relação à especulação imobiliária (COSTA, 2011; SIMON, 2015), uma pressão iniciada na década de 1940 (LIMA e PEREIRA, 1997, PESSANHA, 2003).

A RESEX Itaipu apresenta, portanto, uma influência nas relações de poder vigentes nas disputas pelo uso dos territórios marítimos. A RESEX Itaipu acirra disputas e oferece aos pescadores artesanais do Canto de Itaipu a possibilidade de retomar o controle sobre parte do território perdido, uma vez que as decisões sobre o uso do espaço marítimo protegido pela RESEX são fruto de deliberações tomadas em um Conselho no qual os pescadores são a maioria dos integrantes.

4.3.1 Localização

Conforme podemos observar no Decreto Estadual nº44.417/13, a RESEX de Itaipu localiza-se integralmente no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro (FIGURA 7).

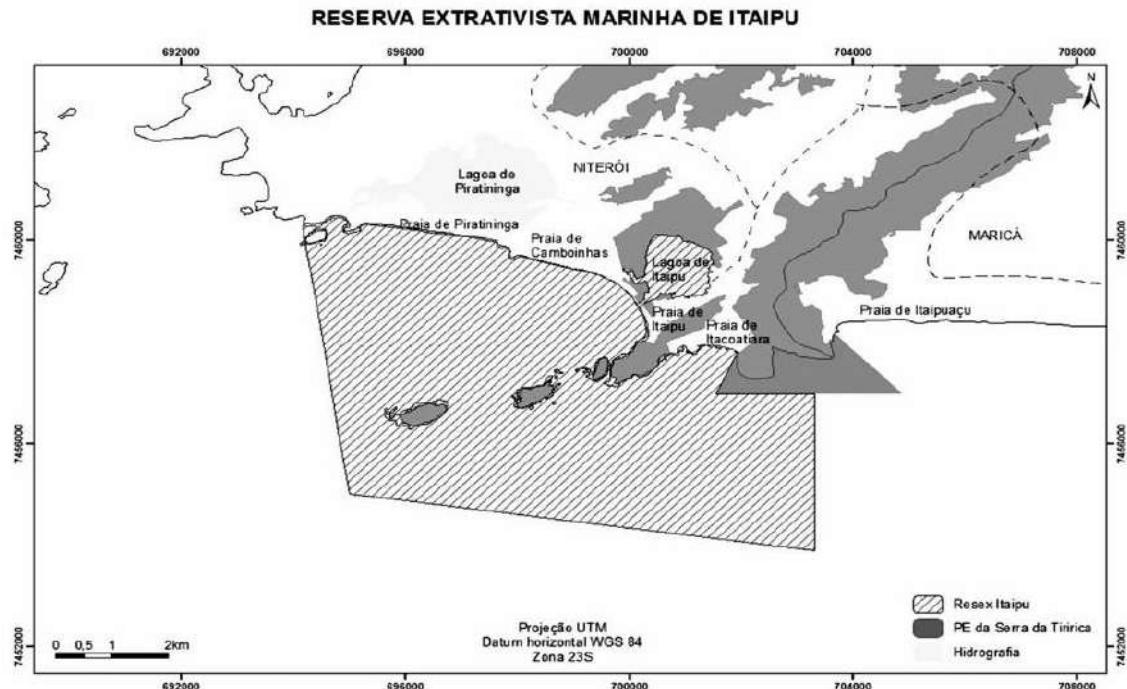


FIGURA 7 – Mapa de localização da RESEX em relação à cidade de Niterói.

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. ANO XXXIX - Nº 183. Terça-feira, 1 de Outubro de 2013.

A atual localização e limites da RESEX Itaipu foram estabelecidos durante a terceira tentativa da criação da unidade de conservação, durante as oficinas promovidas pela Secretaria do Estado do Ambiente e Instituto Estadual do Ambiente (SEA, 2013). A única contestação sobre a localização e limites da RESEX realizada naquele momento foi a não inclusão da lagoa de Piratininga. Tomando por base as considerações da SEA (2013), a localização da RESEX e seus limites apresentam as seguintes justificativas:

- O limite leste da RESEX Itaipu faz fronteira direta com o município de Maricá, não se estendendo sobre a região marítima deste município como forma de evitar uma maior complexidade social e a necessidade de ampliar os esforços de mobilização comunitária por parte da SEA e INEA (SIMON, 2015);
- Na sua porção oriental, o limite norte da RESEX se afasta da linha de costa para acompanhar os limites da porção marinha do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), uma unidade de conservação de proteção integral. Nesta área, conhecida como Bananal, todo tipo de pesca é proibido. De acordo com Mibieli (2014), a possibilidade de criação de um gradiente de conservação envolvendo a RESEX e o PESET fortaleceu a proposta de criação da RESEX;
- À oeste, o limite da RESEX foi estendido para incluir, tanto as áreas de pesca dos pescadores tradicionais de Piratininga, quanto a Ilha do Veadinho, na intenção de proteger os valiosos recursos marinhos ali abrigados. Este limite deixa de fora a comunidade do Imbuí, situada

- em área militar, e a comunidade de Jurujuba, situada na entrada da baía de Guanabara, rota de navegação de grande navios, rebocadores e plataformas de petróleo;
- O limite sul estende-se desde a costa até 3 milhas náuticas em direção ao mar aberto. Este limite foi baseado na impossibilidade de avanço da pesca artesanal em mar aberto de acordo com o que é permitido a embarcações miúdas pelas normas náuticas da Marinha, muito embora algumas embarcações de Itaipu e Piratininga pesquem além deste limite.

Destaca-se que, de acordo com SEA (2013), a localização e os limites da RESEX foram estabelecidos tendo como meta minimizar conflitos reais e potenciais com outros usos e atores públicos e privados. A despeito desta estratégia, encontra-se dentro da área da RESEX quatro áreas de fundeio destinadas às embarcações que prestam serviço para as atividades de exploração e produção de petróleo³⁰.

Para nós, contudo, a maior mitigação de impactos da RESEX foi realizada através da não inclusão de áreas terrestres na RESEX. Notadamente, ouvimos em diversas circunstâncias dos pescadores que a especulação imobiliária tem sido o principal fator de pressão socioeconômica sobre os pescadores artesanais, estando ela presente até os dias atuais. Logo, a criação da RESEX de Itaipu sempre produziu a expectativa da regularização fundiária para os pescadores. Menezes (2014), por exemplo, registrou o questionamento feito por uma liderança local em relação à este tema em uma reunião realizada na comunidade do Canto de Itaipu logo após a criação da RESEX:

Sen Chico perguntou “e o entorno da Resex? Como fica a regulamentação fundiária os pescadores?” (MENEZES, 2014:35).

Esta questão nos lança para a necessidade de apresentarmos melhor o território no qual se insere a RESEX Itaipu. Faremos isto na próxima seção desta dissertação, levando-se em consideração o recorte espacial definido nesta dissertação e tomando o conceito de território tal como se encontra definido em Cardoso (2001:21) como “uma porção da superfície terrestre apropriada pela sociedade e sobre a qual se estabelece suas formas de controle, manifestando relações marcadas de poder”.

³⁰ Na presença destas embarcações e de plataformas estacionadas nas áreas de fundeio, os pescadores artesanais ficam impossibilitados de pescar em uma área delimitada por um raio de 500 metros em torno da embarcação. Logo, nesta condição, a RESEX perde seu efeito de proteger o modo de vida dos pescadores de Itaipu e Piratininga.

4.3.2 O processo de criação da RESEX de Itaipu

A Reserva Extrativista Marinha de Itaipu foi um processo longo de luta por um território ocupado por pescadores artesanais e seus familiares. Narramos a seguir, fundamentalmente com base em dados secundários, um pouco desta história.

4.3.2.1 Chegada: 1^a tentativa de criação (1989-1999)

Muitas são as narrativas existentes sobre o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. Destacamos em primeiro lugar as narrativas dos pescadores artesanais ditos beneficiários da RESEX. Também encontramos narrativas produzidas pelos atores governamentais que, através das instituições públicas, contribuíram para a criação desta unidade de conservação. Finalmente, destaca-se a contribuição realizada por pesquisadores e professores de distintos centros universitários. Estas diferentes narrativas são marcadas por consensos e contradições, sendo que a produção de cada uma delas faz parte de um processo de embate de visões de mundo estabelecidas pelos menos desde o final da década de 1990. Pretendemos destacar estas diferentes narrativas ao produzir nossa própria.

A ideia de criação de uma Reserva Extrativista Marinha para a região de Itaipu contou com a contribuição inicial de três atores: Roberto Kant de Lima, professor da UFF, Seu Chico, liderança local e Fabio Fabiano³¹, analista do IBAMA (MIBIELI, 2014; SARDO, sem data). Segundo Sardo (sem data), as primeiras conversas teriam sido realizadas em 1989³², um ano antes do Decreto nº 98.897/1990 que dispõe sobre as reservas extrativistas.

ele [o processo de criação da RESEX] chega a Itaipu através de uma rede de relações que pode ter como ponto de partida no local a interlocução do antropólogo Roberto Kant de Lima com o pescador Jorge Nunes da Silva “Seu Chico” (MIBIELI, 2014:61).

... Fábio Fabiano se encontrava, no início da década de 90, em um posto avançado do IBAMA em Arraial do Cabo, e foi através dele que a ideia da política de Reservas Extrativistas chegou aos pescadores de Arraial do Cabo e depois em Itaipu (MIBIELI, 2014:62).

³¹ Fabio Fabiano é um analista ambiental do IBAMA que durante muitos anos desempenhou um papel político importante na articulação de pescadores de Arraial do Cabo para terem acesso a inúmeras políticas públicas, incluindo a própria Reserva Extrativista de Arraial do Cabo. Fabio Fabiano é defensor de uma abordagem para as RESEXs que privilegia o conhecimento local, que não cristalize lideranças em postos de representação, como existem no Conselho Deliberativo das RESEXs e que sejam firmes na fiscalização e na promoção de seu objetivo central: promover e defender a pesca artesanal, seus recursos simbólicos e os recursos naturais dos quais depende (REVISTA CIDADE, 2016).

³² Em 1989, conforme destaca Mibieli (2014) também ocorria em Itaipu um esforço liderado pelo Frei Alfredo Schnüttgen e pelo próprio professor Roberto Kant de Lima em relação à organização social dos pescadores, que culminou na criação da Associação Livre dos Pescadores e Amigos de Itaipu (ALPAPI), presidida pelo Seu Chico.

A conjuntura política no início da década de 1990 não foi favorável à reforma agrária. Em primeiro lugar pela guinada neoliberal representada pelo governo Collor. Em segundo lugar pela crise institucional instaurada pelo impedimento de seu mandato.

Um contraponto neste período consistiu na realização, em 1992, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a chamada Rio-92. Este encontro, realizado a alguns quilômetros de Itaipu representou um impulso significativo à ampliação das políticas voltadas para o meio ambiente. Segundo o lastro deixado pela forte participação popular ocorrida na Rio-92, as reservas extrativistas ganharam alguma visibilidade. Este evento marca a memória de um(a) dos(as) entrevistados(as) como um momento de inversão na percepção sobre a importância do setor da pesca artesanal:

depois da Rio-92 que houve vários acordos práticos e começaram a enxergar o pescador com um potencial de sustentabilidade, a partir daquele evento que teve no Rio de Janeiro. Aí a pesca artesanal ganhou mais visibilidade (Entrevistado(a) 01; entrevista realizada em 05/09/2017).

Em 1996, de acordo com SEA (2013), foi apresentada a demanda dos pescadores artesanais da região de Itaipu por uma reserva extrativista. A mobilização foi realizada pelos pescadores de Itaipu em paralelo com o processo que culminou na criação da RESEX de Arraial do Cabo. Este é um marco temporal recorrente nos discursos de algumas lideranças que defendem a importância da RESEX, pois enquanto a RESEX de Arraial foi criada já no ano seguinte, a RESEX de Itaipu levaria 17 anos. SEA (2013) não especifica como a demanda se manifestou e tampouco especifica o grupo de pescadores artesanais envolvidos neste processo, dando uma ideia de que haveria, naquele momento, um consenso no Canto de Itaipu sobre a ideia da RESEX.

Sobre aquele momento inicial SEA (2013) também destaca a atuação de pesquisadores do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense (NUFEP/UFF), liderado por Roberto Kant de Lima. O NUFEP/UFF, que também havia apoiado o processo de criação da RESEX de Arraial do Cabo, estava contribuindo com o processo de Itaipu através da elaboração de estudos prévios.

Contudo, o projeto da RESEX para a região de Itaipu não conseguiu a adesão de todos os pescadores artesanais, inclusive de importantes mestres de arrastão:

Contudo, embora o cenário se apresentasse favorável de início, resistência de parte do segmento da pesca em relação à implementação da RESEX foi sendo construída. Um dos discursos internos à praia contra a RESEX usava o exemplo de Arraial do Cabo onde pescadores da cidade vizinha, Cabo Frio, e de Jurujuba estariam sendo proibidos de pescar na área da reserva e também sendo autuados [...] Como vimos com as etnografias, a comunidade pesqueira de Jurujuba sempre teve relações com Itaipu e a ideia da RESEX causou grande resistência dos pescadores de Jurujuba que pescavam na área a ser protegida.

A ideia da reserva acabou não tendo adesões de pescadores centrais como Cambuci e Zequinha (MIBIELI, 2014:64).

Mesmo com a desconfiança e oposição em relação à RESEX por parte de alguns atores do território do Canto de Itaipu, foi dado prosseguimento pelo Seu Chico³³ e outras lideranças a primeira tentativa formal de criação da RESEX de Itaipu (SEA, 2013; MIBIELI, 2014).

Em 1998, seguindo o rito burocrático estabelecido para a criação de uma RESEX³⁴, foram organizados dois abaixo-assinados que circularam durante a Festa de São Pedro e coletaram 141 assinaturas de pescadores e 275 apoiadores, que não necessariamente eram pescadores (SEA, 2013; MIBIELI, 2014).

Os abaixo-assinados foram acolhidos e o processo iniciado pelo CNPT/IBAMA no ano de 1999. Neste momento havia, segundo Mibieli (2004) uma condição favorável para a criação da RESEX de Itaipu, que, de acordo com SEA (2013) contava com um amplo apoio de setores do governo municipal e de organizações não governamentais de atuação local, como o Conselho de Comunidades da Região Oceânica de Niterói (CCRON). Em pouco tempo, em parceria com professores associados ao NUFEP/UFF e contando com a participação de filhos de pescadores como entrevistadores, teve início a realização de um diagnóstico socioeconômico visando compreender melhor a população potencialmente beneficiada pela reserva extrativista (SEA, 2013).

O vento que soprava a favor começou a mudar de direção. Um grupo de pescadores de Itaipu e de “fora”, contando com o apoio da Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPE RJ), consegue, por via judicial, assumir a gestão da Colônia. Este evento marcante serve como elemento central de sustentação de uma perspectiva de que a criação da RESEX Itaipu não era um consenso na comunidade, pois aquela nova gestão passa a questionar a validade do processo, incluindo a legitimidade do abaixo-assinado apresentado como evidência da existência da demanda popular pela RESEX na região de Itaipu:

As articulações políticas de parte do setor pesqueiro ligado à Federação Estadual de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ) [...] conseguiram via judicial remover a administração do “Seu Chico” da Colônia Z7. A partir de então, a Colônia passou a ter uma postura contra o processo de criação da unidade e trabalhou institucionalmente contra a continuidade do processo, com a parceria de outras entidades como o Sindicato dos Armadores do Estado do Rio de Janeiro (MIBIELI, 2014:65).

³³ Entre os anos de 1989 e 1999 Seu Chico foi por algum tempo presidente simultaneamente da Colônia de Pescadores e da ALPAPI.

³⁴ Àquela época sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) através do seu Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT).

Gehard Sardo (sem data), político de Niterói e membro de uma organização não governamental de defesa do meio ambiente, e que se posicionou contra o processo de criação da RESEX ressalta em sua crítica a fragilidade do abaixo-assinado apresentado ao CNPT, dando a entender que este documento teria capturado o desejo de um número limitado dos ditos possíveis beneficiários:

Formalmente a solicitação se deu com um abaixo-assinado de pescadores com apenas 141 signatários, sem identificação de autoria e data.” (SARDO, sem data)

Sardo (sem data) complementa sua crítica enfatizando que os reais interessados na criação de uma RESEX na região de Itaipu seriam os “doutores da academia”, sem deixar claro os motivos que teriam para tal. Ao mesmo tempo, Sardo (sem data) legitima a existência de outro abaixo-assinado, contrário a RESEX, contendo 210 assinaturas de pescadores ditos legítimos de Itaipu. Ademais, haveria ainda outro documento, produzido pela Colônia de Pescadores Z-8 contendo mais de 1.000 assinaturas de pescadores artesanais do município de Niterói, que seriam contrários à criação da RESEX.

A mudança na direção da Colônia Z-7 acirrou a disputa pela legitimidade da representação política entre os pescadores de Itaipu. A atuação dos novos gestores e da sua rede de sustentação conseguiu inverter o posicionamento de diversos atores que vinham dando sustentação para a criação da RESEX, como, por exemplo, de representantes da CCRON e da prefeitura municipal de Niterói. Diante do conflito exposto e crescente envolvendo diferentes atores da comunidade, representantes do CNPT/IBAMA decidiram recuar em relação ao encaminhamento do processo de criação da RESEX, suspendendo as ações realizadas até aquele momento.

4.3.2.2 Persistência: 2^a tentativa (2000-2004)

Três acontecimentos se destacam nos cenários local e nacional influenciando o processo de criação da RESEX (SEA, 2013; MIBIELI, 2014). No ano 2000, destaca-se no cenário local, a segunda tentativa de expulsão de um grupo de sitiantes do Morro das Andorinhas, um grupo formado por uma população tradicional (SATHLER, 2012) e que mantém fortes laços sociais com os moradores e pescadores do Canto de Itaipu.

Sathler (2012) destaca que nesta tentativa a casa de Seu Bichinho, um dos mais antigos sitiantes, chegou a ser demolida, causando grande comoção comunitária. Alegava-se que era um processo de favelização e que a área ocupada pelos sitiantes deveria ser desapropriada para ser restaurada

ambientalmente³⁵. A reação dos sitiante contou com o apoio e a solidariedade de seu Chico e do professor Ronaldo Lobão, do NUFEP/UFF, entre outros.

Em relação à participação dos pescadores e moradores do Canto de Itaipu na tentativa de retirada das famílias foi comentada pelo(a) Entrevistado(a) 2, exatamente ao ser questionado(a) sobre os eventos de mobilização comunitária que o(a) teriam marcado:

a galera subiu, o povo foi todo para as Andorinhas, foi guarda com mandado para derrubar... e a galera foi. E eu senti que as pessoas ficaram tristes, a comunidade ficou triste com isso, ficou preocupada. Rolou uma sensibilidade. Ninguém falou tipo: “-bem feito”. Não, pelo contrário. Todo mundo ficou preocupado. Porque aqui é assim, de vez em quando acontece alguma coisa com alguém daqui e as pessoas se preocupam. Lógico, tem um ou outro que não, mas isso é normal. Jesus Cristo não agradou a todos. Mas existe uma... mesmo com as brigas, com as desavenças... quando vem aquela coisa: “-não vamos ajudar, vamos segurar, vamos ficar do lado dele”, entendeu? (Entrevistado(a) 2, entrevista realizada em 17/10/2017).

A participação do professor Ronaldo Lobão através do NUFEP/UFF também foi decisiva em virtude da produção dos laudos técnicos que respaldaram os sitiante como uma população tradicional e que havia se estabelecido naquele local no século XIX. Mibieli (2014) destaca também a participação da bióloga Alba Simon³⁶, entre outros atores e instituições. Nenhuma menção específica é feita em relação à participação do Seu Chico ou de outras lideranças dos pescadores artesanais do Canto de Itaipu pelo pesquisador.

O(A) entrevistado(a) 2, por sua vez, também se recorda e valoriza a atuação do professor Ronaldo Lobão naquele processo. Ao ser questionado(a) sobre quem havia participado mais ativamente das mobilizações realizadas para contribuir na resistência dos sitiante do Morro das Andorinhas, ele(a) destaca:

Chico foi o primeiro a ser procurado... a UFF é uma faculdade que ajuda. Tudo que você quer saber de Itaipu você vai na UFF. Eles já fazem pesquisa aqui há muito tempo. Eles ajudam muito, sabe, até o Lobão está ajudando a gente aqui. Muito legal. Aí o Chico foi... eles começaram a fazer um trabalho... porque tem um setor de direito lá na UFF que realmente eles... eles... e conseguiram! (Entrevistado(a) 2, entrevista realizada em 17/10/2017).

Entendemos que este evento guarda relação com a RESEX de Itaipu, pois ele pode ter contribuído para a mobilização de pescadores e moradores em torno da segunda tentativa de criação da

³⁵ De acordo com Sathler (2012) a área ocupada pelos sitiante do Morro das Andorinhas era reivindicada pela empresa imobiliária Mattos & Mattos.

³⁶ Alba Simon é bióloga, moradora de Niterói e uma militante ambientalista de longa data. Sua atuação como sociedade civil junto a outros ambientalistas fortaleceu a proposta de criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). Mais tarde, como cumpriu papel destacado na elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta que garantiu a permanência de moradores do Sítio da Jaqueira dentro da área do PESET.

RESEX. A tentativa de desapropriação apresenta laços com uma das maiores mazelas enfrentadas pelos pescadores do Canto de Itaipu – a especulação imobiliária (COSTA, 2011).

Em inúmeras reuniões percebemos que para algumas lideranças e pescadores o risco de desapropriação consiste em uma das maiores ameaças à manutenção do modo de vida da pesca artesanal no Canto de Itaipu. Esta situação pode ser devida ao fato de que muitos pescadores artesanais que ainda residem no Canto de Itaipu não têm a sua situação fundiária regularizada. Ainda há a persistência do ressentimento relacionado com o processo de urbanização do bairro Camboinhas que resultou no “encolhimento” do território que outrora foi ocupado pelos pescadores artesanais de Itaipu. Logo, a ameaça de despejo de uma família que guarda inúmeras relações com os pescadores artesanais do Canto de Itaipu trouxe à tona o medo de que aquele processo, se fosse bem-sucedido no morro, viesse a descer até a praia, como fica evidente no depoimento do(a) entrevistado(a) 2 que o processo de desapropriação não é um problema exclusivo dos sitiantes do Morro das Andorinhas:

E essa coisa do Morro das Andorinhas foi bem complicado. Porque eles tentaram de toda forma, por exemplo: começou com as Andorinhas, aí depois veio o lance das dunas também, um documento para eles desativarem em 30 dias. Aí depois veio... e agora este processo [de tentativa de reintegração de posse do terreno onde ela vive por parte da maçonaria]... (Entrevistado(a) 2, entrevista realizada em 17/10/2017)

De acordo com Simon (2015) a criação da Reserva Extrativista sempre cultivou entre os pescadores o desejo de que com a incidência da política pública a permanência dos pescadores artesanais estaria melhor assegurada, afinal, “não pode existir RESEX sem pescador”, frase costumeiramente falada no Canto de Itaipu por aqueles que defendem a unidade de conservação.

Seguindo adiante, outra mudança importante na conjuntura, porém em nível federal, toma curso em 2003. Naquele ano, Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência do Brasil e Marina da Silva é escolhida por ele para assumir o Ministério do Meio Ambiente. Mudanças ocorrem nas diretorias do IBAMA e do CNPT. De acordo com Menezes (2014:26), aproveitando esta nova conjuntura política em nível federal:

A ALPAPI, entidade representativa dos pescadores, neste período, conquistou o apoio de lideranças dos seringueiros do Acre, que estavam em disputa com a chefia do CNPT. Esta postura entre lideranças dos movimentos sociais, conquistou o apoio da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, à proposta da Resex. Com isso a Superintendência Regional do Ibama se comprometeu com sua criação, no final de 2003. (MENEZES, 2014:26)

Destacamos que as articulações realizadas pela ALPAPI³⁷ para reativar o processo também contaram com o apoio da União das Entidades de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (UEPA)³⁸ (MIBIELI, 2014).

As mobilizações realizadas trouxeram o resultado esperado e em janeiro de 2004, o chefe do CNPT esteve na praia de Itaipu para afirmar seu compromisso em relação à criação da RESEX. De acordo com SEA (2013), este evento atraiu o interesse de muitos pescadores, membros de organizações não governamentais e atores governamentais.

O processo se desenvolveu sob coordenação e execução de um assessor da Superintendência Regional do IBAMA, sendo que a participação dos professores e alunos do NUFEP/UFF ocorreu de forma indireta (SEA, 2013; MIBIELI, 2014).

Como metodologia executada pelo CNPT contou com a formação de um grupo de trabalho composto por 35 membros, e que tinha objetivo de discutir temas como: secretaria executiva, delimitação e pesca, informação e divulgação, legislação, socioeconomia, e laudo biológico. Em um período de 7 meses (abril a novembro) foram realizadas 15 reuniões. (SEA, 2013; MIBIELI, 2014).

Aluna de graduação Juliana Latine, que fazia parte do NUFEP/UFF esteve presente em Itaipu durante este momento, participou de algumas reuniões do grupo de trabalho. Segundo a pesquisadora, a secretaria executiva formada com o propósito de garantir o desenvolvimento do processo de criação da RESEX era composta pelos seguintes membros:

[pelo] IBAMA na pessoa de Walter Plácido, pela Associação de Moradores e Amigos de Itaipu – AMAITA, representada por Sylvia, advogada e moradora da região, e pela Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu – ALPAPI, representada por Seu Chico. (LATINE, 2006:19)

Mibieli (2014), destaca que as discussões sobre os limites da RESEX foram muito frequentes e havia um interesse do representante do CNPT de que os limites da futura unidade de conservação

³⁷ Assim como no caso de Menezes (2014), o autor não especifica como estava formada a ALPAPI. Nas duas dissertações, no entanto, Seu Chico é apresentado como presidente da ALPAPI naquele momento. Latine (2006:17), que acompanhou algumas reuniões técnicas nesta segunda tentativa de criação da RESEX faz o seguinte destaque em relação à participação de Seu Chico na ALPAPI naquele período: “O pedido [de reabertura do processo de criação da RESEX] foi feito especificamente pela Associação Livre de Pescadores e Amigos de Itaipu - ALPAPI, que é representada principalmente pelo pescador Seu Chico”.

³⁸ De acordo com Bronz (2009) a UEPA foi criada em 2013 por um grupo de pescadores descontentes com a representação dos pescadores artesanais exercida pela FEPERJ. Chico Pescador, ativista e liderança entre pescadores de São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo, foi um dos participantes daquele processo. A UEPA foi criada com o objetivo de se tornar uma entidade que representasse o interesse dos pescadores artesanais em relação à implantação de uma política eficaz para a gestão da pesca. A UEPA também foi criada para tentar reduzir o faccionalismo presente entre as entidades de pesca do estado do Rio de Janeiro e a polarização criada entre Colônias e Associações.

abrangessem uma área superior àquela que fazia parte do território utilizado pelos pescadores de Itaipu e Piratininga. A insistência por parte do CNPT em relação à este ponto trouxe desgaste para a condução do GT, gerando um esvaziamento gradual das reuniões.

Latine (2006) também observou que o grupo restrito de participantes no GT produziu impactos sobre a percepção dos pescadores locais sobre os objetivos da RESEX:

Estes [pescadores] desejavam ter mais informações sobre a Reserva e o que isso poderia afetar suas vidas mas, passaram a questionar, entre eles, os reais interesses da Reserva, principalmente pelo fato dos principais beneficiados estarem em menor quantidade em relação à todas as entidades e instituições presentes. (LATINE, 2006:20-21)

A visão de Latine (2006) contrasta com a de Mibieli (2014) neste ponto, pois para esse autor a segunda tentativa de criação da RESEX teria contado com uma maior participação dos pescadores, destacando, contudo, outras duas conhecidas lideranças: Maurinho e Jairo.

A “nova gestão” da Colônia de Pescadores Z-7 se manteve contrária a criação da RESEX. Organizaram outro abaixo-assinado, esse com 300 assinaturas de pessoas contrárias a criação da RESEX. Em fevereiro de 2004, um mês após a visita do representante do CNPT a Itaipu, os diretores da Colônia impetraram junto ao Ministério Público Federal um pedido de ação civil pública solicitando a paralisação do processo de criação da RESEX.

Os dirigentes da Colônia, principalmente Otto e Barbudo (LATINE, 2006), também participaram de algumas reuniões do GT, frequentemente com o objetivo de criar obstruções, produzir constrangimentos e disseminar falsas informações:

Os representantes da Colônia Z-7 (Itaipu) tentavam polemizar as reuniões colocando questões como desapropriação das casas próxima à praia, que segundo eles podiam correr esse risco, ou afirmando que a falta de fiscalização do IBAMA pode não modificar a atual situação. Esses representantes questionavam constantemente quais seriam os principais atores da Reserva, mas remetiam-se mais especificamente à participação de Seu Chico nesta discussão. (LATINE, 2006:20)

A pressão exercida pelos gestores da Colônia Z-7, o esvaziamento das reuniões, a desconfiança entre alguns pescadores sobre a intenção da RESEX, o impasse criado em relação aos limites para a RESEX e a falta de recursos para a realização do laudo biológico foram fatores considerados por SEA (2013) e Mibieli (2014) como relevantes para que contribuissem para mais uma paralisação do processo.

4.3.2.3 Conquista: 3^a tentativa (2007-2013)

A terceira tentativa de criação da RESEX Itaipu é precedida pela criação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) em 2007, que passa a assumir as responsabilidades de gestão pública

das unidades de conservação na esfera nacional. Neste sentido, o processo de criação da RESEX migra automaticamente para o ICMBio³⁹ (SEA, 2013). A mudança institucional da competência de gestão das unidades de conservação federal e a necessidade de reestruturar um novo órgão criado em meio a um turbulento debate público pode ser um fator a mais na demora observada em relação ao encaminhamento do processo de criação da RESEX de Itaipu.

De acordo com Menezes (2014), no ano de 2010, representantes do ICMBio questionaram o professor Ronaldo Lobão (NUFEP/UFF) sobre o processo de criação da RESEX de Itaipu, que estava parado em Brasília. Havia, segundo o pesquisador, uma sinalização positiva quanto à retomadas das ações para a criação desta unidade de conservação. Contudo, os técnicos do ICMBio sustentaram a posição de que a área pensada para a RESEX de Itaipu era pequena quando comparada com a de outras unidades de conservação federal. Para o ICMBio, esta faria da RESEX proposta mais adequada à administração estadual.

Antes de prosseguir nesta linha do tempo, recuamos novamente a 2007, pois movimentações políticas importantes ocorreram em âmbito estadual, em paralelo às mudanças em nível federal. De acordo com SEA (2013), a escolha de Carlos Minc como Secretário da Secretaria de Meio Ambiente (SEA) do 1º Governo Sergio Cabral no Estado do Rio de Janeiro criou um ambiente favorável para que emergisse o interesse de que o processo de criação da RESEX passasse para a esfera estadual. Conta para isso a escolha de Alba Simon para o cargo de Superintendente de Biodiversidade da SEA.

A atuação da SEA neste contexto favorece, em primeiro lugar, a delimitação legal do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), ação que estava pendente desde a criação do Parque. Neste processo, a Lei Estadual nº5079/07 incluiu nos domínios daquela unidade de conservação a área ocupada pelos sitiante do Morro das Andorinhas e uma área marítima denominada Bananal. Em relação aos sitiante do Morro das Andorinhas, inicialmente foi criado um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) para garantir, mesmo que de forma provisória, a permanência destes moradores no Parque. Destaca-se que Alba Simon sempre esteve envolvida neste conflito posicionando-se em

³⁹ De acordo com Ferreira (2012) a criação do ICMBio não foi sustentada por um consenso envolvendo os diversos setores envolvidos e a sociedade civil. Foi deflagrada uma greve nacional dos servidores do IBAMA e uma ação foi movida junto ao STF alegando constitucionalidade do ato de criação desta nova autarquia. Por um lado, buscava-se criar um órgão que efetivamente conseguisse implementar consistentemente o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, fato que pode ser de fato observado. Contudo, por outro lado, alegava-se que a criação do ICMBio fragilizava ainda mais o IBAMA, órgão que vinha sendo desmontado desde a criação do Ministério do Meio Ambiente. Outro aspecto relevante em relação à gestão do ICMBio no que tange à gestão das unidades de conservação consiste na centralização de suas ações diferentemente do que ocorria no IBAMA, que buscava uma gestão descentralizada apoiado em suas superintendências regionais presentes nos estados.

favor da permanência dos sitiantes e liderou a estratégia de criação do TCA juntamente com professores e estudantes vinculados ao NUFEP/UFF (MENEZES, 2014).

No que tange à área conhecida como Bananal, a sua inclusão no Parque seguiu laudo biológico e suspostamente contou com a aprovação dos pescadores artesanais. Deste modo, voltando a falar dos “cercamentos” pode-se dizer que no território dos pescadores artesanais de Itaipu a primeira área cercada excluiu a presença do pescador artesanal, industrial e amador. De acordo com Menezes (2014) a partir desta expansão marítima do PESET foi possível justificar a RESEX como parte de um gradiente de conservação⁴⁰:

Este gradiente de proteção apontado pelos estudos feitos pelo NUPIJ em torno do PESET tinha como objetivo mostrar que uma unidade de uso sustentável circundando uma unidade de proteção integral se adequaria aos princípios de conservação do parque e também às expectativas dos órgãos ambientais. (MENEZES, 2014: 29)

Todo este contexto culminou na transferência de atribuição em relação ao processo de criação da RESEX Itaipu do ICMBio para a SEA no ano de 2010, que, por sua vez, atribuiu ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) a responsabilidade de gerenciar o processo em âmbito estadual. Pesquisadores e professores da UFF vinculados ao NUFEP, ao Núcleo de Pesquisa sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ) e ao Laboratório de Biologia Marinha (BIOMAR) foram novamente contatados, visando o estabelecimento de uma parceria para a elaboração do cadastro dos pescadores artesanais de Itaipu e Piratinha e do estudo técnico necessário para embasar a proposta de criação da RESEX (MIBIELI, 2014; MENEZES, 2014; SIMON, 2015).

Em 2012, ocorre no Rio de Janeiro a conferência para meio ambiente da ONU Rio +20 e naquele evento Seu Chico cobra do Secretário Carlos Minc o andamento do processo de criação da RESEX. Carlos Minc, por sua vez, reafirma seu compromisso em criar a unidade de conservação e recomenda aos pescadores que se organizem para apresentar formalmente à SEA a demanda de criação da RESEX. Esta é realizada ainda em 2012, mas uma vez liderada pelo Seu Chico, porém, conforme destaca Mibieli (2014), contando com a participação ativa de outros pescadores: Jairo, Maurinho, Tripa e Silvão. Para o autor, os pescadores de Itaipu pareciam que estavam aderindo em maior número à proposta da RESEX para o território do Canto de Itaipu.

Em 2013, voltam a ser organizados dois abaixo-assinados em favor da RESEX, um para pescadores, outro para apoiadores. Os dois documentos contabilizaram respectivamente 120 assinaturas (entre pescadores de Itaipu e de Piratinha) e 619 assinaturas (SIMON, 2015). Para

⁴⁰ Este conceito de gradiente de conservação, de acordo com Mibieli (2014), foi criado pelo professor Ronaldo Lobão, quando este, através do NUFEP/UFF desenvolveu pesquisas junto a populações tradicionais paranaenses.

Simon (2015:8) o crescimento do número de assinaturas referentes às pessoas que apoiavam a criação da RESEX Itaipu (275 para 619) reflete a “ampliação da força política dos pescadores e da RESEX”.

Alba Simon (2015) oferece um olhar de dentro do órgão público em relação àquele momento do processo de criação da RESEX. A autora, que era servidora do INEA à época, nos mostra que a atuação do INEA/SEA se pautou por uma profunda análise das lições aprendidas no que tange ao que tinha desfavorecido a criação da RESEX Itaipu. Neste sentido, as ações conduzidas através do órgão estadual buscaram: reduzir a polarização entre os representantes da ALPAPI e da Colônia Z-7; reduzir a disseminação da contra-informação; ampliar o conhecimento sobre a RESEX, seu funcionamento e potenciais benefícios; garantir a isonomia em relação à ampla participação no processo de criação; e um grande investimento em articulações interinstitucionais com outros órgãos do governo nas três esferas de poder da Federação.

Simon (2015) destaca que estas atitudes contribuíram decisivamente na anulação das principais críticas e questionamentos que vinham sendo realizadas pelos atores que se opunham à criação da RESEX, sobretudo, em nível local, a atuação da “nova gestão” da Colônia de Pescadores Z-7.

Por outro lado, podemos compreender a partir de Simon (2015) que as estratégias traçadas para criação da RESEX Itaipu pelos representantes da SEA/INEA produziram uma hierarquia de prioridades possivelmente diferente daquela existente entre os pescadores artesanais do Canto de Itaipu, em especial no que tange à questão da regularização fundiária. Conforme destaca a pesquisadora, foi a partir da interlocução estabelecida com representantes de instituições como a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Secretaria de Abastecimento, Agricultura e Pecuária do estado do Rio de Janeiro (SEDRAP/RJ) que se decidiu deixar “o enfrentamento dessa questão [fundiária] para um segundo momento” (SIMON, 2015:12). De fato, o único enfrentamento imediato promovido pela criação da RESEX consistiu na relação com a pesca industrial predatória.

O processo de criação contou com a realização de 15 reuniões públicas entre novembro de 2012 e julho de 2013, reuniões estas que contavam, de acordo com Simon (2015), com uma presença cada vez maior de pescadores. O professor Sidney Lianza, coordenador da PAPESCA naquela época, relata um episódio em que havia marcado uma reunião com os pescadores do Canto de Itaipu e que quando chegou para o encontro, o local estava muito cheio. Por um breve instante acreditou que o que levava os pescadores àquela reunião era o tema proposto pela PAPESCA, contudo, logo percebeu que havia ocorrido uma confusão na qual ficou claro que o real interesse que havia levado

os pescadores artesanais a estarem presentes em grande número naquele encontro era porque acreditavam que se tratava de uma reunião sobre a RESEX.

Um destaque que consideramos importante feito por Simon (2015) consiste no fato de que ao longo de 2013 representantes da SEA e do INEA procuraram se manter próximos dos pescadores do Canto de Itaipu, realizando visitas frequentes e conversas informais sobre a temática da RESEX. Este é um tipo de atitude muito demandado pelos pescadores do Canto de Itaipu, um tipo de tratamento pessoalizado, que contorna as dificuldades criadas pelas disputas políticas que incidem no território. Isto fica bem claro na fala da Entrevistado(a) 2:

pega no individual, cada um, e vai conversando. Qual é a sua dúvida... Aqui eu acho que funciona. Qual é a sua dúvida, o que você acha que está errado? Sabe aquele tipo de trabalho de escrever: “-a está errado isso, está errado aquilo...” entendem? Eu acho que não dá para fazer uma reunião, por causa das divergências. Aí começa aquela conversa de troca de farpas e aí não se consegue resolver nada. Eu acho que é um trabalho diferenciado com os pescadores o de fazer individualmente. (Entrevistado(a) 2. Entrevista realizada)

Seguindo com o processo de criação, SEA/INEA organizaram no dia 30 de julho de 2013, na paróquia da Igreja de São Sebastião de Itaipu, a consulta pública obrigatória para a criação de uma unidade de conservação. Simon (2015) destaca que o evento foi marcado por forte tensão criada principalmente por Otto e Gilberto, diretores respectivamente da Colônia de Pescadores Z-7 e Z-8. A consulta durou 6 horas e contou com a participação de um público de 270 pessoas, incluindo pescadores artesanais, atores governamentais e atores da sociedade civil organizada (SIMON, 2015).

De acordo com Menezes (2014), que estava presente na consulta, a reunião foi presidida por André Ilha, que era Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do INEA. Coube a ele a realização da apresentação inicial e, conforme destaca o pesquisador, a manutenção do controle da reunião em relação ao andamento do rito formal. André Ilha teve um posicionamento assertivo ao responder críticas realizadas pelo representante do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e pelo representante do IBAMA em relação ao processo de criação da RESEX.

Mibieli (2014), que também estava presente na consulta, destaca que outro tipo de controle foi realizado por algumas lideranças que se posicionavam a favor da RESEX. Visando proteger a reunião e garantir a sua realização, estes pescadores buscavam acalmar aqueles que se mostravam mais exaltados em relação às críticas e oposições que vinham sendo colocadas pelos diretores das Colônias de Pescadores Z-7 e Z-8. Para isso, iam até a área externa da paróquia para fazer uma conversa “no pé de orelha” (MIBIELI, 2014:75).

De acordo com Mibieli (2004), durante a reunião os pescadores que defendiam a proposta de criação da RESEX e que mais utilizaram o direito à palavra foram: Jairo, Maurinho, Tripa, Silvão e Zé Grande. Seu Chico fez o uso da palavra poucas vezes.

O debate, ou discussão, ocorrida na consulta pública opunha fundamentalmente duas posições: a favor da RESEX, que sustenta que a reserva seria para todos os pescadores artesanais, restringindo somente a atuação da pesca industrial e freando a ação da especulação imobiliária; e contra a RESEX, destacando que a unidade de conservação serviria apenas para os pescadores tradicionais de Itaipu, representando um privilégio (MIBIELI, 2014; MENEZES, 2014; SIMON, 2015). Mibieli (2014) destaca que a posição contrária a RESEX não era explícita até então. As primeiras argumentações que contestavam a criação da unidade de conservação questionavam o procedimento como estava sendo proposta a sua criação e não os valores intrínsecos à reserva extrativista. A mudança de foco na argumentação emergiu na medida em que a condução criteriosa do processo, realizada desta vez pela SEA/INEA, conseguiu esvaziar as críticas que vinham sendo realizadas anteriormente.

Uma vez concluída a consulta pública, o processo seguiu seu rito burocrático dando origem ao Decreto 44.417, assinado no dia 30 de setembro de 2013 e publicado no Diário Oficial no dia 1º de outubro de 2013.

A oposição feita pelas diretorias das Colônias Z-7 e Z-8 à criação da RESEX Itaipu seguiu firme e com o apoio das diretorias de outras nove colônias de pescadores do estado do Rio de Janeiro, os diretores da Colônia Z-7 e Z-8 entraram com uma Ação Civil Pública junto à Justiça Estadual, solicitando a anulação do Decreto 44.417/13 de criação da RESEX. Esta ação solicitava a paralisação de todo o processo, incluindo a suspensão da reunião que já havia sido marcada para iniciar a discussão sobre a composição do Conselho Deliberativo da RESEX. A liminar foi indeferida e assim, teve início a jornada de implementação da RESEX Itaipu (SIMON, 2015).

4.3.3 O processo de implementação da RESEX de Itaipu

4.3.3.1 1º chefe da RESEX Itaipu

O primeiro passo para a implementação da RESEX Itaipu consistiu na escolha do Chefe da unidade⁴¹. O nome de Clarismundo Benfica, então chefe da APA de Maricá⁴², havia sido indicado antes mesmo da publicação do Decreto no Diário Oficial.

A atuação de Clarismundo Benfica como Chefe da RESEX se deu entre os anos de 2013 e 2015. Até hoje é lembrado pelos pescadores como um gestor que procurava manter uma rotina de estar sempre na praia, conversando informalmente com os pescadores e, às vezes, até participando de um arrastão. Por outro lado, notava-se nos espaços formais da RESEX um gestor pouco acostumado com práticas dialógicas, centralizando a organização das reuniões ou distribuindo para seus pares da gestão pública.

A gestão de Clarismundo Benfica ficou marcada pela condução dos trâmites necessários para a criação do Conselho Deliberativo da RESEX Itaipu (CD RESEX Itaipu), do Regimento Interno e da criação do primeiro grupo de trabalho voltado para discutir a questão da fiscalização (GT-Fiscalização). Sua atuação também ficou marcada por um conflito envolvendo a PAPESCA, a organização não governamental Rare⁴³ e os pescadores artesanais apoiadores da RESEX Itaipu.

A Rare iniciou sua atuação no Brasil articulando-se com populações situadas em reservas extrativistas marinhas. Neste sentido, a Rare, que já se articulava ao ICMBio, organizou um encontro em Brasília na qual foram convidados representantes de inúmeras RESEX. O professor Sidney Lianza (PAPESCA), foi convidado pela sua trajetória na organização da Rede Solidária da Pesca (RSP) e da formação da Teia de Redes, e por estar atuando na RESEX de Itaipu. O professor

⁴¹ Toda unidade de conservação possui um órgão executor definido no ato de criação. No caso da RESEX Itaipu, o órgão executor é o INEA. O INEA deve, então, escolher um servidor público para assumir a chefia da unidade, que tem como função presidir o Conselho Deliberativo da RESEX. As atribuições do presidente do Conselho foram definidas pelo Regimento Interno da RESEX, na Seção II, Artigo 14º.

⁴² Identificamos em uma ata de uma audiência pública presidida pela Comissão Estadual de Controle Ambiental a informação de que em 2014 Clarismundo Benfica ainda era o Chefe da APA de Maricá. Menezes (2014) e Cache (2016) informam que Clarismundo era chefe do PESET, sem mencionar se era também chefe da APA de Maricá. O importante é destacar que o INEA, como órgão executor, tem recursos muito limitados para dar o correto andamento às políticas ambientais do estado do Rio de Janeiro, condição que se agravou com o ajuste fiscal pelo qual passa o estado. Como consequência, não há servidores suficientes para serem alocados de forma exclusiva como gestores das unidades de conservação do estado. Esta situação pode levar à sobrecarga de atividades.

⁴³ A Rare é uma ONG norteamericana cuja missão no Brasil consiste no fortalecimento de soluções para a gestão sustentável dos recursos pesqueiros. A premissa da Rare é que as soluções partem necessariamente de uma mudança de comportamento e devem ser lideradas pela população local. Logo, faz parte da abordagem da ONG o empoderamento de lideranças locais. Este é, ao menos, o seu objetivo público, que como destaca Rabinovici (2008) pode ser uma estratégia que oculta reais interesses, ideologias e contradições comuns à ONGs ambientalistas transnacionais.

Sidney, contudo, solicitou à Rare que custeasse a ida do então chefe da RESEX Itaipu, Clarismundo. Nesta viagem, Sidney e Clarismundo, apesar das discordâncias sobre o método da Rare, convidaram a ONG para conhecer a RESEX Itaipu.

A primeira vez que um representante da ONG esteve presente no Canto de Itaipu foi para participar da 1^a reunião do CD RESEX Itaipu, recém empossado. Influenciados pelo momento que foi observado, a Rare se interessou em incluir a RESEX Itaipu entre as oito unidades de conservação que seriam incluídas em seu programa de fortalecimento. Um investimento de US\$ 20 mil dólares seria feito desde que a RESEX Itaipu apresentasse uma contrapartida de igual valor. As atividades começariam com um levantamento de informações e o CD RESEX Itaipu indicou Rose⁴⁴ para assumir esta função, que seria remunerada.

Contudo, uma reviravolta ocorreu e outra pessoa foi indicada à Rare ao invés da Rose. Tratava-se de um servidor do INEA que na época fazia um doutorado. Não confirmamos com Clarismundo se a indicação tinha partido dele, mas esta foi a versão que os pescadores que apoiam a RESEX assumiram como verdadeira. Este evento produziu um efeito terrível na relação de confiança entre pescadores artesanais apoiantes da RESEX e Clarismundo Benfica, sendo, possivelmente um fator importante na decisão tomada por ele em relação à sua saída do cargo de chefia da RESEX.

4.3.3.2 2º Chefe da RESEX Itaipu

A recomposição da chefia com um nome substituto não foi imediata, durando 2 meses, sendo concluída no ano de 2015. Em parte, a demora se deu em virtude das limitações do órgão ambiental, que não possui servidores suficientes para atender todas as demandas, em segundo porque o novo chefe escolhido, Carlos Martins, estava de licença médica no ato de sua nomeação. A atuação de Carlos Martins ficou marcada, por sua vez, pela organização e mobilização em torno do GT-Monitoramento, um grupo de trabalho que teve como principal objetivo estabelecer uma estratégia para fortalecer a fiscalização da área da RESEX e cujo resultado prático resultou na elaboração de um Acordo de Gestão⁴⁵. Destacamos que o início do trabalho de Carlos Martins foi gerado de

⁴⁴ Rose é moradora do Canto de Itaipu. Sua avó se mudou para Itaipu em 1916. Sua mãe nasceu em 1930 e anos depois se casou com Zequinha, pescador de Itaipu. Rose, descendente, portanto, de uma linha genealógica que vive e se reproduz socialmente em Itaipu há mais de 100 anos. Rose cresceu em uma Itaipu muito diferente daquela que podemos observar hoje e sua lembrança sobre a sua infância e adolescência lhe provoca muita nostalgia. Rose não trabalhou diretamente na pesca artesanal. Sabia fazer e, às vezes produzia para gerar uma renda complementar, puçás, que são instrumentos de pesca muito procurado por pescadores amadores. A venda era realizada por um mestre de pescadores chamado Natalino, que levava os puçás até o centro de Niterói.

⁴⁵ Estes eventos serão apresentados em maiores detalhes mais adiante nesta dissertação.

grande expectativa em virtude dos efeitos que a ausência de chefia tinha causado em relação à fiscalização.

Ao longo do ano de 2017 notamos um desgaste maior envolvendo a gestão Carlos Martins com lideranças como Seu Chico e Jairo. Seu Chico alega que o chefe da RESEX tem se mostrado muito ausente, que pouco vai à praia conversar com os pescadores e que não se preocupa em esclarecer dúvidas da “base”⁴⁶, bem como em “dar a cara” para ouvir críticas. Esta ausência expõe lideranças como o próprio Seu Chico e Jairo, além de Maurinho, históricos defensores da proposta da RESEX Itaipu, a críticas e difamações, que segundo eles são disseminadas por pescadores que tem interesse que a RESEX acabe. Carlos, por sua vez, alega que tem se esforçado para manter a RESEX funcionando, e destaca seu empenho para a finalização do Acordo de Gestão. Ademais, destaca que tem buscado escrever projetos que viabilizem a aquisição de uma sede para a RESEX na praia de Itaipu.

Outra crítica comum consiste na insatisfação em relação à fiscalização, que não tem evitado a presença da pesca industrial na RESEX ou de uma desordenada presença de pescadores amadores. Carlos argumenta que os recursos que ele tem disponível são muito limitados e que, por muito tempo, não tinha como abastecer o motor da embarcação patrulha da RESEX. Carlos destaca também que tem se esforçado para realizar uma comunicação com os pescadores amadores sobre a necessidade deles se regularizarem e estarem cientes de que regras para o uso da RESEX poderão afetar sua atividade recreativa futuramente⁴⁷.

Ainda em relação à fiscalização, um ponto delicado tem sido a recorrente autuação de pescadores artesanais do Canto de Itaipu pescando na área conhecida como Bananal. Este local faz parte do PESET e a pesca totalmente nele é proibida. Os pescadores artesanais têm consciênciada proibição, mas recorrem a pesca no Bananal em virtude da escassez de pescado observada em outras áreas da RESEX, uma atitude, classificada pelos pescadores, como desesperada. A autuação dos pescadores artesanais gera conflito, alimentado, principalmente, pelos pescadores que se opõem à RESEX. Os argumentos se fundamentam na percepção de que “se a pesca industrial não é adequadamente fiscalizada na RESEX, porque os pescadores artesanais o serão no PESET?”. Além do mais, os pescadores argumentam que a patrulha feita no Bananal, que já causou até uma

⁴⁶ Seu Chico e Jairo utilizam este termo para se referir ao conjunto de pescadores artesanais do Canto de Itaipu que não são tidas como lideranças, mas como a população beneficiária da RESEX Itaipu.

⁴⁷ A efetividade da ação de comunicação realizada pelo chefe da RESEX foi defendida por outra servidora pública em um Conselho Deliberativo da RESEX Itaipu. A servidora da FIPERJ, Luciana Fuzetti, destacou que um número expressivo de pescadores amadores a procurou buscando obter sua documentação de pescador amador.

perseguiação a uma embarcação de pesca artesanal, é realizada com uma embarcação da RESEX. A sensação que tem prosperado entre pescadores é a de que “os grandes continuam intocados, enquanto a fiscalização só serve para atingir os pequenos”.

Finalmente, um último ponto de destaque em relação à gestão do Carlos Martins consistiu na postura da RESEX em relação à condução coercitiva realizada de forma equivocada pela polícia militar de um pescador tradicional. O pescador em questão chama-se Maurinho, que é também presidente da Associação de Moradores e Amigos de Itaipu (AMAITA). Maurinho foi levado à delegacia por pescar com o arrastão de praia, um equipamento tradicional que utiliza uma malha muito pequena e que eventualmente captura tartarugas⁴⁸. Neste sentido, após uma denúncia anônima, o pescador foi levado à delegacia para prestar depoimento. Ao solicitar apoio da RESEX para identificar o pescador como tradicional e esclarecer que a atividade realizada pelo pescador é tradicional e protegida por lei, Carlos estava de licença e seu auxiliar, que na verdade divide sua responsabilidade entre RESEX e PESET, Luiz, não se mostrou acessível. Isto gerou uma grande revolta que foi problematizada em uma reunião do CD RESEX Itaipu. Seu Chico e Jairo solicitaram apoio à Luciana Fuzetti, da FIPERJ, que conseguiu demonstrar, através de um relatório de desembarque pesqueiro⁴⁹, que Maurinho é pescador artesanal tradicional e que sua atividade é protegida por lei.

4.3.3.3 Criação do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da RESEX Itaipu (CD RESEX Itaipu) foi formado em um período de cinco meses, tendo se iniciado em novembro de 2013, um mês após a publicação do Decreto 44.417/13 no Diário Oficial. O processo de constituição do CD RESEX Itaipu consistiu na realização de seis reuniões envolvendo o Chefe da RESEX, outros representantes da SEA e do INEA, pescadores artesanais, membros da sociedade civil organizada⁵⁰ e de outras instituições

⁴⁸ Que são sempre soltas com vida, sem se ferir. As tartarugas são animais muito resistentes e a maior ameaça que elas poderiam sofrer está relacionado com seu afogamento caso elas fiquem presas na rede e não consigam subir a superfície para respirar. Como a malha da rede é pequena e a velocidade com que se arrasta a rede também é baixa (pois a rede é tracionada manualmente) as tartarugas só são efetivamente “pescadas” quando a rede já está muito próxima da areia. Isto reduz muito a possibilidade dela se afogar, que também é diminuído com a ação rápida empreendida pelos pescadores de devolverem ela ao mar.

⁴⁹ A FIPERJ está responsável pela implantação de um monitoramento de desembarque pesqueiro em vários municípios, inclusive Niterói. Este programa é considerado uma medida básica para auxiliar uma gestão técnica da pesca e consiste em uma quantificação diária do pescado que é desembarcado em cada uma das principais localidades pesqueiras. A quantificação é feita por unidade produtiva, ou seja, por embarcação.

⁵⁰ ALPAPI, Associação Livre dos Pescadores da Lagoa de Piratinha (ALPAGOA), Ecoando (ONG), Associação de Surf de Niterói, Associação de Comunidades Tradicionais do Engenho do Mato (ACOTEM), Associação da Comunidade Tradicional da Duna Grande (ACODUNA), Associação dos Sítiantes Tradicionais da Duna Grande (ACODUNA), Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (ACOTMA), Associação de

governamentais⁵¹ (MENEZES, 2014). Destacamos nos próximos parágrafos alguns elementos importantes desta etapa da implementação da RESEX Itaipu.

Pudemos observar que a maioria das reuniões contaram com um grande número de indivíduos, incluindo muitos pescadores artesanais de Itaipu. De acordo com Menezes (2014) a exceção ocorreu em uma atividade marcada para o dia 8 de janeiro, que não ocorreu exatamente por ter sido marcada em um horário onde os pescadores ainda estavam trabalhando.

Obtivemos registro de que apenas uma reunião ocorreu no território dos pescadores de Piratininga, as demais ocorreram no território dos pescadores de Itaipu.

Em quase todas as reuniões pescadores artesanais solicitaram aos representantes do INEA e da SEA realização da fiscalização, em relação à pesca industrial. Por outro lado, representantes do INEA e da SEA tentavam acomodar as solicitações dentro do processo de implementação da RESEX Itaipu, destacando que a fiscalização seria uma etapa posterior ou que só se tornaria mais efetiva a partir da criação do CD RESEX Itaipu.

A organização das reuniões foi marcada pelo debate entre técnico do INEA e o professor Ronaldo Lobão em relação à metodologia que deveria ser utilizada. A proposta do INEA, segundo Menezes (2014) era de realizar um Diagnóstico Rápido Participativo, que para o professor Ronaldo Lobão, seria insuficiente para garantir a participação dos pescadores artesanais e, sobretudo a prevalência de seus valores culturais, códigos e normas locais. O debate colocado pelo professor da UFF influenciou a condução do processo, conforme ressalta Menezes (2014).

Ficou estabelecido que o CD RESEX Itaipu teria 28 vagas e que 50% delas seria destinada para a comunidade tradicional na forma de representantes das modalidades de pesca⁵². Os pescadores propuseram um arranjo de distribuição das vagas que não foi aceito pelo INEA, que apresentou outro arranjo (a diferença entre as duas formas era pequena). A escolha dos representantes foi realizada através de Grupos de Trabalho (GT), e para Menezes (2014) os pescadores apresentaram muita coesão na hora de propor os nomes dos representantes de cada modalidade.

Moradores e Amigos de Itaipu (AMAITA), a Associação Comercial da Praia de Itaipu (ACOMPI) e a Associação de Moradores e Amigos da Beira da Lagoa (AMORBELA).

⁵¹ ICMBio, Capitania dos Portos, MPA, SPU, Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), UFF, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Câmara Municipal de Niterói, SEDRAP e FIPERJ.

⁵² Foram distribuídas nove vagas para pescadores artesanais de Itaipu e cinco para pescadores artesanais de Piratininga.

Houve um debate intenso sobre a indicação da Colônia de Pescadores Z-7 como entidade que deveria ser incluída no CD RESEX Itaipu. Para os representantes do INEA, a indicação desta entidade seria importante para garantir a representatividade do Conselho Deliberativo e evitar problemas futuros. Para alguns pescadores, não havia sentido em incluir uma entidade que tinha se posicionado de forma contrária à criação da RESEX⁵³ (CACHE, 2016).

Houve discordância entre pescadores de Itaipu em relação à inclusão de um pescador de Itaipuaçu (Maricá), no CD RESEX Itaipu. Para Menezes (2014) havia um interesse político dos pescadores que defendiam a manutenção do nome, posto que também haveria uma relação entre as comunidades de Itaipu e Itaipuaçu no que tange ao compartilhamento do uso do espaço marítimo. A indicação não encontrou oposição por parte dos representantes do INEA e da SEA.

Em relação aos membros da sociedade civil e do poder público, os critérios defendidos em reunião para a escolha foram: ter participado do processo de criação da RESEX; desenvolver atividades dentro da RESEX; e ter sido indicado previamente no processo de formação do conselho. Apesar destes critérios, a Colônia Z-7 foi incluída⁵⁴.

O quadro de representação da sociedade civil, portanto, ficou marcado pela manutenção da Colônia de Pescadores Z-7 entre as entidades com possibilidades de enviar representantes. Destaca-se também o número significativo de entidades que representam populações tradicionais (quatro). A participação da Pastoral da Pesca, surpreende na medida em que ela não aparece com uma atuação tão evidente considerando as diversas bibliografias existentes sobre os pescadores de Itaipu. Menezes (2014) chama a atenção para o processo de negociação dos assentos, que segundo o autor, ocorreram publicamente e também por detrás das cortinas.

Em relação à representação do poder público, Menezes (2014) destaca que a SEDRAP e a FIPERJ⁵⁵, que haviam sido indicadas como entidades do poder público para compor o CD RESEX Itaipu, não responderam à convocatória para indicação de representantes. Nesta época, a SEDRAP estava sob a administração de Felipe Peixoto, político niteroiense que, de acordo com Menezes (2014) era alinhado politicamente com os representantes da Colônia Z-8.

⁵³ Destacamos que representantes da Colônia Z-7 não participaram de nenhum dos encontros para a criação do CD Itaipu.

⁵⁴ Menezes (2014) relata que representantes do INEA deram a questão da oposição dos pescadores em relação à inclusão da Colônia Z-7 como superada por debates realizados anteriormente. Se foi realmente superada, porque então esta questão voltou e continua voltando em tempo presente?

⁵⁵ A FIPERJ é uma autarquia do Governo do Estado do Rio de Janeiro que institucionalmente está sob responsabilidade da SEDRAP.

O Conselho Deliberativo foi homologado com a publicação da portaria INEA/DIBAP nº 42/2014 e os conselheiros tomaram posse no dia 26 de abril de 2014. Neste momento, nem a Colônia de Pescadores Z-7, nem a FIPERJ responderam à convocatória enviada através do INEA e da SEA e, portanto, não tiveram representantes indicados no ato da posse.

4.3.3.4 Regimento interno

O próximo ponto focal definido para os trabalhos da RESEX consistiu na elaboração do Regimento Interno. Este processo levou um ano, tendo se iniciado logo após a criação do CD RESEX Itaipu (MENEZES, 2014; CACHE, 2016).

A partir da Criação do CD RESEX Itaipu notou-se que houve uma mudança no procedimento adotado para a organização das reuniões que passaram a contar com uma mesa diretora, presidida pelo chefe de RESEX, inscrições de fala e elaboração de ata da reunião (MENEZES, 2014).

A elaboração do Regimento Interno foi proposta logo na primeira reunião após a criação do CD RESEX Itaipu. A minuta foi produzida em aproximadamente 30 dias por um grupo de trabalho formado do CD RESEX Itaipu. A minuta apresentava inúmeras contradições e diversos membros do CD RESEX Itaipu demonstraram ter muita dificuldade para compreender suas considerações. O volume de perguntas foi tão elevado que se optou por buscar mais informações para embasar a discussão (MENEZES, 2014).

Não encontramos muitas informações sobre o desenvolvimento deste processo em Itaipu, somente que no dia 26 de fevereiro de 2015 o Regimento Interno foi aprovado e assinado pelo INEA (CACHE, 2016).

4.3.3.5 Acordo de gestão

4.3.3.5.1 GT-Fiscalização

A RESEX Itaipu foi criada, o Conselho Deliberativo empossado e o Regimento Interno aprovado. Entre 2013 e 2015 a organização burocrática da RESEX Itaipu avançou. Alguns pescadores artesanais envolvidos diretamente neste processo continuavam a insistir, contudo, que a RESEX estava parada. Percebíamos em campo que esta sensação era fruto, em grande medida, da presença constante da pesca industrial atuando dentro dos limites da RESEX.

Nós pudemos observar a presença dos barcos de pesca industrial em operação na RESEX Itaipu algumas vezes e a sensação que capturávamos entre os pescadores mesclava sentimentos de raiva, tristeza e desânimo. Também recebemos inúmeras fotos e vídeos enviados por pescadores,

principalmente por Seu Chico, mostrando a mesma cena. Por vezes, as embarcações industriais chegavam tão perto da faixa de areia que acreditávamos que seria possível conversar com os pescadores desde a beira da praia.

Não é verdade dizer que a RESEX Itaipu avançou unicamente em termos burocráticos. A fiscalização tem ocorrido e temos observado este trabalho sobretudo através das prestações de conta realizadas nas reuniões do CD RESEX Itaipu. Sob controvérsias, em junho de 2015 o INEA foi equipado com uma lancha para realizar a fiscalização. Ademais, uma pesquisa rápida pela internet mostra que algumas ações ganharam alguma repercussão midiática, muito embora tenham sido principalmente em sites de notícias locais e blogs de políticos. Identificamos quatro ações com este tipo de impacto na mídia digital (SOU MAIS NITERÓI, 2013; BLOG DO ANDRÉ CORREA, 2016; O FLUMINENSE, 2017; SAIU NO RIO, 2018).

Também não é verdade dizer que a RESEX seja completamente desconhecida pelo setor da pesca industrial. Identificamos, por exemplo, nos meios de comunicação do Sindicato de Armadores da Pesca do Rio de Janeiro (SAPERJ) e do Sindicato da Pesca Industrial de Itajaí e Adjacências (SINDIPI), referências realizadas à existência da RESEX, às limitações impostas à pesca industrial e à possibilidade de aplicação de penalidades aos pescadores industriais pegos em flagrante delito (SINDIPI, 2013; SAPERJ EM AÇÃO, 2014).

Conforme pudemos observar diretamente no campo e ler nas dissertações produzidas sobre a RESEX Itaipu (MENEZES, 2014; CACHE, 2016) a pesca industrial é uma preocupação central para os pescadores artesanais do Canto de Itaipu e a fiscalização, uma necessidade. Cobranças frequentes foram apresentadas em inúmeras reuniões e em uma delas os pescadores artesanais obtiveram como resposta do representante do Estado responsável pela fiscalização a informação de que nada poderia ser feito em termos de fiscalização antes que o Conselho criasse as normas de funcionamento da RESEX⁵⁶ (MENEZES, 2014).

Para encaminhar a questão da fiscalização o então Chefe da RESEX Clarismundo Benfica propôs a organização de um grupo de trabalho chamado inicialmente GT-Fiscalização.

⁵⁶ Coronel José Padroni, coordenador da Coordenadoria Integrada de Controle de Crimes Ambientais (CICCA).

4.3.3.5.2 GT-Monitoramento

Este grupo de trabalho, renomeado para GT-Monitoramento a pedido dos representantes da FIPERJ, ficou, inicialmente sob coordenação do subsecretário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, Gabriel Cunha (CACHE, 2006).

O GT-Monitoramento funcionou entre 2015 e 2017, com inúmeras interrupções. Foram realizadas possivelmente mais de 60 reuniões⁵⁷. Para Cache (2016), no início das atividades havia certa imprecisão sobre qual seria o objetivo concreto do GT. Segundo a autora, as discussões iniciais tentaram determinar o que era permitido na RESEX em termos de pesca, ao mesmo tempo em que se discutia que tipo de instrumento deveria ser utilizado (Plano de Utilização, Acordo de Gestão, Plano de Manejo).

Cache (2016) destaca, contudo, que a abordagem inicialmente pensada foi invertida a partir de uma sugestão da “UFF”⁵⁸, ou seja, passou-se a tentar identificar o que era proibido, tendo como referência o reconhecimento do que não faria correspondência às práticas tradicionais. Neste caminho, o ponto inicial seria a autoidentificação dos pescadores artesanais tradicionais de Itaipu e Piratininga, seguindo as determinações legais estabelecidas pelo Decreto Federal nº 6.040/2017⁵⁹.

Sem saber se seria um Acordo ou Plano, a “UFF” elaborou a minuta de um documento que sintetizava algumas proibições pontuais que vinham sendo reivindicadas pelos pescadores. O conteúdo foi elaborado com base nas discussões realizadas no GT-Monitoramento (CACHE, 2016).

Contudo, em um período marcado pela mudança do Chefe da RESEX Itaipu, por uma menor participação de estudantes e professores da “UFF”, pela ampliação da responsabilidade da FIPERJ em relação à redação do documento base e pela intensificação das atividades formativas realizadas pela PAPESCA no território⁶⁰, consolidou-se no GT-Monitoramento a ideia de que o resultado do GT deveria ser a proposição de um Acordo de Gestão. Logo, voltou-se a ideia apresentar as atividades que seriam permitidas na RESEX.

⁵⁷ Não temos o registro do número preciso de reuniões realizadas pelo GT-Monitoramento, que chegou a ocorrer com periodicidade semanal em alguns momentos. Cache (2016) identificou a realização de 30 reuniões entre abril e dezembro de 2015.

⁵⁸ Utilizo UFF entre aspas porque a pesquisadora não indica qual ator da UFF cumpriu este papel.

⁵⁹ Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

⁶⁰ Muitas destas atividades focaram na tentativa de ampliar a capacidade dos pescadores artesanais de Itaipu em compreenderem o significado e os desafios relacionados com a criação de um Acordo de Gestão.

De acordo com Cache (2016) o resultado daquela mudança trouxe para o GT a responsabilidade de editar um documento mais complexo e que dialogasse com as leis existentes. Acompanhamos de perto esta fase de construção do Acordo de Gestão, que se fundamentou, em termos de organização, estrutura e linguagem em um “esqueleto do Acordo de Arraial do Cabo” (CACHE, 2016:81). O passo seguinte consistiu na inclusão das modalidades de pesca permitidas na RESEX considerando as descrições apresentadas no estudo técnico⁶¹. Estas descrições foram aprimoradas ao longo de sucessivas reuniões do GT-Monitoramento, nas quais os representantes da FIPERJ liam o texto e os pescadores artesanais que participaram, quando era o caso, complementavam ou corrigiam as informações lidas.

Além das modalidades permitidas, as discussões sobre o Acordo de Gestão buscaram estabelecer regras para outras atividades realizadas na RESEX, tais como, a pesca amadora, atividades esportivas e a atividade de fundeio de navios e plataformas.

Concordamos com o destaque feito por Cache (2016) de que foi uma preocupação constante entre os participantes do GT a adequação do texto da minuta a leis e regulamentos já existentes na esfera federal. Em diversos momentos, era ponderado se determinada regra poderia não ser aceita pelo setor jurídico do INEA⁶². A preocupação de que o Acordo não entrasse em contradição com as leis vigentes tinha duas causas distintas: uma de que a minuta do Acordo de Gestão fosse rapidamente analisada e aprovada sem a necessidade de discutir adequações. Outra de que havia a possibilidade de contradição entre as práticas locais de pesca e o que é permitido pela legislação, como no caso malha das redes de pesca⁶³.

Antes de levar para aprovação do Conselho Deliberativo, o primeiro esboço do Acordo foi apresentado a um grupo mais amplo de pescadores, em relação àqueles que vinham participando mais sistematicamente das reuniões do GT-Monitoramento. Havia um cuidado entre os

⁶¹ SEA. Estudo técnico para a criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu – RESEX Itaipu, Niterói, RJ, Julho, 2013

⁶² O setor jurídico do INEA consiste na última instância a ser consultada para a aprovação do Acordo de Gestão. Este setor analisa se as regras propostas localmente entram em contradição com a legislação vigente nas diferentes esferas de governo. As regras na RESEX não podem ser menos restritivas que as regras estabelecidas pela legislação federal, por exemplo.

⁶³ As redes de pesca funcionam como um filtro no mar. A abertura da malha define, grosso modo, a distância entre os fios que compõem a malha da rede. Logo, quanto maior a distância, menor será a capacidade de filtrar animais pequenos. É o tamanho da malha que define, portanto, a seletividade da rede. Malhas muito pequenas são consideradas predatórias, pois são pouco seletivas e pegam muitos animais jovens, que ainda não atingiram a idade reprodutiva, podendo gerar, dependendo da pressão pesqueira existente sobre uma dada espécie, falhas na recomposição da quantidade disponível de pescado para capturas futuras. Os pescadores do Canto de Itaipu costumam utilizar redes com malha de 40mm. O tamanho mínimo permitido, de acordo com a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12, é de 22 de agosto de 2012 é de 70mm.

participantes do GT que não se divulgasse de forma antecipada as regras que estavam sendo debatidas, pois poderiam ser utilizadas de modo deturpado pela atual gestão da Colônia em uma possível campanha difamatória. Por isso, houve um cuidado para mobilizar os pescadores para estes encontros ampliados, realizados no Canto de Itaipu e em Piratininga.

Em um dos encontros ampliados do GT-Monitoramento acompanhamos um debate interessante envolvendo os pescadores do Canto de Itaipu sobre a colocação das redes em um lugar que dificultava a passagem das embarcações que regressavam de uma pescaria mais distante na direção de Maricá. Para alguns pescadores presentes, a rede era colocada alta demais, ou seja, muito perto da superfície, e desta forma forma-se uma barreira. Estes pescadores achavam que esta era uma prática desrespeitosa, pois desconsiderava a situação dos pescadores que estivessem regressando após um dia cansativo de pesca, colocando-os em risco. O risco, alegavam os pescadores queixosos, devia-se ao fato de que a hélice colidiria com a rede podendo danificar ambos os equipamentos. No entanto, a perda da hélice naquele local representaria um risco à navegação dos pescadores em uma área onde incide uma grande quantidade de ondas. Sem o motor a embarcação poderia ficar à deriva e acabar colidindo com as pedras do costão rochoso. Um debate acalorado se seguiu a esta colocação, e poucos pescadores discordavam dos queixosos. Porém, havia um ou outro que achava que não era um grande trabalho para os pescadores que vinham navegando levantar momentaneamente suas hélices sabendo que ali tem redes de pesca. O debate foi interrompido por uma fala, em tom de voz muito elevado, do Jairo. O pescador e liderança sugeriu que se deixasse este problema para resolver depois do Acordo, entre os próprios pescadores. O Acordo de Gestão iria além destas questões locais, pois serviria para tornar possível a fiscalização de atividades externas, como a pesca industrial, a pesca amadora descontrolada, o fundeio de embarcações e plataformas de petróleo e a poluição marinha fruto de atividades de dragagem. Jairo solicitava que aqueles pescadores presentes superassem suas divergências pessoais e queixas sobre situações locais para se unirem em torno de problemas que eles sozinhos e desunidos não teriam condição de enfrentar. Esta situação foi emblemática para demonstrar as diferentes visões presentes entre os pescadores artesanais do Canto de Itaipu sobre o significado de um Acordo de Gestão.

Em outra reunião do GT-Monitoramento, observamos um longo debate sobre qual seria a cota máxima de captura permitida para a pesca amadora embarcada. Esta definição opunha os pescadores artesanais que não tinham interesse na manutenção da pesca amadora na área da RESEX, e os pescadores artesanais que complementavam sua renda como guias de pesca amadora.

O limite inicialmente proposto no GT-Monitoramento foi de 5kg mais uma peça⁶⁴, quantidade que foi questionada por Gaúcho, um pescador do Canto de Itaipu que queria que o limite fosse de 10kg mais uma peça. Para Gaúcho, a proposta inicial tornaria a pesca amadora na RESEX pouco atrativa.

Podemos citar inúmeros outros encontros do GT-Monitoramento nos quais observamos debates sobre diferentes questões que qualificaram a elaboração do Acordo de Gestão: discordância sobre a malha do arrastão; avaliação do número de pescadores artesanais relacionados com cada modalidade tradicional; problematização do excesso no uso de redes de emalhe em determinados locais próximos à Piratininga.

Cache (2016) observou outro comportamento nas reuniões. A pesquisadora descreveu uma situação apática, com pouca interação dos participantes do GT-Monitoramento. A apresentação da minuta seguia como um monólogo protagonizado pela fala do coordenador do GT-Monitoramento, Gabriel. Outra reunião, citada pela pesquisadora, teve o mesmo andamento, diferenciando-se apenas com as explicações realizadas vez ou outra pelo Seu Chico. A autora coloca em questão, inclusive, se o silêncio observado entre os pescadores artesanais que assistiam à exposição dos termos esboçados para o Acordo de Gestão significaria consentimento ou falta de compreensão ou interesse sobre o que estava sendo dito.

Nota-se que as reuniões do GT-Monitoramento variaram bastante no que tange à participação dos presentes. Identificamos como possíveis variáveis que influenciam nestas diferenças a qualidade da mobilização realizada previamente às reuniões, o horário das reuniões (de manhã ou de tarde), o perfil dos indivíduos presentes (há pescadores com atitudes muito distintas em relação à manifestação de sua opinião em público), a presença de líderes como Seu Chico, os temas debatidos e a forma de organização da reunião (centralizada ou não na figura do coordenador).

Uma vez realizadas as reuniões ampliadas, o texto base do Acordo de Gestão elaborado em âmbito do GT-Monitoramento foi levado para a primeira apreciação no Conselho Deliberativo da RESEX em reunião realizada em fevereiro de 2016. Não participamos desta reunião, mas o que ficamos sabendo é que não foi possível aprovar a minuta porque não havia quórum. Cache (2016) apresenta outra versão. A pesquisadora não apresenta nenhuma objeção feita à falta de quórum, destacando que o motivo que levou à não aprovação da minuta consistiu na falta de tempo para analisar todo o texto. Diante do fato, foi deliberado que todos os pescadores artesanais e demais atores usuários da RESEX (pescadores amadores, esportistas, etc.) poderiam realizar contribuições por e-mail até

⁶⁴ Peça significa uma unidade de pescado. Não faz referência ao peso.

o dia 10 de março, fato que não ocorreu. O Chefe da RESEX então definiu que a minuta do Acordo de Gestão seria apresentada na reunião seguinte do CD RESEX Itaipu. Também foi deliberado a criação do GT-Cadastramento em substituição ao GT-Monitoramento, que havia concluído sua atribuição relacionada com a redação da minuta do Acordo de Gestão.

4.3.3.5.3 GT-Cadastro

Antes da minuta do Acordo de Gestão ser levada novamente para análise no CD RESEX Itaipu teve início o GT-Cadastro. O objetivo deste GT consistia na elaboração de uma proposta de identificação e cadastro dos pescadores beneficiários da RESEX. A discussão sobre o cadastro se mostrou necessária quando foi abordado, em uma reunião do GT-Monitoramento, o número de pescadores artesanais que desempenhavam cada modalidade tradicional. De forma subterrânea, o que se colocava em questão era o estabelecimento de uma limitação de acesso à área da RESEX. Neste sentido, destacamos que, por diversas vezes, Seu Chico indicava quantos pescadores faziam parte de cada modalidade tradicional, inclusive para Piratininga. Em algumas reuniões, chegava-se a nomear os pescadores que deveriam ser incluídos. Neste caso, a discussão prosseguia para uma questão de mérito na qual se problematizava se determinado pescador era tradicional ou não, se tinha na pesca sua principal fonte de renda e se era beneficiário ou usuário da RESEX.

Havia também uma insegurança na discussão do cadastramento, manifestada principalmente pelo Seu Chico. Para ele a adoção de um cadastro obrigatório poderia causar algum tipo de insatisfação entre os pescadores artesanais. Também poderia ser utilizado, de forma distorcida, para disseminar boatos de que a RESEX estaria favorecendo determinados grupos em detrimento de outros. Deste modo, Chico sugeriu que o cadastro fosse apresentado como uma ação de adesão voluntária.

A mediação deste debate, realizada com importantes contribuições dos servidores da FIPERJ, Luciana Fuzetti e Thiago Modesto Carvalho, culminou na consulta ao modelo adotado pela RESEX de Arraial do Cabo. Como resultado, em uma reunião do GT-Cadastro foi apresentada a forma como os beneficiários da RESEX de Arraial do Cabo são classificados⁶⁵, metodologia muito questionada e que produziu muito debate entre os presentes.

⁶⁵ De acordo com a Portaria ICMBio Nº 5, de 3 de janeiro de 2017, os beneficiários da RESEX encontram-se organizados em três grupos, a saber: A) de família tradicional, ou morador há mais de 20 anos na cidade, que tem ou teve a pesca como a principal fonte de renda; B) de família tradicional, ou morador há mais de 20 anos na cidade, que tem ou teve a pesca como mais uma fonte de renda; C) de família tradicional, ou morador há mais de 10 anos na cidade, e que utiliza o território da RESEX para atividades de lazer e/ou turismo. Os benefícios obtidos pela RESEX, como acesso a determinadas políticas públicas, ou o licenciamento de atividades de turismo na RESEX, são alocados de forma prioritária ao beneficiário do grupo A, seguido pelo grupo B e finalmente pelo grupo C.

A discussão não se desenvolveu até alcançar um consenso, tampouco nenhuma decisão foi tomada. Havia uma dificuldade entre os participantes para organizar os pescadores em diferentes grupos sem despertar suscetibilidades ou ferir alianças. Os participantes se sentiam desconfortáveis em apresentar uma proposta que excluisse um pescador ou algum grupo em particular. O medo de pensar que a RESEX poderia se transformar em um lugar de privilégios para poucos era aparente. Também buscava-se incluir pescadores que não eram tradicionais, mas que pescavam como os tradicionais e respeitavam a tradicionalidade.

Em uma reunião do GT-Cadastro realizada em abril de 2016, o Chefe da RESEX, Carlos Martins, se manifestou preocupado em relação ao andamento deste GT. Carlos pediu nossa opinião sobre a possibilidade de contratar uma consultoria para a realização do cadastramento. Para o gestor, as polêmicas observadas em torno do cadastramento dos pescadores, sobretudo em relação à uma possível classificação entre aqueles que seriam detentores ou não de direitos, poderia levar a uma desmobilização dos pescadores em relação ao GT e em relação à RESEX. Carlos considerou que a metodologia do GT talvez não fosse adequada para este assunto, diferente do que havia ocorrido com a elaboração da minuta do Acordo de Gestão. O efeito negativo que a diferenciação dos pescadores no cadastro poderia gerar também foi observada pelo pescador conhecido como Tripa⁶⁶.

Neste percurso, destacamos a participação do professor Ronaldo Lobão do NUPIJ/UFF. No momento que o GT-Cadastro desenvolvia suas atividades Ronaldo Lobão havia intensificado suas idas ao Canto de Itaipu. O motivo da reaproximação de Ronaldo Lobão, contudo, não consistia especificamente na RESEX, contudo, tratava-se de uma colaboração para a elaboração de um laudo antropológico que visava contribuir para a proteção de duas famílias tradicionais do Canto de Itaipu⁶⁷. Em uma de suas visitas à comunidade, Ronaldo Lobão foi convidado para

⁶⁶ Tripa é um pescador que não é descendente das famílias tradicionais de Itaipu. A chegada de Tripa à comunidade ocorreu na década de 1980, como pescador auxiliar em pescarias de linha de mão. Segundo Tripa, sua inclusão na comunidade se deu por ser reconhecido pelo seu esforço como trabalhador e por ser um bom remador. Tripa se mudou para Itaipu, deixando para trás sua primeira profissão, a de professor. Hoje, Tripa possui sua própria embarcação, de alumínio e uma das maiores da praia. Participa frequentemente das reuniões organizadas no Canto de Itaipu que dialoguem sobre questões comunitárias. Inicialmente participou da chapa da “nova gestão” da Colônia Z-07, mas abandonou a aliança com as pessoas que compõem este grupo por discordância em relação à centralização que realizavam, pela falta de transparência e por perceber que agiam por interesse próprio, prejudicando, por vezes, interesses dos demais pescadores.

⁶⁷ As famílias de Jairo e Chico compartilham um terreno situado entre a praia e a lagoa de Itaipu. Eles vivem neste terreno há décadas, contudo, uma associação maçônica açãoou a justiça alegando que aquele terreno a pertencia. Na ação movida pela associação, nos foi dito que a associação alegava que o terreno havia sido invadido e que as famílias que viviam ali eram hostis. Neste sentido, Seu Chico e Jairo buscaram apoio para enfrentar os tribunais e a estratégia da defesa incluiu a elaboração de um laudo técnico antropológico que demonstraria os vínculos daquelas famílias com o terreno em questão. A pesquisa elaborada por Lobão e outros estudantes, além de inúmeras testemunhas, não foi suficiente para garantir a vitória da defesa em 1^a instância.

participar do GT-Cadastro, de modo que, talvez, pudesse contribuir para os impasses observados por todos os participantes.

Percebi que havia entre Carlos Martins e Luciana Fuzetti grande expectativa em relação à contribuição de Lobão para o processo. Lobão era visto com um intelectual inserido na problemática dos pescadores artesanais de Itaipu, havia liderado o estudo técnico que fundamentou a criação da RESEX e continuava dando demonstrações de seu comprometimento com a população tradicional da região oceânica de Niterói (presentes em Piratininga, Itaipu, Lagoa de Itaipu e Morro das Andorinhas).

Na primeira reunião que acompanhamos a participação de Ronaldo Lobão, junto com alguns de seus orientandos, observamos que sua exposição trazia elementos teóricos muito articulados à realidade dos pescadores do Canto de Itaipu. Sua reflexão constantemente enfatizava a sua tese de que as populações tradicionais possuem uma forma particular de produzir e criar suas próprias de regras de acesso a bens culturais e naturais, bem como de suas normas de convivência e de controle social. Um exemplo são os chamados “acordos de cavalheiros”, que em Itaipu ficou marcado pelo sistema de regulação da pesca da tainha denominado “direito à vez” (LIMA e PEREIRA, 1997; CARVALHIDO, 2012). Para Lobão, era temeroso que o Acordo de Gestão não se apropriasse desta linguagem, pois dificultaria que se estabelecesse entre as regras e os pescadores artesanais um sentimento de pertencimento necessário para a realização das atividades propostas.

Para Lobão, o cadastramento seria igualmente ineficaz se os pescadores não percebessem com clareza os benefícios que a RESEX poderia trazer, como, por exemplo, a capacidade de articular outras políticas públicas no território. Lobão enfatizou que o foco da atuação da RESEX deveria ter sido na divulgação da RESEX para os pescadores, posto que a maioria ainda desconheceria os motivos pelos quais foi criada e seus benefícios. Ademais, deveria ter sido feito um esforço para atrair para o território políticas públicas articuladas à RESEX e que tem impacto sobre os pescadores artesanais. Para Lobão, deveriam ter sido constantemente convidados para palestras representantes de órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Instituto Nacional de Seguridade Social, a Capitania dos Portos, entre outros.

Para nós, o andamento do GT-Monitoramento havia produzido uma minuta consistente, que embora tivesse o tom de Lei mencionado pelo professor Ronaldo Lobão, refletia a prática dos pescadores artesanais e os desejos de ordenamento de atividades danosas à pesca artesanal, tais como, o fundeio, a pesca amadora, a pesca industrial e o despejo de resíduos de dragagem. Tínhamos alguma crítica relacionada com a ausência de um número maior de pescadores artesanais

nas reuniões para além daqueles que frequentemente observávamos: Chico, Jairo, Tripa, Maurinho, Jr. Richetti e Silvão. Acreditávamos que estes pescadores, embora fossem capazes de falar da realidade onde se inseriam com muita propriedade, se esquivavam muitas vezes da responsabilidade de falar “por”, ou seja, de se colocarem como representantes legítimos dos pescadores artesanais. De todo o modo, buscou-se ampliar o acesso ao documento que estava sendo produzido no GT em reuniões ampliadas que contaram com debates e reflexões de um número maior de participantes. Da mesma forma, a metodologia do GT-Cadastro chegaria a um resultado semelhante.

O entendimento que tínhamos sobre o processo e seus resultados de elaboração do Acordo de Gestão era diferente daquele observado por Ronaldo Lobão. Neste sentido, buscando ampliar nossa compreensão sobre esta diferença, o professor Sidney Lianza, com a colaboração de Alba Simon⁶⁸, articulou um encontro no NUPIJ, que contou com a presença do chefe da RESEX Itaipu, Carlos Martins, e de outros estudantes de mestrado, como eu.

Neste encontro informal, Ronaldo Lobão ainda não tinha lido a última versão da minuta do Acordo de Gestão. Logo, a discussão ocorreu mais voltada para uma compreensão do histórico de ações realizadas pelo NUPIJ sobre o Canto de Itaipu, permitindo que Ronaldo Lobão desenvolvesse melhor sua crítica ao processo. Os destaques que fazemos em relação aos comentários de Lobão são os seguintes: naquele momento Lobão concentrava sua atenção sobre a compreensão dos conflitos e não mais em aspectos relativos à gestão, muito embora tenha colaborado, em algumas ocasiões, sobre este tema; entendia a proteção ambiental definida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como mais um mecanismo de tutela do Estado, impondo um discurso de sustentabilidade ambiental que não necessariamente seria ruim, mas complicado; estava se sentido desconfortável com algumas situações do CD RESEX Itaipu; considerava que a RESEX deveria consagrar os acordos sociais pretéritos à criação da UC, os “acordos de cavalheiros”; o CD RESEX Itaipu não representaria a comunidade de pescadores, o que não deveria ser o caso do Acordo de Gestão; Lobão questionou ainda o que representaria o pescador de Itaipu nos dias de

⁶⁸ Alba Simon estava fazendo um pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF, mantendo um contato frequente com Ronaldo Lobão através da participação nos núcleos NUPIJ e NUFEP. Sidney conheceu Alba Simon quando esta atuava como diretora de Biodiversidade do INEA no processo de criação da RESEX. Com Alba promoveu um grande debate sobre a pertinência ou não de elaborar um Acordo de Gestão. Em 2016, no primeiro ano do mestrado em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, do qual faço parte, Sidney convidou Alba Simon para dar uma palestra em sua disciplina: Gestão Compartilhada dos Recursos Naturais. Desta aproximação e do momento que atravessava o GT-Cadastramento, foi articulado o encontro com o Ronaldo Lobão no NUPIJ.

hoje, o que faria dele diferente dos demais pescadores, a quais interesses a RESEX atenderia, entre outras questões.

Na primeira Reunião do GT-Cadastro após o encontro no NUPIJ, e ciente do conteúdo da minuta, Ronaldo Lobão voltou a criticar o documento. Destacou o tom de lei e não de “acordo de cavalheiros”. Como resultado, o Acordo poderia acabar não tendo o efeito esperado de provocar, entre os pescadores artesanais, o desejo de seguir as regras. Lobão também destacou que se a minuta tivesse sido levada em partes para aprovação no CD RESEX Itaipu esta instância teria se fortalecido no processo. Lobão também destacou que faltou ao processo um maior esforço de divulgação do significado da RESEX Itaipu para um público mais amplo de pescadores artesanais, e que teria sido uma boa estratégia de mobilização ter organizado palestras de atores governamentais para apresentar políticas públicas que poderiam ter sinergia com a RESEX, beneficiando os pescadores.

No lastro das críticas realizadas pelo professor Ronaldo Lobão, o chefe da RESEX convocou uma Reunião Extraordinária do CD RESEX Itaipu, cuja pauta seria “contribuições da academia para o Acordo de Gestão”. Durante a reunião do GT-Cadastro o Chefe da RESEX parecia desanimado, estado percebido e atestado por nós e por outros presentes.

A Reunião Extraordinária do CD RESEX Itaipu, realizada no dia 3 de maio de 2016, contou com um número elevado de pescadores comparando com o que vínhamos observando nas reuniões do GT. Após a abertura do evento pelo Chefe da RESEX a palavra foi cedida ao professor Ronaldo Lobão, que realizou uma exposição sobre o sentido que ele atribui a um Acordo. O professor demonstrava a origem deste tipo de instrumento e argumentava que não deveria ter um sentido de norma ou de Lei. Um Acordo não deveria presumir ter efeitos em indivíduos e grupos externos àquele que concebeu o Acordo. Um Acordo poderia inclusive representar uma prática situada à margem da Lei. Lobão citou o exemplo dos pescadores de Arraial do Cabo que pescam a sardinha para vender para as embarcações industriais como exemplo, assim como a negociação feita na Colônia de Pescadores de Itaipu relacionada com a comercialização do pescado. Lobão propôs então suspender a discussão sobre o Acordo para focar no que ele considerava ser central para o funcionamento da RESEX: a identificação dos pescadores beneficiários da RESEX. Não se trataria de fazer um cadastro, pois para ele essa identificação geraria um processo de autorização legitimado pelo reconhecimento mútuo entre os pescadores artesanais do pertencimento a um mesmo território sujeito a um mesmo conjunto de regras.

A proposta gerou um grande desconforto entre os pescadores presentes. Tripa se opôs argumentando que foram realizadas muitas reuniões e que seria um desgaste para todos, pois atrasaria ainda mais a fiscalização. Maurinho disse que entendia que os próprios pescadores deveriam fiscalizar os outros, mas que a falta de fiscalização da pesca industrial fragiliza a credibilidade da RESEX. Junior Richetti (de Piratininga) argumentou que o INEA deveria fiscalizar o que já está previsto em Lei, ou seja, a pesca industrial. Seu Chico argumentou que a tentativa de elaborar o Acordo foi uma forma encontrada para permitir a atuação da fiscalização do INEA, seria uma forma de lidar melhor com os conflitos existentes hoje. Para Jairo, no contexto da criação da RESEX não havia muito espaço para estabelecer regras que restringisse práticas nocivas à pesca artesanal na RESEX, mas que neste momento, com a participação dos pescadores, isso poderia ser feito. Gaúcho argumentou que os pescadores não deveriam participar diretamente desta atividade de identificação, pois isto geraria mais conflitos.

Os pescadores artesanais foram pegos de surpresa. Nós nem tanto. A impressão que tive era de que para os pesquisadores a tão desejada fiscalização da pesca industrial e da pesca amadora ficava mais distante. A argumentação de Ronaldo Lobão tinha lógica, mas não dialogava com o desejo objetivo dos pescadores artesanais presentes, que era de maior fiscalização.

Lobão não sustentou sozinho sua argumentação. Para Alba, a discussão sobre o Acordo não seria “congelada”, mas estava se buscando um “atalho” para torná-lo efetivo, de aumentar a adesão em torno das regras propostas. Maria Rosa, representante da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) valorizou a proposta informando que a partir da identificação seria possível avançar em sua entidade em direção às questões relativas à regularização fundiária. Gabriel, que era coordenador do GT-Monitoramento, destacou que a peça chave o funcionamento da RESEX é sentimento de pertencimento que o pescador artesanal venha a ter ao se sentir autor das regras de funcionamento da mesma e que a fiscalização é um lençol curto⁶⁹.

4.3.3.5.4 GT-Identificação

A decisão de condicionar a apreciação do Acordo de Gestão no CD RESEX Itaipu à realização de um processo de identificação foi realizada da seguinte maneira: o Chefe apresentou a proposta e questionou que se alguém fosse contra que mudasse de posição. Praticamente todos se movimentavam porque havia muitas conversas em paralelo que tentavam compreender o que

⁶⁹ Gabriel não foi claro em relação ao significado desta expressão, mas, com muitas limitações e tomando o contexto da sua fala, acreditamos que o representante da prefeitura queria dizer que a fiscalização não é capaz de dar conta de todas as necessidades da RESEX, que a própria realização da fiscalização é limitada por questões de recursos.

estava acontecendo. Ainda assim, a proposta encaminhada pelo Chefe da RESEX foi considerada aprovada e foi criado um GT-Identificação (em substituição ao GT-Cadastro) que seria coordenado pelo professor Ronaldo Lobão.

Acompanhei três reuniões do GT-Identificação. Na primeira em que estivemos presente⁷⁰, Lobão buscava articular a forma de coleta de informações para realizar a identificação. Havia sido criada uma ficha de identificação que tinha como objetivo apenas identificar os pescadores. Não seria a ficha de cadastro, que seria mais detalhada e apresentada em outro momento do processo de identificação. Este processo seria realizado por jovens selecionados nas comunidades de Itaipu e de Piratininga. Seria adotado como critério para seleção ser filho de pescador artesanal. Os jovens seriam orientados pelo formulário e com a ajuda dos pescadores já identificados, seguiriam a busca de novas indicações. Os jovens receberiam bolsas na UFF que seriam concedidas pelo professor Ronaldo Lobão. Todos os nomes de pescadores identificados seriam apresentados no CD RESEX Itaipu.

Na segunda reunião do GT-Identificação que participei, realizada no dia 11 de junho de 2016, o cenário era completamente distinto. Lobão não estava presente, e segundo fui informado, esta era a quarta reunião que não comparecia, além do que havia manifestado o interesse de não coordenar mais o GT (a coordenação foi assumida pelo pescador Tripa). Todavia, parecia que a seleção dos jovens tinha avançado um pouco, inclusive, estava presente na reunião um jovem de Piratininga, com seus documentos, querendo se inscrever para realizar o levantamento.

Sem a presença de Lobão, a reunião abordou outros assuntos. Tripa apresentou seu descontentamento com a paralisação do debate sobre o Acordo de Gestão, que segundo sua opinião, já deveria ter sido enviado para análise do jurídico do INEA. Maurinho apresentou o problema criado pelos Jogos Olímpicos, que criava zonas de exclusão para navegação de qualquer embarcação em determinadas áreas. Um pescador de Piratininga questionou a captura de uma grande quantidade de peixes pequenos pela pesca de arrastão, gerando um desentendimento entre Jairo e Maurinho, que resultou na saída de Maurinho da reunião. Um grande debate se instaurou em relação à fiscalização feita no Bananal, que resultou na destruição de uma rede de pescador artesanal. Falas contundentes de Chico foram marcantes, como a de que “teria que bater” na RESEX, ou seja, teria que criticar duramente a RESEX para garantir que o pescador artesanal fosse protegido, o que não estava acontecendo na sua opinião. Críticas foram feitas à contradição da embarcação da RESEX ter sido utilizada para prejudicar os pescadores da RESEX, que deveriam

⁷⁰ Reunião realizada em 2016. Não tenho a data desta reunião.

estar sendo protegidos por ela. Ademais, criticou-se a abordagem do guarda parque, que foi desrespeitosa. Jairo mencionou que foi confundido com sendo um funcionário da RESEX, e que estaria prejudicando o pescador de Itaipu. Carlos, por sua vez, tentou explicar o que ocorreu, destacando que no dia em que houve o incidente do Bananal, cinco traineiras haviam sido autuadas.

Notamos que a reunião, muito embora não tenha avançado muito no seu objetivo específico, apresentou uma grande vitalidade em relação ao debate de problemas concretos relacionados com a realidade dos pescadores artesanais inseridos na RESEX. Foi um espaço de encontro de diferentes visões e de prática do diálogo, muito embora tenha enfrentado dificuldades em relação às assimetrias de poder e de conhecimento existente entre os participantes.

Na terceira reunião, realizada na semana seguinte, as discussões sobre a identificação tiveram andamento sem a presença do professor Lobão. O professor havia, contudo, se manifestado por mensagem eletrônica em relação à manutenção do apoio financeiro para os jovens selecionados para a realização da identificação. A notícia foi dada pela servidora da FIPERJ, Luciana Fuzetti, que considerava que seria mais adequado aguardar que o Lobão ou alguém de sua equipe confirmasse o apoio pessoalmente. Diante da incerteza, Seu Chico disse que poderia adiantar o pagamento dos jovens, como um adiantamento, e depois se entenderia com o Lobão para conseguir o resarcimento. Ainda sobre a identificação, o pescador conhecido como Batata se mostrou preocupado com a possibilidade de incluir pessoas que não fossem pescadoras e recomendou que para ser incluído a pessoa deveria ser indicada por outros dois pescadores. Esta colocação rendeu um debate sobre quem era pescador artesanal beneficiário. Silvão se voluntariou para ajudar na identificação dos pescadores e preenchimento das fichas. Luciana Fuzetti se mostrou preocupada com a seleção dos jovens que realizariam o preenchimento das fichas, destacando que a identificação deveria também tentar identificar pescadores alinhado à Colônia de Pescadores Z-07, mesmo que fossem contrários à RESEX.

Além dos temas relativos ao cadastro, outras questões foram apresentadas na reunião: Silvão destacou que a patrulha da Marinha durante os Jogos Olímpicos seria realizada das 8 da manhã às 18:00 na noite que uma embarcação militar ficar fundeada próximo à Ilha da Mãe. Sobre este assunto, o chefe da RESEX informou que iria entrar em contato com a Marinha para conversar sobre a RESEX e sobre as práticas tradicionais de pesca. Batata, por sua vez, mostrou sua preocupação em relação aos impactos que a mudança do gestor poderia trazer para o Acordo de Gestão. O Chefe da RESEX explicou que a mudança não interferiria no Acordo. Finalmente, Luciana Fuzetti apresentou uma questão envolvendo a legalidade da pesca com compressor, que ocorre na RESEX. De acordo com Seu Chico, a pesca com compressor é proibida, mas alguns

pescadores tinham conseguido manter suas licenças por terem recursos financeiros para tal. Chico citou o Decreto-Lei nº 221/67, mas que foi revogado com a promulgação da Lei nº 11.959/09⁷¹. Não voltei a participar de outras reuniões do GT-Identificação.

4.3.3.5.5 GT-Acordo de Gestão

Voltei a acompanhar as reuniões da RESEX (GTs e CD) após alguns meses afastado. Naquele momento, respondi a uma convocação realizada pela internet para a reunião do GT-Acordo de Gestão, realizada no dia 13 de março de 2017. De imediato, me chamou a atenção a mudança do nome do GT. Em resposta a perguntas realizadas por mensagem eletrônica por Alba Simon, o Chefe da RESEX esclareceu que se tratava de uma continuação do processo iniciado pelo GT-Monitoramento⁷².

Esta reunião do GT-Acordo de Gestão, contou com a participação dos pescadores Tripa, que estava coordenando o GT, e Silvão. Também participavam o Chefe da RESEX, Luciana Fuzetti (FIPERJ), Gabriel (Prefeitura de Niterói) e nós da PAPESCA. O principal ponto deliberado foi uma agenda de reuniões nas quais se discutiria, um a um, cada item da minuta do Acordo de Gestão. Além dos pontos já abordados anteriormente (modalidades tradicionais de pesca, pesca amadora, fundeio e resíduos de dragagem) foram incluídas regulações sobre atividades de turismo náutico na RESEX. Ao todo foram programados nove encontros e nós não fomos a nenhum deles. Nossa próxima participação ocorreu cinco meses depois, no CD RESEX Itaipu convocado para examinar e colocar em votação a aprovação do texto da minuta.

A reunião do CD RESEX Itaipu para análise e votação da minuta foi realizada no dia 17 de agosto de 2017. Estavam presentes 11 pescadores conhecidos, conselheiros da RESEX, entre eles, Nicinho, Jairo, Chico, Cambuci, Dielle, Tripa, Maurinho, Gabriel Sommer e Junior Richetti. Havia outros pescadores, de Itaipu e Piratininga, que não conseguimos apurar os nomes. Também estavam presentes os seguintes conselheiros da RESEX: Luciana Fuzetti (FIPERJ),

⁷¹ Decreto-Lei nº 221/67, dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Lei nº 11.959/09, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

⁷² Apesar de ser chamado como GT-Acordo de Gestão, este grupo de trabalho, conforme esclarecido por Carlos Martins por e-mail, consistia no GT-Monitoramento, assim como o processo de identificação. Esta visão contradiz a própria forma de mobilização virtual estabelecida pelo Chefe da RESEX. Podemos aceitar que era o mesmo processo, mas devemos nos perguntar em que medida as mudanças de nome do GT contribuíram para a desinformação ou até mesmo, desmobilização dos pescadores? Lembramos que inicialmente, este GT tinha como objetivo central problematizar a questão da fiscalização e por isso se chamava GT-Fiscalização. Muitas mudanças de nome ocorreram influenciadas por debates que, me parece, viravam às costas para um problema concreto dos pescadores: a presença da pesca industrial em seu território. O Decreto de criação da RESEX já autoriza a fiscalização desta atividade por parte do INEA, logo, qual é o sentido de se discutir outras autorizações para fiscalização antes de garantir que aquela que já se encontra assegurada não seja satisfatoriamente realizada?

Mirela (MAI), Ferrarez (PESET), Tinoco (ACOTMA), Gabriel (prefeitura de Niterói), e o Chefe da RESEX, Carlos Martins

Quando chegamos ao CD RESEX Itaipu percebemos que a leitura da minuta já havia começado. Na maior parte do tempo, somente Jairo argumentava em relação aos pontos que iam sendo apresentados, ao mesmo tempo que fazia questão de reforçar a legitimidade daquele evento, sobretudo pela presença de inúmeros pescadores, inclusive de Cambuci⁷³. A grande polêmica do encontro se relacionou com as restrições propostas para a pesca amadora.

Havia na plateia um pescador amador de mergulho de Piratinha, Mineiro, que considerava que as restrições limitavam a caça submarina de modo a inviabilizar a prática da atividade. Neste momento, Jairo apresentava a maior resistência ao que era colocado pelo pescador amador e enfatizava que era “a maioria que manda”, fazendo uma alusão à possibilidade de colocar a questão em votação, o que não ocorreu. Um momento especial deste evento consistiu na fala de Cambuci, um dos últimos representantes de uma geração de mestres de arrasto e que ainda realiza a sua atividade diariamente.

Todos os presentes no salão silenciaram para ouvir as palavras de Cambuci. A exposição do pescador se iniciou dizendo que ele respeitava a ideia da RESEX, mas ele não acreditava que daria certo. A pesca havia mudado, os pescadores haviam mudado e não dava para recuperar a Itaipu de antigamente, que já tinha sido vencida pelo progresso. Para Cambuci, as regras que estavam sendo estabelecidas ali poderiam se voltar contra os pescadores no futuro, representando um risco. Cambuci vê o pescador como periférico, como um grupo social que não é valorizado pelo governo e que só tem sido punido. Destaca que a pesca é uma atividade informal e que esta informalidade deveria ser levada em consideração também.

Após o longo debate, algumas alterações foram propostas e aprovadas em relação às regras para os mergulhadores amadores no sentido de diminuir as restrições que haviam sido colocadas antes. Outros tópicos sofreram pequenas modificações. A reunião foi concluída com a aprovação da

⁷³ Cambuci nasceu em Itaipu e se iniciou na pescaria muito cedo por influência do seu pai. Comprou sua primeira pescaria (como os pescadores chamam uma unidade produtiva composta pelos principais artefatos de pesca e a embarcação) quando tinha 18 anos. Com 21 anos já era reconhecido por ter uma boa pescaria (que era bem produtiva) e hoje está com mais de 50 anos de pesca em Itaipu. Cambuci é duro na lida com a pesca, exigindo disciplina dos pescadores que trabalham com ele, mas é muito cordial quando nos encontramos para uma prosa. Não tem uma vez que ele não se disponibilize para uma entrevista ou para participar de uma pesquisa. Cambuci viu inúmeras transformações no território que ajudou e ainda ajuda a definir. Se sente por vezes triste, desapontado com os rumos dados à Itaipu pelo progresso. Lamenta a desorganização dos pescadores e apresenta com orgulho o fato de ter conseguido garantir aos seus filhos acesso ao ensino superior. O trabalho de conclusão de curso de ciências sociais de Bruno Mibiel foi sobre o mestre Cambuci e sua visão sobre as transformações que ocorreram na pesca da tainha (MIBIELI, 2004).

minuta e com o encaminhamento que ficaria com a FIPERJ a responsabilidade de finalizar o texto final que seria enviado para o jurídico do INEA.

Até a última reunião do CD RESEX Itaipu que acompanhamos, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, a minuta do Acordo de Gestão ainda se encontrava em análise pelo setor jurídico do INEA.

5 A PRÁXIS DA PAPESCA NO CANTO DE ITAIPU

Neste capítulo da dissertação iremos descrever e interpretar as atividades realizadas pela PAPESCA entre novembro de 2012 e março de 2018. Este período abrange desde a chegada ao Canto de Itaipu até a submissão de uma proposta da PAPESCA para o edital Profaex 2018⁷⁴.

Organizamos a linha do tempo da PAPESCA em cinco grandes períodos. O primeiro, compreendido entre novembro de 2012 e dezembro de 2013, e representa o momento de chegada da PAPESCA, bem como o amadurecimento do objetivo específico que se pretendeu desenvolver junto aos pescadores e à população tradicional do Canto de Itaipu.

O segundo período está compreendido entre janeiro de 2014 e junho de 2015. Este período marca o que consideramos ser o período de construção da PAPESCA. Laços de confiança se fortalecem após a realização de um número significativo de atividades.

O terceiro período compreende-se entre julho de 2015 até setembro de 2016. Neste momento, um conjunto de desentendimentos ocorrem entre a PAPESCA e alguns atores locais, desestabilizando o programa de modo a leva-lo a uma suspensão temporária de atividades.

O quarto momento compreende-se entre outubro de 2015 e abril de 2016 e leva em consideração o período em que a PAPESCA realizou a sistematização crítica de sua atuação. Em paralelo se mantiveram algumas atividades que haviam sido planejadas em conjunto com o MAI.

O quinto foi estabelecido entre janeiro de 2016 e agosto de 2017, período no qual a PAPESCA buscou novos referenciais teóricos-metodológicos, assim como novas possibilidades de inserção no Canto de Itaipu.

O último período se inicia em agosto de 2017 e se conclui em abril de 2018. Este momento marca a sequência dada à PAPESCA após a aposentadoria de Sidney Lianza.

Antes de iniciarmos nossa narrativa interpretativa e crítica da práxis da PAPESCA, consideramos adequado levar em consideração um pouco da história do coordenador histórico do programa,

⁷⁴ Este é um edital interno da UFRJ disponibilizado pela Pró-Reitoria de Extensão (PR-5). Este edital provê recursos para a execução de atividades de extensão, incluindo bolsas de estudo e recursos para despesas diversas. A PAPESCA tem participado anualmente deste edital sendo avaliada com nota máxima em todas as suas edições. A restrição orçamentária provocada pela Emenda Constitucional nº95/16 tem gerado uma redução na oferta de recursos, ainda assim, a PAPESCA conseguiu 5 bolsas de R\$ 400,00 para conceder aos estudantes de graduação que se encontram envolvidos nas atividades de extensão programadas para o ciclo 2018/2019.

professor Sidney Lianza⁷⁵. A PAPESCA sempre foi coordenada por Sidney e muito do que ela se tornou depende de sua atuação apaixonada e profundamente identificada com a temática abordada pela PAPESCA.

5.1 O Coordenador da PAPESCA

Quando decidimos trazer para a dissertação a história de uma pessoa em particular significa que queremos enfatizar o papel do indivíduo, da subjetividade, do sentimento, para dentro do processo social. Optamos em particular pela história de Sidney Lianza pelo seu papel histórico na organização e execução da PAPESCA, mas isso não significa que as demais vidas implicadas nos processos desencadeados pela PAPESCA sejam de menor valor ou importância. Destacamos esta vida em particular por entedermos que a extensão, tomada como comunicação, como diaologicidade, se dá em uma dimensão ontológica, através do encontro de seres e em uma dimensão epistemológica em um encontro de saberes.

Sendo assim, apresentamos a história do Sidney Lianza e, buscamos com isso, acrescentar mais um nó nesta complexa trama tecida pela PAPESCA no Canto de Itaipu. Para este breve resumo, utilizei como base a entrevista que Sidney concedeu ao SOLTEC em 2018, por ocasião das celebrações de 15 anos do núcleo⁷⁶.

Sidney nasceu em 1950 em São Paulo. Viveu sua infância em um bairro onde experimentou uma vida em comunidade⁷⁷. Queria estudar filosofia, mas acabou na engenharia e incomodado com a situação foi conhecer o Brasil, onde se redescobriu. Ao regressar, descobriu outra engenharia. Na universidade iniciou sua militância política contra a ditadura, que então governava o Brasil: organizou shows e bibliotecas e ganhou a eleição do Centro Acadêmico. Aos 25 anos, formado e

⁷⁵ Sidney Lianza relata que a PAPESCA foi uma construção coletiva gestada, parida e cuidada no SOLTEC. Como já dissemos, foi a primeira ação de campo do SOLTEC e naquele momento envolvia diversos estudantes, técnicos e professores. Com o passar do tempo, este grupo foi se reorganizando e seus membros foram buscar temas que lhes apaixonavam: democracia na América Latina, fábricas recuperadas pelos trabalhadores, cooperativismo, entre outros. A escassez de recursos também gerou uma saída de “quadros” históricos e importantes para a PAPESCA. Sidney destaca que o ano de 2011 foi um marco, pois foi o primeiro momento onde ele se viu mais “sozinho” na PAPESCA. Não exatamente só, pois ainda havia estudantes de graduação em busca de uma formação em extensão e nas inúmeras bolsas de estudos que a PAPESCA sempre ofertou. Isto mudou um pouco com a chegada de Vinícius Branco Silva em 2012, que se tornou o principal interlocutor de Sidney na PAPESCA. Foi com as contribuições de Vinícius que se iniciaram as atividades no Canto de Itaipu e foi Vinícius que assumiu a coordenação da PAPESCA após a aposentadoria de Sidney. Quando entrei na PAPESCA em 2015 era este o cenário que observava, Sidney e Vinícius trabalhando juntos, talvez muito mais Sidney do que Vinícius. Em determinado momento, me recordo que, diante daquele cenário eu disse em uma reunião: “Sidney, a PAPESCA é você!”. Não era verdade, talvez fosse por um momento, mas a história da PAPESCA, esta que conheci mais profundamente ao desenvolver esta dissertação, me mostrou que a PAPESCA era muito mais. Fui injusto e impreciso e aqui deixo meu pedido de desculpas.

⁷⁶ Enlace para a entrevista e depoimentos dos amigos e familiares: <http://nides.ufrj.br/index.php/sidney-lianza>.

⁷⁷ Não estaria aí a ligação da PAPESCA com trabalhos comunitários?

casado com a mãe de sua filha, Sidney veio para o Rio de Janeiro. Chegou na cidade com a convicção de que deveria ampliar sua atuação política e assim ingressou no Movimento de Emancipação do Proletariado. Ajudou a criar o Conselho de Representantes de Alunos da COPPE (CRAC) e contribuiu na organização de greves. Foi preso, torturado e condenado. Lutou na prisão com seus companheiros. Fez greve de fome e participou da elaboração da carta que denunciou as torturas no DOI-CODI⁷⁸ e que ganhou o mundo. Com a abertura do Ditadura Militar, se engajou na luta partidária se elegendo, em 1984, presidente do Partido dos Trabalhadores em uma eleição onde “um pequeno burguês venceu um operário”. Em 1987 voltou para a universidade. Fez mestrado, passou no concurso para professor da UFRJ e concluiu seu doutorado na COPPE⁷⁹. Trouxe para a vida acadêmica seu desejo de transformar a realidade e fez isto contribuindo para transformar a engenharia. Participou da criação do Núcleo de Solidariedade Técnica em 2003, em 2004 criou a PAPESCA, em 2013 participou da criação do NIDES e em 2014 estava junto na criação do mestrado profissional para o desenvolvimento social.

Entre seus amigos e familiares aparecem frequentemente características como determinação e generosidade. Sidney Lanza, é também um homem de grandes sonhos, curioso, articulador de ideias e de pessoas, comunicativo e dono de uma gargalhada inconfundível. Eu vi, mas não posso comprovar: a risada de Sidney, intencionalmente ou não, serviu inúmeras vezes para desarmar interlocutores que não estavam dispostos inicialmente a ouvi-lo.

Acredito que uma possível falha na PAPESCA tenha sido em não nos darmos conta nestes aspectos sutis das relações humanas. Não refletimos adequadamente sobre os impactos da personalidade de Sidney sobre a PAPESCA e os trabalhos por ele desenvolvidos. Será possível realizar um trabalho de transformação social se seguirmos indiferentes a esta questão?

Com Sidney em mente, prosseguimos com a sistematização crítica das atividades desenvolvidas pela PAPESCA no Canto de Itaipu.

⁷⁸ O Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão criado pelo Exército Brasileiro durante o período da Ditadura Militar e que teve como objetivo obter informações e reprimir duramente atividades todas as manifestações contrárias ao regime estabelecido.

⁷⁹ O Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) é uma unidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É responsável pela coordenação de programas de pós-graduação em engenharia desta universidade.

5.2 Aproximação: “Ir lá para ver, para viver, ir lá para ver com os olhos dos outros”

Desde seu princípio o SOLTEC, e por extensão a PAPESCA, tem norteado sua ação em campo sob a perspectiva de Miguel de Simoni (2000), professor da engenharia de produção da UFRJ que buscava alertar sobre o afastamento da engenharia em relação aos conflitos, problemas e opressões que atingem o povo brasileiro. Miguel de Simoni (2000) observa que a engenharia de produção tem reduzido seu olhar de interesse aos problemas das grandes empresas, oferecendo pouca ou nenhuma atenção aos pequenos empreendimentos e, eu aqui complemento, às atividades que compõem a economia dos setores populares, como é o caso da pesca artesanal.

A emblemática frase citada no título desta seção tem sido adotada como uma diretriz de ação do SOLTEC e da PAPESCA (LIANZA *et al.* 2015b) e também tem como objetivo lançar outro alerta: não é suficiente ou adequada a reprodução, adaptação e/ou ajuste de modelos construídos em gabinetes universitários para grandes empreendimentos quando se pretende, de fato, contribuir para o desenvolvimento social dos setores menores ou marginalizados da economia. As necessidades destes setores são específicas, e muitas vezes as soluções pensadas para uma realidade específica não irão servir para a outra. Portanto, não basta ir e ver como é a realidade do outro, é fundamental, viver e ver, ou, ao menos, tentar ver a realidade com os olhos do outro.

Com experiências marcantes em diferentes territórios nos quais buscou “ir ver, viver e ver com os olhos dos outros” promovendo o encontro de saberes (ADDOR, 2006; JOVENTINO, 2013), a PAPESCA foi convidada⁸⁰ para conhecer a realidade dos pescadores artesanais e da população tradicional do Canto de Itaipu.

5.2.1 Reunião sobre resíduos sólidos (Nov, 2012)

O primeiro contato ocorreu através de uma reunião realizada no Canto de Itaipu, em novembro de 2012, na qual estiveram presentes o coordenador da PAPESCA, professor Sidney Lianza, e o técnico do NIDES Vinícius Branco⁸¹. Avaliação feita por Sidney e Vinícius, como pode ser lida a

⁸⁰ Como mencionado na introdução desta dissertação o convite realizado à PAPESCA foi motivado pela ocorrência de um problema vivenciado pelos pescadores: resíduos de uma atividade de dragagem, ao serem descartados no mar em uma área denominada como “bota-fora”, estavam causando inúmeros danos à atividade pesqueira: supressão de habitats, destruição de equipamentos de pesca e afugentamento de fauna, por exemplo. Havia um conflito entre pescadores artesanais, Estado (INEA) e empresa responsável pela dragagem relacionado com o licenciamento desta atividade e com a fiscalização dos compromissos ambientais (condicionantes de licenciamento).

⁸¹ Vinícius Branco Freire Silva é técnico administrativo da UFRJ. Cientista social e mestre em cinema antropológico e documentário. Em 2017, após retirada do professor Sidney assumiu a coordenação da PAPESCA ficando nela até o março de 2018. Vinícius esteve presente em todas as fases da PAPESCA no Canto de Itaipu, sendo um parceiro chave

seguir, mostra claramente quais aspectos chamaram a atenção dos membros da PAPESCA naquela ocasião:

Quando nós fizemos a reunião [de novembro de 2012] nós percebemos que havia uma comunidade preparada para o diálogo. [...] Sabiam nos receber, é, você percebia um nível de articulação das suas reivindicações, dialogavam de igual para igual e também nos acolhiam, isto foi interessante! Sentíamos um acolhimento. Esse foi um dado que despertou em nós, quero dizer, casou assim com o nosso interesse. A importância que nos diziam: temos que ficar mais em um lugar, em um determinado território, né? E ao mesmo tempo sendo acolhido por uma comunidade de pescadores, de populações tradicionais, que estavam em um processo de criação de uma reserva extrativista, aquilo nos chamou muito a atenção. Era muito atrativo (LLANZA e SILVA, 2016).

A percepção de uma “comunidade preparada para o diálogo” trouxe para a PAPESCA um importante indicador de que naquela comunidade haveria boas condições para se desenvolver um processo dialógico, articulando o saber científico e o saber tradicional. Além disso, o fato da comunidade estar envolvida no processo de criação de uma reserva extrativista vinha ao encontro do objetivo específico que havia sido definido para a PAPESCA, de fortalecer processos de gestão compartilhada de recursos naturais (PAPESCA, 2009). Estes aspectos foram fundamentais para que a PAPESCA incluísse o Canto de Itaipu no plano de ações que estava sendo preparado para o ano de 2013.

5.2.2 Observações, conversas informais e entrevistas (Jan-Dez, 2013)

Ao longo de 2013, a PAPESCA esteve sistematicamente presente no Canto de Itaipu, por vezes apenas na figura do coordenador, por vezes apenas pelos estudantes bolsistas da PAPESCA, por vezes envolvendo toda a equipe. As visitas tinham como objetivo acostumar o olhar a uma nova realidade, estimular a curiosidade e aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas socioambientais do território:

já em janeiro e fevereiro [de 2013] estávamos em campo fazendo levantamentos. Tínhamos alguns roteiros e com isso fomos criando um acervo. Métodos informais. Entrevistas semiestruturadas com algumas lideranças, sem nenhuma base teórica. 2013 foi um ano voltado para a construção de laços de confiança com a comunidade, por isso não teve tantas preocupações com a adoção de um referencial teórico para analisar as observações de campo (LLANZA e SILVA, 2016).

Destacamos que a prática da PAPESCA estabelecida para o Canto de Itaipu é coerente com os passos seguidos pela PAPESCA em trabalhos desenvolvidos anteriormente (ADDOR, 2006; JOVENTINO, 2013). A aproximação gradual da realidade e dos atores sociais⁸² envolvidos em determinadas problemáticas consiste em uma orientação da pesquisa-ação e se mostra como uma

para a consolidação do programa no território. Seu olhar antropológico e conciliador sempre enriqueceu as análises da experiência vivida pela PAPESCA junto aos pescadores e a população tradicional.

⁸² Para citar alguns destes atores locais: Jairo, Tripa, Chico, Maurinho, Gabriel, José Carlos (CPP), Rose, Ilke, Rafael, Jorge Belas, entre outros. E entre os governamentais: Ronaldo Lobão (NUPIJ), Clarísmundo Benfica (INEA), Pedro (MAI), Stelvio (MAI) Maria Rosa (SPU), Alba Simon (INEA), entre tantos outros atores governamentais.

forma sutil de reduzir os impactos de uma eventual violência simbólica gerada pela relação entre universidade e população.

Interessante notar como a compreensão do território ocorreu gradualmente. Nos primeiros relatos podemos perceber algumas confusões conceituais realizadas por alguns dos estudantes que, pela PAPESCA, iniciavam seu contato com a realidade da pesca artesanal. Destacamos a seguir duas destas confusões, sendo a primeira relacionada com a utilização da palavra colônia para designar comunidade de pescadores⁸³:

Em minha visita à colônia de pescadores de Itaipu, fui informada de um possível projeto chamado RESEX que propõe a criação de uma reserva extrativista marinha, que busca delimitar uma área para atuação exclusiva de pescadores artesanais (MOL et al. 2013).

Outra confusão se relaciona com a identificação dos pescadores de Itaipu como caiçaras, uma cultura típica do sudeste brasileiro, mas que não se mostra evidente no Canto de Itaipu⁸⁴:

Entrando encontramos outro sinal da religiosidade dos caiçaras: um altar a São Pedro, padroeiro tradicional dos pescadores, com a imagem revestida por pedras (MOL et al. 2013).

Confusões que foram acolhidas pela PAPESCA como parte de seu processo de aprendizagem, que se articula também através do estímulo ao protagonismo estudantil. As questões trazidas pelos estudantes contribuíram para ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o Canto de Itaipu e destacamos que foi fundamental para isso a manutenção da oferta da disciplina de extensão homônima ao programa de extensão. Destaca-se que este é o processo de aprendizagem que vem sendo promovido pela PAPESCA, que se inicia no campo, se diversifica na universidade e retorna ao campo, onde é novamente problematizado (ADDOR, 2006). Nesta articulação entre ensino, pesquisa e extensão os alunos voltavam ao campo mais maduros e com um olhar mais sensível, atento e crítico em relação a realidade observada. Os relatos a seguir mostram o ganho de maturidade com que algumas questões passaram a ser percebidas:

⁸³ No Canto de Itaipu esta é uma confusão que pode gerar muita polêmica. Colônia designa um tipo instituição representativa dos pescadores artesanais, originariamente criada pelo Estado, mas que desde a Constituição de 1988 se tornaram independentes do Estado. No Canto de Itaipu a Colônia, como vimos, antagoniza com a ALPAPI a disputa pela legitimidade em relação à representação dos pescadores artesanais. Acusa-se a Colônia de compactuar com agentes associados à especulação imobiliária que atinge o bairro de Itaipu como um todo e de atuar em conluio com o sindicato de armadores de pesca de Niterói em ações que visam desacreditar a RESEX.

⁸⁴ A cultura caiçara tem como característica distintiva o fato de articular atividades produtivas marinhas e terrestres, pesca e agricultura. No Canto de Itaipu, este perfil poderia ser melhor identificado entre os sítiantes no Morro das Andorinhas, mas não na vila de pescadores que fica próximo à praia. Destacamos que os estudos antropológicos realizados junto aos pescadores de Itaipu têm tratado frequentemente sobre as questões relativas à identidade coletiva destes pescadores, mas em nenhum deles encontramos qualquer tipo de menção sobre possíveis vinculações dos pescadores de Itaipu à cultura caiçara de um modo geral.

A criação da RESEX em Itaipu é defendida pela ALPAPI, mas as colônias Z-8 e Z-7 se opõem a sua criação. Elas alegam que a RESEX beneficiaria um grupo em detrimento do outro devido à área de exclusão criada. (MOL et al. 2013)

A polêmica se deu entorno da enseada do bananal, área marinha com alta pescosidade, mas que faz parte do parque da tiririca, impedindo assim a pesca lá. Um pescador da Z7 questionou a possibilidade de pesca de linha na região. A resposta negativa veio até do Seu Chico, que disse que aquele local é usado como desova e reprodução para os peixes e isso garantiria a abundância de peixes nas regiões próximas. (REIS, 2013)

5.2.3 Acompanhamento da RESEX Itaipu (Jan-Dez, 2013)

Lianza (2015) destaca que ao longo de 2013 a PAPESCA esteve presente nas reuniões relativas ao processo de criação da RESEX, incluindo a audiência pública realizada em julho, bem como na primeira reunião realizada após a criação da RESEX que ocorreu em novembro. A participação da PAPESCA se dava principalmente na forma de ouvinte, interagindo com os pescadores artesanais e demais atores nos momentos de intervalo.

5.2.4 Esboço de um termo de colaboração (Mai, 2013)

Com base no acúmulo alcançado até maio, Sidney Lianza identificou que havia oportunidade para a PAPESCA contribuir com os pescadores artesanais do Canto de Itaipu através de cursos que fortalecessem a gestão comunitária da cadeia produtiva e dos recursos pesqueiros. Para tanto, esboçou um “termo de colaboração” no qual constava uma proposta de divisão de responsabilidades entre universidade e comunidade (SOUZA, 2013). No esboço do termo encontrado no acervo da PAPESCA havia a indicação da ALPAPI, MAI e do Quilombo do Grotão como possíveis parceiros, bem como os seguintes objetivos específicos:

- *Contribuir para a formação de massa crítica através do intercâmbio entre os saberes da universidade e os pescadores tradicionais;*
- *Acompanhar e buscar contribuir com o empoderamento dos pescadores artesanais frente ao desenvolvimento do atual processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu;*
- *Contribuir para a formação dos pescadores tradicionais com um curso de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros (PAPESCA, 2013)*

No esboço de “termo” também constava uma proposta de compartilhamento de responsabilidade entre as partes envolvidas, que deveriam se comprometer em indicar representantes, preparar e aprovar um plano de trabalho e executar as tarefas estabelecidas pelo plano (PAPESCA, 2013).

Neste documento também se encontrava uma proposta inicial de prazo de execução das atividades, que seria compreendido entre maio e dezembro de 2013 (PAPESCA, 2013). Não temos notícias, contudo, se o “termo” foi apresentado em maio ou em outra data.

5.2.5 Oficina com pescadores e moradores (Out, 2013)

Em outubro de 2013, um pouco depois da criação da RESEX Itaipu, a PAPESCA organizou um encontro de dois dias no qual estimulou um diálogo com pescadores e moradores do Canto de Itaipu. Nota-se, pelo relato a seguir, que a PAPESCA já desfrutava de algum reconhecimento na comunidade haja visto o número de participantes que estiveram presentes da reunião, sobretudo pelo horário que esta atividade se iniciou no primeiro dia, que era uma sexta-feira:

começou por volta das 18h:20, no Museu de Arqueologia de Itaipu, a céu aberto. Aos poucos mais pescadores e demais moradores da região apareciam. De início estavam presentes além de nós, Seu Mauro (Presidente da Associação de Moradores), Jairo e sua esposa Liana (agronoma e também moradora desde 87), Marcos Santana (mais conhecido como “Tripa”), Carlos (“Lula”, nascido e criado em Itaipu) acompanhado de sua esposa, Pedro (Museu), Dona Solange (ponsada), a moradora Lúcia, Dona Helen e seu marido Adriano, Dona Tânia (do comércio direto com pescadores), Dona Rose, Seu Marcelo Lopes (pescador artesanal) e ao longo da noite mais pescadores chegavam (como por exemplo seu Arino e outras mulheres também), inclusive trazendo seus filhos e se inteirando da conversa que, ao final, totalizou mais ou menos vinte pessoas da região⁸⁵. (GONÇALVES, 2013)

Parece exagerado colocar o nome de todos os presentes neste encontro, mas esta informação apresenta um grande valor para compreender como as atividades da PAPESCA atingiram os pescadores e moradores do Canto de Itaipu. Em primeiro lugar, destacamos que a reunião tinha pescadores tradicionais (nascidos no Canto Itaipu) e pescadores não tradicionais (mas que viviam há alguns anos neste território). Havia diferentes gerações de pescadores. Havia um número expressivo de mulheres. Havia moradores que não eram vinculados à nenhuma das famílias tradicionais e que tampouco estavam diretamente relacionados com a pesca artesanal. Seu Chico não compareceu.

A diversidade dos atores sociais presentes chamou a atenção do pescador Aureliano (conhecido como mestre Cambuci), destacou que o encontro foi “muito bacana” e que promoveu “de certa forma a união de um número relativamente significativo de pescadores para uma região conflitante”. Para Jairo, a reunião representou “uma renovação da união na comunidade após quinze anos e que tudo que estava acontecendo revelava a “ajuda” do poder público e das universidades e da igreja (GONÇALVES, 2013).

A relação dos presentes e as avaliações dos participantes nos oferece algumas evidências de que o trabalho gradual de inserção da PAPESCA no território talvez tenha conseguido penetrar nas relações sociais comunitárias sem estabelecer filiações ou preferências por um ou outro grupo ou ator social. De acordo com o professor Sidney, em resposta a uma indagação feita por mim em

⁸⁵ A esposa do pescador Jairo chama-se, na verdade, Eliana e o pescador Arino, chama-se Aureliano (mestre Cambuci).

2015, foi feita, inclusive, uma tentativa de aproximação com a atual gestão da Colônia de Pescadores Z-07, movimento que não foi correspondido.

Outro elemento que nos chama a atenção em relação àquele encontro relaciona-se com a forma como a PAPESCA buscou horizontalizar a relação entre universidade e sociedade na construção de novos saberes. Logo no início da reunião, um dos pescadores presentes, Marcos “Tripa”, questionou Sidney sobre qual teria sido o planejamento da PAPESCA para aquele encontro: “Vocês têm uma pauta, de por onde começar?” (GONÇALVES, 2013). Marcos obteve como resposta que a PAPESCA estava ali para ouvir as demandas dos pescadores, assim como para trocar conhecimentos com os presentes. De acordo com Madalena Gonçalves, relatora da reunião, a resposta dada pelo professor Sidney trouxe surpresa e, após um período de silêncio, se iniciou um diálogo sobre a RESEX (GONÇALVES, 2013).

O que nos interessa no fato relatado anteriormente está na postura da PAPESCA em se lançar para um diálogo com membros de uma comunidade dando oportunidades para que seus interlocutores pautassem a ordem das falas, a prioridade em relação ao que deveria ser debatido. Uma postura que nos lembra as recomendações de Paulo Freire sobre a importância de se respeitar os saberes dos educandos:

pensar certo coloca [...] o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (FREIRE, 1996: 16)

Esta postura, ao meu ver, é uma tentativa de inversão da hierarquia existente entre universidade e sociedade na medida em que, em um espaço público, e não propriamente de pesquisa, a PAPESCA se colocou na posição de escuta e não de fala no que tange à organização e direcionamento de pensamentos para a produção de novos conhecimentos sobre a realidade vivida. Importante destacar que a reunião seguiu ativamente, com grande debate e participação de muitos dos atores sociais presentes e quando questionados sobre estarem cansados responderam que tinham grande interesse em dar prosseguimento ao debate. Interessante notar que algumas das questões discutidas naquele encontro problematizaram a situação da representação e da participação dos pescadores artesanais no Canto de Itaipu, sobretudo pelo pescador Jairo:

Segundo Jairo, eles devem brigar para criar uma nova associação com os mesmos direitos da colônia, mas se os pescadores juntos quiserem se unir contra a colônia, ele “topa” também [...] Assim, Jairo salientou o quanto importante é a “formação de formadores”, antes mesmo de se formar uma associação [...] Jairo afirmou que “era o vento soprando a nosso favor” (deles) e falou do respeito um ao outro, da importância da renovação de lideranças e de se manter quem está unido. Segundo ele, “não adianta só reclamar, é preciso participar pra se empoderar”. (GONÇALVES, 2013)

Os problemas e conflitos debatidos foram muito mais amplos e abrangeram questões extremamente diversas, tais como: falta de alternativas para a geração de renda para o pescador e seus familiares (colocada pelo Tripa); a dificuldade de ser ouvido pelo Poder Público, mesmo para questões cotidianas, como a poda de uma árvore (Cambuci); a necessidade de se desenvolver uma ferramenta de comunicação virtual que apresentasse a RESEX e as atividades da região (Tripa); a criação de uma identidade visual para Itaipu (Eliane); a importância de ampliar o número de compradores de pescado (Lula); necessidade de infraestrutura para a pesca artesanal (Tripa); ausência de equipamentos culturais na comunidade (Maurinho); falta de compromisso da Colônia com os pescadores (Silvão); organização de uma feira de produtores em Itaipu aos moldes das feiras de agricultura familiar e agroecológicas (Eliane); entre outras.

Outro aspecto enfrentado pela PAPESCA neste primeiro ano consistiu na busca por um caminho que não se sobrepuesse de forma conflitiva com o trabalho histórico realizado por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense no Canto de Itaipu. O depoimento de Sidney lança este alerta:

Você tem a UFF com um trabalho de antropologia muito importante [...] ajudando a grandes conquistas da comunidade, particularmente no Morro das Andorinhas, quando um laudo antropológico, por exemplo, permitiu que populações tradicionais permanecessem no Parque Estadual da Serra da Tiririca. [...] E a gente perguntava, o que cabe a nós? (LLANZA e SILVA, 2016).

Esta preocupação obtinha eco na comunidade, pois a trajetória da UFF trazia para os pescadores um referencial marcante sobre como uma universidade poderia trabalhar com a sociedade. Como vimos nas seções precedentes, a UFF havia contribuído de forma decisiva com sua *expertise* técnica e poder institucional para que os pescadores e a população tradicional do Canto de Itaipu resistissem naquele território às investidas da especulação imobiliária e de outros agentes do Estado. A própria RESEX, que mobilizava muito os pescadores no ano de 2013, havia contado com inestimável apoio da UFF. Não por acaso, obtivemos o seguinte relato de uma estudante da UFRJ sobre a percepção de Seu Chico em relação à universidade:

Vale lembrar que a área de Itaipu serve como “laboratório de pesquisa” de diversas áreas e de diversas universidades há cerca de 30 anos, nas palavras de Seu Chico. Bichinho enfim conseguiu sua permanência no terreno atestando a ancestralidade de sua família na região [com a contribuição decisiva de antropólogos da UFF]. Com toda essa história contada, Seu Chico objetivamente disse-nos “queremos pesquisas que sejam de nosso interesse; algo que melhore nossa comunidade” (MOL et al. 2013)

Mesmo diante de todos estes desafios, a PAPESCA chega em dezembro de 2013 compreendendo que havia um espaço para sua atuação no território. Os membros do programa de extensão sentiam que ainda deveriam conhecer mais, contudo, já aparecia alguns indícios de que o protagonismo e autonomia exercida por uma liderança como seu Chico deveria ser multiplicada.

Neste primeiro ano no Canto de Itaipu consideramos que a PAPESCA se manteve fiel a sua diretriz inspirada em Miguel de Simoni (2000). Ao estimular que os estudantes de graduação fossem à campo e fizessem desta experiência parte significativa de sua formação a PAPESCA busca fortalecer sua posição no campo científico no qual trava disputas com outras formas de produzir conhecimento.

De acordo com Bourdieu (1976) o campo científico se constitui como sistema social de relações objetivas no qual se coloca uma luta concorrencial pelo monopólio da autoridade científica, definida, pelo autor, pela conjugação indissociável entre capacidade técnica e poder social. Autoridade científica também é visto pelo autor como um tipo de capital, que se adquire inicialmente com o título escolar e progride com o reconhecimento recíproco que cada participante do campo científico obtém de seus pares-concorrentes. No campo científico, em virtude de lutas precedentes, o capital científico se distribui de forma desigual, assim como a apropriação do produto do trabalho científico.

Como se organiza o campo da engenharia praticada na UFRJ através do tripé ensino, pesquisa e extensão? Embora não trate especificamente da situação da UFRJ e enfatize a questão do ensino da engenharia, segundo Martins Filho e Silveira (2008) a epistemologia científica é influenciada pelo sistema filosófico dominante. Os autores destacam que esta influência pode passar desapercebida, pois não é necessariamente explicitada. Para os autores, o empirismo, o idealismo, o pragmatismo, positivismo, etc. tem sido referenciais filosóficos e epistemológicos presentes nos programas de estudo na graduação de engenheiros.

Linsingen *et al.* ([S/D]), também se referindo ao ensino da engenharia, de um modo amplo, destacam que embora este tenha sido introduzido no Brasil pelos portugueses, a principal influência consistiu exatamente nos ideais positivistas de Augusto Comte. Para os autores:

*é justamente dela que herdamos, por exemplo, a neutralidade que hoje cultuamos como premissa para os indivíduos com formação técnica. Resultam também daí o entendimento do aluno como um vasilhame vazio de conhecimentos, que o professor habilidosamente vai preencher com suas experiências, e o tratamento do saber científico como instância última e necessária para as pretensões intelectuais da espécie humana. (LINSINGEN *et al.* [S/D]:5)*

Para os autores, é fundamental para o ensino da engenharia compreender que ele não está apartado do todo social e que também faz parte de um processo histórico.

A PAPESCA não nos parece que faça parte desta visão epistemológica sobre o conhecimento científico. A PAPESCA, fazendo parte do NIDES, se encontra em uma posição alternativa no ensino, pesquisa e extensão da engenharia. A PAPESCA, através do NIDES, seguindo as

considerações de Bourdieu (1976), se coloca em uma posição de pretendente, ou seja, quer suceder a atual forma histórica e hegemônica de ensinar e praticar a engenharia, mas por ser dotado de menor capital científico, e não se colocar como uma “herdeira” da atual forma hegemônica, adota uma estratégia de sucessão subversiva.

Destacamos que na busca por legitimidade no campo científico a PAPESCA, através do SOLTEC, juntamente com outros programas da área tecnológica, conseguiu obter legitimidade para aprovar, em 2013, a criação do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES). E desde então, a manutenção de suas práticas de ensino, pesquisa e extensão tem sido uma forma de manter seu prestígio e aumentar seu capital científico na UFRJ.

Entendemos também que a entrada gradual da PAPESCA no território, muitas vezes apenas com seus integrantes observando atentamente a realidade responde, em parte, aos riscos que a relação entre pesquisador e pesquisado pode ter em relação à produção de uma violência simbólica, tal como nos alerta Bourdieu (1999). Para o sociólogo francês, a distribuição desigual de bens culturais entre pesquisador e pesquisado e a supervalorização do conhecimento científico em detrimento de outras formas de saber pode gerar sentimentos de inferioridade por parte dos atores locais que, em seu tempo, podem bloquear o acesso à dinâmica social que se está interessado em conhecer.

Orientação semelhante feita por Paulo Freire (1987) que reconhece que as consciências dominadas, não só a popular, tendem a acionar mecanismos de defesa quando confrontadas com a liberdade, com as suas situações-limite, como por exemplo pode representar o analfabetismo e o não reconhecimento do saber tradicional. O simples fato de estar de frente para um intelectual, um doutor, um professor ou até mesmo de um estudante de graduação⁸⁶, pode gerar este mecanismo, cuja consequência consiste em uma compreensão da realidade sempre apreendida a partir do que é acidental ou secundário. Por este motivo, Freire (1987:59) recomenda que:

Ao lado deste trabalho da equipe local, os investigadores iniciam suas visitas a área, sempre autenticamente, nunca forçadamente, como observadores simpáticos. Por isso mesmo, com atitudes compreensivas em face do que observam. (FREIRE, 1987:59)

Na história da PAPESCA esta aproximação gradual havia sido adotada com grande êxito no trabalho desenvolvido em Macaé, junto aos pescadores locais (ADDOR, 2006).

A busca para promover o diálogo de saberes, reconhecendo que a “realidade empírica e as particularidades sócio históricas e culturais” (MOLINETE *et al.* 2015:105) são fatores fundamentais

⁸⁶ Em muitas ocasiões fui chamado de professor por pescadores em diferentes cantos do Brasil, mesmo depois de me apresentar como estudante universitário ou graduado em oceanografia.

para o entendimento de dada realidade também foi marcada pela postura da PAPESCA na reunião realizada em outubro com os pescadores. Ali está um exemplo no qual a PAPESCA rompe com a forma dominante na relação entre universidade e comunidade. Para nós os eventos que ocorreram naquele encontro vão ao encontro de outra recomendação de Freire (1983), a de fazer estimular que os camponeses, no caso de Freire, e os pescadores e população tradicional, no nosso caso, a saírem do silêncio e da apatia. Para nós, não pautar a reunião foi uma provocação digna da proposta freireana de educação para a liberdade:

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aquêles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que êstes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1983:15)

5.3 Construção: “arrasto de empoderamento”

Este ciclo da práxis da PAPESCA no Canto de Itaipu compreendeu um período de quase dois anos de inserção (janeiro de 2014 até agosto de 2015). Consideramos este o período no qual a PAPESCA aprofundou suas relações no território e durante o qual se realizou a maior parte das atividades formativas.

5.3.1 Moradia no Canto de Itaipu (Fev-Dez, 2014)

Sidney e Vinícius alugaram uma casa no Canto de Itaipu em fevereiro de 2014⁸⁷. Era um imóvel instalado bem no coração da comunidade, praticamente colado no MAI, vizinho ao restaurante do Anibal e ao altar de São Pedro e a poucos metros da casa do mestre Cambuci e de seu barracão de pesca, um dos últimos que permanece na beira da praia. Como interpretar o fato do aluguel do imóvel ter sido viabilizado com recursos próprios de Sidney e Vinícius. Voluntarismo? Militância?

O financiamento de pesquisas no Brasil tem sido cada vez mais fomentado por instituições privadas, tais como empresas e ONGs. O orçamento da UFRJ em 2017, por exemplo, foi de R\$ 417 milhões (com contingenciamento de R\$ 50 milhões). Este recurso tem sido praticamente todo destinado para o custeio da UFRJ. Por sua vez, o ativo da COOPETEC, uma das fundações que apoiam o desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão da UFRJ foi de R\$ 596 milhões. A COOPETEC tem como “parceiros” empresas como a Shell, Petrobras, BG, Vale, EMBRAPII, REPSOL, FURNAS, entre outras. Empresas estas que financiam pesquisas que atendem aos seus próprios interesses.

⁸⁷ O aluguel foi da casa da Claudinha, sobrinha do Cambuci, que descende de Caboclo, que foi um importante mestre entre os pescadores de Itaipu. O aluguel durou 10 meses.

Ações de pesquisa e extensão que não interessam aos interesses do grande capital buscam caminhos alternativos e um deles consiste no financiamento coletivo, como o estimulado pela iniciativa chamada Entropia Coletiva. Nela pesquisadores da UFRJ e UERJ oferecem oportunidades de divulgação de projetos de pesquisa e extensão para obterem financiamentos privados, principalmente de indivíduos. O financiamento coletivo nos parece, a princípio, atender a lógica concorrencial do mercado na qual as pesquisas são expostas como mercadorias e os consumidores são atraídos esteticamente e ideologicamente.

Na história da PAPESCA, as principais fontes de recursos sempre tiveram origem do fundo público, provenientes de editais internos da UFRJ, de projetos aprovados junto a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e através de uma emenda parlamentar. Mas, em menor ordem, em pequenas questões – como uma refeição, o combustível do carro, etc. – o autofinanciamento sempre esteve presente com uma motivação ideológica.

Considero que a iniciativa de Sidney e de Vinícius em financiar com recursos próprios o aluguel da casa no Canto de Itaipu pode ser analisada pelo viés das redes de ativistas que interagem por dentro e por fora do Estado, tal como propõem as autoras Abers e Von Bulow (2011). As pesquisadoras destacam que há na pesquisa sobre movimentos sociais abordagens que destacam a dificuldade para estabelecer, *a priori*, fronteiras do conjunto de atores envolvidos em dada ação coletiva. Neste sentido, estas pesquisas apontam para a existência de redes transorganizacionais que incluem movimentos sociais, acadêmicos, governos e organizações não governamentais.

Há de se destacar que Sidney acumulava em 2012 uma grande experiência com redes sociotécnicas, sendo um dos fundadores da Rede Solidária da Pesca cujo objetivo consistiu em:

fortalecimento da organização dos trabalhadores da cadeia produtiva da pesca artesanal, a fim de que se tenha maior força política para pressionar o governo federal por políticas públicas pertinentes voltadas para a categoria. (Lianza et al. 2015c:120)

Não se trata de identificar Sidney, Vinícius e a PAPESCA como um movimento social, contudo, como parte de uma ação coletiva transformadora. Para uma rede se tornar um movimento social Abers e Von Bulow (2011) mencionam que inúmeras condições deveriam ser verificadas, tais como, a presença de uma identidade forte entre os integrantes, além de um conflito claro e com alvos específicos. Entendemos que as características da atuação da PAPESCA juntos aos pescadores artesanais do Canto de Itaipu se assemelhariam a uma coalização de consenso (ABERS e VON BULOW, 2011), pois não identificamos que tenha havido uma identidade forte entre os participantes, muito embora a relação tenha sido marcada por forte empatia e alteridade.

A avaliação feita por Sidney e Vinícius (2016) é de que esta foi uma decisão acertada. Segundo os pesquisadores, a moradia no Canto de Itaipu acelerou o processo de construção dos laços de confiança e permitiu uma grande adaptação ao tempo do pescador. A permanência no Canto de Itaipu passou a ter uma regularidade de 2 a 3 dias por semana, sendo que às vezes a equipe da PAPESCA passava uma semana inteira na comunidade. Além de uma posição privilegiada para observar a vida cotidiana, Sidney e Vinícius participaram de eventos como a procissão de São Pedro, a Copa do Mundo no Brasil, entre outros, nos quais percebiam os atores locais em suas atividades de reprodução social. Por vezes, Chico, Jairo, Tripa, Dielle e Rose, entre outros moradores do Canto de Itaipu realizavam visitas à casa alugada para a PAPESCA no Canto de Itaipu, oportunidades estas onde se desenrolavam conversas extensas, muitas vezes informais e quase sempre não sistematizadas.

Mas, seguindo uma preocupação comum aos etnógrafos (DOS SANTOS, 2012), porém ajustando ao nosso campo de interesse específico, em que medida o aluguel da casa no Canto de Itaipu foi interpretado pelos atores locais? De que modo a demonstração de poder econômico por parte dos pesquisadores interferiu nas atitudes e disposições dos atores locais em relação aos pesquisadores? Em que medida as relações de confiança foram afetadas por esta escolha?

Encontramos no acervo da PAPESCA uma ata de uma reunião da coordenação do grupo na qual uma estudante relata que seu Chico estaria disposto a reduzir o valor do aluguel de sua casa para viabilizar a presença da PAPESCA no Canto de Itaipu por se tratar, nas palavras dele, “de um projeto importante para a comunidade”. Seu Chico, como vimos, é uma importante liderança no Canto de Itaipu, logo a contrapartida oferecida por ele significa acolhimento ou tentativa de controle? Fato é que a casa de Chico não foi alugada.

5.3.2 Acompanhamento da RESEX Itaipu (Jan, 2014 - Set, 2015)

Entre 2014 e 2015 a PAPESCA se manteve presente acompanhando as atividades da RESEX Itaipu, com destaque para as reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX Itaipu e para as diversas reuniões de grupos de trabalho que foram criados pelo CD RESEX Itaipu com diferentes objetivos.

Como atividade voltada ao empoderamento destacamos dois eixos de atuação: (1) defesa de estratégias de gestão que viabilizem, criem e fortaleçam formas de participação comunitária na RESEX Itaipu nas reuniões organizadas pela RESEX; (2) mobilização de pescadores, moradores e população tradicional para participarem das reuniões.

Em relação ao primeiro eixo, destacamos que em setembro de 2014, em uma reunião do CD RESEX Itaipu realizada exatamente um ano após a publicação do Decreto Estadual que criou a RESEX Itaipu, a PAPESCA defendeu que o Conselho Deliberativo se empenhasse na elaboração de um Acordo de Gestão, que poderia anteceder ao Plano de Manejo. Na visão de Lianza e Silva (2016):

SNUC⁸⁸ recomenda que se faça o Acordo de Gestão. Regras do que pode e não pode ser feito. Por mudar anualmente. Regula a pesca e as demais atividades que utilizam a reserva extrativista. (LIANZA e SILVA, 2016)

A importância do Acordo de Gestão, na avaliação de Sidney e Silva (2015) consiste em:

O objetivo maior do acordo de gestão é chegar em um sistema de gestão que é o que se chama Plano de Manejo, que significa identificar os processos que são diferenciados no território e implantar um sistema de gestão por processos [...] Agora, quem tem a responsabilidade de gerir isso é a população tradicional. (LIANZA e SILVA, 2016)

Lianza e Silva (2016) destacam que o Acordo de Gestão trazia um desafio importante para a relação entre população tradicional e assessoria técnica:

Como é que a população tradicional vai gerir isso sem ficar refém dos "assessores profissionais"? Dos "intelectuais" que podem acessar recursos? Essa é a nossa luta. A nossa concepção do SOLTEC, do NIDES, é que as populações tradicionais sejam protagonistas. Como eles vão ser protagonistas se eles não tiverem este assessoramento, essa pesquisa? (LIANZA e SILVA, 2016)

A proposição do Acordo de Gestão não foi inicialmente acolhida pelo INEA, que acreditava que deveria ser priorizado a elaboração de um Plano de Manejo. A UFF também, inicialmente não achou que seria um bom caminho. De acordo com Lianza e Silva (2016):

Inicialmente a UFF e o INEA foram contrárias à realização de um acordo de gestão, sendo este ponto defendido pela PAPESCA. Se criou um grupo de trabalho monitoramento que o tema é o acordo de gestão. (LIANZA e SILVA, 2016)

A atuação da UFF, no Canto de Itaipu, como vimos, tem como uma de suas lideranças intelectuais o professor Ronaldo Lobão. Lobão construiu sua carreira acadêmica estudando e contribuindo para o fortalecimento de reservas extrativistas. Sua dissertação foi sobre a RESEX de Arraial do Cabo e seu doutorado analisou a RESEX como política pública considerando diferentes experiências brasileiras.

Importante salientar que as reservas extrativistas surgiram inicialmente como uma pauta inovadora de movimentos sociais que buscavam proteção contra o avanço do capitalismo (MENEZES, 1994). Institucionalmente, as reivindicações foram acolhidas inicialmente como uma política

⁸⁸ SNUC Significa sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado pela Lei nº 9.985/2000.

pública de reforma agrária (ALEGRETTI, 1994) e, só mais tarde, com a conjuntura política que se estabeleceu, que as reivindicações foram acolhidas como política ambiental (LOBÃO, 2010). Há transformações importantes nesta mudança do lugar da política pública voltada aos extrativistas, sobretudo com a instituição do SNUC, ressalta Lobão (2010). O pesquisador mostra que neste momento, o saber local passa a ficar subordinado ao saber científico e o lugar particular das populações tradicionais é substituído por um espaço genérico, o “Meio Ambiente” (LOBÃO, 2010: 25).

Esta transformação, ressalta o estudioso, trouxe alguns prejuízos às diferentes populações beneficiadas pelas reservas extrativistas, sendo o eixo central das perdas a conversão de uma política pública, estabelecida a partir de demanda e mobilização populares em uma política de governo. A perda de autonomia na produção e reprodução social e do território por parte das populações que pleiteavam uma política agrária e receberam um política ambientalista ocorre na medida em que o conhecimento tradicional, local, empírico, as formas contra hegemônicas de economia, tecnologia e organização social, que deveriam ser a base para o desenvolvimento dos territórios foram substituídas pela tecnocracia de Estado na qual privilegia-se o saber científico, exemplificado, por exemplo pelos planos de manejo e pelo projetismo, que através de ONGs, passam a incidir e a delimitar o modo de vida de grupos sociais como os seringueiros, povos das várzeas do rio Amazonas e dos pescadores artesanais (LOBÃO, 2010).

Talvez, por este motivo, o professor Ronaldo Lobão e sua equipe tenham ficado reticentes em relação à proposição feita por Sidney. Talvez tenham visto na metodologia da PAPESCA algum tipo de projetismo que é, de fato, muito comum em outros setores da UFRJ na área da tecnologia. Pode ser também que tenham uma outra visão da realidade do Canto de Itaipu, sobretudo em relação à mobilização social dos pescadores artesanais. De acordo, por exemplo, com Mibieli (2014:17), estudante que foi orientado por Lobão em seu mestrado:

Lobão enfatizou também que os primeiros passos da reserva deveriam ser a divulgação intensiva e extensiva para que as pessoas no entorno e aquelas que fazem diversos usos na área da reserva estivessem à parte de que a área é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável dedicada à preservação do Meio Ambiente. (MIBIELI, 2014:77)

Talvez esta seja uma das maiores diferenças de visão existente entre Sidney Lianza, e a PAPESCA, e Ronaldo Lobão, e o NUFEP, em relação ao contexto de participação social existente no Canto de Itaipu. Para Sidney, o processo de criação da RESEX e sua implementação, bem como o funcionamento do CD RESEX Itaipu e dos GTs por ele criados estão marcados por uma participação que legitima o processo como uma gestão compartilhada, ou ao menos em caminho deste objetivo. Evidentemente, com limites:

Ainda se ouve muito um discurso dos pescadores e pescadoras de que: "A reserva extrativista, que é do INEA...". Sidney acredita quer os pescadores atribuem ao Estado, algo que na verdade é deles. Sidney entende que eles lutaram por aquilo, que é algo que é deles, derroga ao Estado. É uma concepção Estatista. Uma ideologia, digamos assim. (LIANZA e SILVA, 2016)

está tendo uma reunião lá em Itaipu. Digamos que tenha lá, 10, 20 pescadores, discutindo, se, o Acordo de Gestão que está há dois anos sendo trabalhado, em várias reuniões com pescadores, se ele está adequado ou não, mas tem a presença do professor muito importante que é o Ronaldo Lobão. Eu me pergunto: perante a fala do professor Ronaldo Lobão, quantas falas de pescadores se colocarão em diálogo? É difícil, é complexo! Porque o assunto é complexo. Há a necessidade que se tenha as informações sistematizadas, digeridas e transformadas em comunicação. Esse é um desafio extremamente importante. (LIANZA e SILVA, 2016)

Podemos apurar que apesar de acreditar no processo e percebê-lo como em caminho em direção à gestão compartilhada, Sidney Lianza e Vinícius Branco, entendem que ainda carece empoderamento e protagonismo por parte dos pescadores, que ainda há incutido em suas práticas cotidianas uma forte dependência do Estado.

A narrativa que encontramos no grupo liderado pelo professor Ronaldo Lobão, nos parece diferente, muito crítica em relação à participação dos pescadores artesanais em relação à criação e implantação da RESEX e, principalmente, em relação à legitimidade do processo de construção da minuta do Acordo de Gestão. Podemos perceber isto nas diferentes dissertações de mestrado produzidas pelo grupo que ressaltam reuniões da RESEX e dos GTs marcadas por monólogos, pela assunção de plateias perfeitas por parte dos gestores e técnicos que participam das discussões, pela burocratização de procedimentos, por uma apatia perseverante entre os participantes provenientes das populações tradicionais e, logo, pela percepção de um Conselho Deliberativo fraco, inoperante na prática (CACHE, 2016; MENEZES, 2014; MIBILELI, 2014).

Os dois grupos universitários divergem no conteúdo e na metodologia em que enfatizam suas práticas. Em relação ao conteúdo, destacamos a forte ênfase dada à questão da identidade pelo grupo NUFEP, enquanto na PAPESCA percebe-se uma ênfase em processos sociais, políticos e econômicos vinculados à gestão socioambiental. A metodologia do NUFEP, por sua vez, é apoiada, sobretudo em referenciais provenientes da antropologia, tais como a etnografia. A PAPESCA, por sua vez, apoia-se, sobretudo, na pesquisa-ação. Na visão de Lianza e Silva (2016):

a atuação da PAPESCA em Itaipu é diferenciada da UFF. Nós procuramos fazer algo que os fortaleça como protagonistas. E aí vem a grande questão: qual é o nosso limite? Como é que nós estabelecemos laços de confiança com eles e não nos confundimos? Corremos riscos de ser populistas, ao fazer o que eles mandam, ou autoritários. Temos que ter uma relação dialética, entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, para que eles possam, de fato, serem protagonistas. Desafio que causa muita divergência, seja com colegas acadêmicos, seja com a população tradicional, que se sente agredida pela sua autonomia. (LIANZA e SILVA, 2016)

Mas a atuação da PAPESCA, conforme destacada por Lianza e Silva (2006), esteve longe de não correr riscos. Durante o acompanhamento das reuniões, principalmente dos GTs, a PAPESCA

sempre buscou contribuir para mediar os confrontos, apresentando as contradições, denunciar gestos exageradamente tecnocráticos e burocráticos, auxiliar com a organização das discussões, contribuindo com a produção de sínteses das diferentes posições que eram apresentadas e oferecer pontuais suportes acadêmicos para questões específicas. Uma postura que pode ter deixado de ser dialógica ou incapaz de superar os vícios de uma complexa rede de relações socioambientais. Denunciamos isto quando, em uma reunião do GT no qual se retomou as discussões sobre o acordo de gestão, o Chefe da RESEX sugeriu que a PAPESCA coordenasse o GT. Proposta esta que foi prontamente criticada por Alba Simon e que acertadamente recomendou que um pescador assumisse essa coordenação⁸⁹. Para nós, a possibilidade do Chefe nos ver como potenciais coordenadores, mesmo sem ter acento na RESEX Itaipu, pode denunciar uma incompreensão acerca da metodologia, dos princípios e da ideologia dos membros da PAPESCA.

A importância da pesquisa é incontestável, mas como superar as hierarquias criadas entre os diferentes tipos de saber? Como lidar com a pressa que aflige aos oprimidos? Buscando algumas orientações em Paulo Freire (1983), devemos suspeitar de todos os processos que não coloquem em uma relação dialógica pesquisadores, extensionistas e o povo. As mudanças não ocorrem mecanicamente, pois o conhecimento é condicionado social e historicamente. Não existem cabeças “ocas”, destaca Paulo Freire e toda ação realizada com o viés de transformação social sofrerá uma resistência. Não se destravam relações de opressão estabelecidas de uma noite para outra.

A participação da PAPESCA se deu em, seguramente, mais de trinta eventos relacionados com a implementação da RESEX.

5.3.3 Gestão de Projetos Solidários - GPS (Mar-Set, 2014)

No processo de criação formal da disciplina [GPS], reforçou-se nossa percepção do quanto atrasado e conservador era (e ainda é) o ensino de Engenharia na UFRJ. Ao ser levada para a Congregação da Escola Politécnica, houve uma forte rejeição à proposta. Alguns professores sugeriram que esse tipo de disciplina, que pretendia desenvolver trabalho de campo em projetos sociais, deveria ser criado na Escola de Serviço Social, e não na Escola Politécnica (LLANZA et al. 2015b:25-26).

O curso Gestão de Projetos Solidários realizado no Canto de Itaipu deriva de uma disciplina homônima, organizada e oferecida na UFRJ desde 2003 e que seu simples ato de criação representou uma ruptura com o padrão estabelecido para a formação tecnológica oferecida pela UFRJ. Lianza *et al.* (2015b) destacam que o que torna esta disciplina singular consiste em sua abordagem interdisciplinar e no exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:

⁸⁹ Tripa se voluntariou para esta atividade.

É exigência da disciplina que todos os alunos façam estudos de caso, fruto de diálogos com representantes das organizações a serem estudadas. O objetivo é estimular que os estudantes articulem as teorias e métodos apresentados e debatidos em sala com a análise crítica da experiência investigada. (LIANZA et al. 2015b:21)

Outro aspecto muito importante da disciplina é que ela busca articular universidade e sociedade. Sua prática prima em proporcionar aos estudantes um protagonismo em seu processo de aprendizagem, tentando, com isso, superar a passividade com que, muitas vezes, os estudantes se encontram em sala de aula. O contato com representantes de movimentos sociais, organizações não governamentais e órgãos do governo permitia aprofundar o acesso dos estudantes a problemas concretos da sociedade e, em direção oposta, permite a sociedade ingerir na produção acadêmica. Estas condições demandam uma exigência ética específica e que se busca resolver com uma negociação cuidadosa entre todos os envolvidos sobre o que fazer (LIANZA et al. 2015b).

A realização do Curso Gestão de Projetos Solidários (GPS) no território, foi uma ação negociada com os participantes e transcorreu entre março e setembro de 2014. Talvez, a realização do GPS no Canto de Itaipu tenha representado o esforço mais contundente de formação realizada pela PAPESCA. Lianza e Branco (2015:124) destacam que:

Era um sonho antigo de o SOLTEC oferecer esse percurso metodológico no âmbito da economia solidária num território popular. A experiência piloto em Itaipu [...] materializou-se como a primeira experiência de GPS totalmente desenvolvido e focalizado por integrantes de um mesmo território. (LIANZA e BRANCO, 2015:124)

Lianza e Branco (2015) destacam que a realização deste curso foi viabilizada, em parte, pelo fato deles estarem estabelecidos no Canto de Itaipu com uma residência fixa, o que vinha permitindo um contato muito próximo com os participantes. Não obstante, foi fundamental a parceria estabelecida com o MAI, que permitiu a utilização de sua infraestrutura para a realização do evento.

Nesta ação, Sidney e Vinícius trabalharam com os princípios da dialogicidade, solidariedade técnica e participação. A pesquisa-ação serviu como orientação metodológica para o desenvolvimento do curso, assim como estudos de caso (LIANZA e BRANCO, 2015).

De acordo com Lianza e Branco (2015) a ementa consistia no estudo dos seguintes temas: Conceitos da economia social e solidária; empreendimentos sociais e solidários; metodologia da pesquisa-ação e de estudos de caso, resultando, por sua vez, em uma prática de desenvolvimento de um estudo de caso.

Entre as atividades realizadas destacam-se a exibição de nove vídeos cujo conteúdo foi selecionado como forma de fortalecer a assimilação do material didático; foram realizadas sete rodas de conversa, com temas variados; foi realizada uma visita de campo para a RESEX de Arraial do

Cabo⁹⁰ e foram desenvolvidos três estudos de caso: cadeia produtiva da pesca do marisco no Canto de Itaipu; artes de pesca artesanal em Itaipu; percepção da comunidade sobre o MAI.

Lianza e Silva (2016) destacam que o curso trouxe inúmeros desafios pedagógicos, dentre os quais um dos mais desafiadores foi o de criar uma forma com que os participantes aprendessem conceitos sem precisarem ler. Destaco que havia uma proposta inicial de leitura que foi criticada pelos participantes, que logo se posicionaram indispostos em ler em excesso. A solução encontrada foi realizar um trabalho minucioso de identificação de vídeos que poderiam transmitir o conhecimento desejado.

Algo semelhante ocorreu em relação ao produto final, que inicialmente havia sido proposto pela PAPESCA que fosse um relatório. A necessidade de escrita trouxe também desconforto para os participantes o que levou a solução de que fossem elaborados painéis informativos⁹¹, no qual a carga textual seria menor.

O curso envolveu um grande número de atores locais, dentre pescadores, seus familiares, moradores e comerciantes do Canto de Itaipu⁹². A participação das mulheres trouxe elementos importantes para problematizar a invisibilidade da mulher no Canto de Itaipu (RODRIGUES *et al.* 2018). Sem que fosse direcionado ou induzido, como é sugerido por algumas abordagens que levam em consideração questões de gênero (FAO, 2001; FORTMANN, 1996), um dos grupos formados era composto unicamente por mulheres e que escolheram estudar uma das mulheres pescadoras de Itaipu.

5.3.3.1 Intercâmbio para RESEX de Arraial do Cabo (2014)

Esta viagem de intercâmbio fez parte do Curso Gestão de Projetos Solidários, que iremos apresentar mais adiante em maiores detalhes. Como parte do curso a viagem de intercâmbio visava ampliar a percepção dos pescadores artesanais e da população tradicional acerca dos limites e possibilidades de uma reserva extrativista, os conflitos existentes e as estratégias de gestão adotadas.

Foram dois dias de imersão na qual se realizou, em um dos dias, uma intensa roda de conversa com integrantes do Conselho Deliberativo daquela RESEX. Foram apresentados aos pescadores artesanais informações históricas sobre o processo de formação do Conselho Deliberativo, sobre

⁹⁰ Esta atividade de intercâmbio será melhor apresentada mais adiante nesta dissertação.

⁹¹ Enlace para os painéis: https://drive.google.com/open?id=0B_NE5wooKz23eW5GUE5Ncm1CMmM.

⁹² Dentre os participantes do curso destacamos a presença de Rose, Claudinha, Amanda, como representantes da população tradicional, Jorge Belas e tia Sol, como comerciantes locais, Pedro e Barbara, ambos do MAI e Lula, Tripa, Jairo, Dielle e Chico como representantes dos pescadores artesanais.

conflitos da pesca com outras atividades (que por recomendação das lideranças de Arraial do Cabo, deveriam ser previstas no Acordo de Gestão), entre outros. Também foi organizada uma excursão de barco pelas áreas marinhas da RESEX, desde a praia dos Anjos, onde se encontra o Porto de Arraial do Cabo, até o local onde são realizados os cultivos de mexilhões e coquilles na praia do Forno, oportunidade esta onde se problematizou oportunidades de geração de renda complementar através da aquicultura familiar (LIANZA e BRANCO, 2015).

Apesar de proposta pela PAPESCA, a viagem foi organizada com a participação dos pescadores e moradores que se encontravam envolvidos no curso de gestão de projetos solidários. A hospedagem foi garantida pelo Chico Pescador, liderança entre os pescadores de Arraial do Cabo a pedido de Seu Chico do Canto de Itaipu, o transporte de ida foi viabilizado pelo INEA, que alugou uma van e o transporte de volta viabilizado pela UFRJ. O barco utilizado para a visita de reconhecimento dos limites da RESEX foi também disponibilizado sem custos para os participantes do intercâmbio por Chico Pescador. Cada participante arcou com seus custos de alimentação. Participaram desta atividade: Jairo, Rose, Lula, Amanda e Dielle, além de Sidney pela PAPESCA.

5.3.4 Intercâmbio para Teia de Redes em Brasília (Mar, 2014)

As viagens de intercâmbio foram muito utilizadas pela PAPESCA como instrumento de formação dos pescadores e da população tradicional. Tinham como objetivo proporcionar experiências de aprendizagem através da troca com atores sociais situados em contextos socioambientais semelhantes ao do Canto de Itaipu, ou submetidos a conflitos e injustiças socioambientais semelhantes.

A primeira atividade de intercâmbio foi realizada já no período que denominamos de “aproximação”, sendo que no período seguinte ocorreu a maior concentração de atividades deste tipo.

A atividade em questão consistiu em um evento de articulação da Teia de Redes de Apoio a Pesca Artesanal⁹³, considerada por Lianza *et al.* (2015c) como uma “rede de redes”:

⁹³ Grupo de assessoria técnica criada a partir do acúmulo adquirido por diversas redes de assessorias, tais como a Rede Solidária da Pesca, a Rede de Extensão Pesqueira Costa Sul-Sudeste (Aterpesca), Ouvidoria do Mar, Coletivo Internacional de Apoio à Pesca Artesanal. A Teia de Redes buscava criar uma articulação entre as ações existentes, buscando ainda o apoio de organizações não governamentais para impulsioná-la e garantí-la em funcionamento (LIANZA *et al.* 2015).

Também se iniciaram os intercâmbios, sendo os pescadores de Itaipu convidados para participarem de eventos que o PAPESCA era convidado, como a Teia de Redes. Foi a primeira vez que esse líder saiu da comunidade, viajou, conviveu com outras lideranças (LLANZA e SILVA, 2016).

Jairo é um pescador de família tradicional. Pescava na lagoa de Itaipu no início, mas já há alguns anos migrou para a pesca de mar. Hoje Jairo tem sua pescaria (barco e rede) e trabalha contratando um companheiro de pesca (que as vezes é um dos irmãos que ele tem). Hoje Jairo é uma liderança política dos pescadores do Canto de Itaipu, liderança legitimada pelo fato de que se mantém na pesca.

Jairo nos disse em entrevista que sua formação política se iniciou com os convites que Seu Chico lhe fazia para participar de reuniões que eram de interesse dos pescadores do Canto de Itaipu. Jairo também se recorda das mobilizações da Rio-92, que lhe trouxe informações sobre a situação do pescador artesanal de uma forma geral. Mas ele considera que sua formação política se deu, principalmente no processo de criação da RESEX Itaipu, que como vimos, levou 17 anos:

A minha formação política se deu dentro deste processo e a RESEX, por conta desta opressão da especulação, da pesca industrial, das petrolíferas, do crescimento, dos bota-foras dos portos, do licenciamento que não respeita a questão dos pescadores, a gente entenderam que a melhor política pública para defender o pescador artesanal (Jairo, entrevista realizada em 5 de setembro).

Mas, de acordo com esta liderança pesqueira, a importância do intercâmbio consiste no fato de que ele teve oportunidade de viajar e conhecer outras lideranças, ouvir outras perspectivas sobre os conflitos e injustiças socioambientais que ele enfrenta cotidianamente no Canto de Itaipu: especulação imobiliária, impactos de grandes indústrias, pesca predatória...

Em relação à participação de Jairo naquele evento, não encontramos relatos que sistematizem esta experiência. Também não há informações sobre uma eventual devolutiva feita por Jairo para os demais pescadores e moradores do Canto de Itaipu.

De todo modo, podemos dizer que os intercâmbios, iniciados com esta viagem do Jairo, mexem com o *status quo* da comunidade do Canto de Itaipu na medida em que, possivelmente desde meados da década de 1990 até a viagem de Jairo, a representação dos pescadores do Canto de Itaipu em espaços públicos externos ao Canto de Itaipu se restringia a participação de Seu Chico e dos membros da atual gestão da Colônia. Aliás, Seu Chico de Itaipu é uma liderança conhecida nacionalmente.

O período de aproximação havia terminado praticamente junto com o ano de 2013. Avanços na construção de relações de confiança foram também observados. Há uma avaliação positiva da atuação do programa entre lideranças, pescadores artesanais e moradores do Canto de Itaipu.

Também foi amadurecida a reflexão sobre o papel que cabia à PAPESCA naquele território, sobretudo por ter que conviver com uma ação consolidada de extensão proporcionada por diferentes laboratórios, programas e projetos da UFF. Contudo, foi feita a avaliação de que ainda era necessário intensificar o convívio com os pescadores e com a população tradicional. Neste sentido, podemos dizer que o grande marco da virada na estratégia metodológica da PAPESCA foi a decisão de alugar uma casa no Canto de Itaipu. Assim entramos no momento da construção.

5.3.5 Intercâmbio para “Projeto Corredor Cultural” da Costa Verde (Mai, 2014)

Esta viagem de intercâmbio foi organizada para proporcionar uma vivência em turismo de base comunitária que estava sendo implementada em Paraty pelos grupos sociais componentes do Fórum das Comunidades Tradicionais Quilombolas, Indígenas e Caiçaras. O TBC foi apresentado aos moradores e pescadores do Canto de Itaipu como uma oportunidade para a geração de renda através da economia solidária, agregando valor à experiência turística que o Canto de Itaipu já tinha condições de oferecer.

O SOLTEC, sobretudo através do projeto Etnodesenvolvimento, atuava com um projeto de extensão junto aos integrantes do Fórum das Comunidades Tradicionais Quilombolas, e contava com a participação de uma aluna que era moradora de Paraty, caiçara e integrante daquela instituição, Paula Callegario. A viagem integrou alunos bolsistas da PAPESCA, Sidney, Vinícius e moradores e pescadores do Canto de Itaipu, dentre os quais Rose, Lula, Dielle e Jairo. Foram realizadas visitas à Ilha do Araújo e ao Quilombo de Campinho.

5.3.6 Intercâmbio para VIII UFRJMar Paraty (Ago, 2014)

A UFRJMar é um programa de extensão da UFRJ que também integra, como a PAPESCA, o NIDES. Este programa é responsável pela organização de um evento anual de extensão que atua com o propósito de integrar ensino, pesquisa e extensão e de interiorizar a ação da UFRJ (Blog UFRJMar, [2010?]). Especificamente falando do festival, consta que ele se iniciou em 2002, tendo sido realizado em diferentes cidades (Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Macaé, Angra dos Reis e Paraty).

A viagem de intercâmbio foi realizada na VIII edição do festival, realizada em Paraty. Nesta viagem de intercâmbio participaram Dielle, Rose, Amanda e Lula, como parte do grupo dos pescadores artesanais e da população tradicional do Canto de Itaipu. Também estiveram presentes integrantes do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), que participaram do evento com uma oficina chamada “Fala Peixe”.

5.3.7 Intercâmbio para CONFREM (Out, 2014)

A Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) foi criada a partir da união de lideranças de pescadores artesanais que vivem em reservas extrativistas marinhas. De acordo com o site da entidade, a CONFREM tem como missão:

Desenvolver, articular e implementar estratégias visando o reconhecimento e a garantia dos territórios extrativistas tradicionais costeiros e marinhas na dimensão social, cultural, ambiental e econômica, garantindo os seus meios de vida e produção sustentável. (CONFREM, [2015?])

A estratégia inicial da CONFREM seria articular as reservas extrativistas federais, mas por sugestão de Sidney Lianza, em diálogo com Chico Pescador (liderança dos pescadores de Arraial do Cabo), foi indicada a participação de um representante dos pescadores beneficiários da RESEX de Itaipu, nas palavras de Jairo, representante dos pescadores escolhido para participar da reunião:

J: eu participei da formulação da CONFREM, lá no Pará, em 2013 ou 2014. Foi assim que chegou a... Por acaso, eu fui no Pará por conta da chegada da UFRJ, que o Sidão fez o contato, com o pessoal de Arraial dizendo que era interessante ter alguém de Itaipu na CONFREM Nacional. Aí ele fez esta articulação. Aí na época eu até falei com meu primo Zé Carlos, você deve conhecer...

D: Acho que não...

J: Aí o Zé Carlos não pode ir, já que não teve ninguém eu fui, aí eu fui ganhando mais... fui empoderando... (Jairo, entrevista realizada em 5/09/2017)

As atividades ocorreram em Belém do Pará e o custeio da viagem foi bancado com recursos mobilizados pela CONFREM em articulação com organizações governamentais e não governamentais. Nesta viagem Jairo pode conhecer lideranças nacionais importantes dos pescadores artesanais:

D: Alguém te marcou lá, alguém que você conheceu?

J: O Carlinhos, né! Da Reserva de Canavieiras.

D: Porque ele te chamou a atenção?

J: Pelo potencial político, pelo empoderamento dele. O Carlinho, ele veio do MONAPE, ele passou por todo esse processo de formação, e hoje ele é secretário da CONFREM, muito articulado... todo seminário ele está presente, é muito conhecido. Participou daquele encontro que teve no México representando o pessoal do MPP. E outras lideranças, como o Flávio aqui de Guapimirim, e o próprio Chico de Arraial. E outros amigos também. E outras lideranças que tem um potencial muito grande e João de Canavieiras, Célia, do Pará, há, muita gente. Foi uma grande experiência para mim. Tomei uma experiência muito grande.

D: Você já tinha participado de uma experiência como esta antes?

J: Não, desta dimensão, não. (Jairo, entrevista realizada em 5/09/2017)

Não por acaso podemos notar que a centralidade da ação política de Jairo está no fortalecimento da RESEX. Jairo participa de todas as reuniões e busca desconstruir boatos juntos aos pescadores sobre a RESEX.

5.3.8 Intercâmbio para seminário do Projeto Pesca Solidária em Cajueiro da Praia (Nov, 2014)

A PAPESCA foi convidada para organizar um curso de gestão de projetos solidários durante o Seminário da Pesca Solidária realizado no estado do Piauí, com todos as despesas pagas pelos organizadores. Uma das atividades do curso consistiu na apresentação dos resultados do curso de gestão de projetos solidários que havia sido realizado no Canto de Itaipu e no qual resultou na elaboração de dois estudos de caso sobre a pesca artesanal local.

A apresentação dos resultados do curso GPS no Canto de Itaipu foi realizada pela integrante da população tradicional Rosilene. Esta viagem representou uma oportunidade para Rosi assumir o protagonismo no que tange à representação local, pois ela, além de apresentar os estudos de caso, também apresentou a sua comunidade aos demais pescadores.

A limitação da participação das mulheres nas arenas públicas e políticas, desde organizações comunitárias informais até as maiores instâncias decisórias de poder no Brasil produz um grave problema de representatividade política. As mulheres encontram inúmeras dificuldades para superar esta questão, dentre as quais se incluem: a exclusão histórica das mulheres da sua condição de cidadãs e da ordem política moderna, a manutenção de atitudes e práticas preconceituosas e discriminatórias e a condição socioeconômica das mulheres (ARAÚJO, 2005).

Nas comunidades de pescadores e pescadoras artesanais, a condição de invisibilidade social, econômica e política das mulheres também é situação notória, tendo sido percebida pequenas modificações no cenário nacional a partir da mobilização das mulheres pescadoras em nível nacional (RODRIGUES *et al.* 2018).

Por tudo isto, consideramos a participação de Rose neste evento com um movimento importante de empoderamento na medida em que possibilitou que a representação de um coletivo organizado no Canto de Itaipu fosse feita por uma mulher. Lembramos que até aqui, mesmo a PAPESCA, havia possibilitado o exercício do protagonismo apenas a homens.

Em conversa realizada com Rose, pude perceber que ela se vê como uma pessoa tímida, retraída. Por isso, sempre se envolveu de forma muito moderada nas ações coletivas e reuniões organizadas no Canto de Itaipu. Participou da mobilização pela RESEX que resultou na criação da unidade e contribuiu para a permanência da família tradicional no morro das Andorinhas – que para ela representou a ação coletiva mais importante realizada no Canto de Itaipu. Rose se mostra muito incomodada com a vaidade e com o orgulho, sentimentos que para ela atrapalham o trabalho

coletivo. Mesmo com todas estas questões, Rose participou desde o início das atividades da PAPESCA no Canto de Itaipu, nas palavras dela:

Foi ótimo, porque eu comecei a participar dos eventos, dos encontros, a ter noção de muita coisa, através desse trabalho do Sidney, porque até então eu não me envolvia. (Rose, entrevista realizada em 17/10/2018)

A participação de Rose era tão emblemática que quando entrei na PAPESCA ouvia Sidney dizer que ela era uma “embaixadora da PAPESCA no território”. O protagonismo assumido pela Rose na PAPESCA, foi fruto da construção de uma relação de confiança que a encorajou a se expor, conforme podemos na avaliação realizada por ela alguns anos depois:

O tempo. Aquilo ali foi o tempo. Dois anos. Então você já começa pegando a intimidade. Começa a se soltar mais. Por exemplo, quando eu fui com o Sidney para o Piauá, tive o evento da PAPESCA: “caramba, tenho que apresentar esse trabalho junto com o Sidney”. E foi legal. Todo mundo gostou do nosso trabalho. Dei até entrevista lá para eles. Mas estava legal. Quer dizer, foi uma coisa que eu fui me adaptando. E agora acabou tudo, porque eu não estou participando de mais nada. Mas eu consegui dar essa ênfase na fala? (Rose, entrevista realizada em 17/10/2018)

Como analisado por Rodrigues *et al.* (2018) a PAPESCA não adotou em seu trabalho nenhuma epistemologia de cunho feminista que visasse lidar especificamente com as relações de dominação colocadas pela questão de gênero.

5.3.9 Seminário PAPESQUINHA II (Dez, 2014)

Nos dias 15 e 16 de dezembro de 2014 a PAPESCA promoveu seminário voltado para integração teórico-metodológica, evento negociado com os pescadores artesanais membros da ALPAPI, com moradores e com a população tradicional. O evento contou ainda com importante parceria do MAI, que forneceu toda a infraestrutura necessária para a realização do evento.

A proposta do seminário era proporcionar uma reflexão interdisciplinar abrangendo diferentes aspectos da pesca artesanal e das populações tradicionais. Ao mesmo tempo, ao trazer o seminário para o território dos pescadores artesanais do Canto de Itaipu, a PAPESCA buscava também proporcionar a dialogicidade entre saberes, uma vez que o evento foi amplamente divulgado. Os pescadores e moradores não estavam lá apenas para ouvir. Os resultados do curso GPS foram apresentados pelos grupos responsáveis por cada estudo de caso e lideranças locais, incluindo seu Chico, compartilharam análises relevantes sobre o contexto socioambiental local.

Ademais, após inúmeras experiências nas quais os membros da comunidade do Canto de Itaipu puderam ter com o turismo de base comunitária, foi proposto aos moradores que assumissem, naquele momento, a condição de promotores daquela prática. Assim, muitas das quase 70 pessoas que frequentaram o evento diariamente, se hospedaram e se alimentaram utilizando serviços

oferecidos pela comunidade, porém de forma cooperada e, sobretudo, com a finalidade de viabilizar a realização do evento (muitas hospedagens foram solidárias sem a utilização de dinheiro). A alimentação também foi fruto de uma produção local realizada pelo Anibal, dono de restaurante no Canto de Itaipu e que promoveu uma mostra da culinária tradicional do Canto de Itaipu.

Deste evento resultou uma publicação contendo resumos expandidos dos trabalhos apresentados, talvez um dos maiores esforços de sistematização das atividades realizada pela PAPESCA no Canto de Itaipu até aquele momento. Esta publicação consistiu na segunda edição da “PAPESCA em Ação”. Além dos resumos dos trabalhos apresentados no seminário realizou-se uma chamada pública contando com a contribuição de pesquisadores de diferentes estados do Brasil.

5.3.10 Intercâmbio para RESEX do Mandira (Abr, 2015)

Até 2014 tinha sido feito os intercâmbios, o laboratório de gestão de projetos solidários, mas a gente não tinha feito o trabalho de gente grande. Existia um acordo de gestão a ser feito, que deveria ter a feição do pescador artesanal, então nós lançamos o que nós chamamos de arrasto de empoderamento. A gente quer dizer com empoderamento a formação dialógica. Tentamos fazer o caminho ao andar. Não tinha uma proposta acabada. Um objetivo específico consistiu em levar os pescadores em Mandira, pois era a única RESEX marinha que tinha o acordo de gestão pronto. Experiência que também permitiu aos participantes tomar conhecimento mais uma vez sobre o conceito de turismo de base comunitária. Diálogo sobre o acordo de gestão. (LANZA e SILVA, 2016)

O intercâmbio realizado à RESEX do Mandira foi a mais longa e mais distante viagem realizada em grupo, sendo aquela que envolveu também o maior número e diversidade de atores locais. Além disso, a viagem de intercâmbio representava uma necessidade de investimento financeiro por todos, que deveriam se comprometer em arcar com parte dos custos de transporte, e com os custos integrais de estadia e hospedagem. A PAPESCA conseguiu que a UFRJ disponibilizasse um ônibus com um motorista e contribuiu com todos os arranjos logísticos necessários para que a viagem se tornasse possível.

Com todos estes desafios, Jairo, Rose, Dielle, Gabriel, Tripa, tia Sol, Cesar (marido da Tia Sol), Tânia, Amanda, Lula, Barbara (MAI) e seu marido, inúmeros alunos da UFRJ, Sidney, Vinícius e Sandro, uma delegação total de 22 pessoas chegaram à RESEX do Mandira animados após longas horas de viagem. A programação deste intercâmbio foi a seguinte:

- Dia 1 – Deslocamento para Mandira (16 horas de duração);
- Dia 2 – Visita aos limites da RESEX (caminhando e de barco); visita ao local onde se realiza a engorda das ostras (de barco); roda de conversa com a Associação de Mandira, que tem a liderança de Seu Chicode Mandira; exibição de documentário sobre Mandira;
- Dia 3 – Visita à Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananeia (Cooperostra); roda de conversa com ICMBio e com Instituto de Pesca de São Paulo;

- Dia 4 – Deslocamento de retorno para o Rio de Janeiro (13 horas de duração).

Esta atividade de intercâmbio contou com uma roda de conversa destinada a avaliar os aprendizados obtidos por todos que participaram da experiência. As questões avaliativas foram propostas por Sidney e incluíam os seguintes temas: (1) planejamento e programação do intercâmbio; (2) convivência; (3) conhecimentos que poderiam fortalecer o Canto de Itaipu; (4) infraestrutura e custos.

Para Rosi, no início do planejamento a questão financeira foi um problema, mas o interesse do grupo superou esta adversidade, sobretudo o medo inicial de que não seria possível garantir a sustentação financeira para ir. Ainda assim acha que poderia ter tido mais participação e união.

Jairo destacou o ineditismo da ação, destacando que foi um importante passo dado por aqueles que participaram e que demonstraram interesse em melhorar a comunidade. Para Jairo, o intercâmbio permitiu que mais pessoas da comunidade do Canto de Itaipu vivenciassem as possibilidades que políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro têm a oferecer. Além disso, para Jairo, os intercâmbios possibilitam a ruptura da polarização existente entre Colônia e ALPAPI, pois elas deixam de ser protagonistas na formação de opinião na medida em que são lideranças de outras comunidades que assumem este lugar de fala.

Para Barbara, servidora do pública do MAI, um grande destaque foi o protagonismo da Rosi, que contribuiu com todo o suporte na organização da logística, também pela sua presença anotando todas as principais informações que foram apresentadas em Mandira. Para Barbara, o saldo mais valioso é que os participantes voltaram de lá mais unidos.

Para Dielle, a viagem lhe trouxe mais experiência e a percepção de que em Mandira havia uma forte união das pessoas, característica que não seria tão evidente no Canto de Itaipu. Dielle também chamou a atenção para o acolhimento dado pelos moradores de Mandira aos visitantes do Canto de Itaipu.

Tânia, em sua avaliação, destaca um fato interessante: Tânia trabalha vendendo café e lanches para os pescadores que estão desde a madrugada na praia. Ao comentar com alguns pescadores que fecharia por 4 dias o seu bar para participar da viagem, ouviu deles algumas lamentações. Em resposta, Tânia destacou que: “é por uma causa nobre, é pela RESEX. A gente vai trazer experiência boa de lá”. Destaco o fato de que as atividades da PAPESCA, pelo menos o intercâmbio, estavam restritas a um grupo bem específico da comunidade e que Tânia percebeu isso, e que se sentiu no dever de justificar. Havia alguma percepção sobre representação ou delegação? Ou havia algum

tipo de constrangimento em relação a um possível ganho de experiência individual? Ela indicou que sua participação representaria um ganho coletivo para os pescadores, mas isto efetivamente ocorreu? De que modo? Na conclusão de sua avaliação, ela destacou que é necessária mais organização e específica: organização das mulheres.

A dinâmica da avaliação em geral é garantidora da liberdade de expressão dos participantes. A organização da reunião ficou com o Sidney, que controlava o andamento das discussões para sempre trazê-las para o ponto de pauta. Por vezes, percebemos que as falas de Sandro e do Sidney buscavam também explicar determinadas interpretações dadas a conceitos que são trabalhados academicamente, com destaque para a questão do Turismo de Base Comunitária. As explicações eram dadas a partir da explicação de que fazia mais parte de um acúmulo empírico do que teórico. As explicações também procuravam diferenciar campos mais gerais, como o TBC do “turismo comunitário” ou do “turismo de balneário convencional⁹⁴”.

Importante destacar que o tema do TBC foi muito problematizado pelos participantes e enfatizado pelo Sidney. O TBC esteve presente como objeto de experiência e observação em outros intercâmbios que haviam sido organizados pela PAPESCA em conjunto com pescadores e população tradicional do Canto de Itaipu.

5.3.11 Curso de formação de gestores socioambientais (Abr-Jun, 2015)

Este curso vinha sendo pensado pelo coletivo do Arrasto de Empoderamento (Item 5.3.9) desde 2014, mas sua elaboração ganhou maior ênfase após o retorno do intercâmbio que havia sido realizado para RESEX do Mandira (Item 5.3.9). Foi formada uma comissão gestora do curso composta por Sidney, como representante da PAPESCA, Bárbara, como representante do MAI e Rose, como representante da ALPAPI.

No mês de maio foi apresentada a proposta do “curso de formação em gestão socioambiental nas comunidades tradicionais de pescadores(as) artesanais Itaipu e Piratininga – Niterói”. As metodologias propostas eram a da pesquisa-ação e a aprendizagem por projetos. O curso apresentava um caráter bem formal no qual se propunha a realização de inscrições, controles sobre

⁹⁴ Turismo comunitário, na opinião do Sidney, consistia no turismo realizado por *trades* formais, capitalistas e que visam introduzir o turista a uma dada realidade social, como o que ocorre no turismo nas favelas. Não há integração com a comunidade e a comunidade pouco se beneficia deste turismo, sendo por ele objetificado. O TBC, por sua vez, é apresentado, tanto pelo Sidney, como pelo Sandro, como uma atividade bem diversificada em termos de forma, podendo ser inclusive uma atividade realizada sem trocas monetizadas. O elemento central estaria na capacidade daquele turismo fortalecer a organização da comunidade, dando a ela maiores condições de atingir uma reprodução social.

a participação, compromissos de leitura, atividades de formação em informática. A intenção era inclusive de fornecer certificados para os participantes.

As primeiras atividades realizadas foram relativas à identificação dos eixos temáticos nos quais se desenvolveriam os projetos. Foram identificados inicialmente quatro eixos: histórias de vida, marco legal da RESEX, cartografia social e comunicação comunitária. A identificação dos eixos foi realizada em duas oficinas especificamente planejadas para esta finalidade.

As atividades de formação seguiram os eixos estabelecidos e a primeira buscou contemplar o eixo da cartografia social. Neste sentido foram realizadas duas atividades: Uma palestra na Ilha do Fundão sobre cartografia social, que contou com a participação de atores locais⁹⁵. E duas oficinas no Canto de Itaipu no qual fizemos exercícios relacionados com a metodologia que havia sido apresentada dias antes. A cartografia social foi praticada com o tema “conflitos e injustiças socioambientais” e que resultaram em dois mapas construídos de forma participativa (PINTO *et al.* 2015).

Os demais eixos tiveram dificuldades para se desenvolver. Pretendíamos realizar atividades do eixo história de vida, mas não conseguimos avançar no planejamento e execução de atividades, embora houvessem inúmeras ideias.

Em meio às indefinições relacionadas com a continuidade do curso, discutia-se coletivamente questões relacionado com o compromisso que os participantes deveriam assumir e quais deveriam ser as regras para a participação. Estas discussões geraram desmobilizações em momentos posteriores, posto que houve discordâncias em relação à aplicação destes critérios para a organização de algumas atividades da PAPESCA (mais detalhes no Item 5.3.13).

Outro aspecto que perturbou a continuidade do curso consistiu no afastamento temporário do professor Sidney Lianza. Embora as reuniões tivessem sido mantidas, ficou evidente que o grupo da PAPESCA possuía muita dependência em relação à presença e orientações de Sidney Lianza. Neste sentido, como podemos pretender empoderar fora, se dentro enfrentamos tantas dificuldades?

A PAPESCA era naquele momento um grupo novo e com uma coesão muito limitada. Havia ocorrido um severo influxo de integrantes com a redução das bolsas que a PAPESCA costumava

⁹⁵ Jairo, Tia Sol, Tânia, Rose, Barbara, Dielle, Lula e Jorginho foram alguns dos atores locais que participaram desta atividade. Eles alugaram uma van para leva-los até o Fundão, arcando com todos os custos. Esta foi uma demonstração do comprometimento e da responsabilidade assumida pelo coletivo.

ofertar e com a formatura de alguns que acumulavam importante experiência com o programa e no próprio campo. Os novos estudantes que entraram tinham vontade, mas havia insegurança e muita assimetria na formação e na experiência. Com tudo isso, o afastamento gerou um grande impacto, pois Sidney, além de mentor intelectual também contribuía viabilizando economicamente a realização dos trabalhos de campo, principalmente pelas caronas que oferecia aos estudantes.

Minha condição era igualmente instável. Atuava voluntariamente na PAPESCA, tendo que organizar minha participação com uma jornada de trabalho padrão, de 8 horas por dia, além de muitas viagens para realizar trabalhos de campo. Minhas idas ao Canto de Itaipu eram, por este motivo, muito limitadas.

O curso, ao final se dissolveu, frustrando, principalmente, alguns integrantes que tinham se aproximado mais recentemente: Jorginho e Dora. Até hoje escutamos no Canto de Itaipu críticas e lamentações sobre a forma como o processo foi finalizado.

5.3.12 Intercâmbio para Teia de Redes na Prainha do Canto Verde (Ago, 2015)

Neste encontro participaram os pescadores Jairo e Lula, sendo a primeira vez que Lula viajou para um encontro nacional de articulação dos pescadores artesanais. Interessante notar que Lula se sentia bastante inseguro em relação à participação neste evento e demandou um apoio do coletivo Arrasto de Empoderamento para se preparar para esta atividade.

5.3.13 Intercâmbio para IX UFRJMar em Paraty (Ago, 2015)

Mais uma vez foi ofertado aos pescadores, moradores e população tradicional do Canto de Itaipu, bem como aos integrantes do Museu de Arqueologia de Itaipu a possibilidade de participação no evento UFRJMar em Paraty.

Como habitual, a viagem foi proposta e organizada nos encontros do coletivo Arrasto de Empoderamento. Esta foi, contudo, a primeira vez que se trabalhava o conceito de autogestão do coletivo. A proposta era que os participantes tivessem total autonomia para planejar e executar o planejamento e que a PAPESCA ficaria apenas como observadora das escolhas realizadas.

O grupo já vinha praticando atividades compatíveis à proposta de autogestão, como o revezamento em assumir responsabilidades na organização dos encontros através da mediação, inscrição de falas e relatoria. Por alguns encontros os participantes do Coletivo Arrasto de Empoderamento (Item 5.3.14) já vinham se revezando nestas funções. Mas uma tarefa adicional se colocava para o grupo:

debater sobre os critérios de escolha dos participantes do intercâmbio, uma vez que não havia vagas para todos.

Como esta foi a segunda oportunidade de intercâmbio para a Costa Verde em 2015, foi acordado que se privilegiaria a participação dos participantes que ainda não tinham passado por aquela experiência. Esta decisão gerou estremecimentos no grupo, como será apresentado mais adiante no Item 5.3.14.

5.3.14 Coletivo arrasto de empoderamento (Jan-Set, 2015)

A ideia do arrasto de empoderamento foi amadurecendo desde 2014, tendo como marco uma reunião realizada na pousada da tia Sol e que contou com a participação de mais de 30 pessoas. O grupo foi reduzindo mês após mês até chegar a um conjunto que permaneceu mobilizado e que era formado por pescadores artesanais (Jairo, Lula, Tripa e Dielle), população tradicional (Rose, Tânica, Amanda), uma moradora da localidade (tia Sol) e uma servidora do MAI (Barbara).

Na visão de Sidney, a PAPESCA havia concluído em 2014 o processo de aproximação e inserção na comunidade de pescadores tradicionais de Itaipu. Era hora de iniciar um trabalho aprofundado de pesquisa a ser realizado de forma mais sistemática e com escopo bem definido e cujo objetivo consistiria na:

*“Formação de líderes capazes de conduzir os demais membros da comunidade na elaboração de um projeto de Acordo de Gestão a ser proposto ao Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Itaipu”.
(PAPESCA, 2015)*

O ano de 2015 estava cercado de expectativas para a comunidade. O MAI tinha uma nova diretora, Eunice Laroque. A RESEX estava sem Chefe por alguns meses, gerando inúmeros impasses e indefinições entre os pescadores artesanais, como por exemplo a interrupção do processo de validação do Regimento Interno da RESEX. Havia também uma expectativa em relação à organização da 1ª Marejada Cultural, um evento que seria organizado pelos próprios pescadores e moradores do Canto de Itaipu como uma estratégia de fortalecer a economia local, aumentar os laços sociais e a rede de apoio e divulgar a RESEX e a pesca artesanal tradicional (PAPESCA, 2015).

A iniciativa da PAPESCA refletia a insatisfação de Sidney sobre o andamento da RESEX:

Sidney manifesta sua insatisfação com a coordenação do Conselho Deliberativo da RESEX de Itaipu. A morosidade e a falta de foco da coordenação alimentam a indiferença dos pescadores pelas reuniões do Conselho, gerando descrença quanto aos méritos da RESEX como ferramenta de defesa dos interesses legítimos da população tradicional. Prova disso, até agora o Conselho não conseguiu sequer aprovar o regimento interno, apesar das várias reuniões já realizadas. A crítica feita por Sidney recebeu a total concordância das lideranças presentes à reunião. Esta situação reforça ainda mais o interesse pelo escopo

delineado para a pesquisa-ação da PAPESCA em Itaipu em 2015, que é o de preparar uma proposta de acordo de gestão. Este poderia ser inclusive o mote para os trabalhos a serem apresentados no evento Papesquinha III, em Dezembro de 2015. (PAPESCA, 2015)

Já em fevereiro se iniciou a construção de uma proposta de curso em negociação com representantes da ALPAPI e do MAI. As negociações eram realizadas em reuniões semanais, sempre às terças-feiras, das 15:00 às 17:00, quase sempre na casa de taipa do MAI que havia sido construída pelo grupo indígena que por um tempo ocupou as margens da lagoa de Itaipu.

De imediato, Sidney percebeu que havia uma inexperiência do grupo em relação às necessidades materiais e simbólicas necessárias para a construção de um documento deste tipo. Ciente de que a RESEX do Mandira era a única RESEX marinha que tinha aprovado um Acordo de Gestão até então, a PAPESCA apresentou a proposta de intercâmbio até aquela unidade de conservação (Item 5.3.10).

Logo, as reuniões semanais que tinham como objetivo central preparar a viagem para Mandira, uma viagem difícil pelas questões de logística passaram também dar conta de problemas locais, pois, por algum tempo, as reuniões da PAPESCA constituíram-se na principal mobilização comunitária.

Os dois assuntos mais frequentes fora do eixo de organização da viagem para Mandira tinham relação com a organização da Marejada e com a ausência do INEA em relação ao cumprimento de suas atribuições como Chefe da RESEX e responsável pela fiscalização. Outras questões iam emergindo, como a ameaça de despejo de uma família de pescadores artesanais que vivia na praia do Sossego.

Ao retornar de Mandira, as reuniões semanais acolheram o curso de formação de gestores socioambientais (Item 5.3.11), e mesmo com a interrupção do curso, mantiveram-se os encontros semanais nos quais se discutiam assuntos do cotidiano dos pescadores, moradores e da população tradicional. Foi quando estas reuniões passaram a configurar um processo mais informal de formação e que foi denominado por Sidney como Arrasto de Empoderamento.

Dentro do Arrasto, se praticou, por exemplo, métodos de organização de reuniões, nos quais os participantes revezavam-se em diferentes papéis a cada encontro: relatoria, mesa, inscrição e controle do tempo de fala, mediação, etc. Pudemos ver a utilização destas práticas em um encontro organizado pelos próprios pescadores artesanais para discutir o andamento da minuta sobre o Acordo de Gestão, que tinha sido retomado.

Interessante notar que a perspectiva de focar na elaboração de um Acordo de Gestão era, no mínimo ousada, posto que a PAPESCA não tinha assento no CD RESEX Itaipu, assim como a maioria dos participantes deste coletivo. Mas percebemos que a prática do Arrasto de Empoderamento, que havia se iniciado em 2014, estava criando as condições sociais para que o Acordo de Gestão fosse viabilizado a partir de uma base comunitária em virtude de um real, porém pouco consciente processo de empoderamento comunitário.

Esta foi uma das lições extraídas da viagem à RESEX do Mandira. Lianza e Silva (2016) destacam que ao questionarem seu Chico do Mandira, liderança local, como eles haviam conseguido criar um Acordo de Gestão tão rapidamente, a resposta foi inesperada: “rapidamente? Demorou é muito”. Demorou, explicam Lianza e Sidney (2016), porque o Acordo de Gestão já estava “pronto” antes da RESEX chegar, pois já era a prática daquela comunidade a de se organizar e definir regras para a utilização dos recursos naturais que lhes eram necessários para reprodução social. A criação da RESEX era uma conquista, mas porque viria para legitimar o que já existia e não para criar o novo e por isso demorou, pois, a burocracia ralentou a aprovação do documento. A mensagem era clara, tanto de seu Chico do Mandira, quanto também de Jocemar Carneiro, servidor do Instituto de Pesca de São Paulo: de nada adianta um Acordo de Gestão se não houver uma base social forte e um Conselho Deliberativo ativo.

A percepção tardia do papel desempenhado pelo Arrasto de Empoderamento não permitiu que notássemos que surgia um coletivo de pescadores artesanais, moradores e membros da população tradicional que buscava se emancipar das disputas locais de poder, em geral polarizadas entre a Colônia Z-07 e a ALPAPI, sobretudo na figura de seu Chico, bem como das idiossincrasias, rivalidades e indisposições pessoais.

A percepção tardia da PAPESCA sobre este papel “cobrou o seu preço” e levou a PAPESCA a realizar a sua primeira retração com a suspensão de suas atividades por alguns meses.

5.4 Retração: conflitos e crise com a comunidade

Uma série de acontecimentos começaram a produzir interdições ao contato da PAPESCA com membros da comunidade do Canto de Itaipu. A primeira delas ocorreu de forma surpreendente: Sidney Lianza recebeu o telefonema de uma moradora local, que se identificava como sobrinha de uma das pessoas que vinha participando do Arrasto de Empoderamento. Esta moça solicitava ao professor Sidney que este nunca mais procurasse por sua tia, pois sua presença havia causado uma crise de ciúmes envolvendo o esposo desta mulher. A notícia foi de fato surpreendente. Alguns

meses antes, Sidney havia sido convidado para a festa de casamento deste casal, festa que não pode comparecer, mas que fez questão de enviar um presente.

De imediato não percebemos nenhuma possibilidade deste evento ter relação com os demais que levaram à retração da PAPESCA do Canto de Itaipu, mas não podemos afirmar, com certeza sobre nada. Hoje, nos perguntamos em que medida a situação apresentada a Sidney não fez parte de uma difamação ou boato plantado por atores locais receosos com o alcance da PAPESCA na mobilização de atores locais. A PAPESCA esteve indiretamente envolvida em um processo de criação de uma organização de mulheres no Canto de Itaipu sustentado por lideranças alternativas ao eixo Colônia Z-07 x ALPAPI.

Para Berger (1986) não há sociedade sem violência física e esta violência é a forma mais antiga de controle social. A violência física é empregada para manter a coesão de determinado grupo, servindo como instrumento para a eliminação de indivíduos indesejáveis. A polícia e o exército são formas de manifestação desta violência. O estudioso destaca que, em grupos compactos, pequenas comunidades rurais, por exemplo, uma forma muito sutil de violência e de controle social constituem-se no ridículo e na difamação:

A difamação, ou o mexerico, como é bem sabido, é de especial eficácia em pequenas comunidades, onde a maior parte das pessoas conduz suas vidas num alto grau de visibilidade e possibilidade de inspeção por parte dos seus vizinhos [...] Tanto o ridículo quanto a difamação podem ser manipuladas deliberadamente por qualquer pessoa inteligente que tenha acesso às suas linhas de transmissão (BERGER, 1987:85)

Percepção semelhante sobre o papel da difamação podemos encontrar no trabalho clássico de Elias e Scotson (2000), “Os estabelecidos e os outsiders”. Os autores identificaram na pequena comunidade estudada que a utilização da estigmatização foi um valioso recurso utilizado para reforçar uma identidade e excluir *outsiders*, ou seja, atores que não compunham aquele grupo social. Dos Santos (2012) encontrou situação semelhante, sendo o próprio autor sujeito a interdições sociais causadas por difamações relacionadas com seu comportamento em campo.

Se a desconfiança em relação aos reais interesses de Sidney, ou se sua esposa expôs um sentimento que aflorou voluntariamente ou se foi “plantado” por alguém, não sabemos. O que sabemos é que pouca atenção foi dada a este fato, que além de surpreender e magoar ao professor Sidney pessoalmente também causou um primeiro estremecimento em relação à presença da PAPESCA no Canto de Itaipu.

O segundo estremecimento veio à tona pouco tempo depois. Rose informa à Sidney que iria se afastar do coletivo de Arrasto de Empoderamento. Informou que estava cansada e que precisava se afastar por isso, mas não deu mais detalhes. Rose sempre teve um papel importante para a

PAPESCA no Canto de Itaipu e como já dissemos era, para Sidney, a “embaixadora do programa no território”. De fato, Rose desempenhava um grande papel no grupo, com sua dedicação e contribuição para a organização das atividades, como por exemplo, a viagem de intercâmbio para Mandira.

Seguindo com os eventos que levaram à retração da PAPESCA, destacamos os desdobramentos dos critérios de escolha para a participação no evento de intercâmbio, tratado no Item 5.3.13.

Havia, como apresentamos, uma discordância sobre o método de escolha dos participantes que iriam ao evento. O critério central deliberado coletivamente consistia em privilegiar pessoas que ainda não tinham participado de uma viagem de intercâmbio. Contudo, um(a) participante também achava que deveria ser problematizado o nível de entendimento dos candidatos sobre o processo de formação e de empoderamento que estava sendo realizado:

Eu nunca faltei uma reunião. Quando eu faltei um dia, não que eu quisesse ir para Parati, porque eu já havia ido a primeira vez e nós já havíamos combinado que quem tivesse ido na primeira não iria na segunda. Tinha sido um acordo. Mas eu achei injusto, elas chegarem num dia e no segundo dia elas já estarem fazendo todo o trabalho de empoderamento em outro lugar sem ter tido o que nós tivemos: as reuniões, os esclarecimentos, sabe? Todo o conteúdo... (Entristado(a) 2, entrevista realizada em 17/10/18)

Como a viagem foi realizada adotando apenas o primeiro critério deliberado coletivamente, o efeito imediato da discordância foi o afastamento do(a) participante que havia discordado da escolha realizada. Apesar disso, não foi suficiente para a suspensão das atividades da PAPESCA, foi mais um elemento para a desestabilização do programa no território. O fator crucial não tardaria a ocorrer.

Entre agosto e setembro de 2015, Seu Chico entra em contato com a diretora do Museu de Arqueologia de Itaipu para solicitar o uso do espaço para comemorar o aniversário de seu neto. A então diretora, Eunice Laroque apresentou à Seu Chico as condições formais para o uso do museu com a finalidade pretendida por Seu Chico. Dentre as condições havia o pagamento de uma taxa de R\$1.500,00⁹⁶.

A situação gerou um profundo incômodo em Seu Chico⁹⁷. Este incômodo nos foi comunicado diretamente por ele ao final de uma reunião do GT-Monitoramento (da RESEX Itaipu) que havia

⁹⁶ Importante assumir este valor como uma ordem de grandeza e não como um número que represente exatamente o valor que foi apresentado na ocasião.

⁹⁷ Também destacamos que a situação narrada possa representar um epifenômeno envolvendo Seu Chico e o MAI. O evento narrado aconteceu, mas se ele foi a causa central do desentendimento, não sabemos. Realizamos este aviso, pois não queremos encorajar os leitores a entenderem este fato como um acontecimento isolado da realidade, da

sido realizada na praça “Chico Boia”. Diante do exposto, Sidney sugeriu que Chico participasse da reunião do Arrasto de Empoderamento que ocorreria a tarde, de modo que se tentasse mediar o conflito.

À tarde seu Chico esteve presente no MAI para a reunião. Destacamos que seu Chico havia dado diversas manifestações de apoio a PAPESCA, mas, efetivamente, ele tinha participado muito pouco das atividades do Arrasto de Empoderamento, por motivos que não somos capazes de compreender. A reunião se iniciou de forma muito tensa, com seu Chico questionando a postura do MAI, dizendo que antes, nas ruínas onde se encontra o Museu de Arqueologia viviam pescadores, e que este haviam sido expulsos quando o MAI foi criado. Seu Chico destacou que nunca mais voltaria a pisar no museu.

Seu Chico é uma liderança nata e é capaz de articular muito bem suas ideias, levando facilmente seus interlocutores a entenderem seu ponto de vista. Seu Chico consegue, como bom orador, mesclar falas logicamente concatenadas e fundamentadas em evidências históricas, empíricas e no contexto social mais amplo. Seu Chico também faz hábeis usos de figuras de linguagem e metáforas. Soma-se a isto uma postura física de enfrentamento na qual o tom de voz pouco se altera mas se torna firme, enfático, direto, sem cordialidades. Por tudo, a fala de Seu Chico produz bastante impacto e foi o que aconteceu. Muitos dos presentes, principalmente aqueles pouco habituados com a situação, ficaram impressionados. Alguns choraram, não por terem sido expostos a algum tipo de violência, mas, como tentei expor, pela força dos argumentos.

Parecia não haver solução possível para o impasse e a estratégia de convidá-lo para a reunião considerando a possibilidade de se realizar qualquer tipo de mediação, se tornou improdutiva.

Destacamos aqui que até aquele momento, o Arrasto de Empoderamento era uma estratégia de formação negociada com pescadores artesanais, população tradicional e moradores do Canto de Itaipu. Institucionalmente falando, articulava representantes da PAPESCA, do MAI e da ALPAPI. Logo, havia um conflito envolvendo MAI e ALPAPI, muito embora, no que tange à ALPAPI, centralmente na figura de Seu Chico. Mas Seu Chico era o presidente da associação.

Uma ou duas semanas depois, talvez alguns dias, a PAPESCA também entrou em conflito direto com Seu Chico e, logo, com a ALPAPI. O conflito foi disparado através de uma troca de mensagens feitas pelos aplicativo *whatsapp*. O Coletivo Arrasto de Empoderamento havia criado

construção histórico-social que envolve a criação e permanência do MAI no território do Canto de Itaipu. Este foi o evento que manifestou de forma mais clara e publicamente uma discordância entre os dois atores locais.

um grupo neste aplicativo, no qual eram realizadas trocas de informação. Pois, exatamente em uma divulgação de uma atividade do Arrasto de Empoderamento, se iniciou o conflito.

A PAPESCA estava propondo e contribuindo para a organização de uma roda de conversa sobre energia solar, que seria parte das atividades do Arrasto de Empoderamento, mas que também contava com o apoio de duas outras organizações, ACOTMA⁹⁸ e Fórum das Comunidades Tradicionais de Niterói, que, até então, pouco tinham se envolvido no processo de empoderamento construído em conjunto pela PAPESCA, MAI e ALPAPI. O evento foi proposto para ser realizado nas dependências do MAI.

Para a divulgação do evento, foi elaborado pela PAPESCA um cartaz virtual no qual constavam os logotipos de todas as entidades envolvidas com o evento, incluindo o logo da ALPAPI e do MAI, por serem os parceiros do Arrasto de Empoderamento. Ao iniciarmos a circulação do cartaz virtual pelo *whatsapp*, recebemos uma mensagem de Seu Chico manifestando seu incômodo sobre o fato de evento ser realizado no MAI. Para Seu Chico, não havia possibilidade de que o evento fosse realizado ali e contasse com o apoio da ALPAPI. Sidney questionou a posição de Seu Chico, informando que o MAI era parceiro daquela atividade, assim como outras entidades. Que o logo da ALPAPI estava presente porque era um parceiro na construção do Arrasto de Empoderamento, e que achava que o evento deveria ser mantido no MAI. Em resposta, Seu Chico informou que aquela decisão, de manter a atividade no MAI, desrespeitava a autonomia da ALPAPI.

Em 1º outubro a PAPESCA, através de Sidney Lanza, comunica ao SOLTEC que o programa estava com seu trabalho comprometido no Canto de Itaipu em virtude de uma crise institucional envolvendo a RESEX, as organizações sociais locais e a emergência de novos atores. Nesta mensagem, Sidney comunica que as atividades da PAPESCA no Canto de Itaipu haviam sido suspensas por tempo indeterminado e em comum acordo com o MAI e com duas lideranças que responderam pela ALPAPI. Para Sidney era um momento apropriado para focar em atividades como: sistematização, equacionamento teórico, observação participante, mapeamento participativo, história oral, antropologia visual, marco legal e comunicação comunitária.

Também no dia 1º de outubro, Sidney envia uma mensagem eletrônica para os demais membros da PAPESCA, destacando a crise enfrentada no território e algumas hipóteses sobre as possíveis causas. Sidney destaca como fatores que contribuíram para a situação enfrentada pela PAPESCA: pouca densidade acadêmica (pouca reflexão no sentido de Fals-Borda ou de Freire?) e ausência de

⁹⁸ ACOTMA é a sigla para Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas.

um trabalho em equipe. De fato, àquela altura, o planejamento da PAPESCA e as atividades de campo recaíam quase que exclusivamente nas mãos de Sidney, gerando uma grande sobrecarga física e mental. Sidney propõe ao grupo uma intensificação dos encontros, investindo seu tempo para viabilizar o maior número de interações possíveis⁹⁹.

No dia 13 de outubro Sidney Lianza, através do Blog da PAPESCA, comunicou publicamente que a PAPESCA se encontrava em momento de reflexão crítica. Nos chama a atenção a ênfase dada ao questionamento sobre que papel caberia à PAPESCA, como um programa de extensão de uma universidade pública e das próprias universidades públicas, como entes do Estado, no fortalecimento de organizações sociais democráticas e da democracia participativa.

Também em outubro apresentamos aos representantes do MAI um projeto para a realização de uma sistematização crítica do percurso realizado através da PAPESCA entre 2012 e 2015, cujo objetivo seria obter insumos para realinhar as ações da PAPESCA no território. Este, é um marco para a tentativa de retomada das atividades da PAPESCA no território do Canto de Itaipu.

5.5 Retomada: 1ª sistematização crítica

O processo de retomada das atividades¹⁰⁰ foi organizado em duas frentes de trabalho: manutenção do trabalho do eixo história de vida do Arrasto de Empoderamento, que passaria a ser realizada apenas pela PAPESCA e pelo MAI e a realização da sistematização crítica das atividades realizadas pela PAPESCA no Canto de Itaipu entre 2012 e 2015. Portanto, a suspensão das atividades da PAPESCA no território foi, na verdade, parcial.

Entendíamos que nossa posição de apoio ao MAI em relação à disputa com Seu Chico deveria ser mantida, sobretudo porque havia uma perspectiva de uma relação institucional mais estável com o MAI, por se tratar de outro órgão público. A PAPESCA buscava ter mais governança em suas decisões e ações, logo era importante firmar parcerias que pudessem oferecer uma base para isso.

Por outro lado, passamos a perceber a fragilidade da ALPAPI como organização representativa dos pescadores artesanais do Canto de Itaipu. Não questionamos o seu papel histórico e acreditamos que a entidade se posiciona no “lado certo da balança”, ou seja, em defesa da proteção

⁹⁹ Além de se colocar mais disponível ainda para encontros no Fundão, Sidney foi ao meu encontro em uma manhã, fora da universidade, para conversar sobre a PAPESCA. Naquele momento, minha adesão à PAPESCA era voluntária, pois eu ainda trabalhava e não me encontrava matriculado na UFRJ. Este foi um movimento marcante de Sidney em direção à reconstrução de um coletivo para a PAPESCA. Mas a situação pouco mudou em favor de um fortalecimento do grupo que compunha a PAPESCA.

¹⁰⁰ Este período se comprehende aproximadamente entre novembro de 2015 e abril de 2016.

da população tradicional e contra a especulação imobiliária e a pesca predatória. Contudo, notamos que havia um problema de funcionamento da ALPAPI, seja formal, considerando o atendimento ao estatuto, a manutenção do quadro social, o controle fiscal, seja nas próprias relações sociais e subjetivas que sustentam a organização, que começávamos a perceber. Mas não tínhamos como saber, para a PAPESCA, a ALPAPI sempre esteve fechada¹⁰¹.

Neste período, a PAPESCA também buscou uma aproximação com a FIPERJ, entidade que estava se tornando mais ativa em sua participação no Conselho Deliberativo da RESEX Itaipu e no GT-Monitoramento.

5.5.1 Eixo “História de vida” e relacionamento com o MAI

Como dito anteriormente, a PAPESCA prosseguiu com o planejamento de atividades relacionadas com o eixo história de vida com o MAI. Trabalhar com o tema da história de vida era de especial interesse do MAI, pois era do entendimento dos servidores do Museu que este deveria servir como instrumento para preservação da memória viva da população tradicional do Canto de Itaipu. Este projeto também havia interessado ao técnico da UFRJ e integrante da PAPESCA, Vinícius Branco. Neste sentido, a PAPESCA e o MAI, aproveitando a boa relação institucional que possuíam e a completa governança sobre a organização do trabalho, decidiram manter esta atividade.

Em relação aos atores locais, neste período a PAPESCA deixara de reconhecer a legitimidade da ALPAPI em relação à representação dos pescadores artesanais do Canto de Itaipu e por este motivo, passa a negociar diretamente com integrantes da comunidade do Canto de Itaipu sem se preocupar se eram ou não parte da ALPAPI. A princípio, se buscou manter reuniões envolvendo PAPESCA, MAI e alguns integrantes da comunidade, mas logo a dificuldade de mobilizar estes integrantes fez com que a PAPESCA e o MAI passassem a centralizar o planejamento de modo a produzir uma minuta de proposta de trabalho, que então seria apresentada para os integrantes da comunidade.

A construção da minuta foi realizada com a colaboração de Sidney e Vinícius por parte da PAPESCA. Já pelo MAI estiveram presentes Barbara e Mirela. Um documento foi elaborado contendo um plano de trabalho. Vários fatores dificultaram o início e a fluidez dos trabalhos, dentre os quais destacamos:

¹⁰¹ No início do trabalho da PAPESCA no Canto de Itaipu foi cogitado um apoio para avaliar as condições institucionais da ALPAPI, o estatuto e a regularização frente às exigências legais. Esta atividade nunca seguiu adiante.

- A abertura de um edital interno da UFRJ para fomento de projetos de esporte e cultura, por exemplo, drenou a atenção de parte da equipe, adiando um pouco mais o andamento do projeto;
- A dificuldade encontrada por Vinícius Branco em negociar com o MAI e integrantes da comunidade os desdobramentos do projeto;
- O início de uma parceria com o professor voluntário da UFRJ José Cubero em relação à capacitação em ferramentas multimídias, que também era eixo do Arrasto de Empoderamento, também tirou foco da equipe.

Além dos aspectos assinalados anteriormente, havia uma discordância metodológica. Por parte da PAPESCA enfatizávamos que deveríamos privilegiar a pesquisa-ação e, com isso, dotar a proposta de garantias para a participação dos integrantes da comunidade, que pouco tinham se envolvido nesta atividade. Por outro lado, Mirela e Barbara entendiam que a metodologia poderia seguir por um caminho participativo, mas não da forma como propunha a PAPESCA, ou seja, através da pesquisa-ação.

O impasse produziu desentendimentos na equipe, gerou frustrações e acabou levando o projeto a ser executado exclusivamente por iniciativa própria das servidoras do MAI, que realizaram as entrevistas e a documentação com base em uma metodologia denominada inventário participativo.

5.5.2 Disciplina gestão compartilhada de recursos naturais

Repetindo a longa trajetória da PAPESCA em relação à articulação entre ensino, pesquisa e extensão e visando problematizar os referenciais teóricos adotados pela PAPESCA em seu trabalho de extensão no Canto de Itaipu, como havia se comprometido no projeto de sistematização crítica, Sidney adaptou a ementa da disciplina de mestrado “gestão compartilhada de recursos naturais” para examinar diferentes referenciais teóricos adotados por pesquisadores que trabalham com unidades de conservação, perspectivas inovadoras em trabalhos de extensão e aprofundamento do contexto do Canto de Itaipu.

Foi um curso muito bem organizado e que contou com a participação de pesquisadores externos dentro os quais, destacamos:

- Alba Simon, histórica militante ambientalista, que foi uma das principais lideranças dentro do Estado que viabilizaram a criação da RESEX Itaipu e que estava realizando um pós-doc na UFF. Mediou um ótimo diálogo sobre a histórica das RESEX, em geral, e da RESEX

Itaipu, em particular, aprofundando o papel do Estado na construção de alternativas para mobilização popular;

- Paula Chamy, que é doutora em ambiente e sociedade, com pesquisa relacionada com os pescadores do Canto de Itaipu e atualmente é pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas – NEPAM/UNICAMP. Nos levou a um debate sobre as interações socioecológicas que ela observou no Canto de Itaipu;
- Mary Gasala, professora da Universidade de São Paulo e que tem desenvolvidos trabalhos inovadores de pesquisa e extensão com comunidades de pescadores artesanais. Discutimos algumas metodologias que tem sido experimentadas pela sua equipe de trabalho;
- Luciana Fuzetti, mestre em zoologia com experiência em atividades de pesquisa e extensão no Paraná, na Bahia e no Rio de Janeiro, atualmente servidora da FIPERJ e participante ativa nas reuniões da RESEX Itaipu. Dialogamos sobre a atuação da FIPERJ e sobre os horizontes da RESEX Itaipu.

Além dos debates em sala de aula, organizamos, pela disciplina, uma roda de conversa no Canto de Itaipu com a participação de Paula Chamy que contou com apoio do MAI e com a participação de inúmeros pescadores artesanais.

5.5.3 Sistematização crítica

Enquanto a PAPESCA seguia tentando descortinar novas possibilidades de inserção no território, a sistematização crítica era realizada internamente. O processo durou aproximadamente cinco meses entre o envio da proposta de sistematização para os parceiros do Arrasto de Empoderamento (novembro de 2015) e a realização da atividade devolutiva (abril de 2016).

O início foi marcado pela elaboração de um projeto de sistematização, ainda no mês de outubro, e que foi enviado para consideração do MAI, pescadores artesanais, população tradicional e moradores por mensagem eletrônica. Havia uma perspectiva de encontro para discutir o projeto de sistematização, mas não encontramos evidências de sua realização.

O projeto de sistematização traz uma breve análise da conjuntura que levou a PAPESCA a iniciá-lo e aponta como objetivos (LIANZA, 2015):

- Compreender sucessos e fracassos de unidades de conservação como forma de situar a RESEX Itaipu em um contexto mais amplo;
- Analisar a adequação metodológica frente aos desafios que haviam sido colocados pelo Arrasto de Empoderamento;

- Definir uma linha do tempo hipotética com os momentos-chave da atuação da PAPESCA;
- Construir uma sistematização da linha do tempo.

Uma das primeiras iniciativas da sistematização consistiu na gravação de um vídeo no qual Sidney e Vinícius descreveram as atividades realizadas pela PAPESCA, realizando considerações sobre alguns desafios epistemológicos que encontraram ao longo do processo. A gravação do vídeo foi realizada com a supervisão do professor José Cubero¹⁰².

O passo seguinte consistiu na elaboração de um relatório analítico no qual constava a relação das principais atividades desenvolvidas no Canto de Itaipu (LIANZA, 2016), relação esta que nos servimos plenamente para estruturar esta dissertação. O relatório analítico também serviu de base para uma roda de conversa realizada na comunidade em abril de 2016.

O relatório resgata algumas considerações que haviam sido realizadas no projeto de sistematização (LIANZA, 2015), mostrando que após 5 meses de análises as reflexões realizadas inicialmente, no “calor do momento” ainda se sustentavam. Para nós, o eixo central da sistematização está na compreensão de que a PAPESCA atuou no Canto de Itaipu através de um processo que, por vezes, poderia ser considerado espontâneo, conforme podemos observar no seguinte trecho do relatório:

metaforicamente o programa PAPESCA "navegou ao sabor dos ventos", com momentos de conscientes tomadas de decisão. O programa PAPESCA teria estabelecido um bom convívio com parte da comunidade, mas não estabeleceu critérios de realimentação de seu sistema de atuação que levasse o programa a "surfar" com consciência diante das inevitáveis circunstâncias emergentes do cotidiano ou estruturais. Não conseguiu traçar um desenho hipotético do sistema socioambiental de maneira a poder traçar perspectivas onde pudesse arrojar, com maestria, a sua "prancha". (LIANZA, 2016:2, destaques do autor)

Esta situação é considerada como uma das causas para os conflitos que se sucederam entre a PAPESCA e a ALPAPI:

Adicionalmente, entre setembro e outubro de 2015 ocorreram conflitos abertos na relação dos pescadores ligados à ALPAPI com o Museu de Arqueologia de Itaipu, entre os próprios pescadores e destes com a PAPESCA. Os possíveis motivos e fenômenos que motivaram esses conflitos merecem – e necessariamente deverão ser analisados - pois está em questão os princípios da dialogicidade que é baseada centralmente na confiança. E esta foi quebrada entre a PAPESCA/UFRJ e alguns integrantes de parceiros. (LIANZA, 2016:2)

A atividade devolutiva foi realizada no mês de abril de 2016 e contou com a participação de inúmeros atores locais, incluindo Rose, Chico, Jairo, Dora, Barbara (MAI), Mirela (MAI). A atividade começou com Sidney distribuindo um texto base no qual se apresentavam as análises

¹⁰² Esta gravação ainda não se encontra disponibilizada publicamente, mas temos citado algumas de suas passagens nesta dissertação com a alcunha “Lanza e Silva (2006)”.

realizadas pelos integrantes da PAPESCA em relação ao ciclo 2012-2015. O texto foi lido por Sidney e ao final todos puderam dialogar sobre suas impressões.

Rose expressou o desejo por projetos que possibilitassem a emergência de novas lideranças, destacando a falta de confiança para falar em público como um dos fatores que poderiam ser enfrentadas com apoio da PAPESCA:

Rose: no caso Chico, Jairo, já conseguem se expressar muito bem em reunião, né? E de repente, o que esteja saltando para a gente, é aquela coisa da timidez; de não vai falar, para não falar errado. Não sei... não colocar a palavra certa. Acho que de repente podia fazer um trabalho com o grupo pra criar essa desenvoltura, para poder se apresentar, ter coragem para isso. Às vezes você quer falar, mas fica assim, em dúvida, com medo de falar besteira... vão falar mal de mim... e essa questão é muito importante, até na formação de líderes, como Jairo falou. Acho que vai ajudar e muito a nossa formação. (Rose. Depoimento dado durante devolutiva da PAPESCA realizada em 12/04/2018)

As principais críticas direcionadas à PAPESCA foram realizadas por Seu Chico, que fez questão de destacar que se a PAPESCA se sentia “navegar ao sabor dos ventos”, metáfora utilizada na análise que havia sido distribuída, a ALPAPI, ou ao menos, ele, sempre teve uma direção clara para onde seguir:

Chico: essa coisa de ficar ao sabor do vento, ao sabor da maré, aconteceu porque a gente tinha um plano, a gente tinha uma ideia, os três grupos, no caso, a gente começou com uma ideia junto com os outros dois grupos, ... a gente ficou remando contra os outros dois grupos, que já não queriam ir para o mesmo lado. A gente queria uma coisa, a gente estava pensando... eu, pelo menos, estava pensando uma coisa, fazer uma parceria, porque a ideia era uma parceria, e gente começou a remar mais para o outro lado e os outros dois grupos não queriam remar mais para o nosso lado. Então eu achei que, colocando aqui que o grupo ficou ao sabor do vento...

Sidney: não, só a PAPESCA

Chico: Não tinha entendido isso. Porque nós tínhamos uma ideia, a gente tinha uma direção, eu tinha uma direção. Então aí, eu achei que não estava indo para a mesma direção e eu tire dificuldades. Então aí tem que ancorar. Não pode ficar ao sabor do tempo... por que se ficar ao sabor pode parar na África. Então achei melhor dar uma ancorada para saber que direção a gente ia tomar [...] Numa hora dessa a gente tem que tomar pulso e ter uma direção. Se não a gente vai criar uma situação, a gente vai ficar participando de reunião, como era antigamente, e a gente vai estar ali sendo direcionado por um outro que não tem os interesses parecidos com o nosso. Então, voltando para essa coisa do item 8 [item 6, na verdade], essa coisa da gente ficar... a gente não foi o grupo todo. A gente não estava sem leme. A gente sabia para onde ia. (Sidney Lianza; Seu Chico. Depoimentos dado durante devolutiva da PAPESCA realizada em 12/04/2018)

Seu Chico também destacara o evento relacionado com a retirada da indicação de Rose para trabalhar para a ONG Rare. Para Seu Chico esta decisão desrespeitava uma deliberação da comunidade. Chico não diz que a PAPESCA esteve envolvida na decisão, mas assinala que a decisão foi tomada em uma reunião realizada em Brasília pela ONG em que participaram Sidney, pela PAPESCA e Clarismundo Benfica. Jairo, contudo, discorda e destaca que a decisão sobre a retirada da indicação da Rose não foi tomada em Brasília:

Chico: A reunião que vocês fizeram, você e o Clarismundo, decidindo pela ALPAPI, pelos pescadores do Canto de Itaipu, que a Rose não era a melhor...

Sidney: Eu decidi isso?

Chico: Eu falei o Clarismundo decidiu... E que você estava na reunião com ele quando você decidiu.

Jairo: Ele mudou aqui.

Chico: a proposta mudou lá!

Jairo: não, foi aqui, não foi em Brasília não. Ele mudou quando veio a história do mestrado... Nós trouxemos a proposta para Rose e foi aprovada no Conselho, lembra. Aí depois ele mudou quando surgiu uma história de mestrado aí. E a gente não acatou. (Seu Chico; Sidney Lianza; Jairo. Depoimentos dado durante devolutiva da PAPESCA realizada em 12/04/2018)

Finalmente, destacamos que Seu Chico destaca outro ponto negativo da relação da PAPESCA com os pescadores do Canto de Itaipu, que ocorreu durante a Marejada:

Chico: no ano passado a gente passou dificuldade. A prefeitura, em cima da hora, “roeu corda” [não deu o apoio que haria se comprometido]. A gente estava contando com um grupo da UFRJ, que ficou de trazer, e não trouxe. Mas a gente tava contando. Então a gente relaxou, não é normal a gente relaxar em um evento assim, mas eu também não estava aqui. Dentro do museu, também, o museu disse que ia ceder algumas coisas e na hora também não pode porque não dava, porque faltou verba, mas a gente entende... e também, como eu não estava aqui, não deu para fazer do jeito que a gente estava discutindo pra ser feito.

O que se seguiu à sistematização crítica foi o encerramento do Arrasto de Empoderamento e a busca da PAPESCA por novos interlocutores no território, bem como de novos referenciais teórico-metodológicos, ações que iremos discutir brevemente a seguir.

5.5.4 Acompanhamento da RESEX

Durante período em que reduzimos as atividades do Arrasto de Empoderamento nós mantivemos nossa participação nos encontros da RESEX Itaipu, seja do GT-Monitoramento, que seguia elaborando a minuta do Acordo de Gestão, e do CD RESEX Itaipu. Nós fomos convidados tanto pelo representante da FIPERJ no Conselho, quanto por Jairo.

A equipe do NUFEP, liderado pelo professor Ronaldo Lobão, vinha intensificando sua presença em campo, sobretudo através de um trabalho¹⁰³ que visava subsidiar a defesa jurídica de duas famílias de pescadores artesanais (Jairo e Chico) ameaçadas de despejo.

Neste período, a presença da equipe do NUFEP nas reuniões do GT-Monitoramento era comum, principalmente por estudantes que ficavam mais como observadores. Contudo, por solicitação do Chefe da RESEX e a FIPERJ, Lobão esteve presente em uma reunião do GT no qual realizou algumas críticas ao processo de elaboração da minuta Acordo de Gestão, como por exemplo, o teor de lei que o documento estava adquirindo, a falta de mobilização dos pescadores em torno da

¹⁰³ Trabalho que se ampliou para a produção de uma árvore genealógica de todos membros da comunidade e para um “inventário” histórico-antropológico relacionado com a ocupação daquele território pelas famílias dos pescadores artesanais. Os resultados parciais deste trabalho foram apresentados na 3^a (2017) e 4^a (2018) Marejadas.

construção do documento e a inutilização do CD RESEX Itaipu, que poderia ser aquecido com discussões sobre o Acordo de Gestão, focando em cada encontro, um ou outra arte de pesca. Estas críticas produziram um desânimo no Chefe da RESEX e que acabou levando à realização de um encontro na sala da NUFEP, para o qual também fomos convidados.

Em abril de 2016, um dia após realizarmos a devolutiva da sistematização crítica aos atores locais, nós realizamos um encontro com o professor Ronaldo Lobão e parte de sua equipe, com Alba Simon e com o Chefe da RESEX, Carlos Martins, para dialogarmos sobre a perspectiva do NUFEP em relação ao andamento do Acordo de Gestão. Nesta reunião percebemos com clareza as nossas diferenças de interpretação do processo de elaboração da minuta, sendo a nossa perspectiva legitimadora de uma participação dos pescadores e que validava o documento preparado até então e a do NUFEP como problematizadora do documento, denotando-o como uma lei cuja linguagem não expressava pertencimento e que, além de não servir aos propósitos de gestão relacionadas com fortalecimento da ação coletiva dos pescadores, não havia legitimado o CD RESEX Itaipu.

Ainda que as diferenças estivessem claras e ainda longe de serem adequadamente esclarecidas, Ronaldo Lobão foi convidado para participar como professor convidado na disciplina gestão compartilhada dos recursos naturais. O convite foi inicialmente aceito, mas após uma troca de mensagens eletrônicas entre Lobão e Sidney, o professor da UFF e líder do NUFEP declinou do convite.

Interessante notar que a discussão por via digital havia reforçado novamente a diferença de visão entre os dois pesquisadores e, logo, pelas posturas e práticas observadas nos dois grupos de pesquisa e extensão. Diferença esta que pretendíamos aprofundar e compreender melhor na disciplina de mestrado.

A partir deste momento, nossa participação no acompanhamento do GT-Monitoramento retraiu e nós passamos a frequentar mais esporadicamente os encontros programados pela RESEX Itaipu. Também avaliamos que nossa participação deveria ter uma postura de mais observação do que de intervenção, sobretudo considerando que a presença do NUFEP, representante da UFF no CD RESEX Itaipu, havia se ampliado.

Seguimos com o nosso trabalho tentando compreender o melhor lugar para a inserção da PAPESCA, bem como em seguir com a busca por diferentes referenciais teórico-metodológicos que poderiam fortalecer a prática da PAPESCA.

5.6 (Re)construção: Novos referenciais

Este período que chamamos de (re)construção se inicia junto com a sistematização crítica e se consolida após a devolutiva realizada pela PAPESCA, que foi logo seguida pelo encontro com o NUFEP. Compreende atividades realizadas entre janeiro de 2016 e agosto de 2017.

5.6.1 Acompanhamento da Marejada Cultural

No processo de reconstrução da inserção da PAPESCA no território do Canto de Itaipu destacamos o acompanhamento da 2^a Marejada (2016) e 3^a Marejada (2017).

Na 2^a Marejada a PAPESCA estaria presente, interessada em contribuir para a organização do evento. Além de auxiliar os membros da comunidade, nós pretendíamos contribuir com a produção do evento, incluindo a realização de filmagens e de fotografias, apoio na sistematização de um encontro de pescadores de diferentes unidades de conservação, que seriam convidados pelo Seu Chico, e com a viabilização da participação de uma banda de carimbó no evento.

A nossa participação foi, contudo, se tornando cada vez mais limitada. Não tínhamos facilidade em obter informações sobre a organização do evento e até a última semana havia a possibilidade do mesmo ser cancelado em virtude do tempo. Havia pouca participação de outros pescadores artesanais e membros da comunidade do Canto de Itaipu e nossa interlocução ficou muito prejudicada.

Destaca-se que a 1^a Marejada, realizada um ano antes, foi um evento pensado por diferentes integrantes da comunidade e nem todos alinhados com Seu Chico ou com a ALPAPI. Apesar de ter sido oriunda do desejo de várias pessoas, a organização sempre esteve mais centralizada em Seu Chico. No primeiro ano, outros atores locais apareceram com algum destaque na organização, e com a ausência de Seu Chico no dia do evento, pois estava viajando a trabalho, outros atores tiveram maior protagonismo. Na 2^a edição isto não foi percebido.

A falta de clareza das informações fez com que a PAPESCA decidisse por retirar o apoio da Marejada no que dizia respeito à viabilização da ida da banda de Carimbó. Esta viabilização representava custos altos que seriam divididos entre professores e alunos com bolsas, custos com transporte que não seriam reembolsados caso o evento fosse cancelado. Além deste motivo objetivo, material, também decidimos frear nossa iniciativa de apoio por não concordarmos com a centralização demasiada da organização do evento. Não era nossa competência questionar esta estratégia de organização comunitária, não tínhamos governança para isso, contudo não era nosso interesse reforça-la com algum tipo de apoio institucional. Logo, nossa participação ficou limitada

a uma ida voluntária e a uma observação descompromissada da festa: fomos para nos divertir, por que não?

Mas ao estar lá, percebemos que o evento havia mudado muito em relação ao que tinha ocorrido no ano anterior. Era um evento maior, estabelecido em outro lugar, mais distante da praça de Itaipu que fica entre o Museu e a Colônia de Pescadores Z-07. Havia uma grande estrutura, com tendas, palco, equipamentos de som e de luz. Pelo que percebemos, as barracas de comida eram organizadas por famílias locais de pescadores, mantendo o “espírito” da primeira edição. Interessante notar que Seu Chico, meses antes, tinha um posicionamento sobre a organização da Marejada que indicava que um caminho diferente seria seguido:

Chico: hoje eu só tenho uma preocupação: a marejada. Apesar do financeiro ser negativo, o político foi positivo [em virtude do amplo apoio recebido por políticos e instituições públicas]. Não estou dizendo político partidário, estou dizendo político das coisas que nós fizemos, apresentamos... hoje, se a gente quiser tirar lucro financeiro desta situação, teria até como fazer isso. Mas a gente fez uma reunião da diretoria [da ALPAPI] e a nossa ideia nunca foi tirar lucro. A gente quer fazer alguma coisa dentro do que foi no ano passado. A gente não quer fazer mais do que aquilo.

O que o fez mudar de ideia? Não sabemos!

Outro destaque que fazemos consiste na falta de atividades que denunciassem a situação enfrentada pelos pescadores artesanais e pela população tradicional, incluindo os severos e históricos conflitos socioambientais aos quais se encontram submetidos, algo que constantemente aparece no discurso dos pescadores artesanais. Destacamos que a primeira edição contou com atividades deste tipo, incluindo uma roda de conversa marcante que discutiu a situação do pescador artesanal e que contou com a participação de um número significativo de pescadores e moradores locais. O palco era constantemente utilizado para problematizar a situação dos pescadores artesanais. A RESEX era lembrada e sua importância reforçada, sobretudo com as homenagens feitas a alguns atores externos que contribuíram para que ela fosse possível. Os próprios pescadores comandavam a festa!

A segunda edição da Marejada não chegou perto. Chico falou ao microfone, convidou Lobão para falar e em seguida convidou Jairo. Qualquer tipo de formação ficou condicionada nas tendas da UFF que estavam presentes ao evento. Mas um aspecto distintivo importante entre a primeira e a segunda edições consistiu na presença da logomarca de um parlamentar de Niterói nas costas da camisa oficial do evento.

Em relação à 3^a edição da Marejada, percebemos poucas mudanças em termos de organização e em termos da nossa participação em relação ao que se sucedeu na 2^a edição do evento, mas estivemos presentes.

De todo modo a Marejada foi uma ótima festa, na qual podemos encontrar alguns pescadores e seus familiares, tanto como frequentadores, quanto como trabalhadores, oferecendo ao público a gastronomia riquíssima de frutos do mar existente no Canto de Itaipu.

5.6.2 Espaço Itaipu de Economia Solidária

A ideia da organização de um espaço de comercialização de produtos de artesãos e pequenos produtores rurais, incluindo os pescadores do Canto de Itaipu, começou a se desenvolver no Canto de Itaipu com a participação de Antônio Oscar¹⁰⁴ através do Fórum Estadual de Economia Solidária. Logo, reuniram-se em torno desta proposta a diretora do MAI, Eunice Laroque, e Sidney Lianza. Alguns pescadores estiveram presentes nas primeiras reuniões realizadas no MAI.

A participação da PAPESCA se deu pela longa trajetória de Sidney Lianza com a assessoria a projetos de economia solidária. Sidney propôs que nossa assessoria fosse dada aos integrantes do Fórum, para que este pudesse atuar no território de forma protagonista, sem a mediação direta da universidade. Esta também seria uma estratégia para retirar a PAPESCA da linha de frente em relação às negociações realizadas no território junto aos pescadores artesanais. Caberia ao Fórum e demais parceiros da proposta do Espaço Itaipu realizar as interlocuções necessárias.

A solução encontrada foi realização de oficinas e a reedição da disciplina de extensão Gestão de Projetos Solidários em parceria com o Fórum Estadual de Economia Solidária. A primeira oficina foi realizada no dia 7 de junho com base em um termo de referência proposto inicialmente por Antônio Oscar, revisado por Sidney, pela PAPESCA, e aceito pelos integrantes do Fórum. A proposta da oficina tinha como objetivo construir um plano de trabalho de forma participativa entre os participantes.

Nos encontros no Canto de Itaipu e ao longo do curso GPS foi sendo amadurecida a criação do Espaço Itaipu de Economia Solidária, que serviria como um lugar de construção de novas relações econômicas e culturais entre produtores e consumidores. A inauguração do Espaço Itaipu ocorreu no dia 10 de setembro de 2016.

Ao longo dos encontros subsequentes, a maioria deles frequentado pelo Vinícius, foi-se notando uma divergência em relação ao andamento do processo de construção da feira. De um lado a PAPESCA recomendava um processo participativo, engajando os feirantes no processo de gestão

¹⁰⁴ Como dito anteriormente, Antônio Oscar é técnico da UFRJ e integrante do SOLTEC.

do Espaço. Do outro lado, os representantes do Fórum tinham interesse em realizar o Espaço, mesmo pendente de um engajamento dos feirantes em um primeiro momento.

Refletindo sobre o tipo de assessoria que poderíamos oferecer ao Fórum sem que nós caíssemos em uma contradição entre a nossa convicção teórico-metodológica e a prática, optamos por concentrar a assessoria através da retomada da disciplina GPS. Esta foi uma decisão que trouxe muita animação para Sidney e para Vinícius, que gradualmente foi assumindo a atribuição de acompanhar, em campo, o andamento da construção da proposta que se debatia no curso GPS. Conjuntamente com a disciplina, foi organizada uma coordenação envolvendo a PAPESCA e o Fórum.

Contudo, com o passar do tempo, os integrantes do Fórum passaram a ficar desconfortáveis com a proposta da pesquisa-ação e, por vezes, se posicionaram como tendo suas expectativas frustradas em relação ao apoio oferecido por nós, uma vez que esperavam um tipo de assessoria diferente, mais objetivo e menos processual. As diferenças foram se tornando cada vez maiores até o momento em que foi percebido que seria impossível continuar por discordância metodológica. Assim, a PAPESCA se afastou do projeto Espaço Itaipu Economia Solidária, que persiste até os dias atuais com contribuição do Fórum e participação chave da diretora do MAI, Eunice Laroque.

5.6.3 Pesquisa-ação, educação popular e engenharia

O movimento em direção à problematização do referencial teórico-metodológico historicamente empregado pela PAPESCA, a pesquisa-ação, começou efetivamente a ser realizado em junho de 2016. Um fator adicional que nos motivou foi a possibilidade de participarmos da conferência sobre pesquisa-ação que estava programada para ser realizada em Cartagena, na Colômbia em 2017¹⁰⁵.

Antes de Cartagena, contudo, Sidney participou do evento: “Innovaciones curriculares en los procesos de enseñanza y aprendizaje en las diferentes áreas de formación en ingeniería”, na Universidade de Antioquia, em Medellín, em junho de 2016. A participação de Sidney foi viabilizada através de articulações feitas por Felipe Addor, que havia estado na Colômbia em 2016 como professor visitante.

A partir da relação estabelecida com o professor Jaime, anfitrião da Universidade de Antioquia, Sidney se aproximou de um grupo de pesquisadores preocupados em transformar o ensino e a

¹⁰⁵ A conferência passou a ser denominada por 1ª Assembleia Global para a Democratização do Conhecimento.

prática da engenharia. O primeiro encontro se deu ainda em Medellin, o segundo em Florianópolis, durante o 13º Encontro Nacional de Engenharia para o Desenvolvimento Social (ENEDS), realizado em agosto de 2016. Nesse momento, Sidney já aventava a oportunidade de contribuir para a criação de uma Rede de Engenharia e Desenvolvimento Social na América Latina.

O terceiro encontro ocorreu novamente na Colômbia, entre 6 e 19 de novembro, mas na cidade de Bogotá. Sidney foi a convite das Faculdades de engenharia da Universidade de Los Andes e da Universidade Nacional com as seguintes metas: 1- diálogo com pesquisadores e dedicação à redação sobre "comunidades de aprendizagem" em Itaipu à luz de experiências inspiradas em Orlando Fals Borda; 2- intercâmbio sobre formação em tecnologia e desenvolvimento social; 3- preparação da oficina sobre tecnologia (engenharia) e pesquisa-ação a ser realizado em junho de 2017, em Cartagena.

O quarto e quinto encontros ocorreram respectivamente em Bogotá, em junho de 2017, quando Sidney ministrou aulas na Faculdade de Engenharia da Universidade Nacional da Colômbia - IX Cátedra sobre Formação Humana na Engenharia, e na 14ª edição do ENEDS, que ocorreu na cidade de Itajubá, em outubro de 2017.

Destacamos que ao longo de 2017 Sidney contribuiu para a formação de um grupo de estudos com o tema Pesquisa-Ação, Educação Popular e Engenharia, que viabilizou o aprofundamento da análise dos referenciais teóricos-metodológicos que estavam sendo absorvidos por Sidney e contribuiu para o planejamento, preparação e realização do curso de mestrado com este mesmo tema.

Os avanços teóricos e metodológicos eram compartilhados frequentemente nas reuniões da PAPESCA, assim como as produções acadêmicas realizadas, os planejamentos de atividades e informes gerais.

O ápice desta articulação ocorreu em 2017 com a organização da disciplina de mestrado Pesquisa-ação, educação popular e engenharia, aprovado pelo conselho do NIDES. Esta disciplina foi planejada e executada em parceria com professores da Universidade de Los Andes. A disciplina marcou a profunda análise crítica feita pela PAPESCA em relação ao seu referencial teórico-metodológico. Neste sentido, passaram a ser incorporados como pesquisas de referência os trabalhos desenvolvidos por Paulo Freire e por Orlando Falso Borda.

Os germes para a criação da rede latino-americana de engenharia para o desenvolvimento social foram plantados e continuam prosperando em novas articulações e parcerias estabelecidas atualmente pelo SOLTEC.

5.6.4 Projetos diversos e dispersos

Entre 2016 e 2017 inúmeros projetos foram discutidos e planejados, alguns executados outros deixados de lado. Consideramos importante indicar estes projetos, pois evidenciam a busca realizada pela PAPESCA para conseguir encontrar bases de sustentação para a manutenção de suas atividades de extensão no Canto de Itaipu. Destacamos também que a PAPESCA sempre buscou um caminhar pela interdisciplinaridade, fazendo convergir no programa projetos de diferentes origens acadêmicas.

Acreditamos também que o volume de atividades pode representar uma dispersão do foco de atuação da PAPESCA, que seria a promoção de iniciativas de empoderamento comunitário para a gestão compartilhada de recursos naturais no Canto de Itaipu. Talvez um elemento a mais que tenha contribuído para o processo de (re)construção de novos referenciais.

- Projeto de fontes alternativas de energia para a comunidade do Morro das Andorinhas, em parceria com o LAFAE¹⁰⁶ e o Etnodesenvolvimento – Proposta apresentada, mas o projeto não chegou a ser realizado (2016);
- Projeto de regularização de embarcações pesqueiras, articulado no território com Tripa e Maurinho, e academicamente com estudantes de graduação e professor do NUPEM/UFRJ – Projeto foi realizado, mas não foi executado (2016);
- Projeto de demonstração de embarcação artesanal construída em fibra, articulada junto ao professor Ronaldo – Proposta foi apresentada, mas nem projeto, nem a ação foram realizados;
- Projeto de elaboração de um vídeo sobre a trajetória da PAPESCA em Itaipu – Projeto realizado e ação realizada parcialmente em 2016;
- Participação na reunião de articulação da CONFREM – Realizado em 2016;
- Participação no congresso do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) – Realizado em 2016;
- Projeto de parceria com o Etnodesenvolvimento – Termo de colaboração elaborado, mas não se desenvolveram ações concretas;

¹⁰⁶ Laboratório de Fontes Alternativas de Energia (Departamento de Engenharia Elétrica).

- Projeto de elaboração de um vídeo sobre o Museu de Arqueologia de Itaipu, em parceria com o MAI – Projeto e ação realizados em 2017;
- Projeto de elaboração de um documentário no Canto de Itaipu através da metodologia “vídeo participativo”, articulado no território com membros da AMAITA (Jorge e “Tetéu”) – realizado parcialmente em 2017;
- Projeto de assessoria aos pescadores artesanais em relação à compensação ambiental proveniente de impactos ambientais irreversíveis gerados pela instalação de um gasoduto da Petrobras, articulado no território com Jairo – realizado parcialmente em 2017;
- Projeto de diagnóstico e educação sobre saúde do trabalhador e intoxicação com animais marinhos, articulado com o Centro de Informações Toxicológicas (CIT) – realizado entre 2017 e 2018;
- Projeto de intercâmbio de pescadores de Paraty e Itaipu, em parceria com ICMBio – Projeto apresentado em 2016, mas que só foi elaborado e executado em 2018.

5.7 Retração: A PAPESCA sob nova coordenação

Em agosto de 2017, Sidney decide concretizar o seu projeto de aposentadoria. Esta era uma ideia que já vinha sendo cogitada há algum tempo e que não pegou ninguém de surpresa. Havia uma conversa sobre o legado da PAPESCA já há alguns meses. Mesmo cientes desta possibilidade, a saída de Sidney provocou muitas oscilações no andamento das atividades que havíamos previsto para o ciclo 2017/2018 e nos trouxe reflexões adicionais sobre a organização do grupo.

Neste item, iremos analisar um período de aproximadamente um ano, dando alguns passos para trás quando acharmos necessário. Destacamos que os marcos deste período consistem: inicialmente no planejamento e execução das atividades previstas pela PAPESCA para o edital PROFAEx 2017/2018, que contou com a participação de Sidney, e finalmente no planejamento do PROFAEx 2018/2019, que já foi realizado sem a participação de Sidney.

5.7.1 Planejamento e execução do PROFAEx 2017/2018

O ano de 2017 se iniciou sob os efeitos do aprofundamento do debate sobre os referenciais teórico-metodológicos que marcaram o ano anterior. Logo no mês de fevereiro, Sidney iniciou uma articulação para realizarmos uma viagem para conhecer a Escola Nacional Florestan Fernandes, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A viagem foi realizada em abril, logo depois de enviarmos nossa proposta para o edital PROFAEx 2017/2018.

Desde o início da elaboração da proposta, Sidney havia deixado claro que esta atividade não seria uma prioridade em sua agenda, mas que estaria disposto a ajudar. Ao longo do processo, também fomos amadurecendo a saída de Sidney como coordenador e a entrada de Vinícius em seu lugar. Também criamos um coletivo gestor para organizar e relatar a proposta, sendo este coletivo composto por dois estudantes de mestrado e duas estudantes de graduação.

A proposta do programa PAPESCA ganhou muito corpo em virtude das articulações que estavam sendo feitas por Sidney. Ao final, tínhamos um programa complexo tanto para execução, quanto para monitoramento. O programa apresentou os seguintes eixos:

- Parceria com o Centro de Informações Toxicológicas (CIT), coordenado pelo professor Ricardo Igreja, com o qual desenvolveríamos atividades relacionadas com a saúde do trabalhador e também de intoxicação por animais marinhos;
- Parceria com o professor Ricardo Mello para desenvolver um projeto de educação de jovens e adultos com o tema de desenvolvimento local socioambiental;
- Parceria com o professor Ernesto Lleras para realização de um curso especial do NIDES no programa de mestrado em tecnologia para o desenvolvimento social;
- Fortalecimento da linha metodológica de vídeo participativo, sob orientação de Vinícius;
- Articulação de estudantes que estavam trabalhando em diferentes unidades de conservação de modo a realizar uma atividade de integração que buscassem capturar oportunidades de aprendizagem em conselhos gestores (consultivos ou deliberativos);
- Manutenção da assessoria aos pescadores no que tange à execução do plano de compensação ambiental que estava sendo executado sob responsabilidade da Petrobras;
- Parceria com o pesquisador Rodrigo Erdmann para realizar uma devolutiva sobre sua dissertação de mestrado, recentemente defendida.

O resultado só saiu um mês após o envio da proposta. Fomos aprovados com nota máxima, conseguindo todas as bolsas que havíamos solicitado¹⁰⁷. Entretanto, já percebíamos que teríamos dificuldades para executá-lo como proposto e isto foi confirmado. Mas estávamos motivados e dispostos a encarar o desafio, fato que consideramos bem representado pela mensagem eletrônica enviada por Sidney:

Aliás, a reunião de ontem pela manhã - Milena, Marina, Maycon, Yuri, Paula, Vitinho, Ricardo Igreja, Ricardo Mello, Ana Paula, Moana - foi emocionante e mostrou-se o que estamos refletindo [...] A PAPESCA está nas mãos do coletivo. Foi criado o grupo gestor do projeto - Milena, Marina, Paula

¹⁰⁷ Eu fui contemplado com um bolsa de R\$1.200,00, a única bolsa para pós-graduando que foi disponibilizada para o SOLTEC.

e Davi [...] Uma coisa tem de ficar claro, eu não saí e nem vou sair da PAPESCA, eu decidi sair da coordenação da PAPESCA, estou junto com vocês (Sidney Lianza, mensagem enviada em 4 de abril de 2017)

Iniciamos a execução com uma reunião de todos os envolvidos nos diferentes projetos propostos para a PAPESCA. Tínhamos como expectativa alinhar as intenções, definir prioridades, organizar a agenda de trabalho, além de outras ações voltadas para proporcionar à PAPESCA maior governança de suas ações.

Para começar, Sidney destacou que antes de irmos para campo era adequado e desejável que tivéssemos um entendimento comum sobre o objetivo da PAPESCA para o território. Para tentar responder esta questão, decidimos realizar uma reflexão sobre a história da PAPESCA no Canto de Itaipu, atividade que fiquei responsável por mediar.

A reflexão sobre a história da PAPESCA no Canto de Itaipu e que resultou em uma linha do tempo foi muito esclarecedora e contribuiu para organizar nosso entendimento sobre o território, sobre os atores sociais com quem havíamos nos relacionado e sobre as condições com que as relações de confiança foram sendo amadurecidas, conquistadas e depois perdidas.

Até este momento a inserção no Canto de Itaipu se limitava a reuniões pontuais com a diretora do MAI, que nos cobrava por não estarmos tão atuantes como antes, as atividades de assessoria relacionada com a compensação ambiental da Petrobras e o acompanhamento das reuniões do CD RESEX Itaipu. A RipeR¹⁰⁸ também vinha intensificando sua atuação no Canto de Itaipu, em projeto articulado com a PAPESCA através do SOLTEC.

Em agosto, Sidney decidiu se afastar totalmente das atividades da PAPESCA. Importante destacar que se Sidney não era mais o coordenador, na prática, do programa, ele ainda exercia uma importante função de mobilização e aglutinação dos envolvidos. Capacidade que nenhum de nós tínhamos. Como resultado, o programa se fragmentou bastante. Tínhamos uma agenda de encontros quinzenais que nem todos conseguiam frequentar.

Foi difícil organizar a primeira ida coordenada à campo, mas ela ocorreu em 22 de agosto de 2017, quase 4 meses após a obtenção do resultado do PROFAEx. A reunião foi realizada no MAI e contou com a presença de um número limitado de atores locais: Jairo, Eunice e duas moradoras de Itaipu (do bairro) que estavam interessadas em compreender o projeto de gestão de resíduos sólidos que iria ser realizado pela RipeR.

¹⁰⁸ Rede de Informação e Pesquisa em Resíduos Sólidos (RipeR) é um projeto do SOLTEC.

Tínhamos adotado como estratégia que os projetos atuariam com autonomia a partir dali, realizando integrações nas reuniões de integração, que chamávamos orientação dialógica. A PAPESCA assumiu o papel de articulador de campo, estando em contato mais frequente com os atores locais e buscando mantê-los informados sobre as ações que estavam sendo realizadas no território. Neste processo, recebemos inúmeras críticas sobre este assunto, pois embora fosse realizado este esforço, ele não era suficiente. Havia descoordenação em relação à atuação em campo e muita dificuldade para cumprir com os objetivos assumidos.

Em meio àquela situação, fomos atravessados por uma demanda popular relacionada com a votação do Plano Diretor de Niterói, cujas definições ampliavam as possibilidades de pressão aos pescadores do Canto de Itaipu relacionadas com a especulação imobiliária e a degradação ambiental da Lagoa de Itaipu. Buscamos participar das mobilizações, contribuindo pontualmente em algumas atividades que estavam sendo propostas por um emergente movimento social chamado Lagoa para Sempre.

A participação da PAPESCA era importante, talvez necessária, do ponto de vista de um programa que já não apresentava a mesma profundidade de inserção social. Era, talvez, uma oportunidade de identificar novos atores e aproveitar uma mobilização autenticamente comunitária para agir em direção aos objetivos da PAPESCA: gestão compartilhada dos recursos naturais. Mas não conseguimos. Como no passado recente, estava claro que não tínhamos governança nenhuma e que “navegávamos ao sabor das marés”.

A PAPESCA se mostrava muito frágil em relação ao seu coletivo. Como não nos reuníamos, não tínhamos como avaliar as nossas estratégias de ação. O projeto de vídeo participativo, que seria uma estratégia consciente de mobilização e de pesquisa-ação, não vigorou. Foram realizadas algumas reuniões, mas que não geraram os resultados esperados.

O trabalho desempenhado pelo CIT seguia em um ritmo autônomo, muito desconectado da PAPESCA. Tínhamos muita dificuldade para entender o andamento das ações que haviam sido propostas por eles, muito embora sabíamos que estavam acontecendo. E tínhamos a desconfiança que a recíproca era verdadeira, ou seja, eles pouco sabiam das nossas atividades.

Com todas estas dificuldades a PAPESCA avançou no que pode e iniciou o ano de 2018 muito preocupada com a sua continuidade. Em fevereiro, dois meses antes do que esperávamos, foi lançado o edital PROFAEx 2018/2019 e lá fomos nós refletir sobre a continuidade ou não do programa.

5.7.2 Planejamento do PROFAEx 2018/2019

O desgoverno da PAPESCA em 2017 trouxe inúmeras questões sobre a continuidade ou não do programa em 2018. Tínhamos, evidentemente, compromissos a cumprir. Com muito atraso íamos respondendo às algumas das tarefas que havíamos assumido no edital do ano anterior. Mas em 20 de fevereiro, dois meses antes do que esperávamos, fomos surpreendidos com a chamada do edital PROFAEx 2018/2019.

Já sem a participação de Sidney, e com a colaboração do professor Ricardo Mello e de Vinícius, optamos em aproximar a gestão da PAPESCA do SOLTEC, de modo que a coordenação executiva do SOLTEC pudesse “enxergar” o planejamento proposto, opinando, sobretudo, em relação a exageros ou aos “delírios de grandeza” que em geral acomete a algumas pessoas¹⁰⁹.

O desafio, portanto, foi pensar uma proposta exequível, de maior governança e que pudesse ser acompanhada pelo SOLTEC.

A proposta foi enviada em meio a uma grande dificuldade para obter as cartas de apoio, mas que vieram e, ao final, conseguimos mais uma vez nota máxima, mas não conseguimos todas as bolsas solicitadas em virtude das restrições orçamentárias da UFRJ.

A virtude do trabalho realizado está na possibilidade de planejar e articular modestamente um programa que vive ainda à sombra da atuação histórica de seu criador e coordenador. Mas a PAPESCA não teve um ganho coletivo. Seu núcleo gestor continua fragmentado e dependente da iniciativa de poucas pessoas.

A PAPESCA segue seu caminho, por pelo menos mais um ano. Entretanto, diante das perspectivas nos questionamos o que fazer a partir daí. Terá chegado a hora de concluir as atividades no Canto de Itaipu? Da PAPESCA, como um todo? Pretendemos, nas nossas considerações finais, apresentar algumas perspectivas para o futuro da PAPESCA.

¹⁰⁹ Eu sou uma delas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos estas considerações finais com a seguinte pergunta: como a práxis da PAPESCA contribuiu para as transformações das relações de poder no Canto de Itaipu de modo a gerar o almejado empoderamento dos atores locais para participarem de forma protagonista na gestão da RESEX Itaipu?

Para tentar responder esta pergunta, partiremos de algumas considerações sobre o contexto social local no qual nos inserimos, para em seguida problematizar as possíveis transformações que alcançamos do trabalho que foi negociado e desenvolvido junto aos pescadores artesanais, população tradicional e moradores da comunidade do Canto de Itaipu.

O primeiro ponto que acreditamos ser essencial debater é a ideia de comunidade. Como vimos, o Canto de Itaipu é um território marcado por inúmeras disputas, conflitos e contradições. Mostramos nesta dissertação que, historicamente, a comunidade do Canto de Itaipu sempre apresentou uma heterogeneidade, envolvendo distribuições assimétricas de poder e influência entre seus membros, de participação das decisões relativas à organização do território e, sobretudo, da pesca, na representação política dos pescadores e moradores. Estas diferenças eram proporcionadas por diferentes fatores, tais como o poder econômico (ser patrão de pesca ou não), experiência acumulada na pesca (ser mestre ou não), diferentes tipos de pesca praticado (ser de arrastão ou não), por questões relativas ao gênero, pelo pertencimento ao território (ser nascido em Itaipu ou não). Com o passar dos anos, novas tensões emergiram com destaque para as questões relativas à representação política institucionalizada e que tem na ALPAPI e na Colônia os polos nesta disputa.

A bibliografia consultada somada às nossas próprias observações nos levam a identificar o sentimento de pertencimento ao território como categoria central que separa os “de fora” dos “de dentro”. A unidade em torno desta categoria supera a de outras, como classe trabalhadora ou classe popular, por exemplo. O sentimento de pertencimento, por sua vez, tem sido apropriado através de uma categoria forjada externamente à comunidade, a categoria tradicional. Seu uso se tornou frequente a partir do momento que a legislação brasileira passou a reconhecer que as populações tradicionais são detentoras de direitos especiais.

Em relação à práxis da PAPESCA, destacamos que a categoria tradicional foi por nós constantemente reforçada, mas nunca foi um critério de corte entre quem estava ou não habilitado a participar das atividades que eram realizadas. De todo modo, isto não nos furtou em sermos

surpreendidos com as contradições que a adoção essencialista da categoria tradicional foi capaz de produzir.

Em 2015, a PAPESCA foi informada por um pescador local, Gabriel Sommer, sobre o risco de despejo de quatro famílias que viviam na praia do Sossego, cuja parte marinha se encontra inserida na RESEX. Estas famílias viviam ali naquele território há pelo menos 40 anos e obtinham da pesca na área da RESEX parte de sua renda. A PAPESCA tentou mobilizar os pescadores do Canto de Itaipu para contribuírem em uma mobilização em favor da permanência daquelas famílias no âmbito do coletivo do “Arrasto de Empoderamento”. A proposta da PAPESCA foi refutada por duas lideranças que argumentaram que pescadores da praia do Sossego não eram tradicionais¹¹⁰.

O posicionamento destas lideranças nos parece contraditório com outra atitude tomada por ocasião da criação do conselho deliberativo da RESEX. Segundo Sidney Lianza, que esteve presente neste acontecimento, durante as discussões relacionadas com a composição do Conselho Deliberativo discutiu-se a possibilidade da inclusão de um pescador de Itaipuaçu como representante da arte de pesca de linha de mão. Havia um entendimento antigo de que os pescadores de Itaipuaçu deveriam ser incluídos nas discussões da RESEX, como chama a atenção o trabalho de Juliana Latine, realizado em 2006. Este entendimento permaneceu e a decisão por manter a indicação do pescador de Itaipuaçu foi sustentada por todos os presentes. Para Sidney foi uma demonstração de convergência e solidariedade entre pescadores do Canto de Itaipu.

A práxis da PAPESCA, inspirada na pesquisa-ação, contudo, não se atém às pessoas como objetos de transformação, mas aos problemas enfrentados pelas pessoas. A transformação das pessoas se dá no processo de transformação da realidade, dos problemas concretos. Se olharmos para o grupo que se reunia frequentemente percebemos que havia de todos um pouco: pescadores de diferentes modalidades de pesca; pescadores tradicionais e não tradicionais; trabalhadores de diferentes setores além da pesca; homens e mulheres (muitas mulheres inclusive); por algum tempo diferentes gerações; servidores públicos do MAI. Talvez devêssemos ter problematizado criticamente junto aos participantes os riscos que envolvem adotar categorias identitárias quando elas ossificam vínculos sociais e essencializam minorias como se fossem grupos homogêneos. Talvez teríamos fortalecido a ideia de que as identidades também podem segregar, gerando mais injustiças em uma condição já fragilizada socialmente e economicamente. Talvez tivéssemos conseguido aprofundar

¹¹⁰ O NUFEP/UFF apoiou a comunidade, elaborando um laudo antropológico e oferecendo assessoria jurídica, mas isto não foi suficiente para evitar que duas das três casas fossem demolidas. Hoje três famílias continuam vivendo na casa restante.

a ideia de solidariedade e de que ninguém transforma ninguém, ninguém se transforma sozinho, todos se transformam em comunhão.

Trazendo o foco para a RESEX Marinha de Itaipu, destacamos ao longo desta dissertação que esta política pública contradiz com os projetos hegemônicos de desenvolvimento econômico para a região metropolitana do Rio de Janeiro e em especial para Niterói. A manutenção de uma ocupação popular e de uma atividade produtiva periférica em um lugar tão cobiçado pela especulação imobiliária se deu através de um esforço coletivo do qual participaram pescadores artesanais, população tradicional, moradores e comerciantes do Canto de Itaipu e ambientalistas de Niterói. Destacamos, contudo, a rede formada por relações estabelecidas entre os atores locais e os governamentais das três esferas de governo.

Da esfera federal, destaca-se a atuação de longa duração da UFF, com seus projetos de pesquisa e extensão liderados pelos professores e antropólogos Roberto Kant de Lima, Ronaldo Lobão e pelo professor e biólogo Cassiano Monteiro Neto¹¹¹. Outra instituição federal importante e que está “fincada” no território consiste no Museu de Arqueologia de Itaipu. Durante a presença da PAPESCA no Canto de Itaipu, o MAI, sob direção, primeiro de Pedro Heringer e em seguida por Eunice Laroque, demonstrou ser um espaço de referência para a promoção de iniciativas que visam fortalecer os pescadores artesanais e a população tradicional e não tradicional de Canto de Itaipu.

Da esfera estadual, destacamos a participação da SEA e INEA, sobretudo a partir da atuação de Alba Simon, histórica militante ambientalista de Niterói e que, como gestora pública, se comprometeu com a criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. Seu conhecimento sobre o território e sobre as tensões ali existentes, sua legitimidade entre os pescadores artesanais foram elementos chave para que o processo conseguisse ser concluído após 17 anos de luta. Ainda entre as instituições estaduais destacamos a FIPERJ, que inicialmente se posicionava contrária à criação da RESEX, hoje se coloca com um importante aliado. Ademais, tem demonstrado a partir do trabalho de seus servidores, Luciana Fuzetti e Thiago Modesto, um comprometimento com os pescadores que potencializam o papel institucional da FIPERJ¹¹².

¹¹¹ Destacamos que a ação da UFF no Canto de Itaipu não se restringe aos trabalhos liderados por estes pesquisadores.

¹¹² Realizamos dois destaques entre muitos para exemplificar o que queremos dizer: a FIPERJ contribuiu para esclarecer uma situação em que um pescador tradicional do Canto de Itaipu foi injustamente preso acusado de pescar de forma predatória. Outro caso consistiu no apoio dado aos pescadores de Piritininga na elaboração de um documento técnico que respaldasse a inclusão desta comunidade no Plano de Compensação Ambiental que já estava sendo executado juntos aos pescadores do Canto de Itaipu.

Na esfera municipal, destacamos a atuação de vereadores que conseguiram aprovar uma lei municipal que realizou o tombamento da pesca artesanal tradicional do Canto de Itaipu como patrimônio imaterial da cidade. A prefeitura, através de diferentes órgãos, tem dado recursos para a realização da Marejada, evento que contribui para o fortalecimento do protagonismo comunitário. E a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade de Niterói também tem mantido uma posição de apoio à RESEX, garantindo presença frequente de um representante nas reuniões do Conselho Deliberativo e dos grupos de trabalho que já foram criados.

Como dissemos, a PAPESCA se inseriu neste processo visando contribuir para o empoderamento da população tradicional de modo que esta tivesse protagonismo no processo de gestão da RESEX. Nosso trabalho foi motivado pelas possibilidades que são dadas por este tipo de unidade de conservação, pois para ser criada depende do protagonismo da população que se percebe como detentora de direito. A participação então prossegue com a criação do conselho deliberativo, que concede a população beneficiária o direito de decidir sobre o funcionamento da unidade de conservação.

A necessidade de protagonismo comunitário, portanto, não foi levada pela PAPESCA, ela já estava colocada no território pela RESEX. Simon (2015) destaca que o processo derradeiro que levou à criação da RESEX se iniciou com uma demanda de pescadores que possuíam “fortes ligações com a ALPAPI” e foi legalmente assumida pela SEA/INEA. Mas Simon (2015) faz outro importante destaque: a SEA, que coordenou a criação da RESEX, como forma de superar os conflitos internos entre ALPAPI e Colônia que haviam minado tentativas anteriores de criação, tratou o processo como política de governo. Deste modo, a criação da RESEX deixava de ser uma demanda exclusiva da ALPAPI. Como os pescadores artesanais perceberam esta decisão? Será que foram capazes de compreender a tática da SEA ou será que reforçaram a relação de tutela que vem sendo mantida com o Estado?

Hoje percebemos que o protagonismo e a participação em âmbito da comunidade se limita bastante a alguns poucos atores locais. Há uma tensão que relaciona lideranças consolidadas ou emergentes no Canto de Itaipu e que se posicionam em favor (seguidoras ao presidente da ALPAPI) e contra a RESEX (seguidoras à atual gestão da Colônia). Assim como uma tensão entre estas lideranças e uma maioria de pescadores e moradores que se mantêm apartados de uma participação protagonista, reforçando a exigência por tutela do Estado. Muitos destes pescadores, não estão alheios as disputas entre Colônia e ALPAPI. Pudemos perceber em campo que há, por exemplo, uma percepção comum no Canto de Itaipu de que a rivalidade entre as duas entidades restringe as

possibilidades de desenvolvimento do território, mas ao mesmo tempo se sentem incapazes de produzir alguma mudança.

A inserção da PAPESCA foi realizada com a consciência crítica de que poderíamos reproduzir através da universidade esta histórica relação de tutela. Logo, foi uma preocupação permanente a ênfase dada à necessidade de negociação das atividades que eram propostas pela PAPESCA. A possibilidade de negociar foi percebida pelos participantes e logo apropriada.

Olhando para trás é interessante notar como o grupo que participou do coletivo “Arrasto de Empoderamento” falava, ouvia, debatia, resolia, escolhia, comparava e decidia junto com a PAPESCA. Estas pessoas deram-se conta de sua responsabilidade ética perante à experiência vital que optaram por participar e passaram a perceber que elas possuíam a potência para transformar a realidade em que se inseriam. Desta experiência dizemos que se formou uma *comunidade de aprendizagem*. Como ela se formou?

Digo que o início de tudo estava em centrado nos desejos de Sidney Lianza, que com suas lembranças do “Jardim da Saúde” e suas experiências com a PAPESCA em Macaé e na Baía de Ilha Grande, em que a PAPESCA só ia lá pra ver, mas não ia viver, limitando o exercício de ver com os olhos de outros, abriu seus olhos para as potencialidades que o Canto de Itaipu oferecia para avançar nesta direção estratégica do SOLTEC. Os passos seguintes foram dados contando com a importante parceria do Museu de Arqueologia de Itaipu. E com os atores locais, pescadores e moradores, a PAPESCA praticou intensivamente, o diálogo, a humildade, o amor e a fé pelos seres humanos e pelo mundo (FREIRE, 1987):

- O amor pelos humanos e pelo mundo como fundamento do diálogo e também em diálogo, sob pena de tornar-se uma patologia social. É o comprometimento com a causa dos oprimidos pela sua libertação, um compromisso que deve ser dialógico.
- A humildade como uma constatação de que não há sábios absolutos e ignorantes absolutos. Todos são capazes de pronunciar o mundo e isto deve ocorrer através de um processo que não cria hierarquias ou novas formas de opressão.
- A fé nos seres humanos como ato crítico e consciente de que todos possuímos o poder de criar, de transformar, de fazer. Uma rejeição de qualquer tipo de atitude paternalista.

Mas este tipo de atitude e comprometimento ético necessita de tempo e disponibilidade para que se amadureça e se torne recíproco entre todos e não apenas entre eles e nós, pois nesta única direção

encontraríamos os dilemas de uma ação tutelada. O fim do Arrasto de Empoderamento resultou na dissolução do grupo que se reunia no MAI às terças-feiras à tarde.

Mas o que levou ao término do coletivo Arrasto de Empoderamento? Em primeiro lugar o enfrentamento com o *status quo* em todas as direções possíveis (redução de investimentos públicos, refluxo de estudantes; indisposições com lideranças locais, etc.). Em segundo lugar a dificuldade para enfrentar as resistências locais, colocadas por projetos e ideologias distintas da PAPESCA, mas que também se relacionam com um desejo de melhoria da qualidade de vida dos pescadores artesanais e da população tradicional do Canto de Itaipu. A entrada da PAPESCA neste território mexeu no balanço das forças que estrutura o tecido social do Canto de Itaipu, uma vez que, como apresentamos ao longo desta dissertação, foram criadas condições para que diferentes atores sociais locais assumissem maior protagonismo nas ações realizadas no Canto de Itaipu.

Em relação à inserção no Canto de Itaipu considero que a PAPESCA conseguiu realizar experimentos de utopia na comunidade e por determinado tempo ser uma força capaz de influenciar as atitudes e comportamentos de atores locais. A atuação da PAPESCA está na lembrança das pessoas que participaram ativamente das atividades que foram desenvolvidas no território e é inegável o desejo entre alguns deles de que o programa voltasse a ser realizado como antes.

Gostaríamos de trazer para estas considerações finais outra questão: a práxis da PAPESCA demonstra um compromisso ético de ensino, pesquisa e extensão que lhe coloca no campo da pesquisa militante?

A práxis da PAPESCA se estabeleceu em contextos, no mínimo, ambíguos entre uma ação rigorosamente institucional e uma ação subversiva em relação às expectativas que o campo científico hegemônico da formação de engenheiros possui sobre a prática científica ou sobre a produção do conhecimento tecnológico. A escolha em enfatizar a extensão, em problematizá-la a partir de referenciais dialógicos, por colocar a transformação social como objetivo do trabalho a ser realizado, por não hierarquizar alunos, técnicos e professores, por promover parcerias com grupos sociais vulneráveis ou com movimentos sociais, por não hierarquizar saberes, são pistas que mostram possibilidades diferentes de atuar através da universidade.

A experiência latino-americana apresenta um conjunto diversificado de iniciativas que buscaram promover uma ciência voltada para a transformação social: pedagogia do oprimido, investigação-

ação; pesquisa-ação participativa, entre outras. Bringel e Varela (2016) propõe um enquadramento destas formas de atuação no campo científico como pesquisa-militante.

A sistematização da experiência da PAPESCA nos mostra mais uma vez como a ciência é um processo histórico-social e não se encontra descolado do restante da sociedade. É uma forma de enquadramento de sentidos e de legitimação de verdades. A ciência é uma ideologia, é diretiva, mesmo quando seus praticantes não a percebem como tal. A pesquisa-militante deveria ser um compromisso ético dos pesquisadores das universidades públicas, deveria ser a prática hegemônica destas instituições.

Passando para um olhar para dentro, destacamos que a práxis da PAPESCA demonstrou sua capacidade de problematizar e transformar as relações de poder historicamente colocadas entre estudantes, técnico e professores. A PAPESCA demonstrou capacidade de empoderar estudantes e de manter uma relação equilibrada entre técnicos e professores. Houveram conflitos, contradições e desentendimentos. A PAPESCA não conseguiu inserir a questão de gênero sistematicamente em suas atividades. A PAPESCA não conseguiu administrar a saída de seu mentor e coordenador histórico.

Se um programa universitário se propõe a transformar a realidade seu início não está exatamente na transformação da sociedade que se encontra dentro da universidade? Esta é uma compreensão importante e um sentido democrático que tem norteado a ação da PAPESCA e do SOLTEC.

Com tudo isso o que esperar para os próximos anos para a PAPESCA em sua relação com os pescadores, população tradicional e moradores do Canto de Itaipu? E da PAPESCA em si, considerando a grande perda que representou a aposentadoria do professor Sidney Lianza?

Sem compreender as possibilidades que uma gestão de término possui, reflito sobre a possibilidade de que se decida pelo fim da PAPESCA.

Como consequência direta vejo que ocorrerá uma retração ainda maior de um campo não hegemônico de produção de conhecimento e de transformação social na área de engenharia. A PAPESCA é um programa consolidado na UFRJ e consiste talvez no único que dedica ao setor da pesca artesanal em uma perspectiva de empoderamento desta população.

Mesmo com as dificuldades apresentadas nos últimos anos, a PAPESCA tem obtido nota máxima nos editais internos de seleção de propostas para financiamento com bolsas e recursos, foi assim em 2017 e em 2018. Com este desempenho, a PAPESCA tem conseguido o máximo de bolsas que

demandas, abrindo oportunidades para alunos de graduação, e, até de pós-graduação, como foi o meu caso, de participarem mais ativamente das atividades de extensão. E mesmo sem bolsa, como ocorreu no semestre 2017/2 a PAPESCA foi capaz de atrair o interesse de estudantes da UFRJ e da UERJ, que até hoje se mantém envolvidos com algumas ações que são realizadas no Canto de Itaipu.

Externamente, a PAPESCA ainda conta com reconhecimento. A confiança depositada no programa de extensão da UFRJ, em grande medida herança deixada pela atuação de Sidney Lanza, foi determinante para que gestores de três unidades de conservação administradas pelo ICMBio confiassem à PAPESCA a articulação com pescadores do Canto de Itaipu, necessária para a organização de um encontro de intercâmbio entre 30 pescadores e pescadoras de diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro.

Mas não podemos nos enganar, o que foi feito pela PAPESCA no Canto de Itaipu talvez não se alcançará novamente em curto período de tempo, talvez nunca se alcançará, pois considero que a diferença entre os integrantes da PAPESCA determina o campo de possibilidades de inserção do programa no território. Além disso, as condições materiais que hoje recaem sobre os envolvidos limitam estratégias de ampliação da convivência com os atores locais, fator que talvez seja determinante para o tipo de trabalho que nos propomos em realizar.

Mas para concluir com um tom de esperança, mesmo que o resultado que se chegue coletivamente sobre o destino da PAPESCA seja o seu fim, entendo que o SOLTEC e o NIDES, como seus guardiões, não hesitarão em subir as velas desta nau tão logo os ventos passem a sobre em seu favor.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.28, set./dez. 2011, p. 52-84. 2011

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro : Garamond, 160p. 2009

ADDOR, Felipe. **A Pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca em Macaé**: uma análise do percurso metodológico. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – PEP/Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006

ADDOR, Felipe. Apresentação. In: ADDOR, Felipe e LIANZA, Sidney (orgs.). **Percursos na extensão universitária**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FAPERJ, pp. 7-14, 2015

ADDOR, Felipe; ALVEAR, Celso A. S. de. Sobre o conceito e a prática da pesquisa-ação. In: ADDOR, Felipe, CHEDID, Flávio H. (orgs.). **Tecnologia, participação e território**: reflexões a partir da prática extensionista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015

ADDOR, Felipe; LOPES, Vera de F. M.; ARAÚJO, Fernanda dos S.; NEPOMUCENO, Vicente; LIANZA, Sidney. A incubação de uma cooperativa de beneficiamento de pescado: o caso Benesca. In: ADDOR, Felipe e LIANZA, Sidney (orgs.). **Percursos na extensão universitária**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FAPERJ, pp. 97-118, 2015

ALEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, Anthony. *et al*; Ricardo Arnt (edição). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Editora Relume-Dumará, Curitiba, PR, 276p. 1994

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 24: 193-215 jun. 2005. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/3724/2972>. Consultado em: 23/06/18

ARAÚJO, Fernanda. **Economia solidária e autonomia: uma análise das relações sociais de produção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) –Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009

BAQUEIRO, Rute V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanista**. Petrópolis : Vozes, 204p. 1986

BLOG DO ANDRÉ CORREIA. Duas embarcações são apreendidas em fiscalização deflagrada na Reserva Extrativista da Marinha de Itaipu. In: <https://www.andrecorrea.com.br>, Niterói. 2016

BLOG UFRJMar. O Festival UFRJ mar. Disponível em: <https://festivalufrjmar.wordpress.com/2013/06/17/o-festival-ufrj-mar/>. Consultado em: 08/06/18. [2010?]

BOURDIEU, P. **Le champ scientifique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/38608001/O-Campo-Cientifico-Pierre-Bourdieu>. Acessado em: 23/06/18

BOURDIEU, Pierre “Compreender”. In: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, p. 693-732. 1999

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016

BRONZ, Deborah. **Pescadores do petróleo: políticas ambientais e conflitos territoriais na Bacia de Campos, RJ**. Editora E-papers, 2009.

CACHE, Carolina B. **E agora RESEX? Desafios jurídicos e empíricos em Itaipu, a primeira Reserva Extrativista Marinha e estadual no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em sociologia e Direito) – Departamento de Sociologia e Direito, Niterói: UFF, 2016.

CARDOSO, Eduardo S. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001

CARDOSO, Eduardo S. Pescadores: Geografia e movimento social. **Anais: X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005** – Universidade de São Paulo. 2005

CARVALHIDO, Victor V. R. **Do “direito à vez” à vez aos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu**. Dissertação (Mestrado em sociologia e Direito) – Departamento de Sociologia e Direito, Niterói: UFF, 2012

CARVALHO, Vanessa. F. M. **Elementos para a construção de um modelo de referência na elaboração de projetos sociais participativos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

CASTANHO, Laura. “Há disputa no interior do próprio Exército”, avalia especialista. In: **Carta Capital**. Publicado 21/02/2018 00h10, última modificação 26/02/2018 11h07. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/201cpressao-sobre-villas-boas-vem-da-corporacao201d>. Consultado em: 11/05/2018

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato; BUENO, Samira; VALENCIA, Luis; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro H.; LIMA, Adriana dos S. **Atlas da violência 2017**. IPEA e FBSP. 69p. 2017 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Consultado em: 19/06/2018

CHAVES, Carla M. S. R. da S. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da baía de Guanabara**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 187p. 2011

CONFREM. **Quem somos?** Disponível em: <https://confrem.wordpress.com/pagina-principal/quem-somos/>. Consultado em: 08/06/2018. [2015?]

COSTA, Paula C. **Interações socioecológicas na pesca à luz da etnoecologia abrangente: a praia de Itaipu, Niterói/Rio de Janeiro**. Doutorado (Tese). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP. 251pp. 2011

CPP. **Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. Alzení de Freitas Thomáz e Gilmar Santos (Org.). Conselho Pastoral do Pescadores, Brasília, 104p. 2016

DOS SANTOS, Mário F. **Dicionário de filosofia e ciências culturais**. Logos, 1964. Disponível em: <http://www.tirodeletra.com.br/ensaios/Dici-Participacao.htm>. Consultado em: 14/06/2018

DOS SANTOS, Potyguara A. O duplo vínculo na figuração do etnógrafo: Interdições e constrangimentos na pesquisa etnográfica em contextos de reelaboração étnica: A casuística do etônimo Anacé, no Ceará. **Cadernos do LEME**, v. 4, n. 1, 2012

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000

ESTADES, Naina P. Pescadores artesanais: “espécie” ameaçada de extinção? In: LIANZA, Sidney (org.). **PAPESCA em Ação II**: “Eu apoio a pesca artesanal”, Maio/2015, Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. SOLTEC/UFRJ, ISBN 978-5-89669-67-2, 32-36pp. 2015

FALS-BORDA, Orlando. **El problema de cómo investigar la realidad para transformarla**: por la praxis. Tercer Mundo, 1985. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000411.pdf>. Consultado em: 14/06/18

FAO. **Análisis Socioeconómico y de Género**. Manual para el nivel de campo. Roma, 140p. 2001

FEENBERG, Andrew. **O que é a Filosofia da Tecnologia?** Conferência, 2003. Disponível em: <https://www.sfu.ca/~andrewf/Feenberg_OQueEFilosofiaDaTecnologia.pdf>. Acesso em: 02/06/18.

FERREIRA, Hueliton da S. **Trajetória da gestão de unidades de conservação federais no Brasil e os modelos institucionais de gestão: a mudança IBAMA –ICMBIO e seus impactos na Amazônia Ocidental.** Dissertação (Mestrado) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 214p. 2012

FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela L. B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 411-423, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/v34n122/22511.pdf>. Consultado em: 12/06/2018

FISCHER, Izaura R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação.** Fundação Joaquim Nabuco, 2006.

FORTMANN, L. Gendered knowledge: rights and space in two Zimbabwe villages. In: D. Rocheleau, B. Thomas-Slayter e E. Wangan (eds.), **Feminist Political Ecology**–London: Routledge, 1996.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 25ed. São Paulo : Paz e Terra, 54p. 1996

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** 8ed. Paz e Terra : Rio de Janeiro, 93p. 1983

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17^a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987

GONÇALVES, Madalena. **Relatório Crítico (FINAL) sobre a oficina realizada nos dias 25 e 26 de outubro em Itaipu.** Acervo PAPESCA. 2013

HOLLIDAY, Oscar J. **Para sistematizar experiências.** Ministério do Meio Ambiente, Brasília – DF, 128p. 2006 Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf. Consultado em: 16/06/2018

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. **Anais:** II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil, 2007

JOVENTINO, Fátima. K. P. **Pesca Artesanal na Baía de Ilha Grande, RJ: conflitos e novas possibilidades de gestão compartilhada.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 235p. 2013

LACERDA, Carlos de B. Ambiente escolar: o protagonismo do estudante com fanzines. **Imaginário!** 6 - junho de 2014 - Capa - Expediente – Sumário. 2014. Disponível em: <http://www.memorialhqp.org/ebooks/imaginario-06-pdf/5-%20carloslacerda.pdf>. Consultado em: 12/06/2018

LATINE, Juliana L. **Memória, Identidade Social e Conflito entre os Pescadores de Itaipu-RJ.** Monografia (Bacharelado) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 65p. 2006

LIANZA, Sidney; LOPES Vera de F. M.; JOVENTINO Fátima K.; ALENCAR, Claudia, A. de A. **Relatório analítico da Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca PAPESCA/UFRJ 2004-2008.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 124p. 2009a

LIANZA, Sidney; LOPES Vera de F. M.; JOVENTINO Fátima K.; ALENCAR, Claudia, A. de A.; ADDOR, F. **Anais:** XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009b

LIANZA, Sidney. **Momento de Reflexão Crítica de Percurso da Pesquisa Ação na RESEX em Itaipu.** Disponível em: <http://papescalitoralfluminense.blogspot.com.br/2015/10/editorial-momento-de-reflexao-critica.html>, consultado em 28/05/18. 2015

LIANZA, Sidney e BRANCO, Vinícius. Experiência piloto deformação em gestão de projetos solidários na vila de pescadores de Itaipu – Niterói-RJ. In: LIANZA, Sidney (org.). **PAPESCA em Ação II:** “Eu apoio a pesca artesanal”, Maio/2015. Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. SOLTEC/UFRJ, ISBN 978-5-89669-67-2, 124-129pp. 2015

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe; LOPES, Vera de F. M.; CARVALHO, Vanessa F. M. de; e NEPOMUCENO, V. Saindo do casulo: a história da pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca (PAPESCA/UFRJ). In: ADDOR, Felipe e LIANZA, Sidney (orgs.). **Percursos na extensão universitária.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FAPERJ, pp. 75-96, 2015a

LIANZA, Sidney, BORGES, Heloisa H. A., ADDOR, F. THIOLLENT, M. Gestão de projetos solidários: o coração do SOLTEC. In: ADDOR, Felipe e LIANZA, Sidney (orgs.). **Percursos na extensão universitária.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FAPERJ, pp. 21-36, 2015b

LIANZA, Sidney; ADDOR Felipe; LOPES Vera de F. M.; MATOS, José de A.; RASEIRA, Marcelo; JOVENTINO Fátima K.; NEPOMUCENO, Vicente. Rede Solidária da Pesca na linha do tempo. In: ADDOR, Felipe e LIANZA, Sidney (orgs.). **Percursos na extensão universitária.** Editora UFRJ; FAPERJ, pp. 119-142, 2015c

LIANZA, Sidney. **Projeto Sistematização Crítica de um percurso da PAPESCA no Canto de Itaipu – Niterói.** PAPESCA/SOLTEC/NIDES/UFRJ. 14pp. 2016

LIANZA, Sidney e SILVA, Vinícius B. **Análise crítica do percurso da PAPESCA no Canto de Itaipu.** Vídeo-depoimento realizado ao Grupo de Educação Multimídia sob supervisão do professor Jaime Cubero como parte do processo de Sistematização Crítica. Documento disponível no acervo da PAPESCA em formato audiovisual. 2016

LIMA, Roberto K. de; PEREIRA, Luciana F. **Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997

LIMA, Ana C. C.; SARAIVA, Rosa; LIMA, Maria do R. de F. A. L. de; COSTA, Ana Clara. Mulheres pescadoras de a-ver-o-mar: o zingar do leme nas políticas públicas e nas relações de gênero. **Anais:** I – Seminário de Gênero da UFPB. 2007. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/1/GT10/03.pdf>. Consultado em: 12/06/18

LOBÃO, R. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo:** Como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Editora EdUFF. 324p. 2010

LOPES, Vera F. M. Impactos, conflitos e injustiças socioambientais nos territórios de pesca do litoral fluminense. In: ADDOR, Felipe e LIANZA, Sidney (orgs.). **Percursos na extensão universitária.** Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. SOLTEC/UFRJ, ISBN 978-5-89669-67-2, 32-36pp. 2015

MARTINS FILHO, Protásio Dutra; SILVEIRA, Maria Helena. **Sobre projeto, métodos e qualidade na formação de engenheiros. Educação, mercado e desenvolvimento: Mais e melhores engenheiros.** São Paulo: ABENGE, 2008. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/11/artigos/3657.pdf>. Consultado em: 22/06/18

MELLO, Ricardo; RAWET, V.; CAPELA, L.; MAFFEI, B. A Coordenação de Extensão, Pesquisa e Ensino do soltec/UFRJ e o Compromisso com a transformação social. In: ADDOR, Felipe (org.). **Extensão e Políticas Públicas:** O agir integrado para o desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FAPERJ, pp. 25-50, 2015.

MENEZES, Allan S. H. de. **A Reserva Extrativista Marinha de Itaipu: A reificação de uma identidade ligada ao mar.** (Mestrado em sociologia e Direito) – Departamento de Sociologia e Direito, Niterói: UFF, 2014.

MIBIELLI, Bruno. Ser “**Pescador Profissional Artesanal Tradicional de Itaipu**”. Dissertação (Mestrado em sociologia e Direito) – Departamento de Sociologia e Direito, Niterói: UFF, 2014.PAPESCA. Relatório Analítico da Pesquisa Ação na Cadeia Produtiva da Pesca PAPESCA/UFRJ 2004-2008. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 124p. 2009

MIBIELLI, Bruno L. **Mestre Cambuci e o “Sumiço da Tainha”:** Uma nova imagem da praia de Itaipu. Monografia (bacharelado em ciências sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói: UFF, 2004.

MIRANDA, Eva B. **Do protagonismo a invisibilidade:** O pescador profissional e a regulamentação da Pesca no Estado do Tocantins. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 98p. 2016. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/297>. Consultado em: 12/06/2018

MOL, Carolina; CORREIA, Diego; ANDRADE, Jocasta; REIS, Victor. **Relatório de campo referente à visita técnica realizada no Canto de Itaipu:** entrevista com seu Chico e observações gerais: relatos de campo. 27 de março de 2013

MOLINETE, M. E.; MARQUES, E. B.; BRANCO, V.; LIANZA, S. PAPESCA: Dez anos de percurso dialógico. In: LIANZA, Sidney (org.). **PAPESCA em Ação II:** “Eu apoio a pesca artesanal”, Maio/2015. Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. SOLTEC/UFRJ, ISBN 978-5-89669-67-2, 105-111pp. 2015

MORIN, Andre. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: Uma antropopedagogia renovada.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 230p. 2004

NASCIMENTO, Sandra. **Colonialidade do Poder no Direito e Povos Indígenas na América Latina:** as faces da subordinação/dominação jurídica frente ao direito de retorno às terras ancestrais dos povos indígenas Kaiowá do Tekohá Laranjeira Nande'Rú no Brasil e Mapuche do Lof Temucuicui no Chile. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/CEPPAC), Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF, 516p. 2016

O FLUMINENSE. **Pesca predatória é flagrada em Itaipu.** Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/pol%C3%ADcia/pesca-predat%C3%B3ria-%C3%A9-flagrada-em-itaipu>. Consultado em: 20/09/2018. 2017

OLIVEIRA, Rodrigo E. **O arrasto de praia no canto de itapu, Niterói-RJ – caracterização da arte de pesca e análise de resiliência da comunidade pesqueira.** Dissertação (Mestrado) - Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé – NUPEM, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 166p. 2017

PAPESCA. **Minuta do termo de referência para parceria entre SOLTEC-PAPESCA (UFRJ) e Associação...** Acervo PAPESCA. Maio, 2013

PAPESCA. **Ata de reunião realizada no MAI.** Acervo PAPESCA. 24/02/2015

PAPESCA. **Memória de reunião realizada no MAI.** Acervo PAPESCA. 24/02/2015. 2015

PEDRO, Claudia B. e GUEDES, Olegna de S. As conquistas dos movimentos feministas como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais:** I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Consultado em: 12/06/2018

PINTO, Maycon C.; Lanza, Sidney; GOUIN, Alexandre K.; RODRIGUES, Davi H. X. B. C.; SILVA, Vinícius B. Ações do Projeto de Extensão “Pesquisa-ação na Cadeia Produtiva da Pesca no Litoral Fluminense” através do emprego da Cartografia Social para o fortalecimento da Comunidade Tradicional dos Pescadores Artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. **Anais:** VI Semana de Integração Acadêmica, 12º Congresso de Extensão da UFRJ, 2015

QUEIROZ, Rizoneide G. de. Visibilidade e protagonismo dos pescadores e pescadoras do Brasil. **Extramuros** - Revista de Extensão da Univasp, v. 3, n. 2, 2015.

RABINOVICI, Andréa. As grandes ONGs ambientalistas em questão. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XI, n. 2, pp.439-442, jul.-dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2008000200015. Consultado em: 23/06/2018

REIS, Victor. **Relatório de campo referente à visita técnica realizada no Canto de Itaipu: entrevista com seu Chico e observações gerais**: relatos de campo. 17 de janeiro de 2013

REVISTA CIDADE. **Fábio Fabiano fala de sua trajetória e critica a gestão da Resexmar**. Entrevista. Publicada em 6 de julho de 2016. Disponível em: <http://revistacidade.com.br/biologo-fabio-fabiano-fala-de-sua-trajetoria-e-critica-gestao-da-resexmar/>. Consultado em: 23/06/2018

RIBEIRO, Fabiano P.; CALLOU, Angelo B. F. Capital social de pescadores e a criação da reserva extrativista de Rio Formoso-Pernambuco. **Extensão Rural**, v. 22, n. 4, p. 24-42, 2015. Disponível em: http://www.academia.edu/download/44086220/art2vol22ed4-2015-4 - Ribeiro_Callou.pdf. Consultado em: 12/06/2018

RODRIGUES, Davi H. X. B. C. **Caracterização socioambiental de comunidades pesqueiras da baía de Guanabara como subsídio à elaboração de um novo modelo de gestão para a pesca de pequena escala**. Monografia (Bacharelado) – Faculdade de Oceanografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 150p. 2009

RODRIGUES, Davi H. X. B. C.; LIANZA, Sidney; PINTO, Maycon C.; SILVA, Milena G. G. da; OLIVEIRA, Rodrigo E.; FREIRE, Marina; DUARTE, Yuri de M. D.; SILVA, Vinicius B. Reflexões sobre extensão universitária através das ações realizadas pelo Programa Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal no Litoral Fluminense (PAPESCA) junto à comunidade de pescadores artesanais do Canto de Itaipu, RJ, em 2016. **Anais:** VIII Semana de Integração Acadêmica. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

RODRIGUES, Davi H. X. B. C.; JORGE, Clara de L. P.; OLIVEIRA, M. F. de; LIANZA, S. A participação das mulheres na pesca artesanal: uma pesquisa exploratória no Canto de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 32, 2018. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rts/article/view/7917>. Consultado em: 12/06/18

SAIU NO RIO. **INEA multa 10 embarcações na RESEX. 2018.** Disponível em: <http://saiunorio.com.br/2018/03/14/inea-multa-dez-embarcacoes-na-resex/>. Consultado em: 23/06/18

SAPERJ. SAPERJ em Ação: Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. **Revista Pesca & Mar**. Informativo do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro, Ano XXIV, Janeiro/Fevereiro, Nº149. 2014. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/004495124afa7e15820fc>. Consultado em: 23/06/18

SARDO, Gehard. **RESEX-Mar Itaipu: Confrontos e conflitos.** Disponível em: http://www.portaldeitaipu.com.br/portugues/meio_ambiente18.htm. Consultado em: 23/06/18. Sem data [S/D]

SATHLER, Evandro B. População tradicional em unidade de conservação de proteção integral: entre a hierarquia da norma geral e a competência legislativa concorrente. **Anais:** XVII Congresso de Direito Ambiental. Santos, SP, 2012. Disponível em: <http://www.ambiental.adv.br/andorinhas.pdf>. Consultado em: 23/06/18

SEA. Estudo Técnico para a Criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. 2013

SILVA, Milena G. G. da; LIANZA, Sidney; SILVA, Vinícius B. Documentário sobre a trilha interpretativa do Morro das Andorinhas em Itaipu-RJ. **Anais:** VIII Semana de Integração Acadêmica. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

SILVA, Milena G. G. da; PINTO, Maycon C.; LIANZA, Sidney. Desafios para o programa Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal, enquanto um programa de extensão universitário em percursos de formação dialógica visando ao protagonismo de populações tradicionais na Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. **Anais:** VII Semana de Integração Acadêmica. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016

SIMÕES, Mariana; ROSA, Gabriele. História de Pescador. **A Pública:** Agência de Jornalismo Investigativo. (21/05/2018) 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/05/historia-de-pescador/>. Consultado em: 28/05/18

SIMON, Alba. Criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu: uma reflexão sobre o processo de criação. **Anais:** VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS – Florianópolis - 2015

SIMONI, M. Engenharia de produção da exclusão social. In: THIOLLENT, M.; ARAÚJO FILHO, T.; SOARES, R. L. S. (org.). **Metodologia e experiências em projetos de extensão.** Niterói: EdUFF, 2000

SINDIPI. **SINDIPI Informa: Reserva Extrativista de Itaipu.** Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região. Publicado na internet em 17/12/2013. 2013. Disponível em <http://www.sindipi.com.br/noticias/ler/1928/sindipi-informa-reserva-de-itaipu>: Consultado em: 23/06/18

SOU MAIS NITERÓI. **Reserva de Itaipu é fiscalizada por agentes do INEA.** 2013. Disponível em: <http://soumaisniteroi.com.br/reserva-de-itaipu-e-fiscalizada/>. Consultado em: 23/12/18

SOUZA, Ágata. **Relato crítico aula PAPESCA.** Acervo PAPESCA. 20 de maio de 2013

SOUZA, Diogo de; SANTOS, Luiz F. A.; LIANZA, S. PAPESCA/UFRJ: Aprendizados de uma década de dialogicidade entre universidade e comunidade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 11, n. 22, 2015. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rts/article/view/3139>. Consultado em: 12/06/2018

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato.** Rio de Janeiro : Leya, 240p. 2017

TENÓRIO, Fernando G. O mito da participação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, maio-jul.1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9043>. Consultado em: 14/06/2018

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 2ed. Editora Cortez : São Paulo, 1986

VON LINSINGEN, Irlan; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale; BAZZO, Walter Antonio. **Considerações sobre as bases históricas das escolas de engenharia.** [S/D]. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Irlan_Linsingen/publication/267414314_CONSIDERACOES-SOBRE-AS-BASES-HISTORICAS-DAS-ESCOLAS-DE-ENGENHARIA/links/5492c5f40cf2302e1d074061/CONSIDERACOES-SOBRE-AS-BASES-HISTORICAS-DAS-ESCOLAS-DE-ENGENHARIA.pdf. Consultado em: 22/06/18

WALTENBERG, Regina C. M; TORRES, Rosana B. De S; FREIRE, Marina. 1º UFRJ Mar em Itaipu: uma estratégia dialógica com a comunidade. **Anais:** VIII Semana de Integração Acadêmica. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017